Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar
Universidade do Porto

(Re)Construir a Maternidade numa Perspectiva Discursiva

Lurdes dos Anjos Fidalgo

2000

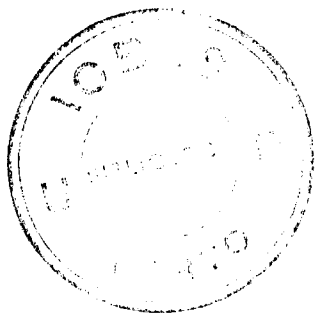
Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar
Universidade do Porto

(Re)Construir a Maternidade numa Perspectiva Discursiva

Dissertação de candidatura ao grau de Doutor

Lurdes dos Anjos Fidalgo

2000



Dissertação de candidatura ao grau de Doutor sob a orientação da:

Prof.ª Doutora Maria Constança Paúl

A meus pais

À Joana, ao Pedro e ao André

Agradecimentos

Para este trabalho pude contar com a ajuda e apoio de pessoas que foram decisivas na sua realização. O meu primeiro e profundo agradecimento vai para a minha orientadora, Profª Doutora Constança Paúl infatigável leitora das diferentes versões do texto, de quem recebi ensinamentos e sugestões inestimáveis e de cuja tranquila paciência pude beneficiar, no longo e duro caminho, em direcção ao texto final. O seu contributo foi incalculável.

Um agradecimento muito especial à Prof.ª Doutora Liliana de Sousa pelo apoio nos desconhecidos, para mim, caminhos da Biologia e também pela ajuda, na verificação das "contas" com o rigor que a caracteriza. A sua disponibilidade e competência técnica foram para mim fontes da aprendizagem.

Da Profª Doutora Conceição Nogueira recebi a amizade, os seus experientes conselhos, na interpretação analítica da Análise do Discurso, e a ajuda inestimável em partilha bibliográfica. O meu profundo agradecimento.

A minha gratidão aos informantes que se disponibilizaram a participar na pesquisa: às mulheres que generosamente acederam partilhar comigo as suas vivências, seus sonhos e suas esperanças; às crianças que se colocaram inteiras nas suas "composições" e aos alunos da Faculdade de Letras que dedicaram alguns momentos ao exercício de associar palavras a uma palavra-estímulo.

Finalmente a meus sobrinhos Joana, Pedro e André, agradeço os intervalos feitos de riso e intermináveis e prosaicas conversas que varriam o desânimo e instalavam o curso normal da vida.

Resumo

No presente trabalho pesquisaram-se os processos que, no pensamento social, levaram ao silenciamento das mulheres e possibilitaram condições para tornar a Maternidade num acontecimento com significado político social e psicológico, como um lugar de sujeição para as mulheres, durante séculos. Para prosseguir a nossa pretensão tomámos como objecto de estudo a via da descontrução das dimensões ideológicas que atravessam o constructo utilizando a Análise do Discurso. Trazer a voz das mães para o campo da pesquisa e torná-la numa voz autorizada, uma voz científica foi um dos nossos objectivos mais caros. Em complemento interessámo-nos pelo estudo da representação da Maternidade no modelo cultural de informantes em duas faixas etárias.

Na Parte I foram examinadas as questões principais que conduziram à emergência do paradigma pós-moderno que questiona a concepção representacionista do conhecimento, a dicotomia entre sujeito e objecto e as verdades absolutas da ciência moderna. No perpassar da condição pós-moderna não pôde deixar de ser feita alusão à Psicologia Crítica e Psicologia Feminista cujos contributos foram importantíssimos no desvendar do viés sexista na ciência. Examinaram-se os pressupostos que sustentam a ciência moderna, problematizam o conhecimento individualista tradicional em Psicologia, enfatizam o papel da linguagem e os contributos do Construcionismo Social como tendência teórica que mais convém ao exame das ideologias que atravessam os sistemas de enunciados.

As principais tendências da Psicologia Discursiva foram abordadas e depois de esboçado o enquadramento teórico que sustenta a nossa pesquisa empírica, iniciámos a discussão, na Parte II, das questões que considerámos mais relevantes na epistemologia da maternidade. Abordam-se as fontes históricas cujos discursos contribuíram para estruturar a invisibilidade das mulheres e dedica-se especial atenção à discussão da controvérsia do pretenso instinto maternal. Aprofundam-se os significados contemporâneos da maternidade, examinando-se fundamentalmente, as linhas discursivas que mais contribuem para a culpabilização das mães, aquelas que introduzem a dúvida sobre o seu desempenho: as prescrições sobre o cuidar, os discursos da psicologia como disciplina reguladora, o novo papel das mulheres no trabalho, os discursos dos media, que concorrem para fazer crer às mulheres quão boas ou más mães são.

A Parte III, toda ela dedicada aos estudos empíricos, contribuiu com a identificação das Formações Discursivas que trabalham em concorrência nos discursos, as que representam a norma e as que resistem, rompendo com o discurso dominante e os estudos sobre a representação cujos resultados de tipo inferencial remetem para a existência persistente dos estereótipos dominantes no constructo Maternidade.

Trazer a voz das mulheres à pesquisa e identificar as suas posições no discurso foi o contributo deste trabalho cuja posição comprometida com a produção de novos, ou outros, sentidos procura fornecer subsídios que ajudam à compreensão das relações de poder que informam a Maternidade com vista à tomada de posições mais favoráveis no discurso.

Abstract

In the present work, we will investigate the processes that, in social thought, led to the silencing of women and created the conditions that transformed Maternity into an event with a political, social and psychological significance, a condition considered for centuries one of subjection. The object of our study is the deconstruction of the ideological dimensions that are subjacent to the construct, through the use of Discourse Analysis. One of our prime aims was to bring the voice of women to the field of research and to make it a voice of authority, i.e., a scientific voice. A complementary component of our research is centred on the study of the representation of Maternity in the cultural model of participants in two age groups.

In Part I, we examine the main issues that led to the emergence of the post-modern paradigm, which questions the representational conception of knowledge, the dichotomy between object and the absolute truths of modern science. While considering the post-modern condition, we could not ignore Critical Psychology and Feminist Psychology, which were of fundamental importance in unveiling the sexist obliquities in science. We examined the principles that support modern science, principles that discuss the traditional individualist knowledge in Psychology, emphasise the role of language and the contributions of Social Constructionism, a theoretical tendency considered the most appropriate in analysing the ideologies subjacent in systems of enunciations. The main tendencies of Discursive Psychology were taken into consideration and, after outlining the theoretical framework that supports our empirical research, in Part II we initiated the discussion of the issues we consider most relevant for the epistemology of maternity. We analysed the historical sources whose discourses contributed towards structuring women's invisibility and we pay particular attention to the present controversy on the alleged maternal instinct. We seek to study the contemporary significance of maternity, focusing essentially the discursive lines that most contributed to mothers' culpability and introduce doubts on their performance: the prescriptions on caring, the discourses of psychology as a regulatory discipline, the new role of women at work, the discourse of the media, which contend in making women believe how good, or how bad, a mother they are. Part III, dedicated to empirical studies, contributes towards identifying the Discursive Constructions which work to compete in the discourses, on the one hand, those that represent the norm and, on the other, those that resist, breaking with the dominant discourse and the studies on representation, whose results of the inferential type reveal the persistent existence of dominant stereotypes in the Maternity construct. To bring the voices of women to research and identify their positions in discourse is this work's contribution, which is committed to the production of new, or other, meanings. It also seeks to provide some indications that can help in understanding the relationships of power that make up Maternity: its ultimate aim is that discourse comes to take a more favourable stand on this issue.

Résumé

Dans ce travail on a recherché les processus qui, dans la pensée sociale, ont mené au silence des femmes et qui ont rendu possible les conditions qui ont fait de la Maternité un événement de signification politique, sociale et psychologique, comme « place » de sujétion des femmes, pendant des années. Pour poursuivre notre « prétention », nous avons pris comme objet d'étude la voie de la déconstruction des dimensions idéologiques qui traversent le *constructo* utilisant l'Analyse du Discours. Un des nos objectifs plus importants a été d'apporter la voix des mères au champ de recherche et la rendre une voix autorisée, une voix scientifique. En complément, on a étudié la représentation de la Maternité dans le modèle culturel des informateurs appartenant à deux différents groupes d'âge.

Dans la Partie I on a examiné les questions principales qui ont conduit à l'émergence du paradigme post-moderne, lequel questionne la conception représentationiste de la connaissance, la dichotomie entre le sujet et l'objet et les vérités absolues de la science moderne. En effleurant la condition post-moderne, il a fallu faire allusion à la Psychologie Critique et à la Psychologie Féministe, dont les contributions ont été très importantes pour dévoiler le biais sexiste de la science. On a examiné les présupposés qui soutiennent la science moderne, qui rendent problématique la connaissance individualiste traditionnelle en Psychologie et qui renforcent le rôle du langage, et les contributions du Constructionisme Social comme tendance théorique qui convient plus à l'examen des idéologies qui traversent les systèmes énoncés. Les principales tendances de la Psychologie Discursive ont été abordées et, après avoir esquissé l'encadrement théorique qui soutien notre recherche empirique, nous avons initié, dans la Partie II, la discussion des questions que nous avons considérées plus relevantes dans l'épistémologie de la maternité. On a effleuré les sources historiques dont les discours ont contribué pour structurer l'invisibilité des femmes, et on a dévoué une attention spéciale à la discussion de la controverse du supposé instinct maternel. On a approfondit les significations contemporaines de la maternité, en examinant, essentiellement, les lignes discursives qui contribuent le plus à la culpabilisation des mères, ceux qui mettent en doute leur accomplissement: les prescriptions sur le soigner, les discours de la psychologie comme discipline régulatrice, le nouveau rôle des femmes dans le travail, les discours des moyens de communication, qui concourent pour faire croire aux femmes qu'elles sont bonnes ou mauvaises mères. La Partie III, totalement dévoué aux études empiriques, a contribué pour l'identification des Formations Discursives qui travaillent en concurrence dans les discours: ceux qui représentent la norme et ceux qui résistent, brisant le discours dominant et les études sur la représentation, dont les résultats de type inférentiel remettent pour l'existence persistante des stéréotypes dominants dans le *constructo* Maternité. Apporter la voix des femmes à la recherche et identifier leurs positions dans le discours a été l'apport de ce travail. Sa position engagée à la production de nouveaux ou d'autres sens, essaie d'amener des aides pour la compréhension des relations de pouvoir qui enforment la Maternité, a fin de prendre des positions plus favorables dans le discours.

ÍNDICE

ÍNDICE

Pág.

INTRODUÇÃO.....1

PARTE I

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, PÓS-MODERNIDADE, FEMINISMO E DISCURSO

CAPÍTULO 1: OS ANDAIMES DA CIÊNCIA MODERNA

Introdução.....17

O sujeito essencialista da modernidade.....20

O emergir da Psicologia como ciência.....22

CAPÍTULO 2: OS DESAFIOS DO NOVO PARADIGMA

Introdução.....27

Pós-modernidade e seus contributos.....32

Uma nova subjectividade no ocaso das grandes narrativas.....36

A busca de novas interfaces.....41

Os contributos da Psicologia Crítica.....45

O debate feminista da racionalidade.....51

Desmantelar do patriarcado.....69

Construção do género e feminismo freudiano.....74

Feminismo académico, algumas tensões.....80

CAPÍTULO 3: O CONSTRUCIONISMO SOCIAL: PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS

Introdução.....82

A linguagem como prática social.....88

A função pragmática da linguagem.....90

Os jogos de linguagem.....91

CAPÍTULO 4: DISCURSO E PSICOLOGIA DISCURSIVA

Introdução.....94

Abordagem discursiva na Psicologia: tendências.....100

O sujeito e posições de sujeito numa perspectiva foucaultiana.....106

PARTE II

MATERNIDADE: DA NATUREZA À CULTURA, PERCURSOS HISTÓRICOS DA SUA CONSTRUÇÃO

INTRODUÇÃO.....110

CAPÍTULO 5: A CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE COMO POSIÇÃO SOCIAL DE DESIGUALDADE

Introdução.....113

No começo.....115

Na antiguidade.....117

A mãe medieval.....121

Na era moderna.....125

A invisibilidade das mulheres na esfera pública.....132

A invisibilidade das mulheres no espaço doméstico.....135

Viver sem filhos e suas consequências.....137

Os preceitos do cuidar 146

O conteúdo ideológico da "natureza feminina".....152

CAPÍTULO 6: A CONDIÇÃO MATERNA NA LINHA DA EVOLUÇÃO

Introdução.....159

A controvérsia do instinto na maternidade humana.....165

CAPÍTULO 7: OS SIGNIFICADOS CONTEMPORÂNEOS DA MATERNIDADE

Introdução.....176

O emergir da maternidade científica.....189

Os contributos da Psicologia na regulação do cuidar materno.....198

A construção discursiva da maternidade a tempo inteiro.....220

Maternidade e emprego: o impacto da organização social.....237

Os contornos explícitos dos discursos de "boa mãe".....249

Os discursos implícitos da "má mãe".....262

PARTE III

MATERNIDADE E SUAS LINHAS DISCURSIVAS: ESTUDOS EMPÍRICOS

INTRODUÇÃO.....269

CAPÍTULO 8: NOVOS OLHARES SOBRE A PESQUISA: O MODO QUANTITATIVO VERSUS QUALITATIVO

Introdução.....274

Análise do discurso: a Maternidade no discurso das mulheres - Introdução.....283

Análise do discurso: tendências.....285

Os "reportórios interpretativos".....286

A tendência foucaultiana de aproximação ao discurso.....288

As Formações Discursivas como dispositivo teórico-analítico da interpretação.....298

A tarefa do analista.....301

Estudo 1: A voz e o silêncio das mulheres: a reprodução e a resistência nos discursos da Maternidade.

Recolha de material de análise.....303

Leitura analítica.....305

Formação Normalizadora – acções discursivas.....310

Formação de Resistência – acções discursivas.....325

Conclusão e comentários ao estudo.....337

Análise de Conteúdo: a representação da Maternidade

Introdução.....343

Estudo 2: A representação da maternidade em jovens adultos universitários de área humanística.....348

Análise de Conteúdo da associação livre à palavra–estímulo Maternidade.....349

Conclusão do estudo.....356

Estudo 3: A representação da mãe no discurso de crianças do 4º ano da escola básica

Enquadramento do estudo.....358

Instrumentos/procedimentos.....360

Pré-análise.....361

Tratamento e interpretação dos resultados.....365

Conclusões do estudo.....372

CONCLUSÃO GERAL.....376

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Introdução

Toda a espécie humana é não só "Of Woman born", como diria Rich (1976), mas criada por mulheres. A experiência de ter uma criança e dela cuidar, envolve experiências pessoais particularmente significantes para qualquer ser humano, em qualquer contexto geográfico e constitui um acontecimento marcante acerca do qual se podem vivenciar os mais antagónicos sentimentos. A aproximação à Maternidade, como objecto de estudo, eixo principal que nos ocupou neste trabalho, teve o seu início em dois fios: o da história que fomos desenrolando de acordo com Thurer (1994) e um outro, tomado da abordagem sociológica de Hays (1996), ao cuidar materno. Uma multiplicidade de contributos teóricos colhidos no pensamento feminista (e.g. Tizard, 1979; Phoenix, Woollett & Loyd, 1991), imbuídos de criticismo ao discurso psicológico, produzido sobre a maternidade, foram referência importante para o desenvolvimento da temática.

É necessário esclarecer que a nossa proposta toma a linha da história, nas suas descontinuidades, para reflectir sobre a forma como os valores, crenças e costumes, em suma as ideologias, construíram as mulheres na sua identidade genérica de mães, e entra num conceito novo de subjectividade aquela que é definida por Hollway (1989) como produto histórico e contingente, que incorpora valores que distribuem os sujeitos por posições nas suas relações com os outros. Esta nova concepção de subjectividade feminina, fulcral para a reflexão que nos propomos, é configurada num quadro conceptual cujos principais pressupostos se enquadram no construcionismo social, posição crítica

face ao conhecimento que acentua a especificidade histórica e cultural do mesmo, toma a linguagem como uma forma de acção construtora das nossas interacções e das nossas versões do mundo, e que permite encarar este tendência como a alternativa optimizadora de todas as vozes, na pesquisa social.

Pareceu-nos mais plausível, em primeiro lugar, desenhar o amplo quadro abrangente das considerações que nos permitem compreender as condições que conduziram ao colapso da certeza da verdade científica para nos centrarmos nas questões teóricas, mais gerais, do pensamento crítico que, ao romper com o paradigma dominante, propicia condições à emergência do chamado paradigma pós-moderno, amplamente debatido por Santos (1997).

O pensamento feminista radica neste paradigma a subjectividade do conhecimento e sustenta a sua posição crítica face i) ao viés androcêntrico que dominou a ciência e marginalizou as mulheres do conhecimento; ii) à problemática inato/adquirido que dominou a natureza do cuidar materno; iii) às ortodoxias prescritivas da maternidade, esclarecendo que tais noções são social e historicamente situadas. Na verdade, só os mais recentes desenvolvimentos na teoria feminista, no paradigma pós-moderno, proporcionam um esquema não essencialista para uma análise desconstrucionista, que dê voz às mulheres, relativamente aos seus projectos de pessoa e como isso se intersecta com o projecto de maternidade.

Só depois de concluído o propósito, atrás referido, iniciámos o percurso teórico com vista ao esclarecimento de algumas das linhas sócio-históricas da construção da maternidade humana, como lugar onde se debatem poder e

significado ideológicos. Por ser um acontecimento que não comporta apenas uma mera função biológica, inscreve-se em sistemas nos quais as ideologias foram codificando as concepções de mulher, homem, família e criança, e a que foram sendo incorporadas diferentes intensidades emocionais na relação mãe-criança, conforme o "tempo e o modo".

Para Beauvoir (1949) a anatomia deixa de ter a maternidade como destino, quando, no seu livro *"Deuxième Sexe,"* quebrou a tradicional e automática ligação entre feminilidade e maternidade; contudo só a partir da Segunda Vaga Feminista foi possível começar a revelar as experiências particulares, das mulheres, nas suas ambivalências face à maternidade, pela voz de feministas mais radicais (e.g. Friedan, 1963; Firestone, 1971). E a tomada de consciência que as mulheres que são mães, são sujeitos sociais só começou a ganhar corpo nos anos da Terceira Vaga Feminista.

Ao retomarmos a linha da história verificámos quão marcante foi a invisibilidade das mulheres em todas as áreas da intervenção humana, alijadas que foram também da tomada de decisões em acontecimento tão decisivo para as suas vidas. Uma das reflexões que nos interessou foi a componente de controlo exercido pela ideologia do patriarcado expressa na proliferação de prescrições sobre os cuidados maternos e cujos efeitos condicionam a vida das mulheres. Rousseau (1712-1778), no século XVIII, dá o tom à idealização da mãe natural e a ideologia vitoriana do século XIX, intensifica e sistematiza o novo estatuto para a mulher, a mãe, configurando a maternidade como missão, como um propósito de entrega aos outros. As mulheres para serem visíveis no mundo

teriam que dar não só a vida, mas dedicá-la aos outros. Foi assim que ao vincular exclusivamente as mulheres à procriação, à expressão de um pretenso "instinto maternal", ao desempenho primordial de tarefas do cuidar (caring), o patriarcado não só define estas dimensões como naturais, para as legitimar, como as torna uma extensão da identidade das mulheres a que faz corresponder conotações com sentimentos de entrega, bondade e renúncia, intrínsecos à condição femininas. Assim, a "natureza feminina," "o instinto maternal," referidos, a partir do Iluminismo, remeteram as mulheres apenas à sua função maternal, durante séculos. As perspectivas feministas mais radicais atribuem esse facto a um obscuro desígnio do patriarcado para ter o exclusivo do seu controlo. Benhabib (1990) acredita que os filósofos do *Contrato Social*, temendo que as mulheres criassem desordem na ordem patriarcal, as restringiram às actividades humanas ligadas à reprodução e cuidado dos outros, excluindo-as de tomadas de posição económicas e políticas. De acordo com Sau (2000) os determinantes de ordem biológica deixam de sê-lo a partir do momento em que são usados *humanamente*, a partir da condição de seres culturais, estratégia utilizada pelo patriarcado como exercício de poder.

A necessidade de continuar a aprofundar a desvalorização das mulheres, observada no discurso social e o seu controlo na maternidade, levou-nos a desenvolver pesquisa teórica que recolhe evidências de corte sócio-cultural e que nos ajuda a explicar, em maior profundidade, a conjugação da diversidade de factores que se encontram imersos e entrelaçados nos discursos de

valorização da maternidade tendo sempre presente que a busca que encetámos foi apenas uma parte dos seus múltiplos componentes.

As fontes históricas e observações da nosso quotidiano sublinham, de forma eloquente, a desvalorização com que as mulheres foram e continuam sendo, ainda em alguns segmentos da população sistematicamente desvalorizadas ou ignoradas. Se, em algumas sociedades, a fecundidade escapou a esse processo de desvalorização social, os cuidados com as crianças, o amor materno, não beneficiaram de qualquer homenagem em particular, porque assimilados a comportamentos naturais. Recorrer a esta justificação evidencia o intuito de legitimar as desigualdades sociais entre homens e mulheres, expressas no género. Foi neste contexto, o da desigualdade baseada no género que a maternidade foi sendo construída e condicionada, pelas expectativas sociais, que se concretizam em modelos normativos, que sustentam a experiência das mulheres.

Não é despicienda a noção que a mulher, pela sua natureza, tem como destino a maternidade, permaneça praticamente inabalável na forma como é veiculada, pelas tecnologias de informação. Os cuidados exigidos pelos recém-nascidos, que envolvem tarefas fatigantes e repetidas, vezes sem conta, são silenciados no discurso da maternidade idealizada. As mulheres ficam, assim, expostas a desapontamentos e frustrações quando as coisas não se passam assim e verificam que o lar idealizado pode ser um lugar propício à expressão de emoções e conflitos primários.

Os cuidados e as tarefas com as crianças têm sido objecto de análise na pesquisa pelas implicações e especialização que têm vindo a sofrer e pelos seus efeitos na organização do quotidiano das mulheres (Hays, 1996; Marshall, 1991). É nesta área que mais se evidencia o carácter ideológico, permeado de contradições, de que se reveste a maternidade, nas sociedades ocidentais. Se por um lado a maternidade é valorizada, por outro lado, não são dadas todas as condições materiais para a sua realização e a maternidade, por prazer, passa a ser um atributo de privilégio de classe. As tarefas do cuidar materno não são valorizadas a ponto de ser incluídas no PIB e, porque repetitivas e desinteressantes, não constituem objecto do discurso dos media.

A Psicologia, na sua prática, encara a maternidade na vertente mais culpabilizante, atribuindo às mães a responsabilidade pelos fracassos dos filhos. A celeridade e intensidade com que os profissionais da Psicologia e outros, na sua prática, responsabilizam as mães não é em nada comparável, às avaliações que fazem dos pais. Os comportamentos destes raramente são examinados e quando o são não vão além de uma qualificação de "pai ausente". Estas construções são consentâneas com os constructos psicológicos sobre os cuidados maternos e também com as ideologias políticas acerca da família. O corrente mito da "boa mãe" é tão redutor que, de acordo com a perspectiva polémica de Thurer (1994), acaba por ir contra os direitos das mulheres relativamente ao controlo do seu corpo e da sua vida. As construções sociais e psicológicas de "mães normais", sinónimo de "boas mães" e "mãe ideal" são tão excessivos e desadequados das realidades, do comum das mulheres, que uma grande

maioria, normalmente as que estão em desvantagem social, acabam por ser tomadas como desviantes e patológicas.

Orientámos a nossa reflexão empírica para a análise das distintas vozes das informantes sobre a Maternidade a fim de averiguar: i) as formas como vivem e manifestam a relação que estabelecem com esse acontecimento; ii) as concepções que definem a sua posição, enquanto sujeitos face à expressão desse acontecimento e o impacto da valorização do mesmo na sua trajectória de vida.

O vínculo entre a valorização da maternidade, no discurso social e a sua expressão nos discursos das informantes acerca desse acontecimento, é evidenciado na forma como as mulheres sentem, vivem e avaliam os seus afectos, suas emoções, na forma como configuram a maternidade.

Tivemos como objectivo explorar, por um lado, os discursos que reproduzem redes de práticas sociais entrelaçadas por complexos fios de poder androcêntrico, e nos quais a maternidade se apresenta como eixo organizador das vidas das informantes que se sentem condicionadas na sua identidade de mulher completa, se mães; por outro lado tentámos identificar os fios alternativos aqueles que configuram posições de resistência, numa exigência nova de afirmação da sua identidade de sujeito, de uma subjectividade nova, definida em posições que resistem ao poder vigente de papeis sociais instituídos.

Assinalamos que a inquietação que nos assaltou ao abordar o constructo Maternidade, numa perspectiva não positivista, residiu sobretudo em apresentar os significados da maternidade relatados, pelas informantes, num

quadro de abordagem qualitativa, tradicionalmente associado ao estereótipo de estatuto científico menor. Nada mais falso. O rigor na pesquisa construcionista impõe-se como um imperativo ético; passa pela possibilidade de poder explicitar os passos de análise e de interpretação da pesquisa.

O paradigma qualitativo, ao eleger o objecto de estudo procede a explicações detalhadas do processo analítico tendo como objectivo apresentar as estratégias que foram desenvolvidas, para dar visibilidade ao próprio processo de interpretação que orientou a pesquisa e, dessa maneira, garantir o rigor da análise. Condição que fica amplamente satisfeita, no nosso trabalho, porque apresentamos o acervo da informação sobre o qual trabalhámos, descrevemos os passos que demos para a interpretação e apresentamos as conclusões a que chegámos.

Dentro da metodologia de investigação qualitativa, para atingir os nossos propósitos, decidimos lançar mão de vários recurso técnico-metodológicos: i) entrevistas, para a Análise do Discurso; ii) associações a palavra-estímulo (estudo 2) e composições livres (estudo 3) para Análise de Conteúdo.

As múltiplas referências feitas, de carácter teórico-epistemológico, situadas todas nas perspectivas críticas, sustentam a nossa posição que tenta ir além do domínio individual para se centrar na dimensão ideológica dos discursos com vista a uma compreensão apropriada da evolução do constructo Maternidade.

A estrutura do nosso trabalho pode, em síntese, ser desenhada segundo três traves mestras que correspondem às três partes em que se divide: i) num primeiro tempo aludimos às fontes históricas que muito nitidamente nos

informam como as condições sócio-históricas influenciam a produção de conhecimento e como as mulheres foram, sistematicamente, arredadas do poder, da ciência e desse conhecimento; ii) num segundo tempo fizemos referência aos discursos estruturados das famílias de enunciados cujas ideologias circulam nos *media* e que concorrem para a construção social da maternidade, para fecharmos iii) com os discursos, os relatos escritos, e as associações dos (as) informantes que nos dão conta a) das formações discursivas que promovem quer mudanças quer a manutenção do *status quo;* e b) da representação do modelo cultural predominante, dos grupos em apreço.

O eixo central da proposta teórica, no que diz respeito à Análise do Discurso não se pode separar da proposta da abordagem empírica, pelo que os conceitos se permeiam parecendo, por vezes, repetitivos; apesar do esforço desenvolvido para que na construção do texto tal não sucedesse, não podemos evitar que eventualmente as descrições dos pressupostos teóricos gerais sobre Análise do Discurso, de alguma forma, pareçam redundantes na parte empírica, ao que foi dito, na abordagem teórica. Serve este alerta para as perspectivas críticas e a que, globalmente, recorremos ao longo do texto, sempre que delas necessitemos, para ilustrar temáticas particulares da maternidade.

A aproximação discursiva à Maternidade teve como objectivo fundamental acrescentar vozes de mulheres mães e não mães aos significados da Maternidade veiculados pelas práticas discursivas das grandes famílias de enunciados (e.g. História, Psicologia) para pensar, criticamente, sobre os

poderes que moldam os Discursos com que as informantes explicaram, organizaram e deram sentido a esse acontecimento de vida.

A tese está estruturada em três partes discutindo cada uma delas aspectos importantes que concorrem para uma leitura discursiva da Maternidade.

Na Parte I foram discutidas as principais questões que conduziram à emergência do paradigma pós-moderno, fundamento da Psicologia Discursiva cujo método analítico preferencial é a Análise do Discurso que suporta um dos principais estudos que desenvolvemos na Parte III.

O capítulo 1 examina os pressupostos gerais que suportam a ciência moderna e termina problematizando o modo de indagação positivista que tem em Gergen (1992) e Harré e Gillett (1994) seus mais persistentes críticos. No capítulo 2 e 3: i) faz-se referência à crítica empreendida por Gergen (1994) ao conhecimento individualista, tradicional em Psicologia; ii) sublinha-se a emergência da condição pós-moderna referida por Lyotard (1989) e que torna possível questionar as crenças modernas sobre a verdade, conhecimento, poder, individualismo e linguagem (Burr, 1995); iii) analisa-se o novo conceito de subjectividade definida por Henriques, Hollway, Urwin, Venn e Walkerdine (1984) e Hollway (1989); iv) referem-se os contributos do Construcionismo social que salienta o papel da linguagem numa perspectiva de acção. Na argumentação pós-moderna, a linguagem constrói a realidade, pelo que, desde logo, é questionada a i) concepção representacionista do conhecimento; a ii) dicotomia cartesiana entre sujeito e objecto; iii) a verdade absoluta, porque os

critérios de verdade são estabelecidos socialmente; iv) uma concepção da mente como a instância produtora de conhecimento e não é um reflexo dela. Por conseguinte a subjectividade é o lugar de mudança e conflito, oposto a uma identidade estável e unificada. A linguagem, crucial ao construcionismo social, continua a ser discutida no capítulo 4, todo ele dedicado ao exame da tendência foucaultiana do discurso que aborda os grandes sistemas de enunciados, onde se cruzam poder e ideologia. Referem-se as principais tendências da Psicologia Discursiva enunciadas por Parker (1997). Desta forma, por mais inocente que seja qualquer unidade de discurso poder-se-ão assinalar as forças de poder a ideologia e as formas de subjectividade que a atravessam. Parker (1999) e também Willig (1999) sublinham que não obstante estas forças de poder há sempre uma possibilidade para resistir ao poder e promover contra-discursos, ou discursos de resistência.

A Parte II toda ela dedicada à abordagem das condições socio-históricas que reduziram as mulheres à condição doméstica e à tarefa principal da procriação e cuidados da descendência do patriarcado; abordagem essa que tem em vista a compreensão da complexidade implicada na espistemologia maternal. O princípio orientador sobre a pesquisa das fontes históricas, que suportam o Capítulo 5, teve como objectivo salientar os discursos que, por terem sido repetidos de forma incessante, pelas instituições, estruturaram, na cultura ocidental, a desvalorização das mulheres transformando-as em seres dependentes dos homens e mães por imperativo, na invisibilidade doméstica.

Salienta-se também o emergir da codificação dos estatutos da criança e da mãe, em que a mulher é valorizada apenas se mãe, e completamente desqualificada para a participação pública.

O capítulo 6 é dedicado i) à discussão da dimensão biológica da maternidade para tentar compreender as vias que a própria condição materna percorreu, nos caminhos da Evolução; ii) a discutir a controvérsia do pretenso instinto maternal para esclarecer a complexidade social em que se expressa a maternidade, iii) a abordar as posições sobre o amor materno, contingente para (Badinter, 1980), ou submetido a vigilância, pelos peritos, de acordo com Sau (1995).

O capítulo 7 é dedicado às diferentes *nuances* incluídas no conceito de maternidade e ao exame dos poderosos mecanismos que ajudaram à interiorização dos conselhos sobre cuidados maternais (Apple, 1987; Thurer, 1994), na chamada Era do Progresso. As autoras referem que no tempo de uma geração as decisões acerca do cuidar das crianças, raramente são tomadas sem ajuda do *input* da comunidade científica, ou por via do aconselhamento directo, ou por via de manuais disponíveis ou de informação veiculada pelas revistas femininas. O discurso da Psicologia produziu o "mito do desenvolvimento" identificado por Burman (1994) e que coloca sobre os pais uma intensa pressão sobre as responsabilidades destes no mesmo. A teoria da vinculação que referimos nesse capítulo é abordada na vertente feminista que lhe acentua a culpabilização que esta induz nas mães, pela tendência androcêntrica em que é construída. Far-se-á alusão às representações de "boa mãe" e "má mãe", presentes quer no discurso popular quer no científico.

A Parte III, dedicada à apresentação dos estudos empíricos, inicia a reflexão, a partir duma perspectiva pós-moderna, lançando um novo olhar sobre o sentido da racionalidade, que recupera a linguagem como fala do social e coloca o discurso no lugar que no paradigma positivista ocupam as distribuições e correlações estatísticas quando estuda os fenómenos sociais (Spink & Frezza, 1999). Dedicamos o capítulo 8 a sublinhar os critérios orientadores do paradigma qualitativo, enumerados por Leininger (1994), fazendo especial alusão à reflexividade do investigador, tópico importante da pesquisa construcionista, incluído na noção de rigor que a acompanha. No que concerne ao desenvolvimento dos procedimentos metodológicos todos foram precedidos de breves abordagens teóricas aos seus pressupostos mais gerais.

Dada a complexidade implicada na tentativa de compreensão da intrincada rede de interacções e inter-relações individuais e sociais em que se tece a maternidade e sua vinculação à regulação social, lançamos mão de diversas técnicas, na mesma metodologia de avaliação qualitativa, e que nos permitiram: i) explorar as dimensões do poder que trabalham nos discursos; ii) explorar os significados e representações colectivas predominantes nos contextos de pertença. O primeiro e principal estudo centra-se na Análise do Discurso realizada sobre o campo textual das Entrevistas das informantes; os dois outros estudos, desenvolvidos, segundo a técnica da Análise de Conteúdo, são conduzidos junto de populações distintas do ponto de vista etário e cultural. O estudo 2 conduzido em amostra constituída por jovens universitários que se

supõe partilhem os mesmos valores de referência no que concerne à valorização que é feita da maternidade e o estudo 3 levado a efeito, junto de população infantil (4º ano da escola básica), visa, essencialmente, a comparação das representações da figura materna em grupos com inserções territoriais diferentes (rural e urbano).

A opção por esta estratégia de investigação (Análise do Discurso e Análise de Conteúdo) prende-se com o facto de pretendermos: i) identificar as dimensões ideológicas expressas nas formações discursivas com que as informantes constroem significados sobre a maternidade; ii) procurar significados que configuram subjectividades, por via de associações livres e composições sobre o tema Mãe.

Esta estratégia de pesquisa alargou, em muito, a oportunidade analítica para reconstruir conceitos, pois em todos estudos pudemos identificar o entrelaçar dos fios das ideologias manifestas no constructo Maternidade. Buscamos neste trabalho cumprir a tarefa de dar visibilidade ao processo de interpretação discursiva, como contributo para a explicitação das formações ideológicas que atravessam o discurso social tendo, como meta, a produção de instrumento útil para a compreensão de mudanças e indução de posições mais favoráveis, às mulheres, no discurso da Maternidade.

PARTE I

Produção de conhecimento, pós - modernidade, feminismo e discurso

Parte I

Produção de conhecimento, pós - modernidade, feminismo e discurso

Introdução

Nesta primeira parte, abordar-se-ão algumas das condicionantes socio-históricas como um passo prévio à compreensão das condições que conduziram ao colapso da certeza científica, inculcada desde o Iluminismo, para, seguidamente, nos centrarmos nas questões teóricas, mais gerais, do pensamento crítico que rompe com o paradigma dominante e cria condições à emergência do chamado paradigma pós-moderno, ao qual o pensamento feminista vai ancorar a subjectividade do conhecimento. Depois de procedermos à contextualização da produção de conhecimento na modernidade, lançar-se-á um olhar pela pós-modernidade e suas implicações na psicologia feminista, para trazer à luz: i) os constructos teóricos da tradição androcêntrica que retiraram a mulher da visibilidade do conhecimento científico; ii) outra concepção sobre a subjectividade e linguagem, esta, enquanto parâmetro definidor da tendência pós-moderna na Psicologia e principal meio para a construção dos fenómenos psicológicos. Após termos

descrito as condições que conduziram à estruturação da certeza sobre a verificabilidade e universalidade das leis, deparamos com caminhos novos abertos à construção do conhecimento pós-moderno, segundo o qual, a racionalidade de verdade é mais provável que provada, mais plausível que certa, mais verosímil que evidente e que nos conduzem ao edifício da Psicologia Discursiva construído sobre os fundamentos epistemológicos e práticos da Psicologia Crítica e do Construcionismo Social, cujas metodologias de pesquisa contrastam com os métodos hipotético-dedutivos ou experimentais, tradicionalmente, usados em Psicologia. Examinamos com algum pormenor as concepções sobre o discurso cujo método analítico, Análise do Discurso (AD), será mais tarde desenvolvido na Parte III, dedicada aos estudos empíricos. As descrições encontradas na literatura e as nossas próprias observações tornam plausível esta opção pela possibilidade aberta ao estabelecimento de ligações entre discurso, poder e ideologia e, por conseguinte, pensarmos ser esta a via interpretativa mais adequada à descrição da complexidade envolvida no constructo da Maternidade, temática central deste trabalho.

Capítulo 1

Os andaimes da ciência moderna

Introdução

A partir do século XIX, qualquer temática, seja ela de ciência de cultura ou da tecnologia começa a ser pensada a partir do ponto de vista histórico porque a história era o grande motor, trave mestra do crescimento que beneficiava teorias e práticas posteriores. Daí que se pensasse que a altura do templo da ciência se ergue pedra a pedra, tendo como base o legado do passado, ideia que recolhemos de Santos (1988), e segundo a qual era preciso recorrer ao passado em busca dessas pedras. Contudo, a nossa perspectiva situa-se na linha das descontinuidades históricas, pelo que faremos referência aos dois grandes deslocamentos na história do pensamento, Renascimento e Iluminismo, que transformaram os homens em protagonistas que buscam antídotos contra o dogma medieval para configurarmos o sujeito essencialista da modernidade, imbuído da concepção cartesiana que vem a constituir matéria de interrogação e estará na origem da constituição da ciência psicológica. As correntes filosóficas que mais influenciaram a Psicologia, na era moderna, serão abordadas de forma breve. Faremos referência ao modo de indagação positivista que sustenta os conhecimentos disciplinares da modernidade, entre os quais a Psicologia, e finalizaremos problematizado a objectividade e neutralidade da ciência sustentada pelo Velho Paradigma na Psicologia; enunciaremos apenas a evidência da mudança que virá a preconizar a emergência de um novo paradigma, tema que continuará presente nos capítulos seguintes.

Os andaimes da ciência moderna

Até que o homem tomasse a centralidade do universo, e se visse a si próprio como causa e impulso do progresso e da ciência precisou distanciar-se, perder crenças, fazer deslocamentos e abater os medos que o sujeitaram, nos tempos medievos. Ao descobrir o *"seu poder criador"*, no Renascimento, torna-se tópico de reflexão "*o ponto nuclear da viragem de uma metafísica do ser (medieval) para uma metafísica do sujeito (moderna)* (André, 1987, p. 17). Não obstante os impedimentos censórios desses obscuros tempos, a marcha para a intelegibilidade, intuída pelo génio, foi sendo construída pela centelha criativa que tem guiado o desenvolvimento e progresso humanos. Galileu (1564-1642) e Descartes (1596-1650) constituíram os alicerces da era moderna, elegendo o pensamento indutivo ou o *cogito* como fundamento do conhecimento e verdade, ponto alto na redescoberta do mundo Renascentista. A maneira como se espera que o mundo deva funcionar é condicionada pelas atitudes científicas geradas por diferentes fases do pensamento científico e critérios de pesquisa. Se nos debruçarmos sobre o fio da história veremos que ciência já foi dominada pelo pensamento goecêntrico e, posteriormente, pelo heliocêntrico, sofreu outro grande progresso com a física newtoniana, cuja teoria da gravitação universal deu aos homens um universo estático invariante com o tempo. Perspectiva que se manteve até inícios do século XX quando Einstein formulou a teoria da relatividade que implicava um universo em expansão.

Quando Newton (1642-1727) interroga o cosmos e as leis físicas e mecânicas que o governam desloca o seu conhecimento para a Razão humana (Young 1992). O *homo racionalis*, constituído como sujeito da razão, dominador e transformador da natureza, desafia a explicação divina para os fenómenos e assume-se como o único protagonista da história (Santos, 1995). Racionalismo e Empirismo reforçaram nos homens a certeza do domínio e controlabilidade dos fenómenos e, a Natureza, torna-se a matéria-prima onde o homem "*inscreve o sentido histórico do processo de desenvolvimento*" (Santos, 1995, p. 73). Delineada na Renascença, a era moderna, da revolução científica do século XVII, agiganta-se no movimento Iluminista que se desenvolve entre a Revolução Inglesa (1688) e a Revolução Francesa (1789) cujo projecto visava, essencialmente, erguer o conhecimento em bases científicas e dar aos indivíduos instrumentos conceptuais que permitissem a construção de sociedades utópicas, pela adopção de atitudes demolidoras do passado pré-moderno carregado de medos, superstição e paternalismo (Padovani & Castagnola, 1995). Os andaimes das disciplinas científicas da era moderna sustentam-se na concepção Iluminista de Ciência, do paradigma newtoniano-cartesiano, que constituiu uma actividade voltada sobre si mesma, exercida por homens nobres que buscavam romper com o mundo da ignorância e do senso comum. Esta concepção está ultrapassada, concebendo-se hoje como assinala Lyotard (1989), como meio de produção, que organiza e acumula certo tipo de informação, conforme as políticas definidas pelos Estados e os interesses comerciais de empresas que mantêm os seus próprios laboratórios. Desta forma perde uma dimensão humanística e especulativa voltada para o progresso da

humanidade, e torna-se uma actividade operacional. Actividade tão operacional que no discurso científico do nosso século, pode ser ressaltada a predominância da tecnologia intelectual dos investigadores com as suas próprias regras de produção - como escrever, como redigir, como citar, como estruturar um texto científico, como escolher um tema de pesquisa. O conhecimento então adquire um valor de troca e legitima-se pelo desempenho, perde valor intrínseco, questão que retomaremos adiante.

O sujeito essencialista da modernidade

"O sujeito unitário e racional", da pós-Renascença (Venn, 1984, p. 121) instaurado na cultura ocidental a partir do século XVII combina o cogito cartesiano e a concepção Iluminista de indivíduo, comprometido no contrato social que o transforma no *"herói do saber que trabalha para uma boa finalidade ético-política, a paz universal"* o qual procura compreender a verdadeira natureza do mundo fazendo julgamentos baseados apenas em evidências objectivas e científicas, acerca da realidade (Lyotard, 1989, p. 12). Esta procura da verdade baseava-se na ideia de que existem regras ou estruturas, essências, que estão na base das características superficiais do mundo, e que podiam ser descobertas. A ciência constituiu-se como antídoto contra o dogma medieval e a pessoa torna-se o foco para as questões da verdade e da moralidade (Burr, 1995). É este sujeito "universal", fundamentalmente androcêntrico, investido de poder, que na modernidade

define, classifica e categoriza a realidade, um sujeito influenciado pela sua personalidade, muitas vezes identificada com temperamento, uma essência definível ou passível de ser descoberta.

São as essências ou estruturas a preocupação da procura e identificação de qualquer coisa que se esconde dentro das pessoas ou dentro das coisas e que as torne o que são, isto é, que as identifica. Se tomarmos como referência uma concepção essencialista da pessoa, não pode ser tido em conta o argumento da especificidade histórica e cultural, e da influência do meio social em detrimento do argumento biológico. O essencialismo torna-se uma justificação racionalista para o comportamento humano e a experiência. Se o essencialismo é rejeitado onde devemos procurar então as nossas explicações para o comportamento humano e para a experiência? Os construcionistas sociais fazem radicar na linguagem o sentido pessoal e o da experiência. Esta linha de pensamento sublinha a construção social dos fenómenos sociais, enraizados na linguagem, o que possibilita diferentes alternativas para o comportamento humano, dada a variedade dos discursos que podem ser produzidos.

O sujeito cartesiano, patriarcal, assente numa forma única de racionalidade, veio a constituir tópico de crítica feminista, no âmbito do pensamento pós-moderno, a abordar adiante. O pensamento feminista resiste a noções que presumem um sujeito unitário, estático, coerente e racional, porque essas noções incorporaram, ao longo dos tempos, formas de opressão androcêntrica que contribuíram para a estruturação da certeza científica e defende o pressuposto da construção discursiva tanto do sujeito como do conhecimento (Henriques *et al.* 1984).

O emergir da Psicologia como ciência

A noção cartesiana de sujeito com processos mentais e físicos, passíveis de ser descritos e estudados racionalmente, reforçada ainda pela perspectiva evolucionista, desenvolvida por Darwin, que reduziu a mente *"ao mesmo estatuto material do corpo"* (Venn, 1984, p. 135), tornam o homem matéria de interrogação. Interrogação que se estende a todas as áreas da experiência à qual a Razão acede, facultando novas leituras sobre o Universo e os seres, dos quais se destaca o indivíduo, desta feita já separado dos outros seres (astros, plantas e animais: a natureza) e até dos outros humanos (Joaquim, 1997). Nascida no contexto positivista do século XIX, a Psicologia afirma-se inicialmente como uma descrição matematizada dos fenómenos psíquicos, mensuráveis sob condições controladas, e que Wundt (1832-1920) definiu como a ciência da consciência, à qual se poderia aceder pela introspecção. Desde logo, as objecções de Watson tematizam apenas o controlo do comportamento como objecto de estudo científico. A corrente *behaviorista* suportada pela filosofia e métodos do paradigma dominante, na tradição empirista, tornou-se grande factor de controle e regulação. *"Watson acreditava que o controle social era a área de maior sucesso de aplicação da psicologia. Os psicólogos não devem limitar-se a prever o comportamento, eles devem formular leis para levar a sociedade a controlar o comportamento."* (Goldstein & Krasner, 1987, p. 3). E, mais, explicitava que o seu método de educação da criança tinha como objectivo *"producing disciplined and well-behave worker for American industry"* (Grimshaw, 1986, p. 244-5). Logo a

partir dos trabalhos de Wundt, William James (1842-1910) e Max Wertheimer (1880-1943), a emergente ciência psicológica tenta consolidar o seu posicionamento, frente às outras ciências, pela adopção de parâmetros das ciências exactas, designadamente, da Física. Estribada na metodologia positivista de investigação, utilizada nas ciências naturais, a Psicologia começa a "observar", "contar" e "medir" o comportamento adquirindo, assim, legitimidade como corpo de conhecimento.

As fragilidades do *behaviorismo,* o epítome da psicologia positivista, são acentuadas por Harré e Secord (1972), quando assinalam ser ilusória a objectividade dos experimentos, obtidos em contextos controlados de laboratório, tendo em conta que as capacidades perceptivas dos sujeitos são influenciadas por múltiplas variáveis quando inseridos no seu contexto de vida real. Também Freud e seguidores, que se ativeram ao modelo positivista, próprio das ciências biomédicas do século XIX, conceberam a Psicanálise como um modelo simultaneamente mecaniscista e, por isso, ligado ao paradigma da física clássica e também não mecanicista por se basear em termos de uma nova estrutura explicativa do comportamento: o inconsciente. Em suma, o modo de indagação corrente no modelo positivista postula a existência de um método seguro, fiável e isento de valores, sobre a realidade o qual permite aceder à verdade (Morrow & Brown, 1994) e cujos fundamentos são: i) a experimentação e ii) verificação; iii) pressupõe sempre que investigador e objecto da pesquisa constituem uma dualidade com independência temporal e contextual das observações o que permite fazer generalizações uma vez que a causalidade,

nesta perspectiva, é linear (Lincoln & Guba, 1985). Os investigadores convencionais tornam-se guardiões de uma neutralidade suposta, e olham para a sua tarefa como uma descrição isenta, factual e objectiva da realidade (Gergen, 1992). Desta forma, os factos passam a ser reificados como discretos, fixos e objectivos e, chegar às verdadeiras propriedades do objecto em estudo, pertence já ao domínio das certezas absolutas (Broughton, 1980).

Tendo como fundo o modelo das ciências naturais, a Psicologia do chamado "Velho Paradigma", (Harré & Gillett, 1994), elege e privilegia a pesquisa conduzida em laboratório, cujo valor heurístico é contestado, por estes autores, bem como a alegada isenção do investigador, pois como sustentam, a componente interpretativa está sempre presente mesmo que o modelo seja experimentalista. Este modelo tem subjacente uma lógica hipotético - dedutiva a qual pressupõe que as proposições transportam consigo "conhecimento objectivo" e, quando aplicada ao comportamento, transformá-lo-ia, apenas, em meras consequências de antecedentes, radicadas em condições do mundo real. Deste pressuposto decorre a asserção que, ao investigador, basta empregar a dedução, para testar a validade do conjunto das proposições iniciais. O papel da linguagem, nesta concepção, tem a função representativa, como espelho fiel da realidade, porque a razão é dogmática, no sentido em que acredita atingir a verdade. Então, a tarefa suprema do investigador será a de desenvolver teoria que identifique factos com precisão o mais elevada possível para que possam ser distribuídos em curvas de Gauss, espelho da normalização onde se reflecte o indivíduo médio. A quantificação continua a exercer um fascínio inusitado nos

investigadores das ciências sociais e humanas e, por esse motivo, continuam a perseguir as medidas puras de coisas como a memória, percepção e traços de personalidade que supõem poder obter.

Estão assim identificados os andaimes em que, na era moderna, os conhecimentos disciplinares apoiaram a sua base científica e, entre eles a Psicologia, que podem enumerar-se de forma sistematizada: a) ter um objecto; b) utilizar a metodologia experimental; c) produzir leis universais; d) usar a pesquisa sistemática como forma de obter mais conhecimento para a sua área científica (Gergen, 1992). Em suma, a ciência, como afirma Caraça (1997) *"é dotada de identidade processual e de um objecto global único, aparece aos nossos dias de hoje como um vastíssimo corpo de várias disciplinas e especialidades"* (p. 54) em que uns se armaram *"até aos dentes tentando manter os velhos previlégios"* e outros desejam *"continuar o seu curso com um mínimo de perturbação"* (p. 59). Cresce a evidência que a ciência já não se pensa objectiva e isenta de valores, e embora destinada ao progresso, tantas vezes, conduziu a humanidade a riscos insuperáveis. Da brevíssima incursão histórica às vicissitudes temporais da produção de conhecimento, sublinham-se os tópicos seguintes, como síntese organizadora deste capítulo:

i) o homem pré-moderno regeu-se por estratégias de acção guiadas por um saber revelado que fugia à compreensão humana e entrava no domínio do mistério;

ii) o homem da era moderna comprometido com a acção guiada pela Razão, sempre associada à experimentação e à observação, como formas de explicação da realidade objectiva, indexou a controlabilidade dos fenómenos, e

estabelecimento de leis universais, à razão humana, única via da acesso ao conhecimento científico e prossecução de sociedades utópicas.

Capítulo 2

Os desafios do Novo Paradigma

Introdução

No capítulo precedente tocamos apenas em dois grandes movimentos que marcaram o pensamento ocidental e criaram condições para a estruturação da crença na universalidade das leis. Neste capítulo começaremos por referir a crítica empreendida por Gergen (1994) ao conhecimento individualista gerado na Psicologia por procedimentos legitimadores da causalidade, a que se aduzem outras vozes, designadamente Harré e Gillett (1994), Santos (1997) e Wilkinson (1997), entre outros, todas centradas, fundamentalmente, na consideração das influências das condicionantes sócio-culturais e históricas sobre o conhecimento. Serão referidos os acontecimentos que marcaram a falência das promessas optimistas preconizadas pela modernidade e que suscitaram novas formas de conhecimento e uma formação social nova que Lyotard (1989) designa de pós-moderna. A queda das Grandes Narrativas explicativas do mundo moderno induziu a crítica do sujeito essencialista da modernidade e possibilitou a emergência de um novo conceito para a subjectividade, tema debatido por Henriques *et al.* (1984) e Hollway (1989) e a que faremos alusão. Um outro aspecto importante, abordado neste capítulo, devedor do pensamento pós-moderno, é a crítica das metodologias experimentais e a emergência de metodologias alternativas que permitam a interpretação da voz de populações desprovidas de voz. Por conseguinte, não poderemos deixar de aqui fazer referência a um autor charneira como

Foucault pelos contributos decisivos à desconstrução do poder e ideologia que atravessam a ciência dogmática. Neste perpassar da condição pós-moderna faremos alusão à Psicologia Crítica e Psicologia Feminista cujos contributos atingem a racionalidade científica, os modos de pesquisa nas ciências sociais e os vieses sexistas presentes na ciência que contribuíram para a opressão e desvalorização das mulheres, ao longo da história. Embora o pensamento feminista não seja homogéneo e algumas tensões existam no seu interior, terminaremos o capítulo sublinhando a sua importância na abertura de brechas na ideologia patriarcal dominante com vista ao seu desmantelamento.

Os desafios do Novo Paradigma

A pedra de toque na legitimação de instrumentos, em Psicologia, são os procedimentos estatísticos utilizados para a validação das suas hipóteses. É para eles que se orientam as críticas de autores que suspeitam, desde logo, da sua alegada neutralidade e objectividade e indexam a lógica da sua construção a uma ontologia newtoniana cujos sistemas locativos se baseiam no espaço e no tempo e, cujas relações, entre acontecimentos e coisas (entidades) se baseiam na causalidade (Harré & Gillett, 1994). A objectividade e a universalidade das leis produzidas foram características modeladoras da modernidade que orientaram, também na Psicologia, um tipo de conhecimento individualista que Gergen (1994) virá a criticar no seu livro *"Relations and Relationships-Soundings in Social Construction"*, porque um tal posicionamento conduziu a um impasse no contexto das actuais transformações sociais.

As mudanças mais recentes sugerem uma perspectiva do conhecimento situado na esfera social e partilhado nas relações sociais. Por ser um empreendimento humano, a ciência está sujeita às moldagens das condicionantes sócio-culturais do tempo e do espaço em que se desenvolve, o que relativiza a sua objectividade e isenção, isto é, está condicionada pelas conjunturas económicas, sociais e culturais das sociedades onde se desenvolve. Uma resposta comprometida com esta posição, defendida por Gergen (1994), só pode ser um trabalho transdisciplinar, porque, para a

realização de estratégias interventivas, no social, não serve somente a perspectiva científica de uma única disciplina, necessariamente parcial, o que se requer é uma visão global da realidade, em toda a sua complexidade. Isso exige a adopção de um método transdisciplinar, não como um objectivo em si mesmo, mas como um meio para operar mais eficazmente nas realidades com as quais o investigador está empenhado. O próprio conceito de racionalidade científica é alargado aos aspectos heurísticos do fazer científico, isto é, vai recolher novos olhares a outros campos: Sociologia, Psicologia, História e Ética.

Santos (1997) toma como referência o "princípio da incerteza" da Física para ilustrar a inextrincável ligação do sujeito que estuda ao seu objecto de estudo; este muda pelo efeito da manipulação daquele e que o autor alarga ao quotidiano ao afirmar que "*não conhecemos do real senão a nossa intervenção nele*" (p. 26). Segundo esta perspectiva, o investigador está inteiro na sua pesquisa com os seus pressupostos políticos, e cujos quadros teóricos de referência não são justificados pela curiosidade contemplativa, mas pelo desejo de intervenção para fazer que as coisas sejam de outro modo, pelo desejo de superar a desigualdade social, entre elas a que radica no género.

Autores críticos, como Venn (1984) argumentam que os instrumentos de avaliação, ao reduzirem os sujeitos a categorias taxonómicas, os enredam em panóplias de recomendações e um sem número de discursos reguladores que influenciam as práticas institucionais. Santos (1997) adianta que o rigor matemático aplicado ao estudo do humano e do social não é suficiente para

atingir uma suposta verdade ou conhecimento objectivo, pois que, apesar de todo o aparato de artefactos produzidos,*"a totalidade do real não se reduz à soma das partes em que o dividimos para observar e medir* (Santos, 1997, p. 26).

A Psicologia feminista, de que se falará adiante, instigou e manteve muito do esforço crítico para redireccionar os pressupostos teóricos, metodológicos e de práticas profissionais. Contudo o seu sucesso tem sido limitado, apesar do compromisso empenhado das feministas, como refere Wilkinson (1997), porque o feminismo desafia radicalmente a Psicologia assim como a sociedade em geral. É no compromisso com as consequências dos actos vividos que se torna possível encarar a emergência de modelos de interpretação alternativos, em função da posição que se tenha face à realidade. Por conseguinte, o compromisso científico passa a implicar a explicitação do compromisso político que lhe subjaz. Feministas e Marxistas identificam na ciência e, especialmente na Psicologia e Ciências Humanas, um certo totalitarismo metodológico que tem legitimado o poder estabelecido, mantém a exploração capitalista e a dominação tecnocrática (Bem & Jong, 1997).

No que concerne à Psicologia, que se sustentava no método experimental para o estudo dos comportamentos e cognições, Gergen (1994) enumera algumas das razões que podem possibilitar caminhos de abertura e mudança, ao referir o impacto da: i) crise da ciência social; ii) necessidade de estar orientada para o estudo do mundo real; iii) importância da crítica das feministas; iv) questão ética ligada à experimentação.

O actual contexto de profunda mudança, que envolve a ciência, referido amplamente por Santos (1997), configura o emergir de um novo paradigma que passaremos a delinear nos seus traços principais nos tópicos seguintes.

Pós-modernidade e seus contributos

Frustrados pelas formas de dominação emergentes da cultura pós-Iluminista, os académicos da Escola de Frankfurt, implicados na construção da Teoria Crítica tinham como meta reconstruir as ciências sociais, com vista a uma nova ordem social. As ciências sociais e humanas e Psicologia foram atravessadas pela crítica desenvolvida por esta Escola que induziu um movimento com propostas alternativas ao positivismo predominante. Como temos vindo a referir a Psicologia do paradigma positivista enfatiza processos mentais internos, regista e enumera comportamentos e, por via da quantificação, busca confirmar as suas hipóteses e validar as suas teorias. Porque o seu cariz é essencialista procura a descoberta de atributos escondidos, para estabelecer leis gerais (Gergen, 1994).

As formas racionais de pensamento e organização social da modernidade, que prometiam, de forma optimista, a libertação do mito, da irracionalidade e do lado negativo da natureza humana (Hargreaves, 1998) revelaram-se uma faca de dois gumes: por um lado, mostraram-se capazes de fortalecer a condição humana e, por outro, evidenciam a capacidade para a empobrecer. O lado

optimista da modernidade foi abalado dramaticamente em Auschwitz, Hiroshima e Nagasaki, minados que foram os fundamentos da fé liberal que, como refere Lasch (1984), se apoiava na crença que i) as aplicações da ciência só se orientavam para o enriquecimento humano; ii) a previsão do comportamento humano asseguraria um *contexto* intelectual e familiar para a criação de um "admirável mundo novo" (p. 225).

A crescente sofisticação no potencial destruidor do armamento produzido, pelas sociedades industrializadas, e a devastação ambiental continuamente corroboram a linha de argumentação que sublinha a falência da racionalidade científica da modernidade. A reflexão do pós-guerra sobre as profundas mutações sociais, que se operaram então, deu conta da transformação das regras do jogo em todos os domínios do conhecimento. As profundas dificuldades criadas pelas economias de Estado e pelos seus modelos organizacionais, o aparecimento das novas tecnologias e consequentes mudanças que provocam nos sistemas socio-económicos suscitam a análise de Lyotard (1989) que sustenta dever-se, a este conjunto de factores, a produção de novas formas de conhecimento e, também, uma formação social, totalmente nova, e que denomina de pós-moderna.

A confiança na objectividade de uma realidade estável e segura apresentada, na modernidade, pelo paradigma dominante, foi minada pelas tecnologias dos media que introduziram novos dados acerca do conhecimento e tornam ténues as fronteiras entre o real e a imagem (Huyssen, 1990; Hargreaves, 1998; Burr, 1995). Nas artes, a atitude antimodernista de transgressão e rebeldia dos

movimentos *avant-garde* dos finais dos anos 50, assinalam, já, o desencanto com a arte estável, produto da acelerada industrialização, desumanizante, das sociedades ocidentais (Best & Kellner, 1991).

Não nos ocuparemos da discussão sobre a falta de consensos quanto aos termos pós-modernidade e pós-modernismo; fixamos as descrições feitas por Smart (1993) e por Hargreaves (1998) que caracterizam a pós-modernidade como uma condição social que engloba padrões próprios de relações sociais, económicas, políticas e culturais, como um tempo novo que não só molda a conduta e a experiência "*mas também se expressa crescentemente nelas*" (Smart, 1993, p. 27), sendo que o pós-modernismo não é mais que um componente e uma consequência da condição social pós-moderna. *"Em muitos sentidos, o pós -modernismo é um efeito da pós-modernidade"* (Hargreaves, 1998, p. 44).

O pós -modernismo liga-se à natureza provisória da vida social e cultural das sociedades industrializadas contemporâneas, embora, como assinala Featherstone (1988), seja, com frequência, usado em referência a desenvolvimentos conceptuais na esfera artística, intelectual e cultural mais recentes. Os teóricos sociais argumentam que entramos numa era histórica qualitativamente diferente do passado na qual estão a emergir formas "desorganizadas" do estado pós-industrial que transcendem os limites do estado nação. O pós-modernimo associa-se à onda de pensamento crítico e filosófico que busca "desconstruir" ou questionar as crenças modernas sobre a verdade, conhecimento, poder, individualismo e linguagem (Burr, 1995). A pós-modernidade não se reivindica como uma etapa superior da história

humana, mas diferente. Se bem que possa haver continuidades significativas entre os dias de hoje e o fim do século XIX, uma possibilidade é a de haver diferenças importantes para as quais os autores chamam a nossa atenção. Eco (1986) afirma que a nossa época é de transição permanente e acredita que precisamos de arranjar novas formas operativas e de ajustamentos para fazermos face a uma emergente cultura do constante reajustamento.

Em síntese poderemos concluir que o movimento pós-moderno configura:

i) uma posição vanguardista de desafio à arte dita erudita (*pop arte* de Warhol e promoção da cultura popular);

ii) o fim da concepção tradicional da representação;

iii) o esbater da fronteira entre linguagem e seu objecto;

iv) a crise do sujeito do conhecimento ocidental.

Fundamentalmente, o homem da pós-modernidade rejeita a ideia de um critério universal, para a racionalidade, como veremos no ponto seguinte.

Uma nova subjectividade no ocaso das grandes narrativas

A tradicional concepção essencialista e universalista do sujeito da cultura ocidental, herdada do Iluminismo: homem branco classe média, é refutada e descontruída por Henriques *et al.* (1984), assim como a noção de subjectividade. Numa linha de análise pós-estruturalista que tem em conta a centralidade da linguagem, os citados autores, propõem a desconstrução do *"sujeito transcendental e unitário"* (p. 195) apresentado pela Psicologia convencional. Procedem à desconstrução do sujeito concebido e naturalisado pela Psicologia, postulando o sujeito como um ser singular, analítico e não ontológico, *locus* de poder, lugar de contradição e resistência. Uma nova concepção de subjectividade é utilizada pelos autores para referir a auto-consciência de sujeitos dinâmicos e múltiplos sempre posicionados em relação a discursos particulares e às práticas por eles produzidas - a condição de ser sujeito. *"we use 'subjectivity' to refer to individuality and self-awaraness - the condition to refer to individuality and self-awaraness-the condition of being a subject - but understand in this usage that subjects are dynamic and multiple, always positioned in relation to discourses and practices and produced by these - the condition of being 'subject'* (Henriques *et al.* 1984, p. 3).

É uma ideia nova de produção de subjectividade que envolve os comportamentos, percepções, memórias, relações sociais e que correspondem às diferentes posições do sujeito nos discursos disponíveis nas sociedades. Parker (1996) descreve a nossa subjectividade como produto histórico e

contingente, um instrumento de investigação de máxima valia para a descodificação da linguagem, ponto de vista que já tinha sido suportado por Hollway (1989). Na acepção desta autora a subjectividade diz respeito à incorporação de valores, os quais ligam as práticas às pessoas e, por isso, podem proporcionar poderes, que distribuem os sujeitos por posições nas suas relações com os outros. Hollway (1989) descreve a subjectividade de homens e mulheres tomada como um produto da sua história, do seu posicionamento nos discursos e da maneira como isso construiu os investimentos orientadores das suas relações íntimas.

A abordagem desta autora rompe com a concepção de subjectividade essencial e universal e sublinha o seu carácter não racional e não unitário cuja produção é, por via da significação social, historicamente contingente. Esta concepção de subjectividade suporta um conceito crucial em Análise do Discurso, que é o da posição de sujeito, a ser posteriormente desenvolvido.

A condição pós-moderna, de acordo com Lyotard (1989) coloca-nos perante a pulverização de grupos sociais para cuja compreensão das relações sociais é precisa uma teoria dos jogos de linguagem, conceito introduzido por Wittgenstein (1889 -1951). Lyotard (1989) sustenta que o saber não se reduz à ciência, nem ao domínio cognitivo. Ele é muito mais vasto e vai mais além do critério de verdade, engloba uma sabedoria ética, dá crédito a si mesmo, pela pragmática da sua transmissão, sem recorrer à argumentação e à prova.

A narrativa de legitimação, de inspiração Iluminista, afirma-se contra o obscurantismo e consiste na reconquista do direito à ciência. Na sociedade

pós-moderna a ausência de legitimação confere à ciência um estatuto de poder, pois já não passa pelas grandes narrativas (Cristianismo, Iluminismo e Marxismo); a única forma de legitimação é tornar manifestos os pressupostos em que assenta a ciência. Desta forma o saber científico pode tomar-se como um discurso. A condição pós-moderna dos tempos actuais valoriza mais a forma como as coisas são ditas que a verdade, são tempos em que tudo é constantemente reproduzido; tempos em que à teoria compete a função de desafio do real, um real que carece de sistemas de representação coerente, de acordo com Baudrillard (1987). Quer as ciências quer as técnicas incidem sobre a linguagem e o poder explicativo dos grandes sistemas, para o social (linguagem, cultura, práticas sociais, subjectividade e a própria sociedade), esbate-se face à saturação da tecnologia de informação dos media, às perspectivas plurais e à contingência (Best & Kellner, 1991).

As modificações que têm vindo a verificar-se nas formas de sociabilidade e cultura, inovação tecnológica, economia e vida política fazem-nos supor que se caminha para: a) o fim do essencialismo e fragmentação do sujeito; b) a reivindicação da diferença; c) o fim das dicotomias da cultura ocidental (Ubach, 1996). É característica do pensamento pós-moderno a suspeição das crenças modernas no fundamento objectivo e universal do conhecimento, da verdade, poder, individualismo e da linguagem, enquanto representação fiel do pensamento. Enquanto o positivismo trata a linguagem como o lugar onde a realidade do mundo se espelha, o pós-modernismo acentua o contexto relacional em que a linguagem é usada sem o qual não constrói significados.

O esbater das fronteiras entre a linguagem e o seu objecto, conduz à queda do conceito de representação, à dissolução das polaridades tão características do pensamento ocidental, à instauração da subjectividade no estudo do social, por ser praticamente impossível dissociar os valores do cientista das suas pesquisas.

A fundamentação da verdade, num cenário em que os sistemas globais de pensamento se encontram abalados, torna-se, por sua vez, problemática e a realidade deixa de ser percepcionada como estável e segura e, passa a ser encarada numa base construcionista. Santos (1995) assinala que na época em que vivemos se vão desenhando os sinais de um paradigma emergente, a que chama pós-moderno que, segundo o mesmo autor, é abrangente do conhecimento total, mas que sendo total não deixa de ser também local, enquanto resposta a projectos concretos *"A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros. (...) o conhecimento avança à medida que o seu objecto se amplia; ampliação que como a da árvore, procede pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas e mais variadas interfaces"* (ibidem, p. 47-48). A busca de novas interfaces pressupõe métodos de pesquisa alternativos aos do paradigma dominante. Trata-se de *"um conhecimento sobre as condições de possibilidade. (...) Um conhecimento deste tipo é relativamente imetódico, constitui-se a partir da pluralidade metodológica"* (ibidem, p. 48).

Inconsistente com o espírito da pós-modernidade é, pois, a ideia de unificação conceptual e metodológica. A pós-modernidade oferece novas oportunidades para a realização de esforços morais e políticos. Na esfera social, a cultura visual do fim de século ganha terreno face à cultura da palavra e da memória emergem novas formas de pensar a subjectividade. Rago (1997) assinala que a revolução sexual dos anos 60 marcou novos padrões nos códigos sexuais de conduta e dos padrões de feminilidade e de masculinidade que vigoraram por muitas décadas. É possível na pós-modernidade, segundo a autora, falar-se em subjectividades mutantes e desconstruir as antigas referências do normal e do desvio e sobretudo inventar novos territórios desejantes.

À medida que o século XX se aproxima do fim mais visível se torna o aumento de fragmentação cultural, de mudanças na experiência de espaço e tempo, de novos modos de subjectividade e cultura. A pós-modernidade vem possibilitar a dúvida sobre a adequação do método experimental ao estudo dos fenómenos sociais (Jesuíno, 1993). E, no que diz respeito às objecções feitas à Psicologia, estas centram-se na utilização de metodologias hipotético-dedutivas ou experimentais, com vista à mensuração de comportamentos e cognições. Vislumbra-se uma progressiva valorização de metodologias alternativas à pesquisa tradicional e começam a previligiar-se métodos qualitativos, que abordaremos adiante, para interpretar as vozes das populações sem voz (Prilleltensky & Fox, 1997).

A busca de novas interfaces

A interpretação dessas vozes pode ser realizada por duas vias globais, os métodos preferenciais de análise pós-moderna: i) a desconstrução, e ii) a arqueologia. A desconstrução é um método de análise textual que visa revelar as contradições do texto, sem que no entanto se proponha oferecer a melhor versão do mesmo (Derrida, 1978). Importado da teoria literária, para a Psicologia discursiva, a abordar à frente, o método derridaniano de desconstrução transforma o significado retirado apenas dum sistema específico de linguagem, o qual está em constantes inferências. Este autor rejeita a lógica dicotómica que separava indivíduo e sociedade e pensa-os como termos inseparáveis de um sistema.

Foucault utilizou a arqueologia como método de análise cuja principal característica é a auto-reflexão contínua sobre o poder que atravessa os discursos, a abordar adiante e que muitas vezes não podemos controlar. A sua arqueologia das ciências humanas mostrou como os conceitos que tomamos como certos, designadamente em Psicologia e na nossa vida diária, têm uma história longa, marcada por rápidas mutações no conhecimento e como as ideias das pessoas são constituídas dentro de padrões de discursos. Os discursos, tomados num sentido foucaultiano são práticas sociais e estas são regras anónimas, historicamente determinadas, num certo tempo e espaço, que definiram as condições de enunciação, em determinada época, para dadas comunidades. Neste pressuposto, os discursos são regulados pelas relações de

poder o qual regula também as formas pelas quais o conhecimento reinicia as suas práticas.

De acordo com Lamoureux (1991), arqueologia e genealogia embora possam ser tomadas como sinónimas configuram algumas *nuances*. Enquanto a arqueologia analisa a produção do discurso, em termos das condições de possibilidade que governam o sistema de conhecimento, a genealogia é um método de investigação que olha para as regras que governam as práticas discursivas. Tomaremos apenas o termo arqueologia na acepção de método de análise como a prática de olhar a história em ordem a defender formas de ser e conhecer que foram omitidas, excluídas ou pontualmente desvalorizadas.

A arqueologia rejeita não só qualquer tipo de história que seja apresentada como a mais válida e completa, sobre aquilo que aconteceu, como *aprioris* sobre o conteúdo da ciência. A instabilidade do significado da actividade humana foi, em geral, enfatizado pela corrente pós-estruturalista e, nesse contexto, Foucault utiliza o termo "arqueologia" para se referir à forma desordenada e, muitas vezes, violenta pela qual emergem os significados da actividade humana.

Relativamente à arqueologia do conhecimento, como refere Nogueira (1996) *"Foucault não pensa que a emergência de certos discursos particulares sejam maquinações intencionais de determinados grupos poderosos. Pelo contrário, considera que as condições de vida, e as práticas sociais fornecem uma cultura que possibilita algumas representações, mais que outras, e que os efeitos dessas*

representações podem não ser imediatamente óbvios ou intencionais. (...) Pode-se olhar para trás e ver como um discurso particular emergiu, mas não se pode olhar para o futuro e postular que certos tipos de sociedades serão acompanhadas por qualquer representação específica da vida humana" (p. 74).

A detalhada reflexão de Foucault acerca das modernas noções de doença (1973) punição (1979) e o sujeito (1982), centra-se nas "regras do discurso" que até aos nossos dias falam acerca das coisas que fazem sentido para nós. A sua tarefa foi pôr a descoberto as "condições de possibilidade", já referidas, para a experiência moderna. Kincheloe e McLaren (1998) caracterizam os trabalhos de Foucault como as perspectivas pós-modernas de resistência.

Transformações radicais que supõem procedimentos alternativos aos métodos de pesquisa do paradigma dominante, nas ciências sociais e humanas, começam a emergir num tempo tão carregado de perspectivismo para a ciência psicológica no que diz respeito: a) à forma de construção de conhecimento; b) à sua validação prática; c) ao conhecimento prático da vida diária (Kvale, 1992).

Shotter (1993) e também Gergen (1992) preconizam uma abordagem da vida mental definida em termos novos, que tenha em conta: i) novas formas de avaliação em que o envolvimento do investigador e participante seja considerado; ii) novas concepções sobre a natureza da realidade (ontologia); iii) uma nova compreensão dos fenómenos face à improbabilidade dos resultados. A contextualização das acções humanas é a condição de validação reclamada por Gergen (1992, 1994), pois estas ultrapassam o âmbito da

pesquisa de laboratório. Preconizado mudança de paradigma na pesquisa psicológica este autor sublinha o impacto que tópicos importantes da pós-modernidade possam aduzir à Psicologia e dos quais destaca: i) as implicações do avanço tecnológico; ii) a crítica cultural, acentuada pela desconstrução e crítica feministas; iii) a transformação do papel do investigador em construtor activo e participativo no conhecimento e cultura e já não um *"polidor de lentes"* (Gergen, 1992, p. 27). O investigador torna-se, nesta perspectiva, um operário, um agente interpretativo daquilo que produz, que não é uma ideossincrasia individual, mas resultado de um diálogo estabelecido entre o investigador e outras vozes presentes no seu contexto social.

A desconstrução de todos os pressupostos de verdade, a democratização das vozes dos participantes, no diálogo científico, a reconstrução de novas práticas e a realidade em transformação são consubstanciadas no modo construcionista de abordar as ciências humanas. Ao Velho Paradigma, que se sustentava no método experimental, na verdade objectiva dos factos, na pesquisa empírica, nas propriedades universais das pessoas e nas possibilidades de previsão, contrapõe-se o Paradigma pós-moderno que não olha para dentro das pessoas, mas para os seus recursos linguísticos e convenções que constróem o mundo, que atenta ao desenvolvimento histórico do conhecimento, que toma as pequenas narrativas e versões subjectivas das pessoas como objecto de estudo (Gergen, 1992; Harré & Gillett, 1994). Decorrente dos desenvolvimentos observados na investigação social, um

outro modo de encarar a pesquisa em Psicologia começa a ganhar terreno, tópico que abordaremos a seguir.

Os contributos da Psicologia Crítica

Embora, como assinala Azevedo (1995) não se possa considerar uma teoria crítica unificada podemos considerar, na esteira do autor, que *"marxistas, perspectivas feministas, psicanálise radical e teóricos sociais continentais tais como Foucault, Habermas, Derrida, os sociolinguistas russos como Bakhtin e Vygostky e as pespectivas sociológicas associadas à Escola de Frankfurt podem ser incluídas no âmbito das perspectivas críticas"* (p. 28-29). Desta forma, como tentativa de sistematização e, de acordo com Kincheloe e McLaren (1998), poderemos tentar agrupar, na tradição crítica, quatro grandes tendências da investigação social: i) a neo-marxista mais intimamente ligada aos trabalhos de Adorno, Horkheimer e Marcuse e que pensam o poder em termos das sociedades capitalistas e opressão de classes; ii) os estudos genealógicos de Foucault; iii) as práticas desconstrucionistas associadas a Derrida, e iv) as correntes pós-modernas associadas a Derrida, Foucault, Lyotard, Ebert e outros.

O modelo de pesquisa, tema que nos interessa abordar neste ponto, nascido deste posicionamento crítico toma a forma de um criticismo auto-consciente no sentido em que os investigadores estão conscientes, por um lado, dos imperativos ideológicos e epistemológicos que informam as suas pesquisas e

entram, por isso, deliberadamente no terreno da pesquisa, com toda a sua bagagem política e, por outro, do falhanço das teorias positivistas que espelham simplesmente as realidades existentes. A competência do investigador deve ser a de arrancar das aparências, as contradições do mundo aceite pela cultura dominante como natural e inviolável, porque tais aparências podem ocultar relações sociais de desigualdade e injustiça. Adoptar uma posição crítica supõe encarar o conhecimento e a pesquisa como algo de profundamente influenciável pelos valores do investigador para ser colocada ao serviço, das populações em desvantagem, numa tentativa de equilibrar o poder. Neste quadro conceptual, a pesquisa é vista como esforço transformador da sociedade, e os investigadores, pessoas empenhadas em projectos que possam corrigir ou fazer ajustamentos a problemas encontrados no terreno. No espectro das concepções pós – modernas, o agir humano pode ser compreendido à luz de uma nova esperança, uma maior liberdade para a pesquisa social e um outro lugar, o da reflexividade, para os investigadores se colocarem a si próprios e aos sujeitos, seus informantes. As perspectivas pós-modernas de resistência, não só desconstroem a verdade objectiva da ciência positivista como trazem à luz o poder ideológico, oculto nos discursos.

Kincheloe e McLaren (1998) definem a tradição crítica de forma ampla e, concedem aos investigadores críticos, um papel decisivo na intervenção social, partindo dos pressupostos que:

i) todo o pensamento é fundamentalmente mediado pelas relações de poder que são social e historicamente constituídas;

ii) os factos nunca podem ser removidos da sua matriz ideológia ou dos valores;

iii) as relações entre os conceitos e objectos entre significante e significado nunca são imutáveis e fixas e muitas vezes são mediadas pelas relações do consumo e produção capitalistas;

iv) a linguagem é central na formação de subjectividade;

v) a reprodução da opressão reside na aceitação da sua inevitabilidade;

vi) a maioria das práticas sociais estão geralmente implicadas na reprodução dos sistemas de poder, classe, raça e género.

No que concerne à Psicologia Crítica, de acordo com Prilleltensky e Fox (1997) esta é um desenvolvimento sub-disciplinar da Psicologia que combina a abordagem crítica (nascida da Escola de Frankfurt) com a teoria e prática psicológicas, privilegiando abordagens teóricas, epistemológicas e metodológicas inovadoras. A Psicologia Crítica abrange um amplo espectro da Psicologia, enquanto disciplina e há psicólogos críticos a trabalhar nas mais diversas áreas: desenvolvimento (Bradley, 1989; Burman, 1994; Walkerdine, 1984); psicologia social (Potter & Whetherell, 1987; Parker, 1992); personalidade (Sloan, 1997); clínica (Pilgrim, 1992; Ussher, 1991); comunitária (Prilleltensky & Nelson, 1997) e psicologia forense (Fox, 1997).

O traço comum nas diferentes abordagens referidas é que em todas elas há um questionar dos pressupostos universais da psicologia como ciência e da adequação das suas metodologias ao objecto de estudo. Questões tais como sexualidade, género, classe social, poder e ideologia são abordadas pela

Psicologia Crítica contra a corrente, sob outro ângulo. Nestas áreas temáticas questiona-se tudo o que foi dado como adquirido e privilegia-se a subjectividade e experiência, conhecimento, contexto social político e económico em que a pesquisa decorre. Pode então afirmar-se que pesquisa crítica não é uma pesquisa no vazio, não é uma pesquisa de laboratório. Examina reflexivamente teorias e práticas para averiguar da sua relevância social.

A pesquisa empírica, em Psicologia Crítica, é conduzida num amplo espectro de pontos de vista epistemológicos que vão desde a crítica realista, feminista, construcionista, pós-modernista, discursiva e psicanalítica que incluem uma grande variedade de métodos e técnicas de pesquisa: entrevistas, *focus* grupo, gravações em vídeo, narrativas, análise textual e métodos observacionais. Estes métodos têm recursos técnicos variados desde a análise de discurso, a análise narrativa e análise conversacional. Em todos os fios da Psicologia Crítica se valorizam as influências de factores históricos, culturais e políticos que moldam a experiência e conhecimento e a influência da subjectividade dos profissionais quer nas práticas de pesquisa quer na prática profissional constituindo estas um tópico central. Neste ponto da discussão deve fazer-se alusão à Psicologia Social Crítica, por esta incluir a Psicologia Feminista, no que concerne a posições de fundo globais como sejam posições epistemológicas teóricas e metodológicas semelhantes, críticas dos modelos das metodologias empiristas positivistas, de acordo com Wilkinson (1997).

A Psicologia Feminista, de acordo com Wilkinson (1997) é a teoria e prática psicológica informada pelos objectivos do movimento feminista. Como a autora acentua Psicologia Feminista e Psicologia das Mulheres são termos sinónimos, mas com algumas *nuances*. Não nos enredaremos nessa diferenciação, tomá-la-emos como uma área de carácter transdisciplinar, cuja origem se reporta ao trabalho das feministas desenvolvido neste século, e cujo núcleo é a luta pelo fim da subordinação das mulheres.

A Psicologia Social Crítica emergiu da crise que se verificou na própria Psicologia Social e incorpora contributos de posições críticas de várias áreas com vista à desconstrução e reconstrução das suas práticas e instituições de uma forma libertadora, humanista e radical e difere da Psicologia Feminista apenas por esta implicar a explicitação dos objectivos políticos do movimento feminista. A Psicologia Social Crítica constitui um termo abrangente de áreas que lhe são afins: i) psicologia discursiva e análise do discurso (Burman & Parker, 1993; Edwards & Potter, 1992; Parker, 1992; Potter & Wetherell, 1987; Wilkinson & Kitzinger, 1995), ii) o estudo da retórica e ideologia (Billig, 1987, 1991); iii) desconstrução (Parker & Shotter, 1990); iv) construcionismo social (Gergen, 1992; Hollway, 1989).

A corrente crítica da Psicologia Feminista actual inspira-se no posicionamento pós-moderno de resistência, que enfatiza o campo social como um texto, cujos argumentos teóricos e metodológicos são suportados por uma ontologia relativista (as realidades são múltiplas) e uma epistemologia subjectivista (investigador e sujeitos constroem conhecimento) usando, por consequência,

um conjunto de procedimentos metodológicos interpretativos que têm em conta a voz do participante. Esta linha teórica de pesquisa adequa-se ao pensamento feminista no estudo que faz das temáticas relacionadas com as mulheres, como tópico autónomo, um valor em si mesmo e numa vertente cultural de relatos de experiências produzidos por mulheres (Olesen, 1998). No que concerne à Maternidade é com base em princípios emanados da Psicologia Feminista que as mulheres, enquanto mães, podem ser encaradas na sua condição de sujeitos políticos cuja voz é capaz de interpretar as práticas sociais orientadoras do seu vivido. O objectivo das lutas feministas sempre foi, pela apologia da mudança social, promover a defesa de melhores condições de vida para as mulheres, enquanto sujeitos políticos. No tópico seguinte serão abordados alguns contributos do pensamento feminista, na sua dimensão crítica, que facilitaram a desconstrução da dimensão patriarcal, enquanto sistema de opressão que atravessa a ciência e o discurso social.

O debate feminista da racionalidade

O Movimento Feminista cujos primórdios remontam às lutas das Mulheres Sufragistas, em 1890, em Inglaterra, rapidamente se estendeu aos Estados Unidos onde as mulheres obtiveram o Direito de Voto em 1909. Depois disso, este movimento, enquanto perspectiva política, tem influenciado e sofrido influência dos desenvolvimentos ocorridos no âmbito das ciências sociais e, para muitos sectores das sociedades, este movimento constitui, até hoje, uma realidade e uma força inegáveis.

Hekman (1994) entende que o contributo do questionamento feminista não reside no facto de ter construído um grande corpo teórico, mas na capacidade que teve para criar uma dimensão crítica, alternativa, às teorias da racionalidade científica, aos modos de pesquisa em áreas como a Sociologia, Psicologia e Ciência Política e particularmente no que diz respeito às teorias existentes sobre a família. Embora não nos debrucemos agora sobre essas críticas, no que diz respeito à família, salientamos apenas que nos anos 60 a crítica à família se centrou na falta de autonomia que amarrava a mulher à vida doméstica, nos anos 70 são desenhados os contornos de uma nova imagem de família, cujos membros baseiam as suas relações na afectividade, partilha de tarefas e se valoriza a maternidade como opção de realização pessoal do casal.

De acordo com Nogueira (1996) "*todas as feministas sempre desejaram combinar o amor e comprometimento, o cuidado e a liberdade de formas que fossem menos*

opressivas para as mulheres." (...) *Daí que o repensar da paternidade nos dias de hoje seja um tema de particular interesse para muitas feministas"* (p. 173)

No que concerne à revisão epistemológica dos pressupostos da razão ocidental, levada a cabo pelo pensamento feminista, este sublinhou-lhe um carácter contingente e parcial. Concordante com a posição crítica desenvolvida pelos teóricos da Escola de Frankfurt que defenderam uma reinterpretação para o mundo, as feministas colocaram em questão os princípios da certeza adquirida sobre o conhecimento universal e androcêntrico que norteou as ciências sociais e humanas. Como já se referiu, a pesquisa feminista, que é crítica da ciência social positivista, constitui apenas uma parte de um amplo movimento desenvolvido: na filosofia da ciência por Feyerbend (1975); na sociologia do conhecimento, por Woolgar (1988); em alguns aspectos da psicologia, por Gergen (1985) e outras disciplinas da ciência social, a abordar adiante: o construcionismo social. A questão principal centra-se no projecto de erradicação de fontes indesejáveis de distorção ou vieses dos processos de pesquisa, e que as feministas atribuem à abordagem positivista e androcêntrica no estudo das condutas e pensamento, porque como afirma Smith (1974) "conhecente" e "conhecido" não podem ser separados de forma clara na pesquisa e porque a ciência social não pode ser descrita como objectiva por causa dos valores do cientista.

Quando as feministas assinalam os enviesamentos observados na forma como o investigador organiza a sua pesquisa (tópicos e métodos seleccionados para a pesquisa) e nas metáforas que utiliza para a interpretação factual dos

resultados são consequentes com a sua ontologia (Flax, 1990; Harding, 1986; Keller, 1985). Estas feministas consideram que o ponto de vista androcêntrico se encontra presente quer na justificação racional da ciência, quer nas metodologias empíricas e nas considerações éticas, morais ou ideológicas do próprio cientista. De acordo com Keller (1991) este posicionamento crítico só foi possível pela presença das mulheres na produção científica, que sofreu um aumento exponencial a partir dos anos 70. Para além de reivindicarem o direito à visibilidade social e política, as feministas dirigiam a sua crítica à face visível do conhecimento, a face universal masculina. Para corrigir essa situação de poder e privilégio Collin (1991) sugere uma via com três ramificações: i) estudos feministas, diversos do saber masculino, ao nível das metodologias e dos temas a abordar; ii) estudos sobre mulheres em que só as experiências das mulheres e o seu vivido, serão objecto de análise e estudo; iii) estudos sobre o género que se centrem nas relações sociais entre homens e mulheres. Os pontos de vista dentro do feminismo pós-moderno (Roseneau, 1992; Rose, 1986, Harding, 1986) variam em intensidade de radicalismo.

Sem nos perdermos em deambulações diremos apenas que algum feminismo pós-moderno recusa concepções universalizantes do conhecimento sem, no entanto, rejeitar a possibilidade de um conhecimento situado; outro inviabiliza qualquer possibilidade de aceder conhecimento sobre o mundo social. Os contributos feministas, globalmente, revestem-se de extrema relevância, pela abertura de vias de reflexão inovadoras proporcionadas à própria ciência. Os esforços desenvolvidos pela crítica feminista pós-moderna,

por exemplo, centraram o seu combate em associações entre racional e masculino, emocional e feminino, que conceptualizava a forma de conhecer feminina como inferior à forma de conhecer masculina de acordo com Hekman (1994).

No entanto, as reivindicações feministas não estão isentas de riscos semelhantes aos do poder androcêntrico se as mulheres forem tomadas como uma categoria universal, sem se pensar nas diferenças abissais (económicas e culturais) que tantas vezes existem entre elas. Neste sentido a proposta global do pensamento pós-moderno, numa vertente crítica, pode ser uma opção interessante, muito embora a sua relação com o feminismo não seja de todo, pacífica, como assinala (Halberstam, 1991), pelos reparos relativistas que lhe são feitos. De acordo com Nogueira (1996) *"o pós-modernismo e o feminismo acabam por ter fraquezas e forças complementares. Os pós-modernos oferecem um forte criticismo ao essencialismo, mas as suas concepções de criticismo social são mais fracas. As feministas oferecem robustas concepções de criticismo social, mas acabam muitas vezes, por cair no essencialismo. (...) a possibilidade de um pós-modernismo feminista implicaria aproveitar as forças dos dois movimentos eliminando as suas respectivas fraquezas"* (p. 179).

Retomamos a crítica feminista da ciência, destacando alguns exemplos que sublinham o enviesamento masculino da própria aplicação científica. Rothman (1984) refere as práticas da psiquiatria que entre 1940 e 1960, num tempo em que esta era dominada por homens, tinha curiosamente nas mulheres a sua maior clientela, a quem eram prescritas drogas potentes

lesivas da sua saúde. Logo que as mulheres começam a aceder à prática de clínica de saúde mental, a severidade dos diagnósticos declinou de forma exponencial. Da mesma forma Kitzinger (1978) assinala que, no campo da antropologia, tradicionalmente dominada por homens, os estudos sobre as mulheres e a maternidade são raros e esta tende a ser vista do ponto de vista dos homens que controlam a disciplina. A mesma autora cita, como paradigmático, o estudo de Pritchard (1940) sobre os Neur do Sudão em que as mulheres aparecem menos vezes citadas que as vacas. Embora se possa argumentar que isso corresponde ao modo de pensar dos homens Nuer, também nos informa que os antropólogos deixaram no esquecimento mais de metade dos elementos dessa tribo. A maternidade só passou a ser considerada tema de estudo pela antropologia cultural, dominada mais por mulheres que, como lamenta a citada autora, *"tem sido motivo de escárnio e ridículo por parte dos outros antropólogos que a encaram como a opção fácil"* (ibidem, p. 14).

O estudo comparativo sobre a adolescência na Samoa de Margaret Mead é considerado por Pritchard como *"um livro discursivo ou talvez deva dizer loquaz e feminino (...) no entanto foi escrito por uma mulher altamente inteligente"*(in Kitzinger, 1978, p. 14). Deve-se ao olhar crítico das feministas o desvendar da dimensão sexista que atravessa as disciplinas científicas que tornou perceptível um certo modo masculino de fazer ciência, observado nas formas de investigar e de se relacionar com o objecto de estudo (Haraway, 1986). Relativamente a este tópico, Sánchez (1991) sustenta, sem indicar os estudos de referência, que foi pelo acesso de mulheres ao campo da investigação em

primatologia que se tornou possível questionar muitos pressupostos acerca da conduta dos primatas, que tinham sido validados por investigadores masculinos. Foi possível, segundo a autora, contestar o pressuposto *darwinista* que universaliza o comportamento passivo das fêmeas face aos machos activos. Estas teses nem sempre são coincidentes com as explicações da Etologia, tema a que voltaremos adiante, e sofrem da parte dos etólogos forte crítica pela generalização abusiva à espécie humana.

Zimmermann (1971) e Adler (1979) explicam que aquilo que é tomado por passividade da fêmea corresponde na verdade a uma grande dose de prudência da fêmea cuja táctica é seleccionar cuidadosamente o macho que ocupe o território mais rico em alimentos e pontos de abrigo, oferecendo maiores protecções contra intrusos e predadores. Muito embora alguns exageros na generalização dos comportamentos animais tenham sido feitos relativamente à espécie humana, o que é um erro grosseiro, não podemos contudo deixar no esquecimento diatribes, relativamente comuns e tomadas como "boa ciência", que serviram para desvalorizar as mulheres e as reduzir à invisibilidade.

Se recuarmos ao movimento funcionalista que dominou nos Estados Unidos, as mulheres eram estudadas em relação aos homens e a função da mulher era pensar de forma distinta mas complementar à função do homem, como assinala Shields (1985) que refere ter sido a inclusão da teoria da evolução, no campo da psicologia, que não só possibilitou como legitimou os estudos sobre a mulher. O *leitmotiv* da teoria da evolução e como ela foi filtrada para as

ciências sociais residia na supremacia do homem caucasiano e a noção de subordinação da mulher é-lhe subsidiária. Esta autora traça a influência da teoria da evolução na psicologia, no que diz respeito às mulheres, em duas grandes linhas: i) ao enfatizar os fundamentos biológicos do temperamento, a teoria da evolução induziu discussões académicas sobre o instinto maternal (como uma faceta do tópico geral do instinto) e ii) forneceu uma justificação teórica para o estudo das diferenças individuais abrindo a porta ao estudo das diferenças baseadas no sexo no que diz respeito às capacidades sensoriais, motoras e intelectuais. Globalmente o conceito de evolução e a concomitante ênfase no determinismo biológico proporcionou uma razão "científica" para catalogar, no âmbito das capacidades, a natureza inata das diferenças entre homens e mulheres. A autora examina no seu artigo os tópicos, de especial relevância, para a psicologia das mulheres, durante a era funcionalista: i) as diferenças estruturais dos cérebros entre fêmeas e machos acarretaram implicações na diferenciação da inteligência; ii) a hipótese da maior variabilidade dos machos teve efeitos em termos educacionais para a escolarização das mulheres; iii) o instinto maternal significou na psicologia ligar a mulher à "natureza", questão que retomaremos adiante. A concepção vitoriana de ciência que diferenciava a inteligência entre homens e mulheres baseada no aproveitamento que se fez das diferenças de tamanho do cérebro, entre homens e mulheres foi, pela flagrante falta de evidência, objecto de contestação feminista bem como a dicotomia que se estabeleceu entre a razão masculina abstracta e a emoção caracteristicamente feminina.

Shields (1985) aponta o fisiólogo alemão Mobius (1901) como um dos mais violentos críticos da mulher ao sustentar que a incapacidade mental da mulher foi uma condição necessária à sobrevivência da raça, porque a presença do instinto, no cuidar das crianças, tornou essa tarefa fácil e agradável, às mulheres. Este autor que segundo Shields foi muito divulgado, no seu tempo, produzia afirmações tais como: *"All progress is due to man. Therefore the woman is like a dead weight on him, she prevents much restlessness and medlesome inquisitiveness, but she also restarins him from actions, for she is unable to distinguish good from evil"*(p. 629, in Sheilds, 1985, p. 25), e *"if woman was not physically and mentally weak, if she was not a rule rendered harmless by circunstances, she would be extremely dangerous"* (Mobius, 1901, p. 630, in Shields, p. 28). Afirmações deste calibre continuavam discursos iluministas que colocavam as mulheres do lado da Natureza. Não nos alongaremos na procura de mais argumentos, que de forma errónea, contribuíram para abrir os caminhos da desigualdade entre homens e mulheres, por não ser esse tema fulcral do nosso trabalho.

Ressaltar estas citações, que nos dias de hoje nos parecem arcaicas, faz sentido para o entendimento da posição de inferioridade que marcou o percurso histórico das mulheres, já atrás abordado. O grande contributo do movimento feminista foi e continua sendo a luta pela emancipação e igualdade entre as pessoas exigindo para a mulher um valor intrínseco, um sujeito com direito próprio único e absoluto para ser objecto de estudo, sem comparação com os homens, um sujeito por direito próprio. O movimento feminista já referido,

tem demonstrado como as perspectivas sobre as diferenças são fundamentalmente moldadas e controladas pelo saber dominante. De acordo com Wilkinson (1997) a asserção que as mulheres são inferiores aos homens, atravessou o pensamento ocidental, sem qualquer evidência mas porque as diferenças encontradas entre homens e mulheres são nelas desvalorizadas e tidas como inferioridades e no homem sobrevalorizadas como marcas de poder e supremacia. Os "pais da Psicologia" James Cattell, Stnaley Hall, Edward Thorndike, todos oriundos da nova ciência da evolução defendiam que as mulheres eram menos evoluídas e possuíam capacidades mentais primitivas. Só a diferença biológica que capacita as mulheres para a maternidade é exaltada, mas apenas no seu papel de esposas e mães, como amplamente explanou Rich (1976). Essas diferenças tidas como inferioridades foram utilizadas para confinar as mulheres ao abrigo doméstico, fora da esfera pública. Considerada, a mulher, como um ser passivo, fraco, não racional, intuitivo, voltada para o esquecimento de si, a humildade, então a sua função principal é preocupar-se com as questões relacionais proporcionar amor, ternura e apoio.

Com esta argumentação foi fácil afastar as mulheres da pesquisa e das organizações profissionais, uma vez que associadas à natureza, superstição e emoção se transformaram em objectos e nunca em sujeitos construtores do conhecimento científico. Embora estes argumentos nos pareçam longínquos no tempo, contudo ainda hoje a sua herança pode ser encontrada em situações que discriminam as mulheres justificadas por "descobertas" da Psicologia.

Wilkinson (1997) salienta o trabalho do Dr. Glenn Wilson, membro da Sociedade Britânica de Psicologia o qual afirma que a razão por que 95% dos gestores bancários, administradores de empresas, juízes e professores universitários, no Reino Unido são homens é porque os homens são "mais competitivos" e porque *"a dominação é uma característica de personalidade determinada pelas hormonas masculinas"* (1994, p. 62 – 63, in Wilkinson, 1997, p. 253). O mesmo autor avança que as mulheres que acedem a lugares de chefia "têm cérebros masculinizados". Para corroborar as suas posições Wilkinson refere estudos realizados sobre a alegada inferioridade feminina i) na matemática (Benbow & Stanley, 1980); nas tarefas espaciais (Masters & Sanders, 1993); no rendimento em tarefas de visão espacial, durante o ciclo menstrual (Hampson, 1990). Mas mesmo que se considere que as suas competências são iguais às dos homens, para o desempenho de tarefas, hão-de ser sempre encontrados *deficits* de personalidade como "baixa auto-estima" ou "falta de assertividade" que as impede na sua performance.

A cultura, que sempre enfatizou a função reprodutora da mulher sustentando-se em dados biológicos, passa a confundir essa função com a própria condição de "ser mulher". Esta ideologia é desde cedo transmitida pela família, escola, meios de comunicação, literatura, em que se faz a apologia de actividades de competição, controle de si, agressividade e afirmação, para rapazes, porque estes são valores considerados masculinos. O pensamento feminista repetidamente acentua que a ciência reflecte a ideologia

de um grupo dominante configurado no homem branco, classe média das sociedades capitalistas avançadas.

O androcentrismo da ciência, num mundo dominado por homens, não trouxe, à cena da pesquisa legitimada, tópicos relacionados com a vida das mulheres (Harding, 1990) o que contribuiu para estruturar o princípio do "masculino - como norma", já referido, que inevitavelmente marginaliza e patologiza as mulheres. O homem branco que aprecia categorizar tudo o que seja diferente dele. A diferença converte-se em dicotomia e é dentro desta estreiteza de pensamento que o primeiro termo é constituído em eixo ou centro que converte o diferente em desvio à norma. O diferente pode ser a etnia, as mulheres, a classe social, os grupos etários.

Uma tendência para a dicotomização encontra-se na tradição filosófica ocidental, onde os dualismos são pares ordenados em que ao primeiro termo se faz corresponder o masculino, racional e científico (razão, facto, ciência, público) e, ao segundo, o feminino (sentimento, crença, natureza, privado).

A construção do sujeito ocidental alicerçou-se nesta dicotomia, que pode continuar a ser enumerada: racional/emocional; instrumental/afectivo; abstracto/concreto; impessoal/pessoal. Daqui decorrem associações como: feminilidade, igual a sentimento, subjectividade, esfera privada; masculinidade, igual a razão, objectividade, esfera pública. Os valores polares que atravessam o mundo dos sujeitos genderizados como homens e mulheres, fenderam a experiência humana em partes dicotómicas e afectaram, nessa dicotomia, os fundamentos do método científico *"porque está na base da*

construção do mundo patriarcal" (Sánchez, 1991, p. 172). Ponto de vista que, concorda com Irigaray (1985) e também Cisoux (1975) que descrevem cultura ocidental como *"phallocentric"* baseada na primazia de termos de oposições binárias, valorizados os primeiros, em relação aos segundos: macho/fêmea; ordem/caos; linguagem/silêncio; presença/ausência; luz/escuridão; bom/mau etc. Estas autoras insistem que os termos assim alinhados compõem a estrutura básica do pensamento ocidental. Um discurso *"phallocentric"* alinha o homem com a razão, verdade e origem, posicionando assim um lugar de partida seguro para todas as definições da experiência. Ao suprimir as vozes da intuição e do encantamento que são vozes alegadamente da fêmea, a racionalidade pode tornar-se um poder que suprime mais que emancipa. De acordo com Capra (1990) este pensamento dicotómico que valoriza só o masculino, foi a causa da desvalorização das actividades que se prendem com o cuidado da vida, o cuidado da infância

Penetrar num terreno sempre masculino, o terreno da ciência, desde sempre vedado às mulheres, vencer o peso da tradição filosófica não constituiu tarefa fácil para as mulheres. Kant sustentará que "*si le beau sexe n'a pas moins d'esprit que le sexe masculin, c'est du bel esprit, tandis que le nôtre doit être profonde, c'est-à-dire sublime" (...) Nous renvendiquons pour nous, la denomination de sexe noble"* (in Gallant, 1984, p. 27). É como se o percurso filosófico ocidental *"fosse o caminho masculino da razão"* (Joaquim, 1997, p. 39), ficando o trabalho intelectual confinado apenas ao homem. Mesmo em termos da construção da identidade profissional, o homem que se torna cientista não encontrará as dificuldades

reservadas às mulheres que têm de enfrentar os estereótipos dominantes de feminilidade que acentuam a intuição em detrimento do pensamento lógico. Enfrentam também o problema de como sair-se bem sem parecer uma mulher masculinizada. A ciência tem sido usada pelos homens na construção da masculinidade e da feminilidade, como noções naturalizadas. Os homens são identificados como os ocupantes naturais da esfera da racionalidade, em contraste com as mulheres cuja esfera é a da emoção e sentimento e do irracional. Esta dicotomia coloca as mulheres perante duas opções absolutamente inaceitáveis: podem falar como mulheres e são femininas mas da ordem do irracional, ou podem falar como os homens, são racionais mas não femininas.

Embora a crítica da racionalidade seja um campo vasto onde operam, nas suas críticas, variadas disciplinas é possível, de acordo com Hekman (1994) unificar todas as críticas em dois tópicos: ênfase na linguagem e no discurso. A ênfase na linguagem representa uma ligação significativa entre o pós-modernismo e o feminismo. O ataque à racionalidade moderna, quer por feministas quer por pós-modernistas, é em suma, uma crítica a um discurso específico que dispõe de poder. As feministas contribuíram para essa crítica assinalando que isso não é mais que uma crise num conjunto de discursos criados pelos homens, pelo poder masculino. De facto foi através do controlo da linguagem que os homens dominaram, não só as mulheres, mas todos os aspectos do mundo em que elas viveram. Conceitos tais como género, e personalidade estão inextrincavelmente ligados à linguagem que usamos,

tema a debater adiante. Esta linguagem liga a racionalidade com o que significa a pessoa completa e exclui as mulheres porque elas foram excluídas do domínio da racionalidade. Embora tenhamos atrás já feito referência, voltamos a sublinhar que o pensamento feminista se intersecta com as perspectivas críticas por ter como objectivo o questionamento das formas como a ciência e tecnologia servem os interesses humanos de dominação e propõe um posicionamento de valores alternativo.

De acordo com Kellner (1989) os contributos emancipatórios das perspectivas críticas oferecem posições, em termos de política sexual e cultural, muito semelhantes a tendências encontradas nos movimentos sociais e Feminismo que por sua vez proporciona correcções a deficiências em alguns dos novos movimentos. Ao enfatizar a importância da sexualidade humana na vida dos indivíduos, a importância do corpo, a dimensão materialistas das necessidades e potencialidades, o feminismo progressista aponta a família patriarcal como instrumento de socialização que reforçou e produziu personalidades autoritárias, opressoras de mulheres e crianças. O pensamento feminista é consistente com o desenvolvimento de uma espécie de crítica do patriarcado e defesa da libertação das mulheres avançada pelas feministas nos anos mais recentes cujos desenvolvimentos divergem conforme o paradigma de pesquisa. Se nos posicionássemos no paradigma positivista, e tomássemos o estudo da mulher, como tema de análise científica, este centrar-se-ia na procura de semelhanças ou diferenças com o homem para assinalar uma posição de *desigual* na escala social. Se continuássemos nessa lógica, as

constatações encontradas por via da utilização de metodologias de investigação quantitativa, dar-nos-iam argumentos para nos juntarmos às feministas liberais a exigir a ocupação dos lugares dos homens. O seu ponto de partida é o fortalecimento das mulheres pela obtenção de mais poder face ao homem.

Mas se nos detivermos a analisar esta questão do ponto de vista crítico a reflexão desloca-se para a crítica do próprio sistema que permite a desigualdade. É, pois, objectivamente mais correcto pensar que, só pela superação da ordem social desigual e do seu regime de privilégios, se pode permitir, aos que sofrem o poder, converter-se em sujeitos políticos com vista ao desenvolvimento de potencialidades genéricas de cada ser humano e não pelo exercício do poder face aos seus semelhantes. O patriarcado não se ultrapassa, fazendo patriarcas aos que o não são, mas pela construção de um distinto regime de direitos (Sau, 1991). Pensamos que não faz sentido um feminismo rancoroso que se baseie e se alimente de antagonismos entre homens e mulheres. A convivência igualitária entre os sexos deverá enformar o grande projecto feminista do nosso tempo, com vista à construção de uma humanidade enriquecida pelo respeito de características distintas no corpo, na cultura e na história

Simone de Beauvoir propõe no manifesto, pioneiro, do feminismo (*O Segundo Sexo*, 1949), novas bases para o relacionamento entre homens e mulheres fundado na estrutura ontológica comum a ambos. O movimento feminista denunciou como conceitos desenvolvidos pela religião (a castidade, a

virgindade e a passividade sexual) constituíram, num dado momento histórico, os principais elementos para manter as mulheres sob a opressão patriarcal. O discurso a partir do corpo e da sexualidade feminina converteu-se no *locus* do discurso feminista, da Segunda Vaga, que Colaizzi (1990) interpreta como a tentativa das mulheres se reapropriarem da sua própria história, pois que tinham estado fora do simbólico, fora do social e do cultural, relegadas à sua função reprodutora. Esta corrente no pensamento feminista decorre dos movimentos sociais do pós-guerra e também dos combates diários sofridos pelas mulheres (viúvas de guerra) a braços com desafios à sua capacidade para solucionar problemas, até então inimagináveis em mulheres. A instituição do casamento sofre violentos ataques assim como a família nuclear, tomada como uma instituição natural e imutável. A separação masculino/feminino reivindicada pelas feministas radicais foi mais uma necessidade táctica, para abrir espaços, no poder. Depois destas conquistas, o discurso feminista hoje, o da terceira vaga, tende a orientar-se para a "*reflexão sobre o mundo e feminismo como um devir histórico e contínuo na articulação de múltiplos discursos acerca do poder e para o poder, e não num discurso unitário contra a teoria e o poder uma vez que ninguém pode escapar à ideologia, nem há nenhum lugar original da inocência*" (Colaizzi, 1990, p. 25).

Poderemos concluir que até aos anos 40, as feministas alcançaram as suas reivindicações: votar e ser votadas, aceder às instituições universitárias e participar no mercado de trabalho. A partir dos intensos anos da década de 60, à década de 90, o movimento das mulheres diversificou-se e neste

momento é um movimento social e, como todos os outros, tem diversas linhas de actuação, tanto ao nível dos partidos, como ao nível académico. As discussões teóricas também seguem várias tendências, desde o marxismo ao pós-modernismo, que se afirma cada vez mais como corrente maioritária, a corrente pós-moderna, ou o feminismo da diferença, passando pelo feminismo ecológico, que reúne mulheres mais preocupadas com o meio ambiente. As discussões centram-se em variados tópicos sem que nada seja analisado isoladamente. Embora as suas frentes de luta tenham variado consoante os contextos sócio-históricos dos países em que se desenvolveram, o movimento feminista actual levantou as questões dos fundamentos da assimetria sexual e analisa a produção e reprodução da ideologia de discriminação. O movimento feminista toma alguns temas para análise que são comuns a reivindicações básicas das mulheres, cujos problemas na actualidade podem ser tematizados na i) sexualidade e violência, denunciadas tanto em termos da violência física exercida sobre o corpo da mulher, como simbólica que faz do seu sexo um objecto desvalorizado; ii) ideologia que legitima a continuidade dos papéis do género, trava o exercício da sexualidade da mulher e gera uma perda de controlo sobre a função reprodutora; iii) luta pela igualitarização dos salários, igualdade de oportunidades e funções iguais.

Um dos importantíssimos contributos proporcionado pela discussão feminista centra-se nos instrumentos legitimadores que reforçam a ideia de desigualdade: família, escola, literatura, média. Pela literatura consultada

podemos concluir que não há paralelo, no passado, com um acontecimento equivalente à emancipação das mulheres no século XX. As últimas décadas testemunham um aumento exponencial de publicações de mulheres e, as tecnologias médicas do século XXI (inseminação artificial e clonagem) fazem-nos antever que irão mudar as relações entre os sexos e a posição das mulheres na sociedade. As psicólogas feministas estão empenhadas em última instância em contribuir para a possibilidade de um mundo melhor para as mulheres e batem-se pela eliminação da sua opressão social e política (Crawford & Marecek, 1989; Wilkinson, 1997).

Desmantelar o patriarcado

Historicamente, de acordo com Lasch (1984), a opressão das mulheres precede a opressão dos trabalhadores e camponeses; e na sua opinião é plausível remeter para a opressão sofrida pelas mulheres o *locus* original no qual todas as outras formas de injustiça se modelaram. Se remontarmos à mitologia grega a mulher, associada à deusa Gaia, simbolizava a terra e, por isso, começou logo por ser concebida como passiva, pelo que deveria ser dominada tal como a Natureza; a dominação e a exploração da mulher grega estavam legitimadas na mitologia. Este facto é também muito facilitado pela tradição judaico-cristã que preenche a crença num deus de poder e sabedoria supremas e macho. As actividades confiadas às mulheres eram do domínio da necessidade e da sobrevivência e, por isso, consideradas vis e apenas reservadas a escravos e mulheres, seres indignos de figurar na praça pública, onde cada um se expõe à vista e ao julgamento dos outros. Os homens pela força, a pressão dos rituais, a lei, os costumes e repartição do trabalho determinam os papeis que a mulher desempenhará e os que lhe estão vedados, na lógica da fêmea submissa ao macho, pressuposto subjacente ao patriarcado, definido este nos dicionários, como o sistema de organização social no qual a linha da descendência e sucessão é traçada através da linha masculina.

Izquierdo (1991) define-o como a reprodução física e ideológica dos seres humanos estabelecida em função do parentesco cuja figura do topo da

hierarquia é o pai. Este possui os meios materiais de reprodução e estabelece relações de poder sobre os/as não pais, isto é, a hierarquia do masculino sobre o feminino que estrutura as relações de género e que tem originado diversas ordens de desigualdades: a divisão do trabalho, o domínio do macho sobre a fêmea. *"Las sociedades patriarcales en effecto no son sólo regímenes de propriedad privada de los medios de producción, sino también de propriedad linguística y cultura, sistemas en los que el nombre del padre es el único "nombre proprio", el nombre que legitima y outorga autoridad y poder, el logos que controla la producción de sentidos y determina la naturaleza y cualidad de las relaciones, el modus propio de interacción humana "* (Colaizzi, 1990, p. 17).

Na concepção de Eisenstein (1981) o patriarcado é uma estrutura política que desde sempre procurou controlar e subjugar as mulheres, de tal forma que as suas possibilidades de fazer escolhas acerca da sexualidade, de amar, criar crianças e trabalhar estiveram restringidas às leis definidas pelo poder masculino. Ainda segundo a mesma autora, o patriarcado é uma estrutura social que persistentemente favorece o macho e toma o masculino como padrão universal. Apoia-se no determinismo biológico. A família europeia durante séculos obedeceu a este padrão organizacional. Segundo a autora o sistema patriarcal sempre exerceu controlo sobre as mulheres, não só interferindo sobre a sua capacidade reprodutiva, interferindo nas suas opções, como na sua participação social, uma vez que a impediu de aceder ao saber durante séculos. Petit (1994) sublinha que o patriarcado, com o poder de falar e de nomear, significa a capacidade de distribuir os espaços físicos e

simbólicos, reservando o homem, para si, os mais valiosos. Pela negação da palavra à mulher, o seu lugar estará, desde logo, pré-definido como inferior.

A frequente liberalização e modernização das leis acentua as transições dentro do sistema de poder do patriarcado e não a sua erradicação, já que as relações de poder que os homens retiram da hierarquia sexual não se alteram, substancialmente. A este propósito, parece-nos útil referir que as formas de organização hierárquica dos próprios organismos de esquerda encontram algumas dificuldades em escapar ao mecanismo da reprodução de desigualdades contra as quais lutam. Entre nós observe-se a discussão das quotas a "conceder" às mulheres para os órgãos de direcção partidária. Facto sublinhado pelo comentário jornalístico em "Notícias Magazine"de 21/02/99 "*A decisão do PS alargar o número de membros da Comissão Nacional de 201 para 301, para assim lá meterem as tais 25% de mulheres "obrigatórias", é de génio*" (p. 8).

Esta herança do silêncio, esta invisibilidade das mulheres no poder, ainda hoje, decorre da primazia do fazer político e científico que esteve entregue ao poder masculino. Recorde-se que a transição das sociedades feudais, patriarcais, para o capitalismo não destruiu o patriarcado mas tão só o redefiniu em termos liberais.

Em ordem a demistificar o patriarcado como sistema de poder é preciso entender que este é um sistema relativamente autónomo operando com uma grande força na sociedade global. Mesmo sobre a Maternidade, temática tão intimamente ligada às mulheres, a teorização existente começou a ser desenvolvida, maioritariamente, por homens, como veremos adiante. Os

papeis são definidos e controlados pela autoridade universal androcêntrica. Os próprios textos didácticos ou científicos, sempre descreveram o corpo da mulher como lugar adequado à reprodução da espécie, e concedem-lhe o papel de fêmea reprodutora e cuidadora da espécie. É este tipo de pensamento sustentado pelo patriarcado que impele as feministas a falar com uma distinta voz de Fêmea, no interesse das mulheres, como grupo político (Condor, 1986). Contudo a caminhada ainda foi longa. O período entre 1916 e 1945 foi pontuado por duas guerras, onde as mulheres desempenharam funções em áreas de suporte. As competências adquiridas no desempenho dessas tarefas, contribuíram para que, depois da II Guerra, as mulheres rompessem definitivamente com o silêncio de séculos. As novas condições sociais criadas, expressas no:

i) aumento do número de mulheres na força do trabalho;

ii) aumento das mulheres na educação superior;

iii) aumento do interesse das mulheres pela política, deram argumentos às mulheres para prosseguirem as suas lutas no sentido de reclamar os direitos que a sociedade, de matriz patriarcal, sempre lhes negou em áreas do trabalho, do direito de propriedade e do controlo de nascimentos.

De acordo com Walter (1998), o movimento americano dos direitos civis e anti-guerra do Vietname revitalizou o feminismo nos anos 70. Outro factor da maior importância, para a mulher comum, foi a introdução da pílula para o controlo de nascimentos. Lançada no mercado em larga escala a partir de 1964 deu às mulheres a possibilidade de escapar ao determinismo da maternidade

e fez a separação entre prazer e reprodução. Os detractores das feministas acusavam-nas de rejeitar a maternidade, quando estas sublinhavam o papel da mãe como uma mulher passiva e retrógrada, suficientemente estúpida para ficar em casa e ter muitos filhos, em vez de procurar a realização pessoal, trabalhando fora do lar, distanciando-se da invisibilidade doméstica.

As feministas apenas defendiam que a maternidade deveria constituir uma decisão livre das mulheres no que diz respeito à opção propriamente dita de ser mãe, ao *timing* e ao número de filhos. A pílula trouxe essa possibilidade. Hoje as mulheres esperam criar filhos e trabalhar fora de casa a tempo inteiro, e participar cada vez mais no espaço político. Aumentam as possibilidades de escolha para as mulheres no que diz respeito à maternidade. Hoje em dia, pode decidir até ser mãe singular, e recorrer a processos de fertilização sem ajuda de companheiro (Kitzinger, 1978).

A mulher dos anos 90 já não é tão dócil, passiva, indefesa, insegura e vitimizada. Tornou-se mais independente e participativa no mercado de trabalho e na participação científica e cultural. A libertação das mulheres preconizada pelo feminismo supôs a desconstrução de todas as antigas crenças sobre o seu corpo, a sua sexualidade e maternidade, de acordo com Rago (1997). O pressuposto que sempre esteve subjacente ao feminismo foi, como já se referiu, a de contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas, e o seu trabalho influenciou grandes áreas da sociedade e induziu mudanças consideráveis. Outra frente de batalha, conduzida pelas feministas, centrou-se na construção social do género, a abordar em seguida.

Construção do género e feminismo freudiano

Na tradição crítica da Escola da Frankfurt é Fromm (1900-1980), um dos primeiros, a empenhar-se seriamente na teorização dos problemas da construção do género que tentou encontrar pontes teóricas entre a psicanálise e a psicologia humanista. Kellner (1989) é de opinião que, em certos aspectos, os seus contributos antecipam muito os contributos da análise do feminismo marxista para a natureza socialmente construída do género e influenciam muito a Psicologia Feminista; noção que envolve o domínio relacional cujas diferenças nos valores, comportamentos, atributos e práticas são socialmente construídas com base em diferenças sexuais presumidas e normalizadas. Fromm foi também o primeiro teórico crítico a carrear importantes contribuições para a teorização sobre a família, patriarcado e opressão das mulheres nas sociedades contemporâneas. Poder-se-á considerar o seu trabalho, uma tentativa para desenvolver uma dimensão feminista dentro da Teoria Crítica se considerar a sua interpretação na análise da transição do matriarcado ao patriarcado, na qual sugere que a estrutura social patriarcal está intimamente ligada ao carácter de classe da actual sociedade, cuja hierarquia do género é reproduzida e mantida pelas práticas de socialização do agregado familiar (Nogueira & Fidalgo, 1994).

A família patriarcal é um dos mais importantes lugares de produção de atitudes que operam na manutenção da estabilidade das classes sociais, o que a torna o pilar basilar das sociedades de classes. Ainda, segundo a leitura que

Kellner (1989) faz de Fromm, as sociedades burguesas desenvolveram um complexo patricêntrico que inclui dependência afectiva perante a autoridade paternal, num misto de ansiedade amor e ódio, identificação com a autoridade paternal, um forte e estrito superego cujo princípio é que o dever é mais importante que a felicidade. Os sentimentos de culpabilidade reproduzidos sempre pela discrepância entre as exigências do superego e as da realidade têm o efeito de tornar a pessoa dócil à autoridade. O contributo da Psicanálise, reinterpretada, à luz do marxismo foi o de subverter o mito da família patriarcal e o casamento monogâmico, que sustentaram a sociedade de classes. De sublinhar que foi o humanismo radical de Fromm, no seu compromisso com a igualdade de todos os seres humanos, a paz e a liberdade, expresso nas lutas pacifistas, que lhe valeu ataques dos membros da Escola de Frankfurt. Defenderá mais tarde, que os princípios matricêntricos serão a base do princípio da liberdade universal, a igualdade e ternura humanas. Nesta concepção, cabe também a do feminismo radical, que toma homens e mulheres como essencialmente idênticos, porque partem do pressuposto que todo o conhecimento e comportamento é socialmente construído e, por isso, as diferenças no comportamento entre homens e mulheres são, antes de tudo, determinadas socialmente e não biologicamente. Posição, sem dúvida, radical muito do agrado das feministas que querem escapar a toda e qualquer conotação de essencialismo biológico. Embora se admita que as diferenças no comportamento entre homens e mulheres tem uma componente social importante, não poderemos esquecer, contudo, que as diferenças biológicas

são inegáveis e há todo um sistema hormonal que diferencia os homens das mulheres.

Pensamos que a crítica das feministas se dirige ao reforço social persistente das diferenças biológicas que contribui não para desvanecer diferenças entre os sexos, mas para as acentuar e sempre de forma negativa para as mulheres. Género, divisão sexual do trabalho e estatuto sexual têm sido constituídos como substantivamente naturais mais que como práticas e construções socio-políticas. E as relações de género, opressoras, construídas e reguladas pela ciência, tem reforçado a ideia que as mulheres estão naturalmente orientadas para a domesticidade e a maternidade. Sensíveis a estes estas concepções estereotipadas sobre as mulheres, as feministas desafiam a ciência a esclarecer noções desvalorizadoras das mulheres exigindo espaço para as suas próprias vozes de mulheres, enquanto sujeitos políticos, espaço de reflexão sobre a vida feita por elas próprias (Walkerdine & Lucey, 1989).

Poderemos concluir que o pensamento feminista crítico apoiado na lógica da pós-modernidade definida por Kvale (1992) como *a suspeição da suspeição* (p. 38), se bate pela desconstrução das ideologias dominantes, a reconceptualização das relações de poder para abrir espaços de expressão às vozes discordantes das minorias e de grupos, socialmente oprimidos, e marginalizados em que, durante muito tempo, estiveram incluídas as mulheres (Hargreaves, 1998). Nesta lógica pós-moderna as pessoas deixaram *"de estar à espera de Godot"* (Kvale, 1992:38) e tomam para si mais responsabilidade, exigem mais poderes e tornam-se, por conseguinte, mais

críticas, num quadro da vida diária constituída não por realidades mas por construções. Assim os contributos do pensamento feminista contribuíram para o desmantelamento de ideologias que durante séculos sustentaram e legitimaram diferenças baseadas no género e que estruturaram a assimetria sexual geradora de discriminação. Na lógica transdisciplinar que caracteriza qualquer posição crítica parece-nos não ser de excluir referência aos contributos de vozes vindas do feminismo freudiano que tiveram o mérito de colocar, no centro da discussão, a experiência das mulheres.

Os acontecimentos produzidos pela II guerra são caracterizados por Lasch (1984) como um "estado de choque moral", para definir uma geração, do pós-guerra, que comunicou à geração seguinte as suas quase soluções para o problema da sobrevivência emocional. Estariam, segundo o autor, plantadas as sementes da política cultural que floresceu nos anos 60 e 70. Uma grande suspeição sobre a organização social, o seu repúdio do pensamento linear que se expressaram nos movimentos radicais dos anos 70, afirmando-se no manifesto dos Redstockings de São Francisco: *"a nossa política começa com os nossos sentimentos"*(Lasch, 1984, p. 226). De acordo com este autor, a violência que caracteriza a história contemporânea torna problemáticas as explicações dadas tanto pela ideologia liberal, como pela marxista, para os comportamentos instintivos de agressão. A primeira remete a sua explicação para respostas à frustração; a fórmula marxista explica-a pela exploração económica. O problema é mais fundo que o capitalismo ou a desigualdade económica. As distorções que deformam a empresa humana remetem para os

aspectos civilizacionais que têm uma dimensão cultural e psicológica; não podem ser vistos apenas do ponto de vista puramente económicos quer nas causas quer nos efeitos.

O movimento feminista tentou acordar outra superação para as ideologias liberal e marxista. O crescimento dos movimentos das mulheres aparece para reforçar o argumento que a mudança social tem de ir mais longe que uma pura mudança nas instituições ou na distribuição do poder económico e político. O movimento feminista desloca as causas explicativas dos comportamentos agressivos, da actividade humana, para a actividade masculina e que se expressam no militarismo, na racionalidade masculina, na compulsão masculina para se perpetuar por via dos feitos notáveis, das guerras, conquistas e invenção e fabricação de bombas cada vez mais mortíferas. As primeiras feministas denunciaram Freud como um apologista da supremacia masculina e rejeitaram liminarmente a psicanálise; outras, como Horney (1967) ou Thompson (1950), tentaram contrariar o determinismo biológico de Freud ao introduzir a ênfase correctiva na cultura. O crescente criticismo feminista não esquece nem desvirtua Freud e, de acordo com Lasch (1984), as feministas tentam retirar o que é poderoso e coerente da teoria psicanalítica escrevendo sobre mulheres e colocando a experiência feminina no centro da discussão, estratégia que emerge dos trabalhos de Chodorow (1978) Dinnerstein (1976) e Benjamin (1988), que combatem o casamento burguês e sublinham as condições patriarcais que prevaleceram ao longo da história e confinaram as mulheres exclusivamente à maternidade e às tarefas

do cuidar enquanto os homens se empenhavam em projectos de conquista e dominação. As feministas freudianas defendem mais que uma partilha das tarefas no cuidado com as crianças. Elas alertam para uma certa colectivização do cuidado da infância e argumentam que a família nuclear não só oprime as mulheres como produz tipos de personalidade autoritária e individualista. Dão como exemplo a socialização das crianças nos *kibbutzim*, ou outras situações de colectivismo como promotoras, no desenvolvimento das crianças, de sentimentos de solidariedade e partilha com o grupo, logo, menos individualistas (Lasch, 1984). Os contributos de Chodorow (1978), vão no sentido de propor concepções de autonomia que pressupõem não só uma separação mas também experiências de mutualidade, ligação e aceitação do outro como sujeito completo. Chodorow interessa-se em compreender o "eu relacional", a forma como o ego se constrói na relação com a mãe.

Dinnerstein (1976) tem sobre a mãe uma perspectiva radicalmente diferente da de Chodorow. Ela enfatiza o poder absoluto da mãe que controla todos os recursos e pode ser fonte de frustração para a criança. Benjamin argumenta que a criança não só deseja que a mãe actue ao serviço das suas necessidades para lhe proporcionar total satisfação, mas necessita que a mãe seja um sujeito independente. Todas estas perspectivas sugerem basicamente que a experiência da mãe é significante e que esse significado se liga à cultura e à sua própria história familiar e pessoal.

Feminismo académico, algumas tensões

Deve ressaltar-se que não é unanimemente aceite por todas as académicas do movimento feminista uma posição clara face às práticas desconstrucionistas do movimento pós-moderno. Grande parte das académicas feministas continuam as suas pesquisas segundo o modelo estrito do paradigma dominante, como refere Wilkinson (1997) por serem grandes as dificuldades encontradas na tentativa de articulação das pequenas histórias individuais à narrativa mais ampla do patriarcado, e também por questões ligadas ao *"establishement"*. A referida autora não deixa de assinalar os receios, designadamente, os que Burman (1991) manifesta face à desconstrução, do paradigma pós-moderno no sentido em que esta pode tornar-se potencialmente perigosa pela possibilidade de despolitização das mulheres. Esta autora considera, contudo, que a desconstrução pode corrigir as tendências da essencialização da "mulher", como categoria universal, esquecidas as particularidades de etnia, idade etc. Defendendo a adopção duma posição crítica o pensamento feminista pós-moderno tenta evitar que uma nova metanarrativa se possa contrapor aos discursos de dominação masculina.

A desconstrução identifica hierarquias no discurso e torna-se a técnica expressa para romper com os termos dualistas, tais como: "natureza-cultura", "macho-fêmea", "razão-emoção", que como se viu estruturaram desigualdades entre mulheres e homens. Uma das características marcantes da crítica

feminista da pós-modernidade foi a critica da racionalidade científica defendendo para si próprias um lugar nesse mundo (Flax, 1990).

No que se refere à desconstrução Burman (1991) alerta também para os perigos reais que representam, por um lado, o facto de não haver acordo entre as feministas acerca da desconstrução e que pode fazer fracassar os propósitos feministas e, por outro lado, a possibilidade de recuperação de uma nova espécie de ortodoxia da "posição do sujeito" defendida por Foucault. Há ainda o temor, segundo a mesma autora, que a desconstrução se torne uma tecnologia para colonizar o potencial crítico e revolucionário das mulheres. O alerta de Burman (1991) vai para o potencial risco de ser feita a assimilação, ao "novo paradigma", de uma certa forma feminista de fazer pesquisa sem que no entanto isso seja atribuído à tradição feminista. Manifesta os seus receios também no que toca à emergência do "novo paradigma" que tomando o olhar feminino do mundo nos devolva uma forma masculina de o ver, ou seja, que em última análise, o sujeito universal construído, sob os auspícios da modernidade, continue ininterruptamente o seu discurso de poder. São as perspectivas contra a corrente, recolhidas da literatura e objecto das nossas próprias reflexões, aquelas que rompem com o positivismo dogmático das ciências sociais tradicionais as quais se pautam por uma posição especular do conhecimento, as que elegemos para colocar este trabalho em caminhos que conduzem a lugares de construção de conhecimento; lugares onde o conhecimento não se descobre, mas se constrói em interacções criativas.

Capítulo 3

O construcionismo social: principais pressupostos

Introdução

Alguns desenvolvimentos pós-modernos são referências importantes para as ciências sociais e humanas, nomeadamente na crítica da ideologia, na ciência, assim como na crítica social, abordagens que contribuíram para a emergência do construcionismo social. O propósito deste capítulo é abordar, ainda que de forma breve, os principais pressupostos do construcionismo social, escola que, na Psicologia, se integra no amplo chapéu disciplinar constituído pela Psicologia Social Crítica (Burr, 1995). O construcionismo social pode caracterizar-se como uma posição crítica face ao conhecimento e, fundamentalmente, uma oposição ao positivismo e ao empiricismo das ciências sociais tradicionais. Neste capítulo acentuar-se-á que todo o conhecimento, incluindo o conhecimento psicológico é específico de um momento histórico e de uma cultura particular, e que a pesquisa deve ir além do domínio individual para se centrar no social e politico com vista a uma compreensão apropriada da evolução da psicologia contemporânea e da vida social. Serão referidos os desenvolvimentos decisivos ao impulso deste movimento, designadamente os interaccionistas que descrevem a vida social como anti-essencialista e sustentam que os seres humanos em conjunto constroem os fenómenos sociais através das práticas sociais. Finalmente salientar-se-á o papel da linguagem como uma forma de acção construtora das nossas interacções e das nossas versões do mundo, o que nos permite encarar este movimento como uma alternativa optimista e optimizadora de todas as vozes na pesquisa social, uma vez que as novas formas de inquirir que se perspectivam no movimento construcionista, para as ciências sociais, se podem alargar à Psicologia.

O construcionismo social: principais pressupostos

A orientação teórica que mais contrasta com a epistemologia convencional é o movimento construcionista de tonalidade multidisciplinar que recebe influências de disciplinas como a filosofia (reacção ao representacionismo), a sociologia (desconstrução da retórica da verdade), a política (busca de lugar de visibilidade para grupos marginalizados) e a linguística e que Gergen (1985) denomina de consciência partilhada. Pode dizer-se que o seu pano de fundo é o pós-modernismo, mas as suas raízes intelectuais estão nos primeiros trabalhos sociológicos e nas preocupações com a crise na psicologia social. Num espaço de menos de 30 anos o construcionismo social adquiriu uma presença substancial na ciência e nos estudos feministas. Para isso muito contribuiu a Escola de Chicago que iniciou estudos qualitativos nos *contextos* naturais. O crescimento de publicações tem vindo a concorrer para o estabelecimento do construcionismo social como uma importante alternativa no campo da Sociologia, como relatam Sarbin e Kitsuse (1994).

Neste âmbito, outros contributos podem ser nomeados, por exemplo, as formulações etnometodológicas de Garfinkel (1967) que desafiaram a teoria funcionalista dominante; Berger e Luckman (1973) e Goffman (1959) influenciaram decisivamente a perspectiva construcionista na Sociologia. No início dos anos 70 o tão citado artigo de Gergen (1973) *"Social psychology as history"* foi decisivo para a inclusão da perspectiva construcionista na Psicologia Social.

O construcionismo social assume o conhecimento psicológico como um conhecimento socialmente construído e tenta a sua desconstrução pela clarificação dos seus fundamentos políticos e culturais (Augoustinos & Walker, 1995). Nesta perspectiva sujeito e objecto são construções sócio-históricas e os objectos só são apreendidos a partir de categorias, convenções práticas e linguagem, ou seja, através de processos de objectivação, de acordo com Spink e Frezza (1999) Os processos psicológicos são explicados na sua ligação às concepções culturais organizadas num amplo espectro produzido por instituições sociais, políticas e económicas. Na interpretação de Sarbin e Kitsuse (1994), as formas do conhecimento psicológico não estão directamente dependentes da natureza das coisas mas das contingências dos processos sociais, tais como, a comunicação, a negociação e o conflito; eles são formas de entendimento negociado, onde não fazem sentido descrições estáticas acerca das pessoas ou da sociedade, uma vez que a única característica permanente da vida social é um estado de permanente mudança. Ao acentuar a componente social do conhecimento científico, o posicionamento dos contrucionistas sociais (Gergen, 1985; Shotter, 1984, 1991) desafia a suposta verdade, objectividade e universalidade do conhecimento e é sensível ao conhecimento que é produzido, designadamente, pelos estudos etnográficos e pela Psicologia cultural. Nesta perspectiva também a noção de representação é distinta da do paradigma dominante. O significado é construído pela linguagem, que o construcionismo social aborda sob a perspectiva discursiva, que referiremos adiante. A linguagem, porque produto de interdependência social, construtora das nossas

interacções e das nossas versões do mundo, é crucial ao construcionismo social. O esbater das certezas do conhecimento iluminista dá à linguagem um estatuto de realidade sempre aberta a infinitas construções e desconstruções "*a própria noção de sujeito é suspeita, por não possuir substância centro ou profundidade*" (Hargreaves, 1998, p. 78). A pessoa transforma-se em texto a ser construído ou desconstruído conforme a contingência histórica, o que dá à individualidade uma *nuance* interpretativa.

Concebendo a produção de sentido como uma construção dialógica situar-nos-emos, adiante, na noção de linguagem que suporta a nossa proposta de trabalho no que diz respeito às práticas discursivas. Por agora tomaremos os pressupostos recolhidos do interaccionismo simbólico, basilar ao construcionismo social, que sublinham a capacidade interpretativa dos actores sociais para a construção de realidades nas quais a linguagem tem um papel central (Berger & Luckman, 1973; Queiroz & Ziotkowski, 1994; Sarbin & Kitsuse, 1994). As categorias e conceitos utilizados para a compreensão do mundo, artefactos sociais, produzidos na interacção das pessoas, são remetidos, por esta perspectiva, ao tempo social e histórico, à interacção, ou seja para os processo de produção de sentido da vida quotidiana. Os seres humanos, em interacção simbólica, pela linguagem, criam e sustentam os fenómenos sociais na realização de práticas sociais. A acção das pessoas objectiva-se na criação de artefactos ou de práticas sociais, adquire vida própria e entra na esfera social. Uma ideia, ao tornar-se um "objecto" de consciência para as pessoas de uma dada sociedade, desenvolve um estatuto de verdade, de molde a parecer uma característica

objectiva e natural do mundo em si mesmo, não dependente do trabalho construtivo das interacções dos humanos.

Berger e Luckmann (1973) sociólogos interaccionistas, subvertem a ordem instituída na Sociologia do Conhecimento que era a de centrar as questões epistemológicas na história das ciências, reorientando a reflexão para o estudo do senso comum, da vida quotidiana. Os autores partem do princípio que a realidade é socialmente construída e que a sociologia, pela indagação, deve analisar como isso ocorre. Os mesmos autores identificam os processos implicados na compreensão do mundo: i) pela acção no mundo (externalização), ii) as pessoas partilham uma existência factual (objectivação) que iii) incorporam na consciência como parte da sua compreensão do mundo (internalização). Ao mesmo tempo que o mundo é construído nas práticas sociais das pessoas é também experienciado por elas como se a natureza do seu mundo fosse pré-definida e fixa, o que induz os actores a considerarem que o conhecimento é descoberto e não o efeito de processos sociais. A perspectiva construcionista assume que o conhecimento é cultural e historicamente construído e sustentado pelas pessoas, que não é objectivo numa realidade neutral. Segundo Ibáñez (1994) os critérios de verdade são estabelecidos socialmente, a partir de critérios pautados por coerência, intelegibilidade e de relevância colectiva. Um dos modos de fazer pesquisa construcionista é usar estratégias interpretativas para a descrição das pessoas, com óbvias implicações ao nível da compreensão convencional da orientação do conhecimento e até do carácter dos constructos psicológicos. Os dados sociais são construídos, negociados, reformados, moldados e organizados pelos seres humanos em interacção simbólica, nas

práticas sociais, num esforço de retirar sentido do mundo, ou seja, a comunicação é o processo social primário que cria o mundo social.

A postura construcionista, relativamente à concepção de verdade, reivindica a necessidade de pontuar a sua importância não como uma verdade em si mesma, mas como relativa aos sujeitos. A linguagem passa, então, a constituir o lugar onde as identidades são construídas mantidas e mudadas e o lugar onde se pode operar a mudança, quer social quer pessoal e neste sentido, ser mulher, mãe, criança ou negro pode ser, transformado e reconstruído pela linguagem (Michael, 1996).

Sabendo-se que os consensos acerca de qualquer significado emergem das relações de interdependência, se não houver uma força conjunta que possibilite a criação de discurso significativo - não existirão "objectos" ou "acções" ou até a possibilidade de se duvidar deles (Burr, 1995). Em Psicologia, a abordagem construcionista, formaliza-se no estudo do discurso, uma importante característica da vida humana, e que recolhe influências dos estudos da narratologia de Bruner (1990) e dos desenvolvimentos da Psicologia Discursiva de Harré e Gillett (1994), Potter e Wetherell (1987), Shotter (1993) Wetherell e Potter (1992), Edwards e Potter (1992), Parker (1992, 1999).

Esta nova abordagem toma os seres humanos como criaturas activas que usam símbolos de forma intencional e que se empenham em projectos comuns. Poder-se-á concluir, à laia de síntese, que o construcionismo social, ao problematizar as concepções tradicionais acerca dos processo mentais internos, os desloca para o contexto social, cujos processos de comunicação dão à individualidade uma tonalidade dialógica e interpretativa, que pode ser pesquisada analisando os

discursos e cujas concepções serão focalizadas no capítulo seguinte. Por agora tentaremos dar uma visão genérica da linguagem, no pensamento contemporâneo, tomada na sua dimensão discursiva, enquanto lugar de construção da realidade.

A linguagem como prática social

Concepções ingénuas sobre a linguagem supõem existir uma relação simples entre a pessoa e a linguagem, isto é, uma expressa a outra. Estas concepções são defendidas por teorias: i) que sustentam ser a linguagem apenas uma combinação de "som e significado" (desta maneira mais gramática descritiva); ii) ou que a linguagem pode ser definida como um conjunto de sentenças correctas (e desta forma mais um pensamento generativo-transformacional) na linha de Chomsky (1975). Para este autor, a linguagem torna-se uma abstracção mental, conhecimento de regras de sintaxe, não uma prática social, não a fala da vida diária. Foi em pleno desafio cognitivista lançado na década de sessenta, à hegemonia do *behaviorismo* que a teoria da linguagem de Chomsky começou a chamar a atenção dos psicólogos. Pensava-se que o estudo da linguagem poderia dar acesso à quinta-essência humana, as propriedades do espírito, o campo já familiar das ideias inatas. Em contraste com este posicionamento, os teóricos interaccionista estão mais interessados nas formas como as pessoas realmente usam a linguagem, umas com as outras, no decurso das interacções sociais. É

Buhler (1979) quem faz a distinção entre dois aspectos da actividade linguística: o acto linguístico (*speech acts)* e a acção linguística (discurso).

Enquanto acto, a linguagem cumpre a sua função de significar, de outorgar sentido. O discurso corresponde à função instrumental da linguagem que através das suas operações serve como meio para certos fins: persuadir, cooperar, induzir comportamentos. Esta distinção justifica a própria função do acto ligada inerentemente à linguagem sem ter em consideração os propósitos extradiscursivos que são as funções da acção que ultrapassam o campo linguístico para se ligarem a âmbitos comportamentais. Austin (1962) ao definir os *speech-acts* atribui às palavras a possibilidade de fazer coisas (*speech-acts* - a linguagem age) o que envolve uma concepção de *performatividade* da linguagem, na qual a acção de enunciar se confunde com o acto da enunciação. Para este autor o que importa é o que os discursos fazem a sua *performatividade.* Quando as pessoas falam realizam três tipos de actos: i) actos locutivos, ou o acto de dizer algo (o que a frase quer dizer, o seu sentido, a sua referência); ii) os actos elocutivos que se referem ao dizer algo (afirmações, fazer promessas, dar ordens, formular perguntas); iii) os actos perlocutivos que se referem ao que produzimos por aquilo que dizemos (actos por dizer algo). Segundo esta tipologia, quando realizamos a interpretação de um discurso temos de fixar-nos na força elocutiva e nas consequências perlocutivas.

Uma das contribuições mais importantes dos trabalhos de Austin foi a de introduzir a noção pragmática que a linguagem pode afectar a realidade social, no sentido em que se "podem fazer coisas com as palavras", uma vez que a teoria dos *speech-acts* enfatiza a acção inerente às declarações. Da mesma forma, o

resultado dos estudos do uso linguístico têm sido importantes para repensar a natureza da agência humana em termos não positivistas. A distinção feita por Austin entre proposições constativas (usadas para descrever o mundo) e as *performativas* (formações linguísticas que não descrevem, não podem ser consideradas verdadeiras ou falsas, mas são, elas próprias, acções no mundo) é importante porque muda a atenção das capacidades descritivas da linguagem para a sua função pragmática, para a acção na relação.

A função pragmática da linguagem

Nos seus trabalhos, sobre a pragmática, Grice (1975, in Mey, 1993) propôs que as pessoas, quando interagem linguisticamente, concordam de forma tácita em cooperar, significando isto que é desejável: i) que as coisas que digam uma à outra possam ser relevantes para a interacção, e, especialmente para o que se disse; ii) que aquilo que se disse seja informativo e não redundante; iii) que o que se disse seja apropriado. Se estas regras são respeitadas então a conversação pode ocorrer. É o princípio introduzido por Grice e a que chamou "Princípio Cooperativo": *Make your contribuition such is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose of the talk exchange in which you are engaged* (Grice, 1975, p. 47 in Mey, 1993, p. 66). Não é necessário anunciar cada passo do que se diz; é legítimo esperar que a outra pessoa preencha cenas óbvias no argumento. Se faço uma pergunta, devo receber uma resposta, de forma que qualquer coisa que se diga é ainda tomado como resposta ou como um comentário na ausência de

resposta. Se pergunto: "limpaste o pó?", a resposta pode ser "sim", ou "não" ou "ainda não"; até se a resposta tenha sido "hoje choveu muito" indicará uma posição sobre o tema. Dizer "hoje choveu muito" tenta mudar o papel da pergunta original sobre a limpeza do pó. "Está bem, limpo já" converterá a pergunta num pedido; "não é a minha vez" convertê-la-á numa acusação. Uma verdadeira abordagem pragmática da linguagem deverá concentrar-se no que os utentes fazem; mas não parar aqui, porque os falantes nunca estão sozinhos na linguagem que reflecte ela própria as condições da comunidade mais vasta.

Os jogos de linguagem

Conforme referem Iñiguez e Anataki (1994), Wittgenstein toma a linguagem como um processo, como acção, como actividade, os chamados "jogos de linguagem", e não indaga da significação frásica dos enunciados mas tão só do sentido da interacção sócio-verbal que se produz nos distintos textos comunicativos: diálogos, disputas, narrativas, cerimónias. Os jogos de linguagem designam todo um conjunto formado pela linguagem e as acções que a acompanham. Os actores que usam a linguagem organizam, com ela, situações para fins práticos, que podem incluir pedidos, contar histórias, dar ordens e descrever objectos. A metáfora do jogo vem suscitar a ideia de que essa actividade é sustentada por vários sujeitos e segundo certas regras. É possível então discriminar na linguagem de uso, tipos de actividade discursiva. Por exemplo, colocar questões está associado ao jogo de linguagem de dar uma

resposta; contar anedotas, associa-se a riso; a descrição de objectos a questões acerca deles. Iñiguez e Antaki (1994) clarificam que é pelo uso concreto das palavras, significados e condições de produção do discurso, os actores sociais constroem contextos sociais para deles retirar significados para os outros e para si próprios pela associação dos jogos de linguagem a outras actividades. Esta perspectiva desafia as teorias individualistas e mentalistas de abordagem da linguagem como produto de intenção individual. A análise etnometodológica desenvolvida por Garfinkel (1967) sustenta que as práticas interpretativas dos actores se encontram implicadas reflexivamente e são aspectos constitutivos das situações em que ocorrem.

Estas noções revestem-se de importância crucial quando se pretende relacionar estruturas de linguagem com as estruturas sociais, noção que entronca na tradição etnometodológica, no interaccionismo simbólico, já referido, e que tiveram outra abordagem, a da constituição do poder, com Foucault.

Iñiguez (1996) tenta uma posição de síntese, admitindo que só a análise da enunciação (discurso) permite estabelecer a relação entre estruturas sociais e linguagem. Este autor sugere que a posição, pós-estruturalista, de que partiram os trabalhos de Derrida, Lacan, Kristeva, Althusser e Foucault sublinha a dimensão social da linguagem como resultado de processos colectivos e não somatório de subjectividades isoladas, o que nos conduz a uma nova concepção sobre a realidade social. Na argumentação pós-estruturalista, a linguagem constrói a realidade e não é um reflexo dela; o significado é constituído por meio da linguagem e não inerente às coisas em si mesmas ou criado pelo sujeito que

fala dele. Por conseguinte a subjectividade é o lugar de mudança e conflito, oposto a uma identidade estável e unificada.

Poderemos sintetizar este ponto salientando as principais linhas em que trabalha o construcionismo social: i) questiona a concepção representacionista do conhecimento, a ii) dicotomia cartesiana entre sujeito e objecto; iii) a verdade absoluta, porque os critérios de verdade são estabelecidos socialmente; iv) uma concepção da mente como a instância produtora de conhecimento. Não é sustentável defender que o conhecimento se gera apenas numa base social. Para pensarmos existe uma estrutura neuronal de suporte, contudo não funciona de forma solitária, precisa e utiliza os artefactos disponíveis, tais como os recursos linguísticos que são produções sociais.

Capítulo 4

Discurso e Psicologia Discursiva

Introdução

Vimos no capítulo anterior como o construcionismo social dá à linguagem um papel crucial como lugar de construção de realidades. Continuaremos, neste capítulo a abordá-la, na sua expressão discursiva, isto é, como lugar de construção do sujeito e do poder, na linha preconizada por Foucault. Serão apresentadas as definições de Discurso mais comuns em Psicologia Social e de que Iñiguez (1996) faz breve síntese. Uma nova abordagem configurada na Psicologia Discursiva que tem Edwards e Potter (1992), Potter e Wetherell (1987), Billig (1991), Shotter (1984, 1991, 1993), Harré e Gillett, (1994), assim como em Parker (1992, 1999) seus principais construtores, encontra-se difundida ao longo do capítulo. A Psicologia Discursiva Crítica posição com a qual Parker mais se identifica é explicada por este autor, como uma tendência não concordante com a natureza da factualidade face a uma "realidade" externa mas dirigida à dimensão política de temas da vida quotidiana das pessoas. Esta molda-se nas práticas discursivas, seu tópico central, que são práticas das pessoas que dizem respeito às formas pelas quais elas produzem sentido e se posicionam nos discursos. De uma forma genérica e ampla, este autor, cuja principal referência é Foucault, interessa-se pela compreensão do poder que emana dos discursos produzidos pelas mais diversas áreas do saber. Essa tentativa de compreensão do poder foi o *leitmotiv* gerador da Análise do Discurso que abordaremos, de forma mais detalhada, na terceira

parte deste trabalho. Dá-se especial relevância à discussão que Parker (1997) empreende sobre as duas tendências discursivas na Psicologia. Terminaremos salientando as implicações do modo narrativo de conhecimento, em contraponto ao modo paradigmático, preconizado para o posicionamento do sujeito e novos métodos para a pesquisa pelo Novo Paradigma, emergente na Psicologia.

O Discurso e Psicologia Discursiva

Na perspectiva que elegemos para este trabalho, considera-se o discurso como o lugar onde o sujeito se constrói a si mesmo e constrói o mundo como objecto. O termo discurso é um conceito que envolve alguma dificuldade do ponto de vista da sua especificação; é de significado tão polissémico quantas as tradições disciplinares. Segundo Lozano, Peña-Marin e Abril (1989), em termos de linguística europeia e, a partir de Benveniste, ao conceito de sujeito produtor do discurso junta-se a sua presença no próprio discurso, constituindo assim o acto individual de apropriação da língua que introduz o que fala na sua própria fala, segundo ainda a mesma autora. Neste pressuposto o discurso, mesmo sob um estrito ponto de vista linguístico, é o lugar da construção do sujeito. É através do discurso que o sujeito se constrói a si mesmo e constrói o mundo como objecto. Um conjunto de práticas linguísticas que mantêm e promovem certas relações sociais é o que Iñiguez e Antaki (1994) definem como Discurso, consistindo a sua análise em estudar como estas práticas actuam no presente para manter e promover essas relações. Discurso é também definido por Abbey *et al.* (1998) como um conjunto de histórias, textos, versões de acontecimentos, pessoas e lugares que geram fenómenos e circulam no campo social e podem transportar consigo estratégias de dominação assim como de resistência, com importantes implicações, para a mudança social. O termo discurso é, na definição de

Parker (1999), usado para referir os padrões de significado que organizam os vários sistemas simbólicos que os seres humanos utilizam para construir sentido uns para com os outros. Os significados são negociados por meio de discursos validados na comunidade de uso. O discurso sobre a família, por exemplo, tende a descrever as relações à volta do modelo de família nuclear enquanto considerada natural e universal, como se todas as outras formas de viver em conjunto devam ser avaliadas face a esse modelo (Barrett & McIntosh, 1982).

Parker (1992) defende o estudo das experiências e narrativas de acção como discursos, que, por sua vez, constituem poderosas práticas definidoras de actividades específicas vigentes na civilização ocidental. Os discursos têm implicações para a acção; não são simples ideias abstractas, formas de falar acerca das coisas e de as representar. Estão intimamente ligados à forma de funcionamento e organização da sociedade. Nas sociedades de economia de mercado há instituições, que dão corpo ao dia a dia das pessoas. Posições sociais e estatutos estão disponíveis para nos tornarem trabalhadores, empregadores ou desempregados. O capitalismo é posto em prática cada vez que um empregado recebe ordenado, ou um subsídio de desemprego. A instituição do casamento e da família coloca as pessoas perante a possibilidade de poderem ser casadas, solteiras ou divorciadas ou viúvas e que podem ser mães ou pais ou sem filhos. A instituição educativa torna-nos literatos ou iliteratos e cada uma destas formas de estruturar a sociedade é posta em prática, cada dia, através das coisas que as pessoas fazem, nas suas

práticas sociais. Todas estas estruturas sociais e práticas sociais são de várias formas asseguradas ou encorajadas pela lei ou outro controlo do Estado, tal como subsídios, ou pelas leis das igrejas, para os crentes. A lei pode punir os pais se as crianças não forem à escola. Os abonos de família baixos podem condicionar a procura de trabalho a uma mulher que eventualmente gostasse de ficar em casa cuidar dos seus bebés. Os discursos que formam a nossa identidade estão intimamente ligados às estruturas e as práticas sociais que existem na sociedade (Burr, 1995). Outras vezes o termo discurso é usado para referir um determinado domínio simbólico e a sua análise é feita sobre as coisas que são ditas pelos falantes (Billig, 1991) ou sobre distintos "reportórios interpretativos" que eles utilizam (Potter & Wetherell, 1987).

Iñiguez (1996), apresenta uma síntese das concepções mais comuns sobre o discurso em Psicologia Social: i) o discurso é qualquer enunciado dito por um falante; ii) é um conjunto de enunciados que constroem um objecto; conjuntos de enunciados ditos num contexto de interacção conversacional (logo, normativo), donde resulta o poder de acção sobre outra pessoa, o seu contexto (sujeito que fala, momento e espaço); iii) um conjunto de restrições que explicam a produção de um conjunto de enunciados a partir duma posição social ou ideológica particular para os quais se podem definir um conjunto de condições de produção. O autor esclarece que estas definições, no seu entender, não se tornam incompatíveis mas que podem sobrepor-se. O mesmo autor explica que um dado texto só pode ser convertido em discurso se puder ser definido como uma posição enunciativa contextualizada historicamente.

ICBAS

Na concepção foucaultiana os discursos são práticas que definem sistematicamente o objecto sobre o qual falam e a que Parker (1996) acrescenta que de tal maneira o fazem que quase não faria sentido questionar a existência desse objecto definido. Este autor apresenta uma definição de discurso muito ampla e abrangente; abrange todas as vias de significado que são transportadas pela cultura e isso inclui o discurso escrito, a comunicação verbal e não verbal, representação artística e poética. Em síntese, todo o material simbólico que usamos para nos representarmos aos outros e a nós próprios. Os discursos de acordo com Fairclough (1992) não representam nem reflectem entidades e relações sociais; eles constituem-nas; os discursos constróem entidades (doença mental, cidadania, maternidade) e posições das pessoas como sujeitos sociais (médicos ou doentes, cidadãos, mães). Convém desde já assinalar que o termo discurso não se restringe somente à linguagem. Hoje assume-se que falar é fazer algo, que as práticas discursivas, que explicitaremos de seguida, são genuínas práticas sociais com efeitos concretos e que a linguagem não é uma porta aberta para a realidade exterior, mas a sua própria construção.

Abordagem discursiva na Psicologia: tendências

A tendência discursiva na Psicologia configura duas abordagens que emergiram, de acordo com Parker (1997) de duas tradições teóricas muito diferentes. O objectivo deste tópico é fazer o arrolamento de algumas dessas diferenças, que aprofundaremos na Parte III. Começaremos por referir alguns contributos dos construtores da Psicologia Discursiva (Harré, 1979; Shotter, 1975; 1984; Edwards & Potter, 1992; Harré & Gillett, 1994) que interrogam o paradigma dominante na Psicologia, na forma descontextualizada como este utiliza a experimentação e manipulação de variáveis. Invocando os pressupostos metodológicos subjacentes ao construcionismo social, defendem uma Psicologia centrada no estudo de pessoas activas, que usam instrumentos simbólicos para alcançar projectos, de acordo com padrões comuns de consenso.

A Psicologia Discursiva, segundo Harré e Gillett (1994) constitui o culminar de um conjunto independente de desenvolvimentos que começaram com Mead (1934) e Vygotsky (1962). Incorpora movimentos contemporâneos como a etnometodologia, linguística e construcionismo social. A Psicologia Discursiva, cujo núcleo é o construcionismo social, afirma-se como alternativa aos pressupostos da Psicologia do paradigma dominante, no que se refere ao seu objecto e métodos de pesquisa utilizados. O tópico central da Psicologia Discursiva é a identificação e interpretação das versões alternativas dos participantes sendo que as práticas discursivas dizem respeito às formas pelas

quais as pessoas produzem sentido e se posicionam nas relações sociais quotidianas. A Psicologia Discursiva molda-se nas práticas discursivas das pessoas, na *performatividade* do discurso (que coisas fazem as pessoas com a sua fala), enfatiza a fluidez e variabilidade do discurso; dá prioridade à acção da fala e da escrita, porque diz respeito às práticas das pessoas em interacção nos mais variados contextos (Edwards & Potter, 1992). É próprio da ontologia discursiva basear os seus sistemas locativos nos conceitos das pessoas, constituir as identidades e as relações nos actos de fala e pelas regras da história (Harré & Gillett, 1994). Esta posição pode ser complementada com a de Gergen (1985) quando refere que *"Os termos em que o mundo é conhecido são artefactos sociais, produtos de intercâmbios historicamente situados. (...) neste sentido, convida-se à investigação das bases históricas e culturais das variadas formas de construção do mundo(...) As descrições e explicações sobre o mundo são formas de acção social. Deste modo estão envolvidas com todas as actividades humanas"* (p. 267-268).

A posição de Parker (1989, 1992, 1997, 1999) face à Psicologia Discursiva é de tonalidade crítica e tende a explorar as narrativas de acção e da experiência, como discursos, e como parte de poderosas práticas discursivas que, na cultura ocidental, definem certas actividades e pensamento como normais e outras como desviantes. Este autor sublinha a sua posição crítica face à psicologia dominante porque parte da suspeição acerca dos *loci* para os fenómenos mentais (colocados pela Psicologia convencional, no interior do indivíduo) assim como para os comportamentos (apresentados como dados

factuais) e sugere uma posição alternativa crítica que possa introduzir uma correcção das fragilidades metodológicas de que enferma a Psicologia convencional. Tópicos tais como identidade, emoções, preconceitos e atitudes não são "dados" que se escondam dentro das pessoas, e que o psicólogo possa "descobrir", mas sim, como referem Burman e Parker (1993), entidades criadas pela linguagem que é usada para as descrever. Desta feita o deslocamento faz-se da parafernália dos processos internos para o estudo da acção e experiência, mediadas socialmente, pela linguagem, e contextualizadas historicamente. Neste pressuposto a linguagem, tomada como acção, concorre para a existência daquilo que enuncia, numa lógica pragmática. Não tenta explicar a natureza da factualidade face a uma realidade externa mas preocupa-se com a influência de temas cuja dimensão política pode influenciar a vida das pessoas.

Parker (1997) distingue duas tendências que trabalham na Psicologia Discursiva : i) a abordagem foucaultiana do discurso e ii) uma abordagem, mais comum na Psicologia Discursiva, os *"reportórios interpretativos"*, tópicos que aprofundaremos adiante.

Por agora esclarecemos que a tendência foucaultiana, inspirada nos trabalhos de Foucault, aborda os grandes sistemas de enunciados onde se cruzam poder e ideologia. Esta tradição ensina-nos que há uma relação íntima entre linguagem e ideologia, o que significa, de acordo com Parker (1997), que Foucault estava *"engaged in an "archaelogy" of culture and a "genealogy" of knowledge which uncover the ways the fhenomena psychology takes for granted came*

into being" (p. 286). A maioria dos fenómenos sociais e psicológicos seriam triviais se separados dos seus contextos. Neste pressuposto, o investigador do discurso perguntar-se-á: *"como se tornou nisto este fenómeno?"* (Parker, 1997, p. 287). Assim, a mais inocente unidade da cultura em cada sociedade pode ajudar à compreensão das forças de poder, ideologia e formas de subjectividade, numa sociedade, se perguntarmos que condições discursivas tornaram isso possível. Na linha foucaultiana da investigação discursiva podem apontar-se os trabalhos sobre a subjectividade e raça desenvolvidos por Mama (1995); os de Burman *et al.* (1996) e os de Parker (1992) sobre as ligações entre psicologia, cultura e práticas políticas e também Willig (1999), a que Parker (1999) faz referência na sua mais recente publicação. Estes autores perfilham o pressuposto que há sempre uma possibilidade para resistir ao poder e promover *"counter-discourses" or alternative arguments for what is usually taken for granted"* (Foucault, 1977, in Parker, 1997, p. 287).

A abordagem da Psicologia Discursiva numa perspectiva Crítica centra-se sobre a mudança social potencializada pela inesgotável fonte de fenómenos discursivos, manifestos numa ampla variedade de práticas discursivas e Parker (1997) adianta que este posicionamento se constrói a partir de experiências de vida e fontes teóricas exteriores à Psicologia. Adianta o autor que só depois faz sentido desconstruir o que a disciplina psicológica faz aos seus sujeitos. Este autor, muito sensatamente, em nosso entender, justifica afirmando que não é possível conduzir uma crítica adequada à Psicologia dominante, utilizando os seus próprios pressupostos. Daí a importância de

influências tais como: i) teoria feminista, ii) marxismo; iii) teologias da libertação e até utopias. Face à crescente especialização da Psicologia, Parker sublinha a necessidade dos psicólogos do discurso se tornarem mais generalistas, para incorporar perspectivas vindas tanto de campos muito especializados (por exemplo, filosofia política) como das experiências da vida diária, daqueles que sofrem o *status quo* e dos que procuram mudá-lo. Estudando as formas como a linguagem serve interesses sociais, ideológicos e políticos, a análise crítica do discurso, de inspiração foucaultiana, que aprofundaremos adiante, aprecia a forma como os textos escritos ou verbais revelam a subjectividade dos seus autores, isto é, como o conteúdo das afirmações dos autores dos discursos está relacionado com os seus sentimentos, pensamentos e o seu lugar na esfera social. As experiências dos sujeitos adquirem um novo estatuto na pesquisa e o próprio sujeito toma, no conhecimento narrativo, um lugar preferencial. Desta forma, a tendência na Psicologia Discursiva Crítica, de inspiração foucaultiana é crítica dos discursos político-ideológicos da Psicologia dominante, pois que a sua ênfase se situa nas formas que a linguagem toma para servir os interesses ideológicos sociais e políticos; enquanto a Psicologia Discursiva se preocupa mais como trabalham as práticas discursivas num texto mais restrito, do que com os efeitos das práticas discursivas mais amplas. Nesta tendência inserem-se os trabalhos de Potter e Wetherell (1987), que enfatizam os discursos diferentes e contraditórios que as pessoas utilizam para explicar os factos e fenómenos. Esta é uma abordagem, de cariz mais cognitivista, mais ligada aos recursos

linguísticos que as pessoas utilizam para explicar os fenómenos e acontecimentos e menos preocupada com mudanças, mais abrangentes, na sociedade ou psicologia e a que nos referiremos adiante.

Nesta perspectiva tende-se a utilizar estratégias linguísticas como categorias para explicar e tirar sentido do mundo. Spink *et al.* (1999), da síntese elaborada por Edwards (1991), sistematizam essas categorias segundo duas abordagens: i) a discursiva; e a ii) cognitiva.

No que concerne à *abordagem discursiva,* as categorias são consideradas em termos da sua função no âmbito das práticas sociais. Tomam-se as categorias em duplo sentido; por um lado, são construções culturais que nos permitem dar sentido à experiência e, por outro, são construções socialmente situadas e que as pessoas utilizam para a consecução de acções (negar, refutar, acusar, persuadir etc.).

Já uma *abordagem cognitiva,* das categorias, tende a considerá-las como entidades mentais internas partilhadas numa dada cultura. A sua ênfase centra-se nas propriedades de representação atribuídas aos fenómenos linguísticos. Esta breve distinção tem apenas o propósito de sublinhar que as categorias não podem ser desvinculadas da história e do meio em que a sua construção ocorreu. O processo de desconstrução, nesta perspectiva, implica a compreensão da forma pela qual as categorias foram socialmente construídas, como entender os usos a que se prestam nos processo de comunicação. O conceito de categoria que encontramos em Spink *et al.* (1999) é concordante com a noção de "reportórios interpretativos" da Psicologia Discursiva.

O sujeito e posições de sujeito numa perspectiva foucaultiana

Ao conceber o ser humano como sujeito narrativo, o domínio do significado é colocado num lugar saliente da experiência psicológica. Este domínio produz e reproduz as interpretações segundo a forma como cada um as organiza, na sua experiência interna, ao mesmo tempo que o sujeito tenta compreender o mundo e o seu lugar nele. A este domínio, o do significado, interessa a decifração não no sentido em que há uma essência a ser descoberta, mas uma actividade a desenvolver, na e pela linguagem, como forma de estruturar simbolicamente a realidade, reconstruída pela interpretação.

É a partir da década de 70 que a noção de Eu como narrador começa a tomar forma na literatura psicológica e continua ainda em debate. Bruner (1990) sublinha que foi provavelmente o crescente criticismo contra a epistemologia de cariz verificacionista que permitiu aos cientistas sociais explorar outras formas de conceber o sujeito que conta histórias e que faz parte da história. O sujeito narrativo, na concepção foucaultiana é não só o lugar onde o poder actua, mas também lugar de contradição e resistência. É, aliás, partindo desta concepção que Henriques *et al.* (1984) submetem o objecto da Psicologia, o indivíduo abstracto, à crítica em duas dimensões: uma que o mostra na sua dimensão histórica, outra que enfatiza a forma pela qual o domínio social é, mais que qualquer outro, constitutivo dos sujeitos. É conhecida a perspectiva foucaultiana que liga a linguagem (todas as formas de texto) e os processos sociais (concebidos em termos de relações de poder). As instituições (governo,

disciplinas académicas, religiões) desenvolvem linguagens para justificar a sua existência e articular o mundo social, linguagens expressas em práticas, situadas na acção e em regras partilhadas por cada grupo social. Se o modo paradigmático, demonstrativo ou científico de produzir conhecimento, requer explicação e verificação, o saber narrativo requer compreensão e interpretação.

As reflexões recolhidas da literatura e já referidas, tornam claro que uma concepção, que percebe a existência do sujeito organizada narrativamente, implica uma aproximação de raiz hermenêutica ou interpretativa, na procura de uma construção ininterrupta de significados para os quais as listas de atributos não são relevantes. Pela insistência na linguagem como a fonte de significado para a experiência, a ênfase pós-moderna moveu o centro de gravidade da pessoa individual para a esfera social. Por causa deste deslocamento a noção de *self* está, por isso, sujeita às contingências da mudança social. As pessoas são constituídas como sujeitos nos discursos e nas práticas produzidas pelas disciplinas científicas. O *self* não usa a linguagem para se expressar; antes é constituído de várias fontes linguísticas que são mobilizadas de acordo com as exigências de determinado tempo e lugar, variável com a história. A força construtiva da linguagem, na interacção social, dá origem a identidades fragmentadas, temporárias e mutáveis o que nas sociedades pós-modernas equivale a colocar em dúvida a própria natureza e integridade da individualidade, lançando a suspeita *"em relação à*

suposta unidade e transparência da pessoa descomprometida e das alegadas fontes internas da individualidade expressiva" (Hargreaves, 1998, p. 79).

O *self* romântico, moderno, fundamentalmente, do domínio do conhecimento e da medida, é constrastado por Gergen (1991) com o *self* pós-moderno, imerso nas tecnologias de comunicação que abrem possibilidades novas de relação e tornam a vida subjectiva mais fluida. A noção de Eu saturado encontra-se em Gergen (1991) para referir o Eu colonizado pelas novas tecnologias e a consequente sensação de dissolução e fragmentação torna-se uma característica da subjectividade pós-moderna, já referida, minada pela dúvida e dispersão do sujeito.

Parker e Shotter (1990), apoiando-se em Derrida, Foucault e Lacan defendem uma Psicologia com ênfase na desconstrução que examine as contradições internas e externas dos textos, a vida como um texto, a sua formação social, que ponha a descoberto a presença de relações de poder. Parker, autor que temos vindo a citar, preferencia a Análise do Discurso, de que se falará adiante, inspirada em Foucault, de acordo com o qual são as próprias pessoas que, ao se tornarem lugares de produção de discursos, se podem constituir como lugares de contradição e resistência, lugares de produção de novos discursos e de novas formas de poder e novas formas de *self* (Ramazanoglu, 1993). Ao identificar "posições do sujeito", noção que aprofundaremos adiante, no discurso, podem ser demonstrados os abusos de poder e mistificação ideológica que emanam da cultura e também a possibilidade do sujeito reclamar para si outra posição.

A Análise do Discurso, que abordaremos na terceira parte deste trabalho, permite sejam exploradas: i) as relações entre discursos e poder; ii) o papel dos discursos na formação de subjectividades e *selfhood;* iii) a ligação entre as instituições e as práticas sociais; iv) a implicação do discurso para experiência. Em suma, fala e textos são tratados como formas sociais de acção.

PARTE II

Maternidade: da natureza à cultura - percursos históricos da sua construção

Parte II

Maternidade: da natureza à cultura, percursos históricos da sua construção

Introdução

A primeira parte foi dedicada a salientar alguns marcos sócio-históricos que sublinharam as vicissitudes com que se debateram os seres humanos, na tentativa da superação dos seus limites, por via da produção de conhecimento e a descrever o emergente paradigma pós-moderno, como alternativa teórica que elegemos, como mais adequada, à interpretação da epistemologia maternal.

Na II Parte iniciaremos a abordagem das condições socio-históricas que retiraram às mulheres os poderes de que estiveram primitivamente investidas, pelo facto de gerar e criar crianças. O princípio orientador sobre a pesquisa das fontes históricas, que suportam o Capítulo 5, não teve como objectivo classificar os factos ou personagens ou até espaços geográficos. Aos episódios concretos, preferimos os acontecimentos marcantes que tiveram repercussões na vida global das mulheres, na cultura ocidental, porque a nossa busca é a dos discursos histórica e socialmente constituídos; quando se

trabalha ao nível da produção de sentido é necessário retomar a linha da história de forma a entender a construção social dos conceitos que utilizamos no trabalho quotidiano de dar sentido ao mundo. O nosso interesse centrou-se nos processos que cimentaram as formas de pensamento social que criaram condições que levaram à subordinação das mulheres na maternidade. Consideramos interessante o ponto de vista de Rivera (1991) que defende ser a mulher, em si mesma, uma categoria de análise histórica por estar simultaneamente vinculada, pela sua experiência pessoal, ao social e colectivo que sobre ela prescreveu normas. Contudo, a historiografia sobre as mulheres, enquanto instrumento de análise, não é valorizada no pensamento histórico, talvez porque afastadas da história, como protagonistas, as mulheres, apenas tenham nela uma exuberante visibilidade mítica. Foi pela mão de Rivera que seguimos o percurso histórico, descrito por mulheres, aquele que conduziu os seres humanos a viver em esferas separadas: o mundo das mulheres e o mundo dos homens, apoiados numa inexplicável hierarquia. Trazida para o reino da cultura, minimizada que foi a importância do instinto, a Maternidade contemporânea ainda se debate com um legado do patriarcado expresso na desvalorização das tarefas domésticas e dos cuidados da infância, nunca consideradas merecedoras de paga e sujeitas às mais diversas prescrições não só do cuidar como da expressão do amor às crianças. Muito se espera do desempenho das mães. Uma representação popular de maternidade sugere que as mães deverão ser infatigáveis e estar radiantes a cuidar dos filhos no governo de lares perfeitos.

Abrimos espaço de reflexão à discussão do amor materno, noção que faz parte das teses de Badinter (1980) e que a autora sustenta, ser de difícil definição, se adquire ao longo dos dias da criação dos filhos, e é resultado de comportamentos variáveis com os valores sociais. Dedicamos alguma atenção à abordagem das vicissitudes sócio-culturais que foram acrescentando significados à maternidade até esta ser transformada numa ideologia do cuidar que colide com o novo papel social, no mundo do trabalho, conquistado pelas mulheres. Destas contradições dá-nos conta a análise de Hays (1996) sobre os manuais que prescrevem um tipo de maternidade intensiva, bem como a análise do discurso conduzida por Marshall (1991) em amostra de manuais de aconselhamento às mães, mais comuns no Reino Unido, onde identifica a força prescritiva de narrativas produzidas socialmente sobre a maternidade. Em ambos os trabalhos se identificam fios discursivos indutores de culpa nas mulheres se não se enquadrarem num modelo de "boa mãe", que o discurso social e científico definiram como ideal para as mães. A teoria da vinculação é um dos discursos da Psicologia, acentuados pelo pensamento feminista, com maior impacto na intensificação da culpabilização das mães, pois reflecte a tendência para construir a mãe como a responsável não só pelo ajustamento equilibrado da criança como pelo seu ulterior desenvolvimento adulto. Terminaremos abordando as representações de "boa mãe" e "má mãe" presentes quer no discurso popular quer no científico.

Capítulo 5

A construção da maternidade como posição social de desigualdade

Introdução

Veremos, neste capítulo, como de discurso em discurso, desde a Antiguidade, que aprisionou as mulheres no *oikos*, como serviçais do homem, à Idade Média que as submeteu ao medo da religião, passando pela aliciante retórica Iluminista apologista da felicidade, da liberdade e paradoxalmente da igualdade entre os seres humanos, se esconderam formas de dominação insidiosas, que excluíram as mulheres da participação pública e as reduziram à invisibilidade. Só na família patriarcal poderiam obter algum respeito e consideração social, desde que a ordem estabelecida não sofresse qualquer perturbação. Referem-se alguns exemplos de mulheres, cuja acção a História registou e que por enfrentar o poder do patriarcado foram merecedoras de pesada punição.

O objectivo deste capítulo é salientar os discursos que, por terem sido repetidos de forma incessante, pelas instituições, estruturaram, na cultura ocidental, a desvalorização das mulheres transformando-as em seres dependentes dos homens e mães por imperativo, no interior doméstico do lar. Ao colocar a mulher sob a protecção do pai, maridos e filhos maiores, a jurisprudência apaga-as do espaço público. Mesmo que o Contrato Social tenha inaugurado uma sociedade do autogoverno, baseado na racionalidade, a mulher, porque, não racional, ligada à Natureza, precisa da protecção de quem por ela tome decisões. A prática da entrega a amas e do abandono que abordamos sublinham a total ausência de voz das mulheres em decisões que só a ela

deveriam competir. Expôs filhos ou embalou-os sempre de acordo com a vontade patriarcal. Salientam-se as linhas gerais que a partir da Revolução Francesa foram codificando os estatutos da criança e da mãe, ganhando o papel da mulher relevância apenas se boa cuidadora se mostrasse. O conceito de "natureza feminina" é devedor dessa codificação cujos efeitos condicionaram durante séculos o potencial intelectual das mulheres ficando reduzidas a um único papel possível o da maternidade.

No começo...

No tempo em que a *femina erecta* e o *homo erectus* se tornaram *sapiens,* vagueavam livremente em bandos, caçando ou recolhendo alimentos, criando instrumentos e, quem sabe, provavelmente sonhando abandonar as cavernas, terá sido um tempo áureo para o estatuto da mãe. O cuidado e sobrevivência das crias torna-se tópico da máxima importância e as mulheres são tomadas como as mais responsáveis, na incipiente organização social, por via do seu papel de mães. Motivo de primeira adoração, porque ligada ao mistério da vida que era do domínio sagrado, a poderosa Grande Mãe, representada em ícones de pedra, marfim dos mamutes ou moldada em terracota, foi motivo de veneração das montanhas aos altares domésticos.

As estatuetas do Paleolítico Superior presentes desde a Europa ao Egipto e que representam mulheres morfologicamente semelhantes, de coxas e ventre volumosos, simbolizam, talvez, de acordo com Ribeiro (1990) a inquietação do homem perante a continuidade da espécie e as mulheres que por terem a força de gerar vida adquiriram um carácter de divindade. Num tempo desprovido de instituições ou peritos; propriedade e herança; direito e jurisprudência, em que nem sequer estavam definidas as linhas da paternidade, a prole dependia inexoravelmente da mãe que carregava crias insaciáveis de calor e alimento. Thurer (1994), autora em que nos apoiaremos, faz uma revisão histórica da maternidade que situa, de forma irreverente, entre a Idade da Pedra e a Idade

de Hillary Clinton primeira dama dos E. U. , mãe, esposa e jurista, começa por salientar a grandeza da mãe primitiva.

No começo, a mãe da espécie humana, não só foi figura temida e reverenciada pela misteriosa capacidade de engendrar crianças mas também pelo seu saber, o da experiente colectora de alimentos que sabiamente definia os padrões de partilha dos mesmos. A mulher-pagã, representada com formas protuberantes, ou de ventre liso, geradora ou guerreira é sempre poder. Poder que virá a perder quando se instituir o patriarcado.

Duby e Perrott (1992) acreditam que esse poder se encontra expresso nas Mães Augustas (séc. I e II A.C.) descobertas na Borgonha, que, na sua interpretação, representam as três funções da mulher na sociedade céltica: sacerdotisa, guerreira e alimentadora. Nas figuras das Vénus europeias está a representação do ciclo reprodutivo das mulheres.

A gestação e nascimento de crianças, alcançado pelas mulheres, parece ter sido um fenómeno de cuja dimensão moral e social o homem primitivo teve um entendimento primeiro, segundo a interpretação adiantada por Ribeiro (1990). No começo a Mãe, enquanto viveu, paritariamente todas as circunstâncias de vida com os homens, foi respeitada como igual e só depois que os seus papeis começam a ser definidos pelo poder masculino, se inicia o tempo da subordinação; o tempo da exclusão e da procriação como destino. A ascenção do patriarcado induziu a queda do estatuto da mãe primitiva: as poderosas deusas do Paleolítico. Como primeira prestadora de cuidados, virá a ser impelida a cuidar ou a rejeitar, a embalar ou a evitar o contacto com a

criança, consoante decisão patriarcal. Do começo em que vislumbrámos a mais antiga concepção mítica e divinizante da mulher passaremos a uma outra leitura, àquela em que a sobrevivência da humanidade se vai dissociando das concepções primitivas

Na Antiguidade

A Grécia Antiga, suportada pela voz autorizada de Aristóteles, indexava aos homens as actividades nobres: arte, política e guerra, e, porque definia as mulheres como seres inferiores, destinou-lhes a invisibilidade pública, a serviçal do homem, no *oikos*. Da autoridade paterna passava à do marido, que pagava o valor do seu dote previamente estipulado pelo pai. Desapossada de capacidade de deliberação, limitar-se-á a obedecer, silenciosamente, excluída da polis de que faziam parte apenas os cidadãos gregos.

É Eurípedes (480-404 A.C.), crítico da situação da mulher na sociedade, que interpreta as suas vozes, seres sem prerrogativas, vendidas e repudiadas ao dar voz ao clamor combativo e inconformado de Medeia:*"De tudo o que tem vida e pensamento, somos nós mulheres as criaturas mais miseráveis. Em primeiro lugar necessitamos, gastando mais dinheiro do que ele merece, comprar um marido e conceder um dono ao nosso corpo - mal ainda mais forte que o outro"* (p. 22). A tragédia, aborda temas de uma incrível actualidade, a intimidade sexual e o conflito entre o egoísmo do companheiro e o amor desmedido da esposa,

Medeia, que não hesitará em exterminar os próprios filhos, quando defraudada por Jasão, para o reduzir à invisibilidade. Ao longo da tragédia, não cessa de clamar o seu inconformismo face à sua condição de mulher, que a impossibilita de repudiar o companheiro: "*Antes queria lutar três vezes, debaixo do broquel que dar à luz uma única vez* (p. 22 - 23). A sábia conselheira de Jasão, cujos conselhos o tinham conduzido à vitória, conquistadora invisível do Velo de Ouro, interpela-o iradamente: (...) *Depois atraiçoaste-me, tomaste posse de novo leito, tu que geraras filhos! (...) mas que é feito dos teus juramentos? saberei algum dia qual o teu pensamento? Crês que os deuses estabeleceram outras normas para os homens, pois que tens consciência do teu perjúrio para comigo*? (p. 33). Como defesa Jasão lamenta:" *como seria bom que os mortais pudessem ter filhos por outro meio, sem o recurso ao sexo feminino; então não haveria males entre os homens"* (p. 36).

As mulheres, não eram particularmente honradas na sociedade grega que se regia por uma dinâmica social assente na autoridade do homem, a mais perfeita e completa das criaturas, detentor de um poder quase divino sobre todos os elementos da família. Excluídas do mundo do conhecimento e do pensamento tão valorizados na civilização grega, elas viam os seus horizontes totalmente limitados. O facto das mulheres serem mães não acrescentava nada ao seu desvalorizado estatuto. Mesmo na concepção o seu papel é considerado pouco relevante pois estava associado ao sentido negativo da matéria *"semelhante à terra que precisa de ser semeada, o seu único mérito é o de ser um bom ventre"* (Badinter, 1980, p. 28) e aos cuidados maternos não se atribuía

um significado especial, pois competia aos homens a decisão de escolher quais os filhos que a mulher vai criar e os que deve rejeitar. Os recém-nascidos atenienses eram, logo à nascença confrontados com a iminência da morte, esta mais frequente entre as meninas. Ao tempo da conquista Romana (200 D.C.) as irmãs eram raridades e como assinala Downing (1989) só uma família em 100 criava mais que uma menina.

Na Grécia Antiga a representação da mãe estava praticamente afastada da arte e religião e até na mitologia são abundantes as "maternidades masculinas" cuja prole nasce de algumas partes da antomia do macho. Vai longe a poderosa Deusa-Mãe. As suas descendentes, as deusas gregas, são deusas sem mãe e dominadas pelo pai, Zeus. Em Roma, a Matrona, está restringida à sua função reprodutora, sustentáculo da sociedade, da qual são excluídas as prostitutas, as dionísiacas pela sua subversiva liberdade com os homens.

Eleita como ideal, a matrona responde às preocupações romanas com as taxas de natalidade, problema crucial para a vastidão do Império que, segundo os historiadores, virá a cair, também, por falta de activos humanos (Thurer, 1994). Mesmo se reduzida ao papel de parideira da nação, a mãe romana pode considerar-se uma mulher emancipada, face à escravizada mãe grega.

Há referência dos protestos das romanas junto do Senado contra a sua exclusão do uso de transporte e contra a obrigatoriedade de se deslocarem a pé. À mulher patrícia, é dado algum espaço na intriga política e, as suas estratégias serão descritas como mais reprováveis que o que era prática

comum no Império. Agripina fica na história por arquitectar o acesso ao trono de seu filho Nero. Também Lívia, esposa do Imperador Augusto e mãe de Tibério seu sucessor, não hesitará perante a violência para assegurar o império ao filho. Embora à matrona se proíba o desejo e o prazer, às mulheres" livres", às que não podem constituir casamento justo e legal (esposas repudiadas, viúvas e escravas), é-lhes concedida a possibilidade de escolher o seu amante (*concubere*). Só estas detinham o poder de não optar pela maternidade, o que desde logo se torna um traço libertário subversivo que não convém às sociedades patriarcais que sempre tiveram como propósito o silenciamento, dessas tendências, nas mulheres.

Roma no século II A.C. teve a sua "*mulher favorita* ", Cornélia, protótipo da matrona, da mãe perfeita, devotada aos seus filhos que considera, seus adornos e suas jóias, aceita estoicamente a morte de dois deles, em nome do bem da nação. Passará à posteridade lembrada apenas na sua dimensão materna, como "*Cornélia, mãe dos Gracos*" (Thurer, 1994, p. 79).

A mãe medieval

Atravessando tempos e adversidades sem conta, as santas, a descendência das deusas-mãe, serão presença tutelar no quotidiano da Alta Idade Média. Duas mulheres marcam a cultura judaico-cristã do mundo ocidental. Do Antigo Testamento surge Eva, símbolo de orgulho e audácia, a origem de todo o mal e desgraça da humanidade. Assimilada à Serpente, sede de mentira e engano, a mulher será predestinada a *"dar à luz com dores"* e estar sob o *"domínio"* do marido (Génesis, 3: 16), e desde logo lhe está destinado um lugar de submissão na vida terrena, longe do paraíso perdido.

Maria é a proposta de uma nova mulher, imagem sublimada da feminilidade sem pecado. A Patrística distorceu e obscureceu a mensagem de igualdade e amor que o Evangelho apresentava e defendeu uma inteira submissão da mulher ao homem, legitimada pelas constantes analogias encontradas entre a submissão de Maria a Deus e da humanidade à Igreja. A iconografia religiosa europeia dedicar-se-á a representar Maria como a sofredora *Mater Dolorosa* de que as *Pietás* dão testemunho, a tal ponto que as palavras mãe e sacrifício virão a tornar-se praticamente sinónimas (Woodward, 1997).

O discurso da maternidade predominante na cultura ocidental é o que a remete quase ao domínio do mito, mito esse que afirma que as mães sentem amor pelos filhos apenas em consequência do acto biológico de dar à luz. Apenas por este facto, as mulheres, tenderiam a tornar-se diferentes do seu eu anterior, passariam a ser boas mães, abnegadas, generosas, experimentando a

satisfação suprema de se sacrificarem, como refere Kitzinger (1978). O discurso da abnegação tornou-se um traço consubstancial à identidade da mulher, pois que ela terá de exteriorizar esse sentimento não só relativamente ao cuidado dos filhos, mas e, até muito tarde, em relação sobretudo ao marido. O Talmude judaico veiculou os deveres da mulher face ao marido e especificando alguns dos seus deveres, por exemplo, lavar-lhe o rosto e deitar-lhe vinho no copo.

Ao longo da história, as mulheres sempre se viram subalternizadas pelo desempenho do papel de nutridora, ajudante e companheira. Esta imagem de mãe sofredora constitui, provavelmente, o núcleo muito arcaico onde radica o mito da afeição materna, tema que retomaremos adiante, que atravessou a história das atitudes face à maternidade na cultura ocidental (Woodward, 1997).

Thurer (1994), na análise radical que faz destas atitudes, afirma, frontalmente, que alguns intuitos misóginos terão estado na base deste terrorismo emocional contra as mulheres, expresso na representação da maternidade com traços divinos, inatingível às mulheres humanas, e que provavelmente terá contribuído para induzir culpa nas mães ao longo dos tempos. A Idade Média, que deixou memórias de guerras e pestes fulminantes, foi um tempo em que as pessoas, atormentadas por medos e superstições se apegavam às mais variadas devoções, resignadas a encontrar no céu o que não se vislumbrava na Terra. Tempos assim privilegiavam uma Mãe também divina, uma imagem de mãe acolhedora, terna e compassiva que tocava o coração

qual *"Prozac visual"*, nas palavras Thurer (1994, p. 82). Uma mãe tornada ideal, um mistério. Mas o discurso medieval sobre a maternidade e infância é ambíguo e contraditório. Enquanto a arte idolatrava as mães, na vida quotidiana, estavam sujeitas ao marido que sobre elas tinha poder de morte; subordinação que será mantida durante séculos estribada que está na doutrina expressa na Epístola aos Efésios.

O parto humano só raramente aparece na estatuária e pintura. Ribeiro (1990) faz referência apenas a uma representação desse instante supremo da maternidade, esculpido num friso de várias esculturas que suportam a junção dupla de dezasseis arcos de volta inteira, no primeiro corpo da Igreja de S. Salvador do Souto, em Guimarães. Esta escultura de granito, descrita pela autora, provavelmente do séc. XI, reproduz uma mulher de cócoras, evidenciando sofrimento no rosto, dá à luz uma criança de que se vê a cabeça. Se bem que o cristianismo tenha tirado a mulher da servidão, condenou-a à inferioridade religiosa, política e civil e as crianças embora descritas como inocentes, o seu abandono, negligência e entrega a amas que lhes proporcionavam os cuidados de qualidade duvidosa, seguia a precaridade dos padrões vigentes naqueles séculos brutais.

Só a partir dos séculos XII e XIII a Igreja condena publicamente o infanticídio e a exposição, práticas que provinham da Antiguidade e aconselha a criação de hospícios, para acolher as crianças abandonadas. Em Portugal o mais antigo hospício para enjeitados foi fundado, em Lisboa, em 1273, por D. Beatriz, mãe de D. Dinis; em 1321 a rainha Santa Isabel criou em Santarém

outro "Hospital de Meninos" destinado a criar "*os filhos das mulheres que os enjeitam*" (Varizo, 1991, p. 97). Ainda segundo o mesmo autor, era comum encontrarem-se eremitas cuja tarefa era a de recolher as crianças abandonadas nas ruas ou nos lugares ermos e cujos cuidados os municípios se encarregavam de assumir. As mudança de atitude para com as crianças inserem-se em movimentos amplos de mutações culturais em que estão envolvidos factores de variada ordem, designadamente a económica, pelo que, relativamente a estas mudanças a sua datação não é conclusiva.

A internalização dos comportamentos não é susceptível de datação pois neles estão incorporados o tempo longo e o tempo curto, na teorização de Braudel (1989). O tempo longo, segundo o autor contém uma série de *"universos construídos que constituem outras tantas explicações imperfeitas mas a que são geralmente concedidos séculos de duração"* (p. 15). No tempo longo estão incluídos os conhecimentos produzidos e reinterpretados pelas diferentes cartografias científicas, conhecimentos e tradições do senso comum, que precederam as vivências das pessoas, mas que se fazem presentes nas instituições, normas e convenções, da reprodução social. Como exemplo podemos referir como uma imagem da mãe medieval, ressignificada, se faz presente no nosso quotidiano.

O tempo longo torna-se presente, emerge duma história que não é morta, mas uma construção que alimenta, define e amplia os discursos de que dispomos para a produção de sentido. Produção de sentido essa que se dá no tempo curto, o tempo do acontecimento, aquele que possibilita entender a dinâmica

da construção discursiva das pessoas, onde continuidade e mudança permeiam, todos os tempos históricos, e orientam as práticas discursivas, das pessoas que são o tema alvo da nossa pesquisa. Spink e Medrado (1999) propõem uma divisão temporal semelhante à preconizada por Braudel (1989) e por Bakhtin (1994) e incluem, na Psicologia Social, mais um tempo, o vivido, o tempo da aprendizagem das linguagens sociais por processos de socialização. Em síntese, num tempo que não é linear, mas feito de desigualdade, avanços e recuos os actores sociais vinculados a modelos de referência, num espaço próprio, procedem também a operações de (re)construção social do passado o que faz com cada actualidade seja feita da presença de vários tempos, as vozes situadas que povoam as práticas discursivas das pessoas.

Na era moderna

Na idade do racionalismo e da revolução científica, num tempo iluminado pela escrita de Shakespeare (1564-1616) e a pintura de Rembrandt (1606-1669), quando Galileu (1564-1642) formulava a sua lei da inércia, Descartes (1596-1650) filosofava, Montaigne (1533-1592) moralizava e Kepler (1571-1630) descobria a órbita elíptica dos planetas, por toda a Europa, mulheres sem conta foram, de forma deliberada, torturadas e destruídas. Foi a condição feminina que ardeu nas fogueiras desde a Idade Média ao Renascimento. Sem

pretender fazer a história das perseguições, por elas sofridas, ressalta-se, a este propósito, relato referido por Barreno, Costa e Horta (1974, p. 81) em Novas Cartas Portuguesas, o libelo feminista dos anos 70, em Portugal: "*Pelos meados do século XVI uma mulher chamada Cecília, atraiu as atenções de Lisboa. Possuía a arte de modular a sua voz de tal forma que esta parecia sair dos seus pés, ou ainda de sítio que seria impróprio nomear (...) a mulher foi reputada de bruxa e de possessa do diabo; contudo, como graça especial, em lugar de ser queimada, foi apenas exilada para sempre (...)*".

O Renascimento foi tempo de perseguição e muitas mulheres sucumbiram às mãos quer de católicos quer de protestantes; Yalom (1997) calcula que em dois séculos tenham sucumbido entre 60 000 a 150 000 mulheres. Não podem deixar de se acentuar as contradições que já vinham da Europa Medieval e são continuadas na Renascença, a Virgem venerada como rainha e as mulheres, na vida real, sem qualquer peso social e político; o abandono e infanticídio continuam atingindo extremos de proporções epidémicas. Parece que às mulheres não coube parte do quinhão das esplêndidas conquistas da Renascença. As famílias continuaram a sua política de alianças matrimoniais vantajosas e às mulheres competia assegurar a continuidade das linhagens, como paridoras dos herdeiros. As que não tinham direito a dote eram encerradas em conventos e, as da plebe, com frequência, acusadas de feitiçaria, sucumbem a cruéis perseguições e tortura.

Barreno, *et al.* (1974) dão voz, de forma admirável, à multidão de mulheres que desde o Renascimento foram encarceradas em conventos e que, poderiam

ter expresso o seu sentir na muito verosímil "Carta de Mariana Alcoforado a sua Mãe" "*(...) Sabei Senhora Mãe, nada do que é vosso me importa, nem pensamentos, nem costumes. Costumes que apesar de tudo e todavia continuo a aceitar, de lei e cobardia, aceitando este estado onde de acordo com meu pai me pusesteis por homem não ter nascido e entrave fazer a meu irmão e minha irmã, de dote, podendo ela assim arranjar marido que a receba apesar de feia, não vos custando eu mais que parto e raivas acesas ao me saberdes por amada e possuída de corpo contra vossas ordens, mando vontades, apesar mesmo das vossas ameaças. (...) Bem me podeis executar, quem me defende? A lei? A que dá aos pais todos os direito de mordaça, aos machos primazia e à mulher somente o infinitamente menos nada, com dádivas de tudo? (...) Este convento será meu túmulo, guardião feroz em morte como jamais o foi em meses de fala e agasalho."* (p. 67-68). Texto que ilustra o poder discricionário do patriarcado, a lei que dá aos pais *" todos os direitos de mordaça aos machos primazia"* (ibidem)

Algumas pensadoras, contudo, no Renascimento, desafiaram a primazia do poder de teólogos e filósofos que suportavam a ciência da época, e denunciaram o carácter androcêntrico do saber e da história. Rivera (1991) aponta a este propósito uma mulher que ela define como a mais famosa pensadora do Renascimento, Christine de Pisan (1364-1430), de origem italiana, primeira mulher a ser indicada poeta oficial da corte e, já naquela época, a defender a igualdade entre os sexos, deu um enorme salto teórico no seu livro "La Cité des Dames" ao tomar a sua própria voz como voz autorizada, a voz que fala de si, e por si, que enuncia o discurso da sua

experiência pessoal de mulher. O processo de acreditação da sua palavra, abriria a possibilidade a outros caminhos de análise, muitos séculos mais adiante, e, consistiu em tomar consciência de ter vivido intelectualmente colonizada: *"Assim pois eu acreditava mais no juízo de outro que no que sentia e sabia no meu ser de mulher"* (in Rivera, 1991, p. 126). Esta autora apresenta uma outra pensadora, como uma precursora das feministas, Teresa de Cartagena, que também no século XV estudou em Salamanca e, tendo ficado surda devido a doença, relatou em livro o longo e difícil processo pessoal de aceitação de um mal que a encerrou num convento, para o resto dos seus dias. O tratado foi recebido com hostilidade e a autora tentou explicar, num outro livro, as suas opiniões sobre os motivos de tanta hostilidade e sobre a capacidade das mulheres para escrever e para fazer ciência.

Destacamos do texto de Rivera (p. 127) a opinião que Teresa de Cartagena expressa no seu livro "Admiración de las obras de Dios" (p. 113-115): *"Ca los varones hazer libros e aprender çiençias e vsar dellas, tiénenlo asy en vso de antiguo tienpo que presçe ser avido por natural curso e por esto ninguno se marauilla. E las henbras que no lo han avido en uso, ni aprenden çiênçias, ni tienen el entendimiento tan perfecto como los varones, es auido por marauilla"*. Nestas reflexões a autora enuncia a formulação dos problemas que séculos mais tarde merecerão a atenção da crítica feminista.

Embora, ao tempo, seja escassa a visibilidade das mulheres no mundo das letras, nem todas escreveram livros, mas as que o fizeram deram passos importantes em direcção à mudança, mesmo que a marcha para a mudança de

mentalidades nos pareça ter sido demasiado lenta. Existem registos de mulheres que frequentaram universidades, ainda que uma escassíssima minoria. Em Frankfurt e também Bolonha, no século XIV, algumas delas estudaram medicina e direito. As inquietações expressas por mulheres, que foram mais participativas, inseriam-se naquele movimento social mais amplo que confluiu, séculos mais tarde, no desencadear da Revolução Francesa.

O iluminado século das Luzes é um período-chave para a aquisição dos direitos fundamentais dos indivíduos e que se podem enumerar, conforme Murillo (1996): o direito da propriedade de si, como sinónimo de liberdade individual, o direito ao património que trará o cidadão à esfera pública; o direito à justiça e à celebração livre de contratos. As mulheres não foram contempladas nessas conquistas.

Economicamente, o crescimento do capitalismo produziu leis severamente restritivas para o direito à propriedade e negócios no que diz respeito às mulheres. Ao ser-lhes negado o direito de propriedade Locke retirou-lhes competência para a participação pública por não lhes reconhecer a capacidade para emitir juízos. Enquanto os pensadores iluministas propunham liberdade económica e os monarcas iluminados quebravam as barreiras à produção e comércio, as mulheres eram excluídas dos negócios, por toda a Europa.

No que toca à educação, o Iluminismo defendeu, para as mulheres uma educação decorativa. Excluídas da Filosofia e Ciência só poderiam ser educadas para os valores morais e os "talentos" para o lar. Se tivesse dote, poderia casar e a família tornava-se lugar de sobrevivência, onde as mulheres

trabalhavam de forma incessante. Fosse qual fosse a classe social de origem, as mulheres, de acordo com Colaizzi (1990), foram sempre exploradas enquanto tal, *"porque excluídas dos processos e controle dos meios de produção, foram relegadas para o papel "natural" de reprodutoras da força de trabalho; sem qualquer reconhecimento social. Nunca o seu trabalho foi considerado como trabalho mas sim como parte dos misteriosos mecanismo da natureza, foi despojada dos seus produtos do mesmo modo que o foi a Natureza; sempre foi possuída, nunca realmente possuidora; sempre propriedade de um homem cujo nome a submetia"* (p. 17). Fora da família patriarcal não havia alternativas. Quem vivesse só era considerado criminoso, mendigo ou pior. Se no Renascimento, como referimos atrás, desligar-se da Natureza era uma exigência civilizatória, no Iluminismo a prioridade é a reforma social, a secularização que reclama um indivíduo provido de Razão e com manifesta capacidade de argumentar e pensar. Propriedade e instrução constituem os novos componentes da configuração da cidadania.

Também não deixa de ser significativo que o gesto de Olympe de Gouges (1748-1793) reclamando os direitos de cidadania para as mulheres na sua *"Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne"*, onde clamará: *"Mulher, acorda: o sino da razão toca a rebate. Reconhece os teus direitos. (...) reúnam-se sob os estandartes da filosofia"* (in Joaquim, 1997, p. 140), tenha como prémio a guilhotina por ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo ao ter querido ser como um homem de Estado. Este acontecimento sublinha, de forma exemplar, que a ousadia de pensar é, nas mulheres, uma forma de loucura

ameaçadora, (para os homens), por isso, *"a razão e as filosofias nela inspiradas"* não se reconhecem *"quando afirmadas numa voz de mulher"* (Joaquim, 1997, p. 140).

Quer a declaração de Olympe de Gouges, quer a publicação do libelo *"reivindicação de direitos para as mulheres"* da feminista inglesa Mary Wallstonecraft, em 1792, representam um protótipo das reivindicações das mulheres em termos de direito. Mesmo que a Revolução Francesa se tenha apresentado como um assunto público, mesmo que as mulheres tenham estado presentes no estalar da Revolução, uma vez acabado o conflito a nova ordem ligada ao Antigo Regime, reencaminha as mulheres para o seu meio: a domesticidade que será argumento recorrente ao longo da história como é acentuado por Murillo (1996). A igualdade apregoada pelo século das Luzes não atingia as mulheres, que, nesta época, ainda não estavam prontas para a participação; ainda não tinham acesso à educação e as suas numerosas maternidades colocavam-nas numa situação que as impedia de ser activas. A revolução foi um período de incerteza e violência em que no acto de serem feitas as leis e tomar o poder só os homens estiveram presentes.

O exame apaixonado, desenvolvido por Badinter (1980), aponta, de forma incessante, as condições que remeteram as mulheres para o mais frio silêncio. Em França o código estagnou por um século a evolução das mulheres; reduziu-as apenas ao destino do casamento e da maternidade como imperativo. Madame de Stael, uma das primeiras feministas, forçada a exilar-se por ter ousado desempenhar um papel político e se ter revoltado contra o

Imperador, foge à regra do que era esperado para uma mulher. O pensamento ocidental apoiado de forma confortável no mecanismo que definia as coisas pelo seu contrário passará a definir masculino e feminino por uma relação de exclusão mútua a que o discurso social mais tarde chamará complementaridade.

Os discursos, incessantemente, repetidos pelas instituições, a arte e a literatura definiram as mulheres como seres dependentes dos homens, sem direito a existência autónoma. Só quando esposas férteis e submissas poderão merecer algum respeito social, enquanto as marginais, não casadas receberão o vilipêndio e muitas delas serão levadas à morte. A construção masculina do mundo definiu as actividades das mulheres e o seu mundo baseando-se num modelo de maternidade como acontecimento constrangedor, considerado incompatível com outras tarefas que não as do cuidado da infância.

A invisibilidade das mulheres na esfera pública

Retomando o exame histórico da construção da maternidade levado a efeito por Thurer (1994), o qual, nos parece convergir com muitos dos pontos de vista de Badinter (1980), fica patente a força do patriarcado, no confinar à vida doméstica e, ao merecimento do respeito social, só as mulheres legalmente casadas, férteis, piedosas e castas. A *"materfamílias"* dirigirá com mão firme os assuntos domésticos, sem qualquer ajuda do marido. Como à

mulher falta capacidade para se incorporar à esfera pública resta-lhe apenas a forma de contrato de subalternidade, o matrimónio, o espaço do contrato sexual, que de acordo com Pateman (1988) se baseia em princípios de sujeição. O prestígio alcançado com esse contrato restringe-se à domesticidade. Só o papel do *"paterfamilias"*, que rege todos os níveis da organização social constituirá a matriz para todas as formas de poder - o da casa, cidade, igreja e nação. As instâncias pública e privada pertencem ao género masculino o que desde logo torna a subordinação e invisibilidade das mulheres não só normativa como também legitimada pela autoridade dos jurisconsultos que, ao velar por todos, colocavam as mulheres sob o poder dos seus pais, seus maridos e seus filhos, por causa da fragilidade da sua natureza que as afasta da sociedade. O espaço público não é um território que o homem queira repartir. Contém demasiadas quotas de poder.

Como temos vindo a referir é com o Contrato Social que se encerra a transição da sociedade cuja vida social era regulada pelo poder divino, e se inicia uma outra a do autogoverno e propriedade, a do sujeito de si. Esta transição não abrange a mulher porque não possui propriedade e também porque a natureza é o seu único atributo. A ligação à natureza faz dela um ser sem valor para a participação social. Sobre o espaço privado, o da invisibilidade, Murillo (1996) toma a declaração de Locke "(...) *ainda que marido e mulher tenham uma preocupação comum, possuem um entendimento diferente (...) será necessário que a última decisão seja a do varão, por ser o mais capaz e o mais forte"* (p.33). Só o varão pode tomar decisões porque só ele faz uso da razão,

organiza e governa, e no espaço privado age como no público. As propostas de educação do Humanismo esqueceram a mulher, como já se referiu. Só é contemplada num tipo de educação que as torne perfeitas esposas e mães; aprender Latim ou Grego poderia constituir causa de corrupção e um perigo que afastasse as mulheres do seu destino sublime, a maternidade. Na Europa do século XVI, talvez, só a Suécia possa ser apontada como o país onde as mulheres tiveram acesso à alfabetização obrigatória para que pudessem aceder à interpretação da palavra revelada na Bíblia, conforme os princípios da Reforma Luterana, tema que abordámos em outro trabalho (Fidalgo, 1991). No panorama do restante espaço europeu o acesso ao saber estava apenas orientado para o género masculino. Predominância que cimentou construções científicas erróneas acerca das diferenças baseadas no género que só no tempo contemporâneo têm vindo a ser desmanteladas.

O pensamento filósófico foi desenhando um modelo de mulher ideal que só cabia nos parâmetros do cuidado dos filhos e dos assuntos domésticos. Joaquim (1997) interroga-se sobre a partilha do mundo do saber da razão para os homens e do lugar do afecto que foi concedido às mulheres. *"que medos lhe foram impostos para que o saber se lhes ocultasse, mas ao mesmo tempo, que estranha desvalorização se foi operando a seus olhos dos saberes até aí conhecidos, manipulados por elas, até que eles se lhe tornassem estrangeiros, sem valor, sem segredos. De que modo esse saber "das cousas meúdas se foi reduzindo a um não saber?"* (p. 329).

A invisibilidade das mulheres no espaço doméstico

Sardà (1988) encontra, na explicação aristotélica da organização da vida social, o fundamento justificador para a existência dos espaços público e doméstico. Segundo a autora, a vida social organiza-se, na Política, em torno da *oikomomia* e a *politike*. A *oikonomia* ou património doméstico aparece como o espaço em que cada varão se apropria, privadamente, de um conjunto de mulheres e bens que lhe permitem viver melhor, significando isto a plena participação na vida da polis. É o espaço em que se produzem os bens que este varão usa para poder dispor de tempo e ócio e dedicar-se à *politike*. A autora propõe uma perspectiva crítica para a compreensão do problema da divisão social que exige seja modificado o universo racional em que as mulheres aprenderam a pensar e possam passar ao território das relações não hierarquizadas. Murillo (1996) desenvolve estudo sobre as diferenças entre espaço privado e doméstico, que não aprofundaremos aqui, apenas tomamos a metáfora que a autora utiliza para definir o espaço doméstico, como terra de ninguém. Na mitologia grega, o Cíclope foi ludibriado por Ulisses quando este falsificou a sua identidade, tomando o nome de "Ninguém" deste modo pode não só perfurar-lhe o olho como esconder-se na invisibilidade de "Ninguém". A autora utiliza a metáfora para sublinhar a persistente invisibilidade social do espaço doméstico, espaço nunca considerado para objecto de remuneração. Espaço onde se escondiam os afectos, sem protagonismo, pois que o protagonismo pertenceu à esfera pública que

calcula, pensa e sabe. O espaço doméstico foi reduto que abrigou mulheres e suas sombras durante séculos.

Esta autora, acentua as dimensões hierárquicas que definem o universo masculino como produtor e o feminino como reprodutor, na esteira de Beauvoir. A reprodução biológica, ligada à mulher, à natureza que se repete, não condensa qualquer significado, pois que *"gerar, amamentar, não constituem actividades em si mesmas, apenas funções naturais"* (Murillo, 1996, p. 7-8). Embora o espaço doméstico tenha sido justificado como o lugar próprio à reprodução biológica, à família tradicional, podemos ir mais longe e defini-lo como uma atitude orientada para o cuidado do outro, o que ultrapassa as tarefas da reprodução. Mesmo na actualidade, com o acentuar das mudanças sociais, Murillo encontrou, no seu estudo, uma noção de domesticidade praticamente inalterada, porque a domesticidade é mais uma atitude que uma tarefa. O discurso vitoriano manteve o estilo irrepreensivelmente "épico" da invisibilidade doméstica, construindo um estilo romântico, baseado no amor e no respeito, de maternidade que os homens não se cansavam de exaltar.

De acordo com Thurer (1994) o período vitoriano foi particularmente infeliz para as mulheres que se aborreciam especialmente com o cuidado exclusivo dos filhos e a pertença ao espaço doméstico é sublinhada como indissociável da construção do género feminino, tópico já abordado atrás. Em suma, o arranjo familiar tradicional remetido ao espaço privado é uma invenção social sem base biológica ou natural. A glorificação da maternidade e família como

paraíso doméstico tem servido para subordinar e oprimir as mulheres enquanto grupo.

As tradicionais definições privado/público; família/sociedade serviram apenas para isolar as mulheres, roubar-lhes a visibilidade e transformá-las em prestadoras de cuidados e apoio. Como já se referiu foi o pensamento feminista o impulsionador da redefinição de muitos dos pressupostos das ciências humanas que estiveram na base da redefinição da família contemporânea. Dedicamos o tema seguinte ao debate dos condicionalismos patriarcais, assentes no interesse masculino, que estiveram subjacentes ao afastamento deliberado, umas vezes, forçado outras, das mulheres da criação dos seus filhos.

Viver sem filhos e suas consequências

Nem sempre as mulheres cuidaram dos seus filhos e as francesas ilustram esta asserção que, segundo Badinter (1980), foram *"as primeiras mulheres a praticar a arte de viver sem filhos"*(p. 99). As motivações foram de vária ordem. Umas vezes por necessidade (emergentes indústrias manufacturadas), outras por motivos sociais, para acompanharem os maridos no brilho dos salões, espaços de projecção da vida política.

A autora sublinha a aparente indiferença com que as francesas entregavam os filhos ao cuidado de amas. Também as mulheres urbanas, que trabalhavam

arduamente na manufactura, entregavam os seus filhos a outras mulheres ainda mais pobres e que faziam do cuidar o seu ganha pão. Entre a aristocracia e burguesia, o discurso social vigente que definia as mulheres como seres de constituição fraca e debilidade nervosa justificava o envio dos filhos para as amas. Poder-se-á também pensar que dados os partos sucessivos, as mães não tinham leite suficiente e entregar os filhos a amas poderia ser uma estratégia para garantir a sobrevivência de alguns.

Parece-nos oportuno acentuar que os moralistas contemporâneos quando acusam de indiferença e egoísmo, as mães, não fazem alusão à responsabilidade paterna que tinha o maior peso na decisão de mandar os filhos para as amas, uma vez que as normas da aleitação impediam que os maridos tivessem relações sexuais com as esposas nesse período. Outro discurso predominante, era o estético, segundo o qual os seios se tornariam flácidos e por isso era mais avisado recorrer aos seios das amas. Este argumento esconde os receios da perda de atractivos para o marido, assim como, a repulsa deste, pela mulher que amamente, por causa do seu forte cheiro a leite. Assim a mãe aparece como sujeito que se submete e que merece a orientação masculina na nova cultura da família em que a maternidade foi sendo social e culturalmente construída.

A mulher do século XVIII centrava a sua vida no marido de quem dependia economicamente, e não na criança. Por isso, entregar um filho a uma ama seguia a ordem lógica do espírito do tempo que não valorizava a demonstração de amor pelos filhos, devendo as esposas estar mais ocupadas

em agradar aos maridos. Esta parcial liberalidade de que gozavam as mulheres francesas, e a aliciante vida dos salões, onde fervilhava a discussão política em que algumas mulheres se empenharam, constituiu um ambiente mundano intenso, e os salões tornaram-se lugares onde as mulheres poderiam conquistar algum lugar de afirmação sobre os assuntos públicos o que virá a tornar-se uma moda, ao tempo.

Embora entre nós não possa ser assinalada qualquer semelhança com o fausto da corte francesa, encontramos, na inventariação dos periódicos dedicados às mulheres, que se publicavam no século XIX, realizada por Leal (1992), pelo menos, uma referência a um ambiente equivalente que o jornal "O Toucador" descreve como a representação: *"muito restrita da mulher, pertencente à burguesia lisboeta, jovem, e bonita que nos salões se diverte, conversa, dança, namora, se torna notada pela beleza, pela graça dos seus ditos e pelo bom gosto do vestuário"* (p. 24). A mesma autora sugere que nas publicações periódicas femininas portuguesas do século XIX: "A Assemblea Litterária" (1849/51), "A voz feminina" (1868/69), "A mulher" (1883), podem assinalar-se discursos indiciadores de alguma resistência no que diz respeito à tentativa de conciliação entre os princípios da burguesia oitocentista e os valores emergentes da afirmação dos direitos das mulheres.

Destacamos extracto da revista "Mulher" (1883) de orientação feminista e que, no primeiro editorial, tentava passar às suas leitoras a ideia de tomada de consciência da sua falta de poder e da sua capacidade para o adquirir (pela instrução), sublinhando que o esforço do jornal iria *" no sentido de despertar as*

mulheres para conhecerem aquilo que são - escravas - e descobrirem o que podem vir a ser - capazes de ocupar ao lado do homem o lugar a que têm direito" (Leal, 1992, p. 73-74).

Era comumente aceite na sociedade oitocentista que a atenção à criança, cujos mínimos requeridos se centravam nos cuidados físicos e de saúde, fossem considerados tarefas pesadas e que deveriam ser desempenhadas com ajuda de outra pessoa. Uma ama o poderia fazer. A prática de pagar a criação dos filhos a outrem, muito comum entre a burguesia e as classes altas, é assinalada por Badinter (1980), Boswell (1988), Shorter (1975), Stone (1977) que sublinham também as elevadíssimas taxas de mortalidade infantil que esta prática produziu. Shorter (1975) assinala o "sacrifício" desenvolvido pelo único grupo que não entregou os seus filhos a amas, o das trabalhadoras fabris, *"ponta-de-lança da modernização"*(p. 192). A prática generalizada da entrega das crianças às amas, num tempo desprovido de alternativas alimentares, de qualidade, teve os mais devastadores efeitos em termos de mortalidade infantil e veio colocar em questão essa prática. Escusado será dizer que mandar crianças para longe de casa, privadas do leite materno, única garantia de sobrevivência, numa época de parcos recursos confiadas aos cuidados de amas, na sua generalidade, pobres, famintas, infectadas das mais diversas doenças é mandá-las para morte certa.

As estatísticas da cidade de Rouen citadas por Badinter (1980), entre 1777 e 1789 dão conta de taxas aterradoras: a mortalidade infantil observada é de 18,7% para as crianças que ficam com a mãe e de 38,1% para as que são

entregues a amas. A entrega a amas e o abandono são práticas designadas por esta autora como *"infanticídio disfarçado"* (p. 138). Nos hospícios, para a infância, as estatísticas sobem ainda mais. A mesma autora cita a mortalidade ocorrida no último terço do século XVIII das crianças abandonadas em alguns hospitais: 90% no hospital de Rouen, 84% no de Paris e 50% em Marselha.

No século XVIII, França debatia-se com falta de pessoas para as suas colónias e apesar das altas taxas de nascimentos, poucas crianças sobreviviam; as crianças eram literalmente dizimadas. Os números assustadores reportados a 1850 dão conta da mortalidade das crianças cuja criação foi entregue a amas: das 25 000 crianças entregues, morreram 20 000. A preocupação demogáfica foi um impulso para que se implementassem as primeiras medidas para garantir a sobrevivência de uma quantidade grande de crianças abandonadas; a introdução do leite animal (vaca) na alimentação das crianças, apesar de tudo, não abranda a mortalidade, problema que só muito mais tarde Pasteur virá a solucionar. As preocupações prementes do mercantilismo de Colbert insistiam na reposição das taxas de sobrevivência a um nível que conviesse a um Estado necessitado de braços para o seu desenvolvimento interno e também para o dos seus domínios coloniais. Os obscuros interesses que os ideólogos do esclarecido século XVIII, escondem na defesa altruísta da infância acentuam a ideologia dominante presente nas políticas demográficas.

Em Portugal a figura das amas é distinta da situação referida por Badinter. As amas eram contratadas pelas famílias de posses sempre que a mãe manifestasse problemas com a aleitação, ou eram contratadas pelas

instituições de assistência a órfãos e abandonados. Só as famílias dos estratos mais elevados entregavam os filhos à criação de amas. Ribeiro (1990) cita D. Francisco Manuel de Melo para comprovar como a ama de leite entrou nos costumes portugueses: *"a miséria dos tempos que em tudo vão para trás, tem feito que as amas que antes eram mulheres honradas, se hajam trocado por vilãs (...) já viemos das mães para as amas; agora das boas imos para as ruins"*(ibidem, p. 161). Apesar de tudo, em Portugal, a rejeição e o abandono são mais comuns que a entrega das crianças à criação de amas. Ribeiro (1990) distingue ainda entre a rejeição e abandono. Enquanto a rejeição e a ilegitimidade estão mais ligadas à moral e aos costumes, o abandono foi consequência de pestes e calamidades sociais, no decurso dos séculos. A autora faz notar que no Alentejo e Algarve o abandono dos filhos, entre 1867 e 1913, foi mais grave que a ilegitimidade. A mesma autora aponta o flagelo das Invasões Francesas no século XIX, como particularmente gravoso no tocante ao abandono de crianças. Segundo estudo de Varizo (1991), em 1862 entraram na Roda, no País, 15 385 crianças das quais faleceram 11 325. Uma mortalidade arrepiante! Já no Renascimento para tentar dar resposta ao problema do abandono, em (1535) tinha sido criado, no Porto, o "ofício" de "Pay dos meninos", pessoa encarregada de recolher os enjeitados deste distrito e entregá-los ao Juiz dos órfãos. No século XVI iniciou-se a prática da roda por abuso; isto é, começaram a ser colocadas nas "rodas" dos conventos (cilindros giratórios onde se colocavam objectos que saíam ou entravam nos conventos sem que houvesse comunicação com as pessoas) crianças abandonadas. A prática tornou-se incontrolável e aceitou-se

como uma fatalidade sem se envidar esforços que a impedissem. Em finais século XVIII (1783), D. Maria I determina que *"em todas as vilas e cidades do reino houvesse uma Casa da Roda, em lugar discreto, para não correrem o risco de serem vistos os que expunham as crianças. Que devia haver uma "rodeira", dia e noite, pronta a receber os expostos"* (ibidem, p. 98).

Entre nós o problema atingiu números preocupantes. No ano de 1860, houve **um** exposto por 109 habitantes, e uma exposição por cada 8 nascimentos. Em França houve, no mesmo ano, **um** exposto por cada 471 habitantes e uma exposição por cada 13 nascimentos! Já ia adiantado o século XIX (1867) quando em Portugal foram extintas as rodas e criados, em seu lugar, os hospícios-roda distritais, ao mesmo tempo que se definiam algumas linhas estratégicas: i) obrigatoriedade das mulheres grávidas solteiras, viúvas ou outras, desde que suspeitas, declararem a gravidez; ii) assistência e subsídios às mães necessitadas. Com estas medidas, só em Mogadouro, vila do distrito de Bragança, onde se situa o estudo de Varizo (1991), a média anual de expostos passou de 22,6% para 1,5%. Tão drástica descida faz-nos pensar que o móbil do abandono, entre nós, foi apenas a miséria extrema em que viveu a maioria da nossa população.

É neste contexto social que na Europa, a partir dos séculos XVII e mais efectivamente do XVIII, começam a verificar-se mudanças sobre as concepções da infância e da criação das crianças. O valor atribuído à infância faz com que esta ganhe um espaço numa esfera que nunca a teve em consideração. De pequenos grupos da população, lentamente, foi emergindo

uma ideologia que passou a considerar a infância um período especial da vida dos seres humanos e as mães as figuras naturalmente responsáveis pela sua criação. Shorter (1975) considera que a entrega das crianças a amas, é a expressão de indiferença, e falta de amor pelos filhos atitude que continuou implantada em todos os segmentos das classes populares até ao começo do século XIX. Ariès (1962) sustenta que essa indiferença começou a ceder, por volta dos séculos XVI e XVII. O autor não exclui a existência de amor parental, considera que ainda não tinham sido encontradas as formas semelhantes, às actuais, de o expressar. Por outro lado, as elevadas taxas de mortalidade infantil tornava problemático um investimento emocional intenso em seres tão frágeis e precários, pelo que as ideologias desenvolvidas socialmente e, os rituais de criar uma criança, ajudavam a legitimar e reforçar essa realidade, funcionando como factores de protecção emocional para as mães.

Mesmo as práticas e cuidados de educação tradicionais, embora muitas vezes, bárbaras e até cruéis revelam, paradoxalmente, forte preocupação com a protecção contra os perigos de uma morte que parecia inevitável em seres que se apresentassem sem o apoio de alguma forma de controlo. No contexto que se descreveu, nem o nascimento nem o abandono dos filhos podem ser imputados às mulheres, como um acto livre, mas às condições orquestradas pelo poder discricionário do patriarcado. Se os filhos não estão ao alcance das mães como poderão amá-los? A indiferença e desinteresse das mães pelos filhos abandonados ou sucessivamente entregues a amas, mesmo que já muitos tenham lá morrido, corrobora a tese de Badinter sobre a contingência

do amor materno. Ainda não são muito perceptíveis as contradições culturais que no século XX Hays (1996) virá a encontrar na maternidade que referiremos adiante.

A ideologia da criação de uma criança fluía directamente dos valores, crenças, e organização hierárquica da sociedade como um todo. As relações entre pais e filhos, tal como a relação entre marido e mulher, reflectia a mesma hierarquia e exigências dum modelo de sociedade estruturada, por referência a um ser superior. Por conseguinte, as mulheres obedeciam aos maridos, as crianças aos pais, os súbditos ao rei e os crentes a Deus (Stone, 1977). A criação dos filhos era um investimento do qual se esperava retorno: tão cedo quanto fosse possível, aos jovens, era pedido o seu contributo, consoante a classe social, para a subsistência da família, ou o aumento do seu estatuto, colocando-se ao serviço do rei. Até ao XVIII a família actuava como uma unidade económica, em que todos participavam duramente com o seu trabalho para a sobrevivência de todos os seus membros.

As mudanças na produção económica e na organização social foram introduzindo alterações nas famílias e na vida das mulheres. A partir da segunda metade do século XVII os filhos tornaram-se, na família aristocrática e sobretudo na burguesia, o centro e objecto das atenções e estratégias educativas. Estas mudanças são parte e consequência daquele longo processo de civilização das maneiras e das relações que sustentam a emergência do homem moderno.

Os estudos pioneiros de Ariès (1962) sobre o lugar da infância situam-na, na era moderna, num contexto privado constituinte da esfera familiar privada, o que circunscreve o papel da mulher ao lar como educadora. Na segunda metade do século XIX pode observar-se que por exemplo Pestalozzi (1746 - 1827) valoriza a figura da mãe como educadora e é colocada, então, no centro de todos os projectos educativos o que é na contemporaneidade completamente distinto. A família, transformada numa unidade de trabalho produtivo, fora de casa, satisfaz as necessidades do consumo, com os salários auferidos pelos cônjuges, ocupa-se fundamentalmente da educação dos filhos, que tem por escolha, e as crianças estão no centro das atenções a quem os pais pensam dedicar os cuidados mais adequados.

Os preceitos do cuidar

O conceito de infância mudou, radicalmente, no século XVII, comparativamente aos tempos medievais em que não se distinguia a criança do adulto. Embora as concepções sobre a infância tenham sofrido mudanças no século XVII, contudo ela ainda não constituía o centro da família, continuando a não ter um estatuto dotado de significação e, por arrastamento, à expressão de amor maternal, não era dado um valor social ou moral relevante. A partir do século XVIII, de acordo com Saraceno (1988) o processo

da transformação da infância (delimitação do mundo adulto) foi lento e só se realiza nas classes burguesas e aristocráticas.

No centro desse projecto educativo da infância e que se exprime na nova colocação dos filhos dentro da família, está a figura da mãe. A maternidade como modelo cultural é fruto deste novo modelo de família. Encontram-se na literatura, nos séculos XVI e XVII, referências ao desenvolvimento das crianças descritas como espertas e amadurecidas e que podem ser contrastadas com os duros reparos dos filósofos à complacência das mães. Duby e Perrot (1992) sublinham os reparos de Locke que em 1693 tenta estabelecer regras para reprimir aquilo que ele chama de excessos de mimos, tendo em vista a adopção de comportamentos conforme os preceitos da "decência" desses tempos, tomando as sua próprias palavras:*"é com bom senso que a natureza inspira às mães o amor pelos filhos; mas se a Razão não modera este afecto natural com extrema circunspecção ele degenera facilmente numa excessiva indulgência"* (p. 322).

É tema recorrente verificarmos que as prescrições sobre cuidados maternos começaram a ser definidos por homens. Até os mimos dispendidos pelas mães aos seus filhos constituem motivo de reprovação e são considerados comportamentos execráveis, se ainda no período impuro do pós-parto, as mães ousam tocar, abraçar e beijar o filho. Gélis (1990) cita mesmo a opinião emitida por um médico das Luzes, Jacques Duval, acerca de algumas mulheres que pela sua indiscrição se comportam como as macacas, *"abraçando tal como elas os filhos a ponto de os sufocar"* (ibidem, p. 323).

O pai é configurado num modelo de autoridade. De acordo com Saraceno (1988) são os maridos-pais, como expoentes da cultura reformadora e mais directamente expostos às novas ideias que se tornam eles próprios promotores dos novos modelos de cuidados relativamente aos filhos, com um papel prescritivo de metas e valores. É dentro deste princípio que, dados os avanços no desenvolvimento da assépsia, técnicas cirúrgicas e anestesia, os médicos tomaram rapidamente o lugar da parteira, entre a burguesia no final do século XVIII. No seu estudo etnológico sobre as práticas do parto em Portugal, Joaquim (1983) sublinha que *"à medida que o parto se foi medicalizando, sendo submetido a uma racionalidade diferente, a um imaginário técnico preciso, todos os gestos passaram a ser controlados, dominados pela eficácia e pela precisão"* (p. 88). Rousseau ao definir a mulher ideal para Émile, esboça a regulação do cuidar materno que influenciado pelas ideias de liberdade acaba por introduzir mudanças importantes até na forma de vestir as crianças. A comodidade começa a fazer parte da forma de vestir; proíbem-se as ligaduras, as toucas e os enfaixamentos para facilitar liberdade de movimentos às crianças que até então, eram submetidas a torturas. Proíbem-se práticas agressivas nos cuidados das crianças, faixas apertadas no ventre e crâneo, causadoras de deformações. O aleitamento materno começou a ser exaltado em detrimento do aleitamento das amas e no século XVIII, já a criança ganhava estatuto de um ser insubstituível e a mãe a responsável pela vida dos filhos. Para esta tarefa que se vai complexificando, torna-se necessária a ajuda dos médicos fazem a

sua aparição junto das mães e a, partir do século XIX, marcarão insistentemente a sua presença junto da família.

Em Portugal, num dos periódicos femininos "A Mulher" (1883), Leal (1992) encontra publicado o Decálogo da Mãe que só reforça a ideia de uma mulher primordialmente responsável implicada com os filhos, intermediária entre estes e o mundo, para quem se preceitua, dentre o mais o seguinte: *"I - Ammamentarás teu filho, e se por qualquer circumstancia o não poderes fazer, vigiarás attentamente a sua alimentação."* (...); *IX- Não lhe permittas que faça exforços intellectuaes, ou materiaes, que não estejam em relação com as suas condições physicas ou mentaes.* (...); X- *Habitua-o às intemperies da vida, a ser crente e a seguir o lemma de: se quizeres ser amada, ama"* (Leal, 1992, p. 81).

Ainda na linha das recomendações sobre a alimentação das crianças, Joaquim (1983) cita o movimento lançado por Ana de Castro Osório, no princípio do século XX, com vista à promoção da amamentação materna e assinala também o aparecimento, em 1901, de movimento de protecção à primeira infância, à volta da rainha D. Amélia, que distribuía enxovais e refeições às mães que não tinham leite devido à deficiente alimentação. Estes discursos sobre o aleitamento materno são reforçados com as *Cartilhas de Conselhos às Mãe*, então publicadas, onde se preceituava a necessidade das mães se submeterem a certas regras no tratamento dos seus filhos e de lhes criarem horários próprios e rígidos para travar o ritmo biológico das crianças, perturbador da regularidade do relógio. Joaquim (1983) cita como exemplo a referência de

Costa Sacadura "*Durante o primeiro mês a parturiente trata quase exclusivamente da criança. Dá-lhe de mamar a miúdo - mais vezes do que indicam as boas regras de puericultura* (...) (ibidem, p. 164) que perspectiva a nova maneira de cuidar das crianças, regulada por via de uma certa ordem e razão. Nos últimos anos do século XVIII o aleitamento passou a constituir um culto; a própria iconografia da Revolução Francesa está repleta de mulheres de seios descobertos, símbolos de ideais de liberdade; as novas leis da revolução que garantiam os direitos civis e a liberdade aos cidadãos parece não terem contemplado, na sua plenitude, a mulher se nos lembrarmos da condição para a qual é impelida: a procriadora e amamentadora das nações (Yalom, 1997).

A criança começa a deixar de ser tratada como adulto, são inventados brinquedos específcos para a sua distracção, as escolas para crianças, que até então eram educadas em casa, começam a ser uma realidade. A criação de liceus permitirá aos pais o acompanhamento da educação dos filhos o que introduziu mudanças notáveis ao modelo relacional de família. Os retratos de família virão a ganhar uma grande popularidade, e transmitem a imagem da família como unidade (Shorter, 1975; Stone, 1977). Os contributos de Rousseau e Locke, embora reguladores, induziram a proliferação de novos discursos sobre a infância passando esta a ser considerada como um tempo de desenvolvimento do carácter e as crianças seres inocentes, a merecer protecção e acompanhamento para a descoberta do mundo. Mas é Rousseau que define a criança como um ser sagrado, nobre e inocente que precisa de ser tratada com a amor e afeição, pelos pais, e protegida duma sociedade

corruptora. No período vitoriano aumentam as publicações para crianças e começa a produção de legislação de protecção à infância, muito embora, paradoxalmente nem todas as crianças gozassem dessa liberdade; as das classes mais baixas, continuariam a trabalhar nas minas e fábricas, para sustentarem as suas famílias e impulsionarem a industrialização nascente. Só muito mais tarde, já no século XX a infância começará a ser considerada um tempo de lazer e liberdade dedicando a Psicologia uma grande atenção ao estudo dos aspectos psicológicos do desenvolvimento. Um novo conceito sobre a infância vai emergindo gradualmente na sociedade; no século XVII ergue-se a base do conceito moderno de família, que deixa de ser uma instituição para a transmissão do nome e bens e assume a sua função moral e emocional. As aprendizagens tradicionais são substituídas pela escolarização. Embora esta escola ainda seja um lugar de disciplina, começa contudo a emergir um conceito novo para a educação da infância que triunfou no século XIX e inspirou um modelo de educação liberal da actualidade.

O conteúdo ideológico da "natureza feminina"

Tendo em conta que os finais do Século XVIII foram demolidores da tradição, também a do casamento, por contrato entre famílias, começou a ser desmantelada. Os ideais de felicidade propagados pela Revolução proclamam que só o vínculo amoroso entre os cônjuges legitima o casamento e a maternidade passa a ser apresentada como a meta de felicidade e realização máxima, o clímax de amor supremo, atributo da natureza feminina.

Os discursos dos moralistas, deslocaram-se para a construção de relações familiares assentes no amor e na ternura, entre os esposos, e a maternidade seria o culminar do quadro de felicidade proposto pela instituição do casamento. O quadro rousseauniano ficaria completo com o regresso à inocência da primitiva Natureza com as mães a amamentar os filhos. Quando o aleitamento é apresentado às mulheres, numa retórica de felicidade, como a essência da maternidade, este discurso pode trazer em si uma crítica velada às mães que não alimentam os filhos ao seio, rotulando-as como menos adequadas. O comportamento das mães, no que diz respeito aos cuidados das crianças, foi influenciado por condições de vária ordem, entre as quais se salientam as económicas e ideológicas.

Rousseau, o incansável ideólogo discurso do regresso à natureza, promete às mães a "glória" da *"estima e do respeito públicos"* (Badinter, 1980, p. 192). As mulheres da burguesia abastada são as mais disponíveis a este discurso, dadas as suas baixas expectativas intelectuais, e de participação na intriga

política de salão, pelo que a maternidade e o casamento só poderiam melhorar o seu estatuto pessoal. A condição de mãe de família poderia proporcionar-lhes o controlo dos assuntos domésticos, ser o suporte emocional da família e com isso ganhar algum ascendente na mesma.

A educação da infância passa a ser um projecto central ao casamento que se codifica assim como o papel dos pais, no Émile. Sofia, a esposa idealizada por Rousseau, deverá ser instruída em matérias úteis ao governo da casa, não sendo de considerar outros saberes que porventura a possam distrair dessa nobre tarefa que é a educação dos filhos e muito particularmente, o cuidado do marido. *"Ainsi toute l'éducation des femmes doit être relative aux hommes. Leur plaire, leur être utiles, se faire aimer et honorer d'eux, les élever jeunes, les soigner grands, les conseiller, les consoler, leur rendre la vie agréable et douce: voilà les devoirs des femmes dans tous les temps, et ce qu'on doit apprendre dès leur enfance"* (in Gallant, 1984, p. 44).

Apresentada como complemento do homem, este é a sua finalidade. Estes discursos são reificadores da "natureza feminina" conceito que influenciou as concepções sobre a mulher, até ao nosso século. A ideologia vitoriana do século XIX, configura a maternidade entendida como missão, com o único propósito de entrega aos outros destinando à mulher o papel primordial dos cuidados maternais de acordo com a sua "natureza". Vista desta forma, a maternidade não constituirá nem um risco que a mulher corre voluntariamente, nem um propósito, objecto de decisão sua, mas será um instrumento para um fim masculino.

A maternidade, no discurso social, paradoxalmente, não é matéria de decisão feminina mas de resolução de homens que estabeleceram também serem os cuidados maternais uma condição natural da mulher (Dally, 1982).

As mulheres protegidas no enclave doméstico terão o mandato de proporcionar apoio afectivo e moral aos filhos e marido, criando e participando num mundo mais virtuoso (Cott, 1977; Sacks, 1984; Welter, 1966). Com isto o papel da mulher ganha outra dimensão dependendo da qualidade dos cuidados que presta às crianças. Digamos que a idade da inocência e a centração na criança é construída à custa dos trabalhos exigidos às mães, concebidas como as cuidadoras da espécie.

As mulheres, como quem escreve um ditado, reproduzem os discursos dum sistema que as oprime e que bloqueia o valor social da maternidade. Esta ideologia pode ainda ser encontrada no discurso social nos anos 70, em Portugal, e que é traduzida na muito verosímil "Carta de um escriturário, em África, para sua mulher de nome Mariana a viver em Lisboa" e da qual destacamos algumas passagens: *Que felicidade me deste e que orgulhoso fiquei com a notícia que me mandaste! Finalmente temos um filho! Pena é que não seja varão (...) Saiba ela seguir-te o exemplo, oferecendo um dia ao seu companheiro não só um corpo intacto mas toda a virtude do espírito (...) Teu modelo quero que seja igualmente na doçura, pela discreção, pelo sorriso reconfortante nas horas mais difíceis na vida da sua casa (...) Não, não ambiciono para nossa filha grandes e enganosas realizações, nem a brilhante inteligência de uma celebridade, queria-la antes : austera e subtil, anjo*

da guarda de sua casa a sofrer no corpo as dores dos seus." (Barreno *et al*, 1974, p. 328-329).

Também Leal (1979) encontra a mesma ideologia na sua análise dos manuais da aprendizagem da leitura (1° ciclo) onde a autora encontra uma imagem de mulher forte na sua condição de mãe; a mulher-mãe completamente dedicada ao seu papel de "*criadora-educadora*" (p. 61) dos filhos para os quais vive e que, sem ela, não sobreviveriam. E continua a autora: "*ela é omnipresente e dominadora no acanhado mundo infantil que cria e governa a casa e os seus prolongamentos naturais. Acorda os filhos de manhã, lava-os, penteia-os, dá-lhes o pequeno almoço, envia-os para a escola a abarrotar de recomendações, arruma-lhes o quarto, faz as compras, prepara os alimentos, trata da roupa.*" (p. 61-62). Uma proposta de papel feminino que se espera as mulheres desempenhem, à imagem e semelhança de "Sofia".

Um outro estudo, conduzido por Fontaine (1977), sobre os manuais escolares de 74/75 da aprendizagem de leitura, encontra uma definição de mulher em função da maternidade, enquanto o homem se define pelo seu trabalho. Esta autora encontra descrições de mulheres *"inteiramente dependentes dos homens: têm necessidade do seu apoio se querem fazer carreira* "(p. 159).

Um estudo conduzido por Brandão (1979) sobre os Esterótipos em Manuais Escolares, conclui que "*os manuais escolares portugueses fazem a apologia dos laços familiares e perpetuam os valores ligados ao amor e respeito pela instituição familiar*". O avô é o conselheiro, leva os netos a passear e ao circo. A avó faz os lavores, diz os provérbios, dá explicações sensatas e consola a neta. Aparece mais

vezes presente que o avô. O carinho aparece como um sentimento tipicamente feminino. Os textos referem-se à "mãe" o dobro de vezes que ao "pai". *"O pai e a mãe aparecem ligados na procriação, mas enquanto o pai tem uma profissão, para a mulher é reservada a profissão de mãe"* (p. 23). As mulheres notáveis como figuras históricas também não figuravam nos manuais de 1979, sendo ligeiramente valorizada a figura religiosa da imagem da Mãe de Deus, consentânea com a boa mãe, veiculada pelo discurso social num país católico.

A exaltação da maternidade e família como um paraíso doméstico, em muitos casos, pode constituir-se como um lugar de desapontamento, lugar no qual se podem experimentar as mais fortes e destrutivas emoções.

De acordo com Kitzinger (1978), a família foi alvo da crítica das feministas por se considerar um lugar de opressão das mulheres, enquanto grupo. As afirmações moralistas, que sempre rotularam negativamente as mulheres, foram reforçadas no século XVIII pela ideologia baseada no género, veiculada no *Émile* que estabelece a continuidade dum discurso repressivo culturalmente construído. Mas, quando a moral não é suficiente para mobilizar as mulheres, o patriarcado lança mão do último recurso ideológico que resta, o biológico. Assim, a "natureza feminina", "o instinto maternal", que abordamos adiante, insistentemente referidos pelas poderosas vozes iluminadas da Razão traçaram os caminhos às mulheres remetendo-as apenas à sua função maternal, à existência de uma suposta "natureza feminina". O recurso a este conceito sublinha o intuito de justificar as desigualdades sociais entre homens e mulheres, expressas no género.

Actualmente, tende a considerar-se que a noção de complementaridade, entre dois sexos, não seja mais que uma forma de mascarar essa desigualdade social fundamental. De cada vez que existe uma diferença numa casta, existe uma opressão e nas mulheres, o acentuar das diferenças, definidas pela sociedade, só significou opressão como temos vindo a depreender da literatura consultada.

A noção de "natureza feminina", que compõe a construção do género, foi uma das últimas barreiras com que as feministas se defrontaram. As diferenças biológicas entre homens e mulheres não são as determinantes únicas nas diferenças de comportamento e de personalidades. A abundante documentação antropológica coligida por Mead (1949) e a que se refere Capra (1990) demonstra que os traços de personalidade, chamados de femininos ou masculinos são tão determinados pelo sexo quanto o são pelas roupas, os costumes e os penteados que uma sociedade, num dado período, ensina a um e a outro sexos.

Historicamente as diferenças definidas pela sociedade entre os dois sexos, só significaram opressão das mulheres pelos homens e, por isso, raramente elas puderam desenvolver todo o seu potencial criativo e intelectual; permaneceram por séculos, reduzidas às condicionantes da sua "natureza", como foi, amplamente, debatido por Shorter (1975) .

Benhabib (1990) acredita que os filósofos do contrato social, temendo que as mulheres criassem desordem na ordem patriarcal, as restringiram às actividades humanas ligadas à nutrição, reprodução, amor e cuidado dos

outros, excluindo-as de considerações políticas e morais, relegando-as ao domínio da natureza. Não é despicienda a noção socialmente aceite e difundida que a mulher, pela sua natureza, se destina à maternidade tenha persistido no discurso social. Neste contexto, a maternidade foi sendo construída e condicionada, pelas expectativas sociais, que se concretizam em modelos normativos, que sustentam a experiência.

Capítulo 6

A condição materna na linha da Evolução

Introdução

O capítulo anterior foi dedicado a salientar os condicionalismos que retiraram às mulheres a capacidade de decidir sobre a criação dos filhos, sobre a sua própria competência de mães. Embora neste capítulo se aborde a dimensão biológica da maternidade para a compreensão das vias que a própria condição materna percorreu nos caminhos da Evolução, não se esquece a dimensão cultural que na maternidade humana lhe anda associada. A Maternidade humana constitui - se como ponto de confluência da complexidade envolvida nos processos biológicos e culturais. Partindo de um discurso, remanescente na cultura popular, sobre a pretensa existência de um instinto maternal na espécie humana, aborda-se essa controvérsia para aclarar que a maternidade humana não se move por mecanismos inatos mas toma a configuração da complexidade social em que se expressa. Terminaremos fazendo alusão a duas posições sobre a emergência do amor materno. Para Badinter (1980) este é contingente e não incluído; para Sau (1995) é um apanágio feminino, desvalorizado pelo poder paternalista, quando tomado como instintivo e submetido a vigilância pelas prescrições dos peritos.

A condição materna na linha da Evolução

Ainda que uma borboleta deposite, cuidadosamente, os seus ovos nas zonas mais protegidas das folhas, não verá nascer, e nunca reconhecerá como suas as larvas saídas deles, porque a reprodução de milhões de seres não se compatibiliza com a expressão dos cuidados maternos, tal como eles ocorrem, em espécies superiores. Dos seres elementares, que não precisam de cuidados especiais, e têm apenas a terra ou mar como "mãe", às classes mais evoluídas que dispendem cuidados específicos com a sua descendência, os caminhos do sucesso reprodutivo têm a escala de milhões de anos.

A teoria darwinista da evolução ao situar o homem num lugar específico na cadeia evolutiva abate a perspectiva antropocêntrica, passo que permite outro olhar sobre a diversidade de características particulares, de cada espécie, como produto de uma longuíssima competição selectiva e de constantes reorientações adaptativas às mudanças ambientais (Soczka, 1994).

A reprodução sexuada, de acordo com o autor, foi a solução alternativa no caminho da evolução pois contem em si vantagens adaptativas importantes para as espécies que a adoptaram. Nela estão implicadas a coordenação comportamental de dois organismos, biologicamente diferenciados, que se traduz na multiplicação das potencialidades genéticas dos descendentes aumentando, assim, as capacidades de ajustamento às variações ambientais. De acordo com o autor a evolução para a reprodução sexuada gerou questões novas na abordagem etológica, estruturadas em torno de três grandes sistemas

comportamentais: "*o* sistema sexual, *que comporta a regulação de todos os comportamentos ligados à selecção de parceiro, e às estratégias reprodutivas; o* sistema agonístico *regulador dos comportamentos agressivos (..) que servem para controlar a agressão entre membros da mesma espécie; o* sistema vinculativo *assente nas capacidades de discriminação perceptiva das características individuais de indivíduos da mesma espécie com os quais são estabelecidos laços particulares (...) prestação de cuidados parentais às crias e solicitação dos mesmos* (ibidem, p. 50-51).

Nas espécies inferiores todo o investimento realizado na procura e selecção de parceiro, defesa de território e afastamento de competidores tem como objectivo último tornar as crias viáveis para que não se perca o investimento dos organismos parentais na reprodução.

Muito embora os nossos caminhos não sejam os da Etologia esta brevíssima incursão visa a leitura do movimento evolutivo da reprodução e suas implicações na expressão humana da condição materna. Para este ponto interessa-nos considerar aspectos directamente ligados à reprodução humana, encarada, simultaneamente, sob duas dimensões, a biológica e a cultural, porque de acordo com Voland (1993) as barreiras entre o biológico e o cultural são tão ténues e a permeabilidade entre eles tão grande que se tornam indestrinçáveis.

A complexidade do comportamento humano, é condicionado pela cultura e pela natureza na medida em que é resultante de informações geneticamente transmitidas e instruções comportamentais culturalmente transmitidas, e o nosso tema, a Maternidade, situa-se na confluência dessa complexidade e a mulher joga o papel charneira no cruzamentos desses mundos.

As interpretações reunidas pela sociobiologia são cruciais para o entendimento evolutivo da condição materna. Começaremos por acentuar que o aperfeiçoamento dos cuidados maternos, em espécies superiores, se inscreve num quadro de potencialização de recursos com vista à sobrevivência das crias que, ao contrário das larvas das borboletas, são pouco numerosas.

Na potencialização de recursos que visam tornar as crias mais viáveis estão implicados também recursos de carácter social. É conhecida a plasticidade social dos primatas e esta exprime-se, como sublinha Sockza (1994), na capacidade de moldagem às influências culturais, no *Homo sapiens*. A especialização do sistema nervoso humano capacita a nossa espécie a aprendizagens complexas em constante refinamento.

As estratégias desenvolvidas pelas espécies, de reprodução sexuada, nos sistemas comportamentais atrás enumerados, por Soczka (1994), não têm expressão na espécie humana, ela própria produtora *" das suas linhas evolutivas, como agente das suas relações sociais e do seu ambiente e da arquitectura simbólica do seu mundo interno"* (p. 69). No que diz respeito às concepções sobre o inato e o adquirido, na espécie humana, a tradição do pensamento ocidental consolidou uma antinomia Natureza/Cultura a qual sublinha que a natureza humana se increve na ordem do corpo biológico, tem carácter inato, é geneticamente determinada, reflexa e instintiva.

A cultura, adquirida, situar-se-ia num lugar espiritual, artificial, racional e flexível. Esta concepção é rebatida por dois argumentos que justificam o carácter

evolutivo-biológico da cultura e, como refere o autor, sublinham a insuficiência dos argumentos favoráveis à interpretação antievolucionista do comportamento humano: i) a evolução biológica da capacidade para a cultura; ii) o papel da cultura na solução de problemas cruciais para a conservação e reprodução. Argumentos que são suportados pelos processos de selecção adaptativos ocorridos durante o processo de hominização. *"A natureza fornece a motivação para a reprodução, mas só por intermédio da cultura recebem os homens aquele feixe de saber, experiência e sensibilidade sobre a sua situação social e ecológica de que eles necessitam para desenvolverem modos de vida apropriados"*(Voland, 1993, p. 39).

Soczka e Bastos (1976) colocam a questão do inato e do adquirido da seguinte forma: *"Embora Darwin tivesse (...) proposto as bases para uma compreensão de raízes filogenéticas do comportamento expressivo da espécie humana, até há pouco tempo a integração biológica do comportamento era obra dos etologistas (...) Foi sobretudo após a guerra de 39-45 (...) que os estudiosos do comportamento animal (Lorenz, Tinbergen) que se gerou viva controvérsia em torno do papel do inato e do adquirido (ou noutra forma: do instinto e da aprendizagem) na estruturação e coordenação do comportamento."*(p. 16).

Os autores não deixam de sublinhar o aproveitamento ideológico que se tem feito de dados da Etologia tais como conceitos biológicos de território, hierarquia social, agressão, ritualização, para extrapolações e analogias inadequadas, muito embora salvaguardem a validade heurística desses conceitos. Soczka (1994) precisa ainda mais a questão referindo concretamente a propensão da escola lorenziana para a analogia funcional e inferências teóricas dos comportamentos

dos animais para os comportamentos humanos, sublinhando as extrapolações verificadas mesmo entre espécies não aparentadas. *"Falam-nos das organizações sociais hierarquicas das abelhas e logo a seguir das instituições sociais e humanas; (...) falam-nos do amor monogâmico e persistente dos periquitos australianos, e logo depois de Romeu e Julieta"* (p. 77).

Como a noção de instinto é tema residual, num discurso essencialista da maternidade humana procuramos na Etologia um melhor esclarecimento. Neste percurso as reflexões de Soczka sobre a capacidade de aprendizagem dos humanos que o autor sintetiza, tomando a paradigmática designação de Piaget do "estilhaçamento do instinto", ilustram a importância desse processo (1967, in Soczka, 1994, p. 69).

A complexidade cerebral, da espécie humana, liberta-a dos comportamentos instintivos presentes em outras espécies, a qual é capaz da *"ultrapassagem dos seus próprios limites* (ibidem, p. 91). Por esse motivo as estratégias, por exemplo, de acasalamento desenvolvidas por outras espécies *"são dificilmente aplicáveis, pelo menos de forma linear, à espécie humana, num plano que não seja o da mera analogia. Os estudos comparados das linhas traçadas pelo fenómeno evolutivo são certamente preciosos para um melhor conhecimento das nossas próprias raízes. Mas nunca escotomizando o facto de que o Homo sapiens é ele próprio produtor das suas linhas evolutivas (...)*e cujo *"sentimento trágico da vida a leva o procurar transcender-se pela invenção de utopias possíveis e na luta pela sua concretização histórica "* (p. 91-92).

A controvérsia do instinto na maternidade humana

A Etologia especializou-se no estudo dos padrões de comportamento específicos de cada espécie, ou instintos, como lhes chamou Darwin, tomando o termo do grego *ethos*, que significa a natureza da coisa. Encontramos uma definição que refere este conceito como um conjunto de comportamentos inatos transmitidos por via genética, fora do âmbito da aprendizagem e que se desencadeiam pela percepção de um estímulo ou de um sinal específico.

O instinto, não sendo uma característica individual, encontra-se inscrito no património da espécie cujos indivíduos, por efeito de uma estimulação interna executam uma série de acções espontâneas, involuntárias, com vista à conservação da espécie. Não obstante definições dadas pelos dicionários e, de acordo com Sternglanz e Nash (1988), a universalidade do instinto nos animais não está linearmente provada e a Sociobiologia demonstra que se torna difícil traçar uma linha nítida de separação entre animais e homens, uma vez que muitas espécies dos mais diversos grupos sistemáticos evidenciam comportamentos que podem ser tidos como culturais sendo que algumas aves e macacos possuem até sistemas de tradições complexos (Voland, 1993).

Nos mamíferos inferiores o desenvolvimento de comportamentos maternais depende de circunstâncias específicas sem as quais estes não ocorrem. São exemplo disso as fêmeas Rhésus que vítimas de separação precoce, pela falta de aprendizagem, como demonstram as observações de Harlow (1958), não

desenvolveram competências para cuidar das suas crias, brutalizando-as. Os ambientes de cativeiro são propícios a observações de mães que, por vezes, se mostram incapazes de criar os filhos o que relativiza a própria noção de instinto para os cuidados maternos, supostamente inato nos primatas. Não basta que o instinto maternal seja uma característica inscrita no património da espécie, é preciso que haja todo um conjunto de condições propícias à sua expressão. Ou seja, as fêmeas precisam de evoluir num ambiente suficientemente adequado para que o instinto possa ter expressão. Não basta que as fêmeas dos mamíferos possuam mamas, para que se ocupem imediatamente das crias logo após o parto, dando-lhes de mamar e abrigando-as junto de si, é necessário que o ambiente reuna determinadas condições.

A noção de "instinto maternal", com que no discurso quotidiano as pessoas tentam descrever e objectivar os comportamentos maternais das mulheres, é um discurso essencialista e filtrado da "boa ciência" para o discurso popular. Shields (1985) comenta que o conceito de instinto maternal esteve muito presente na Psicologia americana desde os seus primórdios. Tratava-se de um conceito naturalmente decorrente das diferenças sexuais que implicavam diferenças nas capacidades, entre homens e mulheres, como já se referiu. No seu comentário a autora faz questão de apresentar as posições que alguns autores defenderam sobre este tema, designadamente as de William James que entendia o instinto maternal como um dos instintos humanos que se expressava nas mulheres e as capacitava para os cuidados da infância e as de Thorndike o qual atribuía ao instinto maternal uma *nuance* de qualidade de carácter mais que um traço

biológico. Acreditava que embora pudesse sofrer alguma influência da pressão social, a tendência instintiva para cuidar era universal.

McDougall (1913, in Shields, 1985)) encarou o sentimento maternal como um instinto primário ideia que defendeu combatendo vigorosamente os seus opositores, de acordo com a autora. Sustentava que os sentimentos de ternura experienciados pela mãe eram qualidades instintivas, sem necessidade de aprendizagem.

A noção de instinto desvaneceu-se às mãos dos comportamentalistas radicais. Watson (1926) empenhou-se em provar a sua não existência. Os chamados comportamentos instintivos eram definidos por Watson como respostas das mulheres às expectativas sociais sobre o seu desempenho com as crianças. Mais tarde seriam redefinidos como *drive* ou motivação, tornando-se a psicanálise o seu último reduto.

Uma das vantagens das discussões geradas à volta do instinto foi ter desencadeado o interesse e estudo sobre os cuidados maternos, como veremos adiante. Não obstante, é recorrente em certos estratos sociais atribuir às mulheres uma competência especial para o cuidar que é identificada com instinto. Não sendo uma mera função biológica a maternidade inscreve-se num sistema codificado pelas ideologias que regem as concepções de mulher, homem, família e criança, num determinado tempo histórico e social.

No século XIX, a superioridade do macho que tinha sido defendida pela ortodoxia religiosa é também reforçada pela leitura ideológica de alguns aspectos da teoria da evolução de Darwin que produziram extrapolações

abusivas utilizadas, pelo poder androcêntrico, para sublinhar uma pretensa inferioridade biológica da mulher. Extrapolações que foram internalizadas e permanecem na cultura ocidental e contribuíram para estruturar crenças acerca da inevitabilidade da maternidade na vida das mulheres.

A psicóloga e historiadora Thurer (1994) que temos vindo a referir, acusa Darwin de não ter contemplado positivamente a mulher nas suas teses evolucionistas e considera que algumas distorções teóricas do darwinismo puderam ter aproveitamentos ideológicos de persistentes efeitos. Um dos tópicos da contestação do movimento feminista de Maio de 68, foi precisamente a crença na pretensa existência dum instinto maternal inato, no sentido em que a mulher estaria destinada apenas a ser mãe, e, ao sê-lo, a amar automaticamente os filhos. A discussão feminista dirimiu os seus argumentos a partir da perspectiva crítica da análise da ciência e sociedade para a desconstrução de discursos opressores, principalmente no que concerne à utilização das diferenças baseadas no sexo.

Uma posição feminista crítica sustenta que as mulheres não são nem inferiores nem superiores aos homens. Minimiza a importância das diferenças de sexo sustentando que ser macho ou fêmea, de acordo com Kitzinger (1997), não é uma determinante central ao funcionamento psicológico. Na história recente, o feminismo radical teve uma posição tendente ao combate e rejeição da maternidade tomada esta como uma formulação opressora do patriarcado para o papel das mulheres; o feminismo liberal e cultural reavalia a maternidade celebrada como um traço de feminilidade e defende que os homens, como

companheiros das mulheres, participem nas tarefas domésticas. Esta posição é combatida por um feminismo mais radical que a toma, de acordo com Chandler (1998), como simplista porque apenas defende a partilha de tarefas desvalorizadas sem nada sugerir no sentido da sua valorização. Relativamente ao feminismo radical Chandler acentua-lhe o seu carácter essencialista na discussão sobre o genéro. Só os mais recentes desenvolvimentos na teoria feminista, no paradigma pós-moderno, tentam um esquema não essencialista para uma análise desconstrucionista do estatuto desvalorizado dos cuidados maternos.

Para além do facto de só as fêmeas darem crias à luz ser inquestionavelmente um dado universal, foi pela via dos estudos transculturais, cuja referência fundamental é Margaret Mead (1901-1978), que se tornou possível salientar a grande variedade na expressão dos comportamentos maternais, uma vez que as mulheres não operam dentro de um mesmo conjunto de tarefas que sejam comuns a todas as sociedades, em todos os tempos, nem as desempenham segundo os mesmos padrões. A feminista Ruddick (1989) faz a distinção, conceptual, entre cuidados maternais e trabalho de parto, porque o trabalho de parto que é da ordem biológica, culmina no dar à luz e esta é inegavelmente uma competência feminina e universal para as mulheres de todas as culturas e sociedades, enquanto que os cuidados, os aspectos etnológicos e culturais da maternidade variam nas suas modalidades e mesmo em certas orientações fundamentais, segundo os grupos e culturas.

A Maternidade humana, a condição de mãe das mulheres integra, por isso, processo biossociais; inclui noções de sexualidade, de reprodução da ordem social, da organização doméstica e de poder. O impacto destas influências na maternidade configura-a como um fenómeno predominantemente social. O acto de dar à luz, hoje apropriado pela medicina, tornou-se ele próprio produto cultural. Kitzinger (1978) vê na medicalização do parto mais um momento de exercício de poder do patriarcado: *"O quarto em que uma mulher tem o bebé num hospital moderno do ocidente é muito diferente da casa ou da clareira em que uma mulher dá à luz numa sociedade pré-industrial. Enquanto o parto tradicional situa a mulher no centro do drama que se está a desenrolar, o parto moderno envolve uma tecnologia avançada e sofisticada e um equipamento gigantesco em comparação com o qual a parturiente parece um criatura diminuta e insignificante"* (p. 120) e mais adiante:*"os obstectras, ao contrário das parteiras que intervêm muito menos, tentam ter o controle do parto. É quase como se fossem eles, e não as mulheres, a dar à luz"* (p. 122).

A literatura sobre os cuidados maternais recebe contributos das mais variadas fontes, desde a Psicologia aos estudos biossociais todas tentando cientifizar o mais possível os cuidados maternos. A maternidade é configurada mais como um fenómeno social do que pelo simples acto de dar à luz, e neste sentido a tese da existência de um pretenso instinto maternal, esbate-se.

Para serem compreendidos os múltiplos aspectos que estão implicados na condição de ser mãe, devem ter-se em conta a sua dimensão antropológica e sociológica. Este ponto de vista é sustentado por Kitzinger (1978) que apoiada em argumentos antropológicos sustenta que a maternidade humana não é nem

instintiva nem automática, mas que requer aprendizagem. A sua expressão assume carácter extremamente variável de acordo com a cultura e expectativas sociais e a estima social que é concedida às mulheres. Esta opinião aparece em Badinter (1980) relativamente à qualidade dos cuidados prestados às crianças, que são incomparavelmente melhores se as mulheres são socialmente respeitadas. Kitzinger (1978) tem a mesma opinião e refere que a capacidade para se ser mãe depende muito da experiência das mulheres terem sido em crianças, amadas e acarinhadas. Por outras palavras, o desenvolvimento da mulher como mãe que seja capaz de criar um filho de modo satisfatório tanto para a criança como para si mesma começa, pela força da socialização, geralmente durante a sua própria infância.

Como forma de sublinhar o papel das ideologias nas práticas sociais de maternidade, Chandler (1998, pp. 272-273) reúne algumas definições de maternidade sugeridas por feministas, onde estão patentes diferentes posições ideológicas:

"...mothers refers to the material function of women" (Rosi Braidotti, feminista académica)

"...motherhood is men's apropriation of women's bodies as a resource to reproduce patriarchy" (Jeffner Allen, feminista lésbica radical)

"..."maternal" is a social category" (Sara Ruddick, académica, mãe, branca).

Chandler entende que a palavra mãe deveria ser tomada na acepção de um verbo, uma palavra que cria a identidade de alguém como intervencionada, interligada e em relação. A maternidade, na sua vertente dos cuidados, não é

uma prática singular, e a mãe não pode ser entendida como uma identidade monolítica. Como já se referiu no capítulo precedente, as críticas às amas de leite, a defesa da amamentação materna, o horror ao abandono dos recém-nascidos, a substituição das formas bárbaras do controle de natalidade (coito interrompido e aborto) por outras mais civilizadas, denotam o aparecimento de estima social pela criança e também pelas mulheres. Poderemos até referir na linha de Badinter (1980) que foram estas condições que contribuíram para a emergência do sentimento do amor materno, que como a citada autora refere é um sentimento de contornos culturais e, como tal, socialmente contingente; não pode dar-se como adquirido (intrínseco), é um amor não incluído. A autora acredita que a mãe adquire amor pela criança ao longo dos dias passados com a ela e sublinha a dificuldade encontrada na tentativa de compreensão dum sentimento que em si mesmo é indefinível. As reflexões de Shorter (1975) e também de Badinter (1980), vêm na sequência das observações antropológicas de Kitzinger (1978) que descreve o amor materno como uma espécie de atenção íntima à outra pessoa. Distinguem-se das posições de Rich (1976) cuja perspectiva reflecte a utopia do individualismo anglo-saxónico ao enfatizar uma ligação intima entre mãe e criança. Badinter defende a absoluta partilha de responsabilidades entre os homens e mulheres na criação de uma criança e o seu ideal de amor materno é um ideal partilhado.

A posição da feminista radical catalã Sau (1995) relativamente ao amor materno é bastante crítica. Começa por referi-lo como o permitido feminino, isto é, um

apanágio de mulheres e assinala-lhe algumas contradições. Contradições essas patentes em discursos que subtilmente desvalorizam o amor materno:

i) quando se declara como instintivo, porque assim sendo, não requer esforço, não tem valor;

ii) quando se atribui ao domínio do feminino e por isso as mulheres que o não demonstrem ficam sob suspeita de "mães desnaturadas";

iii) quando se ridiculariza, com benevolência paternalista se as suas demonstrações (preocupação, considerada excessiva, e expresão, julgada exagerada) ultrapassam as expectativas de peritos (pediatras, psicólogos e outros). A autora considera que a maternidade está sob vigilância apertada.

Fryday (1977) no seu livro *My Mother Myself* que dedica à natureza das relações mãe-filha, defende que o amor materno pode muito bem ter sido um instinto dos humanos, mas que a civilização os libertou dele. Depois de suspeitar da aptidão das mulheres para a maternidade apenas por ter dado à luz, a autora deixa antever as noções que contribuem para que a ideologia do instinto maternal prossiga quando diz às mulheres que i) todas nasceram para ser mães e ii) todas querem aos filhos de forma *natural*. É esta a ideia dominante que sujeita as mulheres, pois se acreditam no instinto maternal e falham no amor materno então sentem-se fracassar como mulheres. O problema reside, segundo a autora, nas propostas emocionais contidas na noção de instinto maternal coincidentes com a noção que ser uma boa mãe é algo absolutamente natural entre os humanos, por extrapolação dos comportamentos das fêmeas dos mamíferos em relação às suas crias. De acordo com estes pressupostos a maioria das mulheres

abriga a noção que para ser uma mulher realizada deve ser mãe e algumas esforçam-se por consegui-lo. A citada autora desenvolve a noção que a tirania do instinto maternal é transmitida subtilmente, pelas mães, às filhas no processo de socialização. É transmitida a crença que as mulheres, se sentem instantaneamente maternais, mal dêem à luz. Se isso não acontece como poderão explicar uma emoção negativa sentida após o parto? A própria sociedade não lhes permitirá exteriorizar isso. Por conseguinte, segundo esta autora há uma boa dose de "socialmente correcto" nos relatos das emoções sentidas pelas mulheres da sua experiência de parto e também sobre os sentimentos da sua realização pessoal. É a maternidade sob vigilância.

Enquanto nos homens se desenvolveram competências para desempenho de tarefas de poder, as mulheres, na análise de Friday (1977), sofreram uma socialização, de séculos, que as preparou para serem apoio, suporte e amparo afectivo dos outros. Quando sozinhas as mulheres ficariam incompletas e desvalorizadas, sem um homem e sem filhos. Desta forma, as raparigas educadas para o amor dos filhos, sentir-se-ão culpadas, se quando estes chegarem, não preencherem as suas expectativas. Friday conclui que se as raparigas não observarem as suas mães empenhadas, elas próprias, numa tarefa pessoal, em projectos profissionais próprios, também elas acabarão por acreditar que não terão qualquer prazer de realização que não seja dentro dos limites de uma associação à maternidade.

Dar à maternidade alguma conotação instintiva sugere a Sau (1995) reflexões de tipo mais ou menos radical: i) as constantes posições contraditórias que estão

abertas às mulheres, no discurso da maternidade, contradizem a asserção instintiva da maternidade, porque se o comportamento maternal é resultado da activação de um instinto, então a mãe é um equivalente da natureza, o que pode sugerir que a mulher possa ter experiências naturais sem que sejam mediadas pela cultura. As mulheres seriam não humanas porque se ligadas à natureza estão afastadas da cultura, da humanidade; ii) explicar os comportamentos maternais pela via essencialista é uma posição duplamente fixista porque reduz a maternidade a um destino biológico e apenas torna salientes os aspectos mais desvalorizados, o dos cuidados do bebé e da vida doméstica. A autora considera contudo que uma excessiva despersonalização do acto de nascer pode corresponder um certo esvaziamento do poder simbólico capaz de incapacitar a passagem de outros significados.

Os movimentos actuais da inclusão do pai na sala de partos e a entrega dos bebés às mães logo após o nascimento talvez sejam uma correcção humanizante aos excessos de tecnologia de que se rodeia o acto de nascer. Poderemos concluir que a maternidade é uma actividade que envolve factores multidimensionais e não há forma aplicável a todas as mulheres que nos possa garantir tratar-se de uma actividade na qual todas a percepcionem e se sintam satisfeitas da mesma forma; não há duas mães iguais, no discurso popular.

Capítulo 7

Os significados contemporâneos da maternidade

Introdução

Neste capítulo empreendemos o percurso pelos significados que a maternidade tem vindo a tomar no discurso contemporâneo. Partimos da sua definição vocabular, registada em Dicionário e seguimos o caminho da sua construção como lugar onde se caldeiam significados históricos e culturais. Neste caminhar levantam-se vozes, umas vezes radicais, outras de teor mais liberal, de mulheres que no movimento feminista, denunciaram o silêncio das mães na narrativa da reprodução e do cuidado da espécie (e.g. Cisoux, 1975; Irigaray, 1985).

No que diz respeito aos contributos da ciência psicológica, para a maternidade, elegemos a teoria da vinculação desenvolvida por Bowlby, como a que mais impacto teve em termos de efeitos sobre a população mais ampla e também sobre os profissionais que acabaram por acentuar as dimensões mais culpabilizantes da teoria sobre a responsabilidade da figura da mãe no ulterior desenvolvimento e saúde mental dos indivíduos. Mesmo que as formulações mais recentes da teoria, substituam, nos textos, a mãe por figura protectora, pensamos que no imaginário popular e também no dos técnicos se esconde subliminarmente a representação da mãe ao referir-se à figura de protecção.

Abordar-se-ão os levantamentos e caracterização emprendidos por Phoenix e Woollett (1991), dos textos que, em Psicologia, abordam a figura da mãe e, sublinharemos os maiores reparos, a estes textos, os quais residem na tendência generalizada em tomar a mãe e a criança como categorias universais. Estas categorizações de cariz essencialista colidem com a perspectiva pós-moderna

sobre a família e o lugar da mulher na sociedade. Foi a mudança de lugar conquistado pela mulher e induzido por acontecimentos marcantes na história da humanidade que concorreram para uma nova formulação da maternidade, aquela que é atravessada por prescrições decorrentes da aplicabilidade tecnológica da ciência. Para isso tomámos dois estudos desenvolvidos sobre manuais de aconselhamento às mães, um do contexto americano (Hays, 1996) e outro desenvolvido no espaço europeu por Marshall (1991), neste último as narrativas emanadas dos manuais e identificadas pela autora obedecem ao modelo de análise do discurso.

O novo lugar social da mulher, o emprego e carreira, torna-se tópico de reflexão na agenda internacional pelo impacto que acarreta em termos do desempenho de outros papeis, neste caso o da maternidade. Referem-se algumas conferências internacionais importantes pelas recomendações produzidas. Terminaremos este percurso na abordagem às concepções de "boa mãe" e "má mãe" que trabalham, de forma implícita, no discurso social da mitologia da maternidade contemporânea e de forma explícita no discurso popular.

Significados contemporâneos da maternidade

Mãe[1] - *s.f. (arc. Madre, lat. Mater). Mulher que deu à luz um ou mais filhos. (...) Mulher que dispensa cuidados maternais. (...) mãe de família, mulher casada e com filhos. Estado ou qualidade de mãe.*

Sau (2000) sustenta que a mãe do patriarcado, em si mesma, é indefinível pois em cada tempo e lugar foram os homens os que a definiram e decidiram sobre suas formas de actuar. É suposto que se refira a todo o processo de gerar, parir e criar. O conceito de Maternidade, de acordo com Sau (2000), diz respeito ao facto das mulheres assumirem, de forma particular e concreta, o processo biológico da gestação e parto, assim como, os cuidados posteriores que o ser humano requer, por um período mais ou menos longo da sua existência, ou seja a chamada maternagem.

Badinter (1980) precisa também o conceito afirmando que *"o uso ambíguo do conceito de maternidade remete ao mesmo tempo para um estado fisiológico momentâneo, a gravidez, e para uma acção a longo prazo: a maternagem e a educação"* (p. 16). De acordo com a mesma autora a maternidade refere-se sempre a vivências individuais, particularmente significantes para qualquer ser humano, em qualquer contexto geográfico. É um acontecimento acerca do qual podem ser experienciados sentimentos contraditórios.

As autoras Bassin, Honey e Kaplan (1994), sublinham, prudentemente, que não é fácil falar da maternidade, porque a sua complexidade toca todos os níveis

[1] Lello Dicionário Prático Ilustrado (1993)

inclusivé a esfera pessoal (todos tivemos mãe) e a esse propósito refere o trabalho de Meryle Kaplan (1992) que explorou as tensões entre as representações da maternidade e os seus efeitos na vida das mulheres e nos relatos obtidos desse acontecimento encontrou, predominantemente, as experiências de infância das mulheres informantes.

A expressão da maternidade ocorreu, historicamente, em contextos normativos de conjugalidade. Se bem que a extra-conjugalidade, não obstante a sua reprovação social tenha sido uma prática expressiva, como vimos no capítulo precedente, contudo a normal conjugalidade definida socialmente mantém-se como modelo. Podemos observar isso em Badinter (1980) que adverte que a opção da maternidade que irá estar presente no seu trabalho, será a que se expressa no casamento e fá-lo em nota de pé de página: *"para maior comodidade da análise, trataremos sobretudo desta situação conjugal clássica, deixando na sombra os casos da viúva e da mulher que é mãe sem ser casada"* (p. 21).

A situação conjugal não foi considerada relevante para a análise do constructo Maternidade, no presente trabalho, uma vez que tentar definir o modelo familiar dos anos 90, será apenas para salientar a sua diversidade. O traço mais saliente diz respeito à condição de mãe, adquirida pela mulher, quando dá à luz uma criança e nos papeis que, na cultura ocidental, lhe são endossados. A condição de se tornar mãe, de passar por mãe, faz com que as mulheres tenham o desejo de se adequar a modelos socialmente prescritos, o que faz deste acontecimento um lugar onde a reprodução social tem peso significativo, com repercussões importantes na vidas das mulheres.

A dimensão biológica da reprodução na sociedade contemporânea ganha um novo significado. Outras diferenças são aduzidas ao processo, pelo qual as mulheres se podem tornar mães, além do intercurso sexual: inseminação artificial, fertilização *in vitro,* adopção ou mãe substituta (Phoenix & Woollett, 1991). Actualmente a mulher pode ser mãe, independentemente do processo utilizado, do estado civil em que se encontre e da orientação sexual seguida; cada uma destas posições de sujeito é definida culturalmente.

A maternidade é objecto de práticas culturais económicas e sociais diversas e expressa-se consoante os contextos culturais. Foi em plena Segunda Vaga do feminismo (entre o pós-guerra e anos 80), num tempo marcado pela expansão económica e euforia da reconstrução europeia, que o movimento feminista recapitulou e revitalizou suas reivindicações. A voz precursora de Simone de Beauvoir (1949) expressa no "Deuxième Sexe" teve eco nas vozes anglo-saxónicas, e a americana Betty Friedan (1963) evidenciou-se como referência no movimento feminista, mais radical, a que rapidamente se acrescentaram outras vozes tornando-se um coro de influências marcantes neste movimento: Greer (1970), Firestone (1971) e Millett (1971). Unia-as um objectivo comum: a denúncia da exploração das mulheres na vida doméstica que Friedan, designadamente, definia como um campo de concentração e um lugar de severas privações sociais e culturais para as mulheres.

Estas feministas desafiaram representações arquétipas da mãe e redefiniram-na como um constructo social e histórico. O papel da mãe para as feministas radicais foi sempre problemático, por ser encarado como o *modus operandi* da

opressão da fêmea, porque associado ao estereótipo da mulher procriadora, método eficaz para assegurar a sua servidão em casa. Para algumas o problema não reside na maternidade enquanto tal mas na construção social dos cuidados maternos que podem ser transformados numa ditadura para as mulheres. Condenaram as tarefas domésticas, parâmetro pelo qual, eram definidas as mulheres e defenderam, afincadamente, a visibilidade de um lugar no mundo do trabalho.

As feministas radicais dirimiram os seus argumentos sobre a libertação dos valores do patriarcado, tomando a maternidade como campo de batalha. Mas, independentemente da corrente de pensamento, os movimentos feministas procuraram desmistificar a maternidade ideal imposta às mulheres como um modelo, particularidade salientada como indutora de culpa que faz com que cada mulher sinta que não é tão boa mãe como as outras. As feministas francesas Kristeva (1985), Cisoux (1975) e Irigaray (1985) salientaram a importância do papel da maternidade para aceder a aspectos desvalorizados e silenciados, não falados, da experiência das mulheres, exigindo que seja dada voz às mulheres que esteve desde sempre silenciada pelas mitologias civis e religiosas; estas sempre falaram das mulheres e das mães excluindo-as, isto é, falando apenas delas.

Todas as teorias foram desenvolvidas por homens e só a partir do século XX as mulheres ficaram em condições de poder inflectir essa tendência, pelo que para muitas mulheres tornou-se um prazer falar do silenciado, trazendo a mãe para o terreno feminista. Irigaray sustenta que as mulheres, especialmente as mães, são

marginalizadas da cultura patriarcal e que são as teorias psicanalíticas as responsáveis dessa exclusão. Na sua crítica às posições psicanalíticas sustenta que o inconsciente é produto dos determinantes filosóficos e históricos inscritos no seu próprio discurso; não é universal mas específico. Defende um discurso não masculino alternativo ao carácter especificamente patriarcal da psicanálise.

Kaplan (1992) sublinha que a maternidade é poucas vezes narrada em voz própria e mesmo não estando ausente da cultura não significa que esteja presente pela voz das mães, constatando-se na literatura que os termos "a mãe" "a criança" reflectem a tendência para ver a maternidade e a infância como categorias homogéneas e universais, sendo que nas representações culturais e nos sistemas sociais a figura da mãe está mais vezes à margem que no centro. Phoenix, Woollett & Loyd, (1991) defendem que a maternidade precisa de ser conhecida pelas mulheres como uma posição de sujeito pois que, segundo a autora, ser mulher e tornar-se mãe não é a mesma coisa. As vozes feministas encontraram boas razões para criticar o discurso psicológico sobre a maternidade (Urwin, 1985; Phoenix *et al.* 1991) e as construções das mães que a psicologia faz através da criança (Walkerdine & Lucey, 1989).

Continua a haver, de acordo com Woollett (1985), pouca pesquisa sobre a forma como a maternidade se liga a outros aspectos do sistema de valores das mulheres, ou sobre a família e contexto histórico e cultural do qual os valores são transferidos para a prática e experiência individuais. O que Woollett quer acentuar é que a pesquisa deveria orientar-se para os relatos, os discursos, as narrativas das mães, ditas normais, uma vez que os estudos existentes se

debruçam apenas nas mães por se distinguirem por alguma característica tida como patológica ou desviante, o que não deixa de ser uma preferência discriminante dos aspectos que desvalorizam as mulheres. A autora começou por desenvolver um estudo sobre grupos de mulheres sem filhos, por opção ou com problemas de infertilidade, definida esta como a incapacidade para conceber, para identificar representações sobre a maternidade em geral. Conclui que as mulheres sem filhos ou as mulheres com problemas reprodutivos estão mais conscientes do que as mulheres com filhos sobre as ideias implícitas, presentes no discurso social, acerca da maternidade e transmitem as suas próprias perspectivas sentimentos e questões para a sua análise da maternidade.

As mulheres inquiridas por Woollett (1985) relataram concepções variadas acerca da maternidade: algumas falam exaltadamente das suas expectativas, outras centram-se em aspectos de vivência íntima da sua experiência.

Dos temas que emergiram das narrativas das mulheres o primeiro é uma concepção, idealizada, da maternidade em que se cruzam uma grande variedade de critérios sociais, interpessoais e psicológicos. Um outro tema diz respeito à descrição negativa de estar sem filhos biológicos, com toda a carga de alguma reprovação social, implícita, que lhes faz sentir outras alternativas, para a maternidade, desconfortáveis e inaceitáveis.

Globalmente, as mulheres do estudo de Woollett, tomam a maternidade concebida como um mandato; uma norma para todas as mulheres que são casadas, em relações heterossexuais estáveis. Para estas é "normal" que queiram ter filhos e neste contexto ideológico as suas decisões vão mais no sentido das

expectativas sociais. A maternidade é referida também como uma dimensão de realização de identidade da mulher adulta e a via para o estabelecimento de relações de intimidade.

O estudo de Woollett (1985) coloca em evidência que, não obstante as severas críticas lançadas à instituição do casamento e da maternidade, pelas feministas da Segunda Vaga, nos anos 80, a maternidade e o cuidado da infância continuam a ser definidos como a via para a suprema realização física e, principalmente, emocional das mulheres e isso contribui para estruturar uma visão romantizada da maternidade e da infância. A palavra maternidade emergiu como conceito, na época vitoriana, e agora é, vulgarmente entendida como uma tarefa essencial aos próprios estádios de desenvolvimento das mulheres assim como parte fundamental da sua identidade como adulta (Birkstead-Breen, 1986). Como a maternidade é entendida e, depois, como as mulheres se vêem a si próprias como mães, está muito mais ligado às circunstâncias históricas e ideológicas em que se desenvolvem do que a quaisquer características intrínsecas ou internas ou de instinto.

A maternidade na vertente dos cuidados maternos (*mothering*) refere-se ao cuidado diário que as mães prestam às crianças pequenas. Incorporado ao termo está a intensidade e ligação emocional das relações mãe-criança assim como as noções de *mães responsáveis* para aquelas que promovem o desenvolvimento das crianças. Da maternidade não está excluído o cuidar e essas tarefas têm sido objecto de análise na pesquisa pelas implicações e especialização que têm vindo a sofrer e pelos seus efeitos na organização do quotidiano das mulheres. Os

cuidados exigidos, pelos recém-nascidos, envolvem tarefas repetidas durante o dia, vezes sem conta, cumulativamente às não menos intermináveis e fatigantes tarefas domésticas.

As raparigas educadas num contexto cultural que privilegia e veicula modelos de maternidade idealizada, sempre à espera de encontrar um lar que seja um paraíso de amor e harmonia, podem sofrer desapontamentos num lugar que afinal se revela propício a emoções e conflitos primários.

O feminismo constitui a voz crítica para as ortodoxias da boa maternidade, esclarecendo que tais noções não passam de reproduções do contexto social, histórico e político como forma de controlo social sobre as mulheres, mascarado na celebração da essência feminina (Riley, 1983; Weedon, 1987).

Woollett (1991) refere os estudos (Newson & Newson, 1976) que avaliam as atribuições da importância concedida pelos pais às crianças os quais sugerem toda uma variedade de valores simbólicos associados ao facto de terem crianças e de se tornarem pais, e que sintetiza nos tópicos seguintes:

- As crianças proporcionam aos pais oportunidades para a expressão de dar e receber afecto e estabelecer relações na família mais alargada;
- As crianças são fonte de alegria e felicidade e enchem a vida dos pais;
- As crianças asseguram a continuidade dos pais e dão significado às suas vidas;
- As crianças validam o estatuto de identidade do adulto, no sentido em que é suposto que as novas responsabilidades tornam os pais sujeitos mais amadurecidos;

- As crianças são uma oportunidade para exercer a criatividade no acto de ajudar a crescer e isso é uma mais valia, para os adultos;
- As crianças contribuem para o desenvolvimento pessoal, pois os pais tornam-se mais altruístas no contributo para a sociedade.

Estes valores são, nos estudos referidos, contrabalançados com os aspectos implicados nos reais custos económicos de ter filhos, com o facto de redução de oportunidades quer de emprego quer de carreira para muitas mulheres, e apontados como razões para justificar o controle da natalidade. Outros estudos referidos por Woollett constatam que a maioria das jovens tem como planos o desenvolvimento de uma carreira, casar e ter filhos. Mais ainda, referem querer ter um ou dois filhos e um plano de vida similar ao das suas mães, muito embora expressem descontentamento com o modelo de vida que as suas mães tiveram. Os estudos de Oakley (1981) e os de Sharpe (1984) dão conta duma maternidade percebida em termos positivos não obstante as restrições que impõem às actividades profissionais das mães e do baixo estatuto das tarefas domésticas. Embora a maioria das raparigas queira ser mãe, verifica-se uma variação considerável no seu ajustamento às condições que consideram mais salientes para ter uma criança. A maternidade é altamente valorizada, simbolicamente, como chave para o estatuto de vida adulta. Muitas vezes o desempenho e maturidade das mulheres é tido como dependente do facto de se terem tornado mães. Esta abordagem é subscrita pelas teorias psicológicas do desenvolvimento do adulto que "fornecem" validação científica à maternidade como um ponto de maior crescimento na vida das mulheres.

Relativamente ao estabelecimento de relação de intimidade a relação mãe-filho é muito valorizada na sua dimensão simbólica, como lugar de significado de cuidado e protecção, de expressão de amor e afecto e cuja importância é sublinhada no discurso das mulheres sem filhos ou com problemas reprodutivos e cuja privação do amor dos filhos é sentida como uma diminuição, enquanto mulheres, constatando-se que a maternidade é mediada por desejos, sonhos e anseios que a constroem, fazendo dela um acontecimento muito mais complexo que um acto puramente biológico (Antonucci & Mikus, 1988), um acontecimento que envolve a representação que encoraja uma concepção romantizada das relações mãe-filhos.

Alguns estudos encontram uma concepção de maternidade referida como um complemento importante para o estatuto de identidade da mulher adulta, nas mulheres que já tinham sido mães. Isso sublinha a adequação física e psicológica das mulheres como produtoras das gerações seguintes, o que as posiciona num lugar com uma função social específica (Busfield, 1974).

Ter filhos e criá-los abre às mulheres um mundo de uma identidade comum, pressuposto segundo o qual as mães ao partilhar pontos de vista comuns, alargam a partilha da vivência de relações de intimidade com os seus filhos. Dos estudos referidos conclui-se que os significados, práticas e ideologias à volta da maternidade são mais salientes não só para as mães com filhos mas também para as que têm problemas de reprodução. A maternidade é um acontecimento da máxima importância referido pelas mulheres inquiridas, sejam elas mães ou não. As mulheres com problemas de reprodução encaram esse facto como um

factor marcante que nem a carreira pode servir como investimento alternativo, à maternidade que é insubstituível.

Os estudos transculturais dão-nos conta da variedade, de um sem número de modelos culturais, para criar crianças, de forma adequada, que é possível encontrar consoante o tempo histórico e região geográfica. Velhos modelos são rejeitados e desvanecem-se, na memória histórica, e novos modelos crescem em novos contextos sociais A expansão da industrialização e do capitalismo, por exemplo nos Estados Unidos, introduziram mudanças maciças na vida social e política com profundas implicações na vida das pessoas, de acordo com a análise sociológica de Hays (1996).

A família rural deu lugar à família dedicada aos negócios, o trabalho em cadeia substituiu a economia familiar, a produção moveu-se para fora de casa e o trabalho doméstico passou a distinguir-se do trabalho pago. Mudanças que de acordo com esta socióloga marcaram, no contexto americano, a separação, não só física como ideológica, definitiva entre esfera pública e a esfera privada.

A esfera pública tornou-se sinónimo de competição, de individualismo, de cálculo frio, em contraste com o mundo privado do lar, lugar quente e seguro, refúgio e santuário de afectos. Competiria às mulheres a guarda deste Éden.

A aceleração da industrialização, e as descobertas nos cuidados de assépsia, no final do século XIX, nos Estados Unidos, introduziram consideráveis mudanças nas ideologias dos cuidados maternos. A mãe intuitiva, virtuosa e afectiva já não era suficiente para assegurar de forma adequada a criação de uma criança. Precisa de ser "cientificamente" treinada. Elevar os cuidados da criança ao saber

da ciência, o estatuto das mães valorizava-se. Ao mesmo tempo que se tornavam criadoras empenhadas em registos e regulação de horários, desvaneciam-se a expressões de afectividade e sentimentalismo. A indulgência maternal foi substituída por uma ênfase científica no treino comportamental. Agora o desafio era estar sempre informada sobre métodos mais recentes sugeridos por peritos, registar com regularidade os comportamentos das crianças e aprender a resistir aos apelos da criança, não a tomando nos braços quando chorasse (Hays, 1994). A criança nesta era do registo e observação, perde o seu estatuto de inocente e passa ser considerada fonte de impulsos perigosos que as mães precisavam corrigir.

O emergir da maternidade científica

Os cuidados da infância acompanharam as vicissitudes históricas. O abandono e infanticídio praticados na Grécia Antiga, ilustram a rudeza com que as crianças foram tratadas. No período que medeia entre a Idade das Trevas e a era das Luzes a penúria de cuidados médicos e de recursos tecnológicos atingem crianças e mães que frequentemente sucumbiam ao parto. O século XIX foi ainda marcado por elevadíssimas taxas de mortalidade infantil em parte potenciada, nas cidades, pelas deficientes condições sanitárias das populações que acorriam aos centros em industrialização. A partir do princípio do século XX as aplicações científicas à técnica de bem-estar deram à ciência um estatuto de utilidade social.

Muitos dos termos utilizados em linguagem industrial, ligados à gestão, tempo produtivo nas fábricas, infiltra-se no lar. As mulheres passaram a ser encorajadas a criar os seus filhos de acordo com princípios organizacionais baseados em pressupostos científicos.

Às gerações anteriores que se tinham baseado no pressuposto que a maternidade era instintiva, sucede-se uma concepção de maternidade de novo tipo, a da maternidade aprendida. Grant (1998) desenvolve estudo sobre o movimento de educação dos pais no século XX e dá relevo a uma imensa quantidade de fontes que foram utilizadas na disseminação de informação; para além dos media, incluía círculos de estudo e manuais de peritos em desenvolvimento de crianças. A autora começa por referir que o triunfo da maternidade científica se deveu às campanhas de educação de pais iniciadas, no contexto americano, em 1920, continuou na década seguinte quando se institucionalizou o apoio social à infância e se criaram departamentos e institutos de pesquisa nas universidades sobre o tema. Os círculo de estudo sucumbiram aos manuais de aconselhamento sobre os cuidados a prestar às crianças pequenas nos anos 50, quando as mulheres da classe média suburbana, longe dos familiares, descobriram que poderiam ter sempre ao seu alcance respostas de pediatras e especialistas, mesmo a quilómetros deles. Ainda hoje, nos E. U. decorre o famoso Programa *Head Start* que nestes 35 anos de apoio à infância tem desenvolvido programas especiais para o treino das mães, com enorme acervo de publicações sobre esta temática.

De acordo com Kitzinger (1978) nas sociedades industrializadas, as futuras mães podem nunca ter cuidado de um bebé, nem sequer lhe ter tocado e a dúvida quanto às suas competências para cuidar instala-se. Resta-lhes procurar informação cuja abundância, nos media e em publicações especializadas, pode concorrer para instalar alguma hesitação na escolha da mais adequada.

Da análise levada a cabo por Apple (1987) sobre as práticas de alimentação das crianças americanas entre 1890 - 1950 ressalta-se que no primeiro quartel do século XX as práticas do cuidar de crianças estão informadas por subtis forças sócio-políticas e económicas. Segundo a autora, basta consultar a abundância de colunas de conselhos sobre cuidados de bebés, publicadas nos jornais dos anos 20 para se observar a forma como as mulheres recebem a influência da medicina e industrialização.

No século XX os técnicos saídos de novas disciplinas (trabalho social, psicologia, pediatria) defendem que novos métodos, baseados na pesquisa, tornam a intuição maternal insuficiente para as tarefas de criar crianças e que estes possam vir a ser adultos responsáveis. Dois pressupostos ideológicos sublinham, esta mudança: a fé na ciência que definiu respostas de apoio a muitos desafios colocados pelas mães americanas e a crença na importância do meio, mais que na hereditariedade, como a chave para o crescimento da criança inteligente e bem socializada.

O progresso na pesquisa médica e melhoria das condições de vida reduziram drasticamente as elevadíssimas taxas de mortalidade materno-infantil e por conseguinte o século XX pode ser considerado o século da maternidade

científica. Se a panóplia de informações disponíveis às mães, desde termómetros, vitaminas, antibióticos, endossava às tarefas domésticas das mães uma aura de profissionalismo, retirava-lhes também a confiança nelas próprias e colocava-as na dependência de peritos (Apple, 1987).

O discurso médico transformou a maternidade num campo quase técnico, em que às tradicionais tarefas domésticas se acrescentaram as do conhecimento científico da maternidade. Tarefas até então intrinsecamente simples começaram a tornar-se complexas: amamentar, por exemplo, tornou-se dependente do relógio; preparar uma sopa, constitui uma arte; arejar o quarto do bebé, um exercício complexo. Ninguém questionava a eficácia das novas técnicas e muitas mães tomaram muito a sério a tarefa de treino das suas crianças e quiseram fazê-lo seguindo os ditames e sugestões dos técnicos.

Um novo ideal de criar uma criança começou a circular no discurso social e vários factores contribuíram para isso. O acesso das mulheres ao ensino e ao mundo do trabalho e a proliferação de revistas femininas e jornais ajudaram a redifinir o papel das mulheres, em termos profissionais, e ensinaram-lhes papeis de mães modernas adequadas. As próprias mulheres profissionais pressionaram os governos a assumir organismos públicos que se preocupavam com os serviços de apoio às crianças.

O canal constituído pelas revistas e jornais é apontado por Apple (1987) como um dos mais poderosos mecanismos que ajudaram à interiorização dos conselhos sobre cuidados maternais, na chamada Era do Progresso, posição que é reforçada por Thurer (1994). Os jornais e revistas dedicavam grandes espaços a

tópicos relacionados com: horários de biberão, menus adequados aos bebés, fórmulas, tabelas de peso. Simultaneamente e por via do aconselhamento, desenvolvia-se a indústria de alimentação artificial para lactentes e um sem número de artefactos que constituíram um mercado absolutamente novo.

Se é inegável que a pesquisa médica contribuiu para o desenvolvimento de crianças mais saudáveis também acarretou consigo um maior controle destes técnicos sobre as mães. No tempo de uma geração as decisões acerca do cuidar das crianças raramente são tomadas sem ajuda do *input* da comunidade científica, ou por via do aconselhamento directo com o médico, de manuais disponíveis ou por via da informação disseminada nas revistas de fácil acesso às mulheres. As autoras sustentam ter sido este um factor dos mais mobilizadores da adesão das mulheres às novas propostas da medicina, e disciplinas afins no tocante ao cuidar das crianças (Apple, 1987; Thurer, 1994).

A transição da família baseada na maternidade, reproduzida geracionalmente, deu lugar a uma outra baseada nos princípios científicos; isso produziu tensões e ambivalência acerca do valor das consideração dos peritos. Escusado será reiterar que as mulheres responderam de formas diversas à maternidade científica, conforme a classe e etnia. Os discursos produzidos por mulheres em situação de poder (secretarias de infância, organizações privadas e revistas de mulheres) legitimaram, de alguma forma, a aceitação das teorias científicas, então difundidas. Como já se referiu, nos Estados Unidos a ideologia capitalista dos anos 20 provocou mudanças significativas, em termos da forma como as mulheres passaram a encarar a criação dos filhos, segundo padrões previamente

definidos. Nessa altura começa a ideologia da maternidade científica, mesmo que algumas recomendações, de acordo com Thurer (1994) se revelassem absolutamente supérfluas e até sem qualquer sentido.

A maternidade dita científica, contudo, requeria que mães não só monitorizassem as suas crianças, mas lessem e seguissem as recomendações dos peritos. Porque a maternidade vai mais além que dar à luz, é muito mais que um processo biológico; ela constituiu-se no mundo ocidental pós-Freudiano, como lugar de práticas económicas, sociais e culturais. Tornou-se um acontecimento que foi sendo construído desde a simples procriação, à prestação de cuidados baseados em conhecimentos científicos e mais recentemente tomou a forma da prestação intensiva de cuidados maternos. Tal como os "livros de receitas" que pesam, contam e enumeram os ingredientes, também as mães mais instruídas, do princípio do século, começaram a utilizar chavões quantitativos (peso, medida, QI), quando se referiam às suas crianças. Thurer (1994) ao citar os cursos em maternidade e prendas domésticas ministrados no prestigiado *Colégio Vassar*, nos anos 20, pretende sublinhar a ideia que a maternidade estava a tornar-se uma profissão.

Apple (1987, p. 116) refere, também, a opinião de uma colaboradora da revista Cosmopolitan que sustenta que a maternidade deveria ser formalmente instituída como carreira aberta só a quem demonstrasse competência para isso: *"médicos, advogados e clérigos são treinados para cuidar de vidas humanas. Por que não as mães?"*

Na viragem para o século XX, o empenho das mulheres americanas nas discussões sobre os cuidados maternais, culminou na criação do *National Congress of Mother* em 1897. Este movimento culminou na criação por Roosevelt dum organismo federal, o *Children's Bureau* que além de estabelecer o Dia da Mãe em 1914, promoveu campanhas abrangentes junto de mulheres de classes trabalhadoras, com vista à difusão de conselhos sobre os cuidados maternais. A profissão de mãe tinha começado. Era o tempo de Arnold Gesell, criador dos inventários de desenvolvimento que contribuíram para aumentar a febre científica que sonhava tornar o estudo da criança uma disciplina tão exacta quanto a física.

Os pais passaram a preocupar-se em situar os seus filhos na média e não a atingir transformou-se num espectro gerador de ansiedade. Pedia às mães que pacientemente anotassem e registassem todos os comportamentos das crianças, que acabava por acrescentar uma dimensão laboratorial à maternidade. O pediatra Luther Emmet Holt referido como o papa da enfermagem viu o seu célebre livro *"The Care and Feeding of Children"*, editado em 1894, reeditado inúmeras vezes, onde, para além dos conselhos sobre alimentação do bebé, fazia a apologia da assépsia para a criança pelo que se aconselhava não beijar as crianças, como forma de evitar o contágio de doenças. Aconselhava-se regularidade e consistência nas regras e desaconselhava-se, liminarmente ter as crianças sempre ao colo. Deveriam permanecer nas suas caminhas e ser alimentadas a biberão. A alimentação artificial foi envolvida em tal

complexidade química que aos olhos das mães ganhou uma auréola mística e as indústrias de alimentação para lactentes tornaram-se verdadeiros impérios.

O pós-guerra rompeu abruptamente com a rigidez de regras tão normalizadoras das crianças e começam a defender-se 24 horas de permissividade, trazendo a criança para o reino da liberdade. Uma nova filosofia de educação de crianças emerge dos princípios defendidos por Dewey, A.S.Neill, director da escola experimental de Summerhill, e os princípios humanistas de Carl Rogers. Neste contexto todos os impulsos das crianças são estimulados. A função da mãe será a de responder positivamente às necessidades emocionais da criança, gratificar os seus desejos, tolerar as suas agressões e acima de tudo sentir pessoalmente gratificada e feliz por tudo isso (Ehrencheich & English, 1978). A emoção mais saliente é a empatia e a apologia da mãe empática persiste até hoje, muito embora tenha havido uma breve tempestade anti-maternidade nos anos 70, desencadeada em parte pelo polémico livro *Of Woman Born* .

É Rich (1976) quem dá à maternidade uma interpretação em duas vertentes: a experiencial e a institucional. A dimensão institucional, segundo a autora, recapitula todas as outras instituições e reflecte as políticas do patriarcado: *"The priorities of patriarchy are to keep the choices limited for women so that their role as mothers remains primary."* (p. 16). Esta autora remetia a opressão das mulheres para o sistema patriarcal de controlo das sociedades e não para a maternidade, como defendia algum feminismo radical (Millett, 1971; Firestone, 1971).

A maternidade como instituição - desenvolvida sob o peso e distorções do patriarcado - é fonte de sofrimento e opressão para as mulheres, enquanto a

vivência da maternidade desejada, fruto do aparecimento da pílula e das reivindicações feministas proporciona possibilidades novas para a vivência da maternidade como opção e experiência dos cuidados maternais. Este método contraceptivo, marcou o início da chamada revolução sexual e separou definitivamente a reprodução do prazer, destacando a função erótica do sexo. A pílula teve implicações psicológicas duplas: o controle do prazer e o da procriação. Ao separar o prazer sexual da procriação deu às mulheres a possibilidade de conduzirem a sua vida sexual, em pé de igualdade com os homens - acidentalmente, ou numa relação comprometida. A escolha passa a pertencer-lhes, assim como a procriação voluntária. A posse do corpo constituiu um tema de grande alcance, quer em termos da vida privada como pública e foi o novo foco de interesse da chamada Segunda Vaga feminista, dos anos 80.

O carácter ideológico de que se reveste a maternidade, nas sociedades ocidentais, pode explicar a ambiguidade que a acompanha. Se por um lado é valorizada, por outro lado não são dadas todas condições materiais para a sua realização e a maternidade por prazer passa a ser um atributo de privilégio de classe. Os debates travados, pelas feministas, não constituem simples curiosidade académica. Levantaram problemas fundamentais sobre a natureza dos cuidados maternos (inato/adquirido) e a maneira como as condições da maternidade estão a mudar para as mulheres. As mulheres enfrentam, no final do milénio desafios que lhe exigem combatividade em vários campos sociais e a maternidade é um desses campos. Vencida a inferioridade a que tinham estado votadas e recuperada a combatividade, resquício daquela muito arcaica que a

igualava ao homem quando com ele percorria a terra e descobria o fogo, hoje, as suas preocupações já se encaminham para ter em conta os seus sentimentos, enquanto mães, relativamente aos seus propósitos de pessoa inserida numa carreira e como isso se intersecta com o seu desejo de maternidade. No tópico seguinte serão analisadas as posições que a mãe assume como sujeito no trabalho e as implicações na produção de significados.

Os contributos da psicologia na regulação do cuidar materno

Como temos vindo a sublinhar, as narrativas que discutem o papel e responsabilidade das mulheres na criação dos filhos, bem como o estatuto da infância sofreram a influência das condicionantes políticas e económicas em cada período histórico. Também foi esclarecida a circunstância de ter sido atribuída, às mulheres, a responsabilidade, às vezes fardo, da criação dos filhos. Não foram elas que definiram os modos nem formas de cuidar das crianças. As mulheres sempre tiveram a autoridade masculina a ditar-lhes as regras, as normas no decurso dos tempos. As religiões, em séculos passados, pela voz dos seus ministros, a medicina, a psicanálise e a psicologia nos tempos contemporâneos. A Antiguidade teve os mitos como sistemas confortáveis de interpretação; hoje, como refere Hillman (1975), a nossa mitologia é a psicologia. É ela que concebe a

ICBAS

subjectividade como entidade unitária, auto-contida e estável, no espaço e tempo, isenta de género, raça, classe ou cultura. Aquilo de que precisa este sujeito, na lógica da mitologia individualista da psicologia tradicional, é de uma mãe que o *"oriente no espaço e no tempo lhe proporcione ambiente adequado, lhe permita a satisfação de alguns impulsos e lhe restrinja outros"* (Bowlby, 1951, p. 53). Nesta linha de interpretação é a relação com a mãe que organiza o psiquismo e não as circunstâncias históricas e culturais, de acordo com os mitos apertados da psicologia ocidental. Desde meados do século XIX que a relação com a mãe tem vindo a ser explicada pelas narrativas da psicanálise, evolução e positivismo, que no final do século XX se combinam para conformar a narrativa da teoria da vinculação (Ainsworth & Bowlby, 1991).

Nas décadas de 40/50 foram feitas descrições de dificuldades apresentadas por crianças separadas das mães Robertson (1958), ou por elas abandonadas Spitz (1958) e criadas em instituições sem a figura materna ou sequer substituta. Nos anos 70 e 80 a ênfase, na Psicologia, era explorar a influência das mães no desenvolvimento das crianças, pela observação directa das interacções mãe - criança, não só na Europa como nos E.U. Neste país os trabalhos em interacções precoces (Lewis & Freedle, 1977; Lewis & Rosenblum, 1974), parecem ter colocado a ênfase nos cuidados maternos prestados de forma "natural" pela mãe. Uma interessante recapitulação dos pressupostos dos cuidados maternos presentes na Psicologia do desenvolvimento na Europa dos finais da Guerra é encontrada em Mitchell (1992) que estabelece a relação entre os pressupostos destes desenvolvimentos teóricos e as ideologias políticas inglesas, empenhadas

em revitalizar a vida de família, com uma mãe presente. Refere basicamente que os pressupostos, desenvolvidos por Bowlby e que Zazzo (1974) classifica como *"um conhecimento científico surpreendente"* (p. 17), parece terem contribuído para determinadas construções ideológicas da família e do lugar da mulher na sociedade do pós-guerra.

Em 1950, Bowlby psiquiatra oriundo do coração do *establishment* britânico, foi nomeado consultor da OMS em saúde mental. Os resultados da sua pesquisa registados no relatório *"Maternal Care and Mental Health"* de 1951 sublinhavam a importância, para a criança, de uma ligação de amor com a figura materna. Propunha que a vinculação à mãe é uma necessidade primária e não resultado do prazer de ser alimentada e cuidada, argumento de que se tinha servido Freud para sublinhar a importância da mãe no desenvolvimento da personalidade. É Bowlby o primeiro a propor um modelo de desenvolvimento e de funcionamento da personalidade onde a teoria dos instintos se distancia da teoria das pulsões. Este autor rompe com as teorias anteriores das primeiras ligações sociais e afectivas. Concorda com os antecessores ao admitir a existência de necessidades primárias, de satisfação indispensável (a da alimentação, por exemplo) e insiste sobre esta noção acrescentando uma outra, até ao tempo considerada secundária, a da vinculação. A sua originalidade repousa na hipótese levantada que a vinculação é tão primária e fundamental para o desenvolvimento da personalidade quanto a função da alimentação o é para a conservação da vida. A sua teoria tenta o casamento entre a teoria psicanalítica e a teoria etológica do comportamento instintivo desenvolvida por Lorenz, sob a

designação de *imprinting*. A criança estaria geneticamente predisposta a responder aos sinais de activação que decorrem das informações que emanam do organismo (frio, sede, fome, dor) e do meio (barulho, frio, escuridão) com vista à prossecução de comportamentos com um fim previamente fixado. Para isso precisa, assegurar a proximidade com um indivíduo particular, a mãe, que será preferido entre todos. Afasta-se de Freud para quem só as necessidades primárias são as básicas sendo que a ligação que a criança estabelece com a mãe é secundária ao apoiar-se na primária, a da alimentação. Segundo a teoria desenvolvida por Bowlby, desde o nascimento, a maior parte das competências necessárias ao estabelecimento de interacções com o mundo exterior permite à criança fazer apelo ao adulto que se ocupa dela, para obter as satisfações necessárias ao seu bem estar e segurança. Este sistema torna-se mais complexo durante o primeiro ano de vida e organiza-se à volta da figura significativa com a qual estabelece interacção. O termo *attachment* aplica-se especificamente a este sistema que regula a segurança a uma ou mais figuras significativas (Bowlby, 1969).

O sentimento de segurança que é adquirido vem a constituir um elemento essencial que permite à criança, a partir do primeiro ano, a aquisição de competências para a exploração posterior do mundo. Bowlby insiste que é num período até aos três anos que se constrói a matriz da sua capacidade para poder estabelecer vinculações futuras. Nesta idade a criança é extremamente sensível à separação e a toda a ameaça da perda de figuras significativas. Bowlby defendeu que a matriz do desenvolvimento da personalidade reside nas relações precoces

com as mães, e cujos mecanismos biológicos de adaptação para a sobrevivência da espécie têm um período crítico situado entre os 7 meses e três anos durante o qual a separação provoca mais danos. Desenvolveu o conceito de "privação materna" um estado em que o bebé não recebe cuidados essenciais, que são uma relação de calor íntimo e contínuo com a mãe, sendo que as crianças a quem são negados esses cuidados, ficarão em risco emocional. As suas conclusões como é sobejamente conhecido são baseadas em observações em orfanatos e hospitais, em que as crianças estariam privadas não só dos cuidados maternos mas de estimulação e que as tinha incapacitado para o estabelecimento de relações com outras pessoas. O problema tornar-se-ia permanente a não ser que a situação pudesse ser invertida nos primeiros anos de vida. Acrescenta ainda que a qualidade da vinculação varia conforme a criança tem ou não confiança que a mãe, sensível às suas solicitações estará sempre disponível e será sempre responsiva. Sustenta que a qualidade da ligação mãe-criança nos 3 primeiros anos têm efeitos permanentes e irreversíveis no desenvolvimento da sua personalidade. Se não puder estruturar confiança necessária poderá estar em risco de estabelecer uma "vinculação insegura". Este foi um conceito elaborado por Ainsworth, Blehar e Waters (1978) que viam também na separação da mãe uma importante causa de vinculação insegura.

Os comportamentos observados, em separações temporárias de crianças, por motivos de força maior, foram tomados por Bowlby como o paradigma do estudo de campo a partir do qual descreveu sequências de comportamentos, em crianças com idades entre 15 e 30 meses quando pela primeira vez se separaram

das mães que com elas tinham tido contacto permanente. As reacções das crianças neste tipo de separação chamou a atenção dos investigadores para respostas muito semelhantes mas não tão intensas, observáveis em separações com duração de algumas horas até ao limite de um dia. Das breves separações observadas por Ainsworth (1964, 1969), em *setting* experimental, a autora concluiu que as crianças mostram desassossego na ausência da mãe, que não se recompõem rapidamente depois da sua chegada e que algumas mostram reacções de rejeição por terem sido deixadas. Bowlby e Ainsworth complicam ainda mais a questão ao tornar este quadro extensivo a crianças que embora não tenham sido separadas da mãe podem ter sido incorrectamente cuidadas (*mothered*). Tais pressupostos, pelas implicações que acarretam, não podem deixar de induzir a culpa nas mães, sobretudo se trabalharem fora de casa.

Não poderá esquecer-se que esta teoria comporta armadilhas para o grande público e que foram devastadores pela "normalização" implicada tendo sido até transformada em imperativo ideológico. Contribuiu para o desenvolvimento de culpabilidade numa geração de pais que a seguir à disfunção e distúrbios dos anos da guerra se preocupava com a educação de crianças bem ajustadas e saudavelmente estáveis. Ao tempo, Bowlby mantinha que a natureza destinou as mulheres à maternidade e como as crianças precisam delas, sendo que o ideal será cuidar delas a tempo inteiro, posicionamento que tornava problemática a criação de serviços de apoio à infância. A revisão feita por Paúl (1995) sobre a evolução histórica dos cuidados não parentais para a infância em alguns países dos cinco Continentes, informa-nos dos objectivos implícitos que orientaram as

políticas de apoio nesses países. Dentre as intenções básicas subjacentes à criação dos serviços destacamos a que se prende com o emprego materno, referida pela autora. A adopção de políticas de apoio à infância em estruturas extra-familiares, públicas ou privadas como suporte à socialização que tradicionalmente se fazia em casa tendo como figura socializadora principal a mãe, sublinha a circunstancialidade ideológica das teorias na psicologia do desenvolvimento. Como a autora refere, os cuidados não parentais, formais *"surgiram no Reino Unido por motivos ideológicos e relativos ao mercado de trabalho. Durante a guerra, as mulheres integraram o tecido produtivo e houve necessidade de criar estruturas onde as crianças pudessem permanecer durante o dia. Não obstante este facto, acreditou-se sempre que o melhor lugar para as crianças e mesmo para as mães, era em casa"* (Paúl, p. 55-56).

Depois da guerra e, com o regresso dos homens da frente, assistiu-se a uma poderosa oposição ao emprego das mães, com base no argumento explícito que a separação precoce da mãe provocaria danos psicológicos irreparáveis com efeitos no ulterior desenvolvimento da criança. É pois de toda a conveniência que se ressaltem as condições de contexto em que esta teorização emergiu. Estávamos no final da Guerra com grande quantidade de crianças em instituições, onde recebiam apenas os cuidados físicos essenciais. Essas crianças eram mudadas constantemente de instituição e hospitalizadas por largos períodos de tempo sem contacto com a família.

Ao promover um entendimento a-histórico da subjectividade a teoria da vinculação contribui para articular a teoria a uma suposta universalidade, tão

cara ao positivismo. Morawski (1994) defende que a tarefa mais subversiva das feministas é fazer a reconceptualização da subjectividade abstracta que domina o *mainstream* psicológico.

Outra feminista Franzblau (1996) pergunta-se se não estarão implícitos na teoria da vinculação pressupostos da sociedade de classes e, se não servirá, também, para marginalizar grupos de mulheres e dividi-las entre si. As mulheres, que vivem nas sociedades industrializadas do século XX, foram saturadas de propaganda idealizando um tipo de família heterossexual que reforça a família patriarcal nuclear. Central a esta noção de família está a ideia que a mulher como primeira *caregiver* é não só responsável pela protecção do feto como por todo o desenvolvimento da criança. A unidade, dentro da qual esta cena tem lugar, é atomizada, reduzida à sua raiz ocidental de referência: famílias intactas contendo pais biológicos das suas crianças, em arranjos familiares constituídos legalmente (Haraway, 1989; Eyer, 1992). Tão poderosa ideologia que definia a maternidade como uma invenção começa a sofrer contestação (e.g. Friedan, 1963; Firestone, 1971) sendo esta rejeitada e colocada em seu lugar outro modelo, uma nova identidade que livrasse as mulheres da tirania dos cuidados maternos. Estas mulheres "contra a corrente" como foram chamadas, foram ostracizadas nas suas comunidades incluindo a das mulheres, por se revoltarem contra a ideologia compulsória heterossexual, em que algumas rejeitaram a maternidade e outras se empenharam nos seus trabalhos deixando aos maridos a educação dos filhos. O movimento contudo não foi uma revolução e o poder para reafirmar a ideologia maternalista permaneceu intacto.

A ruptura da vinculação observada no sofrimento evidenciado pelas crianças órfãs de guerra e cujos danos foram permanentes, foi levada a extremos, nos USA, quando Brazelton (1987) foi ao ponto de defender que os baixos *scores* em testes de inteligência, comportamentos de violência, incluindo terrorismo, poderiam resultar da falta de vinculação entre bebés e mães (Eyer, 1992). Hoje não é defensável que tenha de ser a mãe biológica a figura de vinculação. A vinculação é feita a uma figura protectora.

Apesar de problematizarem a universalidade do conceito, os teóricos da vinculação continuam as pesquisas sustentando que a relação mãe-criança é mais determinante durante o primeiro ano de vida. À questão de se saber se forem preenchidas as necessidades físicas e de estimulação em crianças separadas das mães, o estudo longitudinal conduzido por Tizard (1979), encontra resposta que contraria os prognósticos da teoria da vinculação. As 60 crianças deste estudo tinham sido colocadas em creches a partir dos 4 meses. Por volta dos 8 anos, quando umas tinham voltado para as suas mães biológicas e outras tinham sido adoptadas os seus QI estavam na média esperada; quando avaliadas aos 16 anos não evidenciavam qualquer diferença relativamente aos seus pares. O estudo de Tizard que disputa a natureza crítica da relação de um para um para um (mãe/filho) como imperativa para o desenvolvimento normal das crianças, leva a autora a concluir que, não negando a importância dos primeiros anos de vida das crianças, não são tão deterministas quanto a teoria da vinculação pressupõe.

Não colocando em causa o valor intrínseco da vinculação esta teoria com o foco na infância e nos comportamentos das mães face aos filhos, permanece ainda tema de discussão em psicopatologia, cuidados prestados à infância por trabalhadoras e uma vasta indústria de manuais de aconselhamento a mães e futuras mães. A maior parte destas mulheres, classe média, que lê estes manuais de peritos acreditam que se o acto de criar uma criança não proporciona êxtase, ou se o bebé tem alguma perturbação ou se a mãe vai trabalhar no primeiro ano de vida, ela não será uma boa mãe.

Quando os perito escrevem artigos onde incluem expressões de "mãe ausente", o viés do investigador é manifesto e os danos nas mães trabalhadoras serão sérios Franzblau (1996). Também faz parte das questões feministas considerar as formas pelas quais a teoria da vinculação não só descreve, activamente, mas prescreve a natureza dos estados psicológicos e a forma como os clínicos tentam interpretar o sofrimento. Morawiski (1994) enfatiza que os esforços devem orientar-se para a reconceptualização e entendimento da vida psicológica, dentro das circunstâncias históricas e culturais que a psicologia deverá ter em conta para as causas mais vastas da angústia pessoal. Muitas das causas de patologias deverão ser endossadas a outras instâncias, as de cariz social. Os reparos desta feminista vão no sentido de interpretar a teoria da vinculação no contexto socio-histórico que a produziu e relativizá-la.

Para melhor validação da sua teoria, como já se referiu, Bowlby estriba-se em conhecimentos recebidos da etologia, teoria da evolução, trabalhos de Lorenz sobre o *imprinting*, e observações de Harlow. A ênfase biológica é legitimadora

de uma simbiose natural entre mãe/criança. Broughton (1987) sublinha que as teorias de raiz biológica coincidem com momentos de conservadorismo político e dá como exemplo disso, a corrente de avaliação da inteligência, na psicologia, que produziu toda uma parafernália de testes. Enquanto isso, eram invocados os mecanismos inatos e a hereditariedade que de acordo com o autor cuidam da legitimação e não da intervenção; naturalizam a estratificação social e uma partilha desigual dos recursos.

Não contestamos a imprescindibilidade de uma figura de vinculação, que não necessariamente a mãe biológica, para o bom desenvolvimento da criança, contudo, não deixamos de assinalar que o impacto inicial da formulação de Bowlby teve efeitos políticos importantes ao não promover a criação de creches noReino Unido. Pensamos que o azedume da argumentação feminista é justificável pelo alcance da teoria a longo termo, e os efeitos nefastos que teve sobre a vida de tantas mulheres, as de mais baixos recursos, que abdicaram de prosseguir um trabalho ou uma carreira e ao mesmo tempo criar os seus filhos com amor, por não lhes terem sido proporcionadas oportunidades de apoio a que tinham direito.

A construção das mães no discurso psicológico fez-se através dos discursos sobre a criança e, desde a emergência do conceito de relação mãe-filho, que as prescrições sobre os cuidados da criança se concentram menos na dificuldade que as tarefas do próprio cuidar e criar uma criança comportam e mais na maternidade adequada ou não adequada.

Problematizar a maternidade, na vertente dos cuidados, é o ponto chave para examinar a culpa que lidera os contributos da psicologia para desenhar posições para as mães ocuparem. Tais posições permeadas de significados culturais da maternidade sustentam formas institucionais dentro dos serviços sociais e da lei os quais não serão tidos como razoáveis se não forem enquadrados na racionalidade dos conceitos psicológicos de acordo com Alldred (1996). As psicólogas críticas sublinham o poder da psicologia em descrever o normal e o natural e daí para a frente patologizar as crianças que não estão conforme as normas psicológicas. Burman (1994) chama a atenção para os pressupostos da causalidade encontrada entre comportamentos do cuidar e os seus efeitos nas competências da criança que ela define como o "mito do desenvolvimento" e que justifica a responsabilização que é feita às mães para assegurar que as crianças se desenvolvam saudavelmente. Um modelo de educação, como investimento, reproduz o mito do desenvolvimento e aumenta a pressão sobre os pais que cada vez estimulam mais os seus filhos em ordem a capitalizar o seu potencial. Em termos absolutos isso seria um ganho tendo em conta que o esforço humano para vencer limitações se salda por ganhos colectivos, contudo, neste caso, pensamos mais nos efeitos negativos que essas atitudes comportam pela componente agressiva que envolvem, transformados que foram, pais e filhos, em competidores. Parece que, de acordo com Alldred (1996) o individualismo da Psicologia trabalha de forma perniciosa quando deslocado para descrever as influências negativas sobre a criança.

No âmbito da Psicologia, Phoenix *et al.* (1991) conduziram uma reflexão em que começaram por contrastar a atenção dada ao desenvolvimento das crianças e a falta de atenção a que as mães são votadas, nos textos desta disciplina; não raras vezes são referidas apenas enquanto mães "normais" com a máxima influência sobre as crianças. Os sentimentos das mulheres relativamente à sua experiência da maternidade não são explorados. Repararam ainda que, se interesse havia, era o que se centrava nas categorias desviantes e estigmatizantes e dão como exemplos tópicos "mães deprimidas", mães solteiras", mães desempregadas", "mães adolescentes" subliminarmente as "boas" mães e "más" mães a que a Psicologia dedica alguma atenção, apenas para reforçar pressupostos particulares sobre a individualidade, racionalidade e maturidade. Sublinham que a ausência da voz das mães nos textos psicológicos as interpelou a explorar as construções sociais ou seja, que significados, que práticas que ideologias se escondem na maternidade construída nos anos 90. A psicologia que tanto enfatiza as diferenças individuais mostrou-se decepcionante pois não dedica a sua atenção da mesma maneira, às diferentes formas de pensar das mães, à sua experiência de vida real como mães. Ao acentuar os modelos de mãe ideal, a Psicologia está a estigmatizar outros e desta forma a influenciar profissionais, pais e público em geral. O seu interesse relativamente às próprias mães orienta-se para as que de algum modo escapam ao estereótipo de boa mãe. Nos textos produzidos na investigação psicológica quase sempre aparecem como primeiras *caregivers,* e a concentração na díade mãe-criança constrói as mães como influência crucial no desenvolvimento dos filhos, ao mesmo tempo que acentua

a noção que a mãe deve dispender todo o tempo com os filhos. A reflexão da psicologia tem privilegiado o estudo das mães de forma indirecta, considerando mais as suas "influências" sobre o desenvolvimento das crianças, concentrando-se na díade mãe-criança como unidade primária na qual as crianças se desenvolvem.

Não abundam na literatura, estudos com as descrições das mães e das suas percepções da maternidade. Com este foco intolerante e apertado a Psicologia tem dito pouco sobre os significados de maternidade para as mulheres, o que acrescenta ao seu quotidiano, às suas carreiras. De acordo com Rich (1976) é possível encontrarmos, na literatura da maternidade conselhos de peritos; explicações médicas, psicológicas e psicanalíticas, discursos prescritivos de ordem moral e recomendações sobre a forma como as mulheres devem ser mães, mas não as vozes das mães.

A interpelação feita por Phoenix *et al.* (1991) aos textos sobre a maternidade, produziu uma categorização sobre a qual as autoras reflectiram e a que deram a seguinte organização temática:

- textos da psicologia do desenvolvimento que apresentam teorias sobre os cuidados maternos, baseados em estudos empíricos sobre as atitudes das mães face aos cuidados dos filhos e à forma como com eles interagem de que destacam Antonucci e Mikus (1988), Busfield (1974), Fawcett (1988), Newson e Newson (1976);

- manuais dedicados aos cuidados da infância escritos por médicos e também psicólogos que são basicamente *"cookbooks"* de prescrições às mães (adiante referidos);
- estudos concentrados na transição para a maternidade e idades precoces das crianças (Birksted-Breen, 1986; Boulton, 1983; Oakley, 1981);
- textos feministas que teorizam a maternidade como uma dimensão crucial da vida das mulheres, que lhes afecta a sua posição na estrutura social e as formas como se desenvolvem as suas identidades *genderizadas*. Muitos destes estudos centram-se particularmente na psicodinâmica das relações mãe-filha (Apter, 1990; Gordon, 1990; Chodorow, 1978).

As autoras sentiram que esta ausênca da mãe dos textos psicológicos contrasta com uma forte presença na sua dimensão de *caregiver* e que essa circunstância acaba por ter efeitos ainda mais negativos para as mães, por via da filtragem que é feita do discurso psicológico para os textos de difusão popular que, consequentemente, vão influenciar, no pior sentido, muitos pais e até profissionais.

Nas décadas de 70 e 80 a tendência na psicologia do desenvolvimento era a observação directa das interacções mãe-criança que examinavam, em grande detalhe, como interagiam mãe e bebés. Stern (1977) filmou interacções face a face entre crianças de três meses e suas mães. Encontrou um tipo de interacção altamente interdependente. As mães mudavam constantemente os padrões de comportamento em ordem a manter a atenção do seu bebé. Quando a estimulação era intensa o bebé não respondia, logo a mãe reduzia o *input*. Stern

caracterizou esta regulação mútua da interacção com a metáfora da valsa, era como uma dança (Hetherington & Parke, 1986). Deste estudo decorre a asserção que a sensibilidade da mãe é um elemento crucial no diálogo com a criança, pois é nestes diálogos precoces que quer as mães quer as crianças reforçam as suas ligações.

Outra leitura decorrente é que a boa mãe deve aprender a ser sensível e expressar essa sensibilidade ao bebé com vista ao reforço da sua capacidade de estabelecer ligações. Não são tidas em consideração as implicações dos efeitos de tal sensibilidade para as próprias mães, nem o impacto que isso possa ter nas suas relações com terceiros. Esta sensibilidade é inferida como certa e universal e não se pensa, por exemplo, avaliar os custos para as mães de se manterem em tal estado de alerta com os bebés (Urwin, 1985; Schaffer, 1977). A sensibilidade envolve para a mãe a consciência do comportamento da criança, a sua correcta interpretação e a procura de resposta adequada, imediata. Belsky (1988) listam os atributos essenciais para comportamentos sensíveis que incluem: paciência para ouvir e controlar os seus próprios sentimentos, quando colocados em causa; resistência e energia físicas para o desempenho da maternidade.

A literatura consultada faz a insistente referência aos estudos que abordam a temática da maternidade, tomam os conceitos de forma universal capaz de se generalizarem, sem consideração pelos factores situacionais. A este propósito Urwin (1985) dá como exemplo um estudo em que algumas mães encaram as actividades ligadas ao jogo como espaços de aprendizagem e são capazes de se envolverem elas próprias nisso para potenciar o desenvolvimento das crianças;

enquanto outras consideram que a situação de jogo é uma perda de tempo relativamente às actividades académicas.

A compreensão do que as mães podem fazer, para criar as suas crianças e o impacto da sua posição estrutural, foi abordada por Newson e Newson (1976) nas suas entrevistas a mães sobre as formas de criar os filhos. Dois temas emergiram das narrativas das mães. Estes foram, em primeiro lugar, o controle das crianças para assegurar a sua submissão e em segundo lugar a centração da mãe na criança. Em crianças de sete anos Newson e Newson (1976) registaram diferenças de atitudes na mãe conforme a classe social. Eram mais centradas as mães da classe média que as da classe trabalhadora e as desta classe mais centradas nas filhas que nos rapazes. Este estudo fornece importantes informações acerca de como os comportamentos e atitudes das mães são influenciados pelos factores de classe de pertença e posição financeira. A insensibilidade das mães é apodada de patológica pelo impacto negativo que pode acarretar para o desenvolvimento da criança. No entanto, no que concerne aos pais, tal comportamento é visto como benéfico porque proporciona uma oportunidade à criança de aprender a lidar com a imprevisibilidade.

Alguns estudos analisam os conflitos entre as práticas e os significados da maternidade. Boulton (1983) sugere que as experiências das mães, ser feminista, por exemplo, e a sua satisfação com as crianças está ligada a determinado tipo de respostas obtidas na prática de cuidados e de estar com a criança. No seu estudo encontrou ainda que mais de metade das mulheres da amostra gostava de olhar pelas crianças e que muitas delas achavam isso fatigante e pouco satisfatório.

Aparentemente a experiência de vida das mães feministas encontra ainda algumas dificuldades em equilibrar a sua identidade como mães com as outras identidades e as distintas percepções expressas denotam algumas incertezas acerca da criação dos filhos.

Kaplan (1992) explorou a representação da maternidade em mulheres que cresceram nos anos 60. A sua amostra era constituída por 12 mulheres brancas, com a média de idades de 36 anos e cujos filhos tinham 2 anos, a maioria teve os filhos só depois de ter estabilidade na carreira. As suas mães tinham sido domésticas e elas faziam parte da ainda restrita faixa das mulheres que tinham acedido uma carreira nos anos 80. Desejavam conduzir as suas vidas de forma diferente da das suas mães. Não subscreviam a noção tradicional do altruísmo materno e apresentavam-se até como mães egoístas. Não obstante o desejos de se mostrarem diferentes das mães, algumas, as que trabalhavam a tempo inteiro, mostravam-se vulneráveis aos estereótipos negativos acerca das mães trabalhadoras.

Os estilos das práticas educativas das mães identificadas por Baumrind (1973) ilustram a ideologia da boa maternidade; as mães democráticas são as mais competentes. A autora argumenta que as crianças que crescem em meios cujas mães alternam os estilos autoritário e permissivo tendem a ser menos competentes, menos autónomas. As crianças cujas mães forem autoritárias são mais superprotegidas e têm menos oportunidades para usar as suas iniciativas e desenvolver a sua assertividade e auto-confiança. Como resultado tendem a ser introvertidas e isso é pensado como restritivo em termos desenvolvimentais. A

permissividade também é vista como menos boa porque os pais permissivos não encorajam as crianças a confrontarem-se com as consequências das suas acções.

Não se desvalorizam os contributos destes estudos apenas se deve acentuar, em nossa opinião, o risco que carregam ao acentuar em demasia a responsabilização exclusiva da figura protectora da criança, a mãe, esquecendo factores externos a ela e que podem concorrer para um desempenho menos adequado do cuidado da criança. A carência de estudos sobre as próprias mães enquanto sujeitos, como referem Phoenix *et al.* (1991), acentua essa dimensão. Este reparo das autoras pode proporcionar a discussão para incluir as vozes das mães na pesquisa psicológica e, ao fazê-lo, contribuir para que a tarefa do cuidar seja um tempo de interacções gratificantes. Estes contributos apresentam o contexto materno com um considerável impacto no desenvolvimento das crianças. Estes referências ilustram a forma pela qual algumas mulheres vivem a maternidade e a compreensão das implicações do que fazem como mães.

O estilo materno está associado com o conjunto de factores tais como personalidade, ideologias correntes e modas na prestação de cuidados às crianças (*parenting*) e factores estruturais, tais como, o suporte que as mães recebem dos maridos ou a sua posição financeira ou doméstica. Winnicott (1964) considera que depois do nascimento, as mães deverão dispender tanto tempo com as suas crianças quanto seja possível e aos pais pede mantenham a família ao abrigo de ansiedades, em termos económicos, por exemplo.

Nos anos 60 e 70 assiste-se a uma mudança nos padrões de paternidade (*parenting*). As feministas apontaram quão pouco a maioria dos pais fazia pela

suas crianças. Houve uma mudança nos investigadores no sentido de observar as famílias mais no seu lar que nos laboratórios. Muitos psicólogos começaram a reconhecer que algumas crianças estavam profundamente ligadas aos pais dando uma maior ênfase ao papel dos pais na infância. Mais recentemente, com o advento do novo homem (que considera que os cuidados à infância devem ser igualmente prestados pelo pai e pela mãe) e os argumentos das feministas, que as mulheres precisam ter outras responsabilidades que não só os cuidados maternais, alguns autores, assumem que pai e mãe são agora permutáveis. Este pressuposto da permutabilidade é demonstrado na narrativa que discute "paternidade" mais que maternidade. Tais pressupostos - que o *parenting* é livre do género - são questionáveis, de acordo com Busfield (1987). Embora os pais sejam agora vistos como tendo um maior interesse pelas suas crianças mais que em décadas anteriores, o seu envolvimento encontra-se confinado a áreas muito limitadas. Infelizmente não há evidência que o Homem Novo não seja mais que um produto da imaginação dos média.

A maioria dos pais que vivem com as suas crianças não têm as responsabilidades de cuidar nem estão tão envolvidos com as crianças como as mães (Lewis & O'Brien, 1987; Brannen & Moss, 1988; Phoenix, 1991). A evidência acerca da experiência paternal (*fathering*) sugere que, de maneiras significativas, a paternidade é experienciada de forma diferente da maternidade. Ser pai continua a ser uma definição muito menos abrangente para o homem que para a mulher. Saber que um homem é pai é muito menos informativo acerca da forma como dispende o seu tempo e energias do que sabe a mulher quando é mãe. É

ainda possível para os homens serem vistos e verem-se como "bons pais" sem estar fortemente envolvidos nos cuidados primários ou no tempo gasto com as suas crianças. Os homens são mais capazes de optar manter ou retirar a prestação de cuidados às crianças e justificar isso pela razão de que os bons pais precisam só de providenciar recursos materiais. Embora a questão seja expressa acerca do desenvolvimento das crianças cujos pais frequentemente vão em negócios ou aqueles cujos empregos os retêm fora das suas casas nas horas em que as crianças aí estão. Esta discussão reconhece que apenas uma minoria dos pais partilha genuinamente ou têm maior responsabilidade pelos cuidados das crianças (Hardyment, 1983).

Assim, as mães são ainda as pessoas que prestam o maior número de cuidados à infância e têm a maior responsabilidade pelas crianças, qualquer exame de *parenting* tem de tomar a diferenciação do género em consideração e a forma como isso é influenciado pelas relações de poder. O impacto do pai no desenvolvimento das crianças não é citado como negativo. A sua influência nos filhos é vista através da qualidade das relações maritais. As mães serão mais sensíveis às crianças quando a qualidade da relação marital é boa e sempre que o pai faltar, a mãe terá mais dificuldade em dar à criança toda a atenção e interesse (Heteringhton & Parke, 1986). Poder-se-iam referir os estudos sobre a qualidade das relações maritais e seu impacto no desenvolvimento da criança, (Belsky, Robins & Gamble, 1984) mas não é esse o interesse da nossa pesquisa. As referências a pesquisas desenvolvidas em parâmetros metodológicos que foram produzidos por tecnologias de medida, sublinham pressupostos ideológicos

mais amplos pois seleccionaram a criança e a mãe como unidades universais de pesquisa, o que reflecte factores de regulação - em termos da intervenção na vida das mulheres.

A sociedade historicamente assumiu, de alguma forma, o controlo sobre as atitudes e comportamentos das mães, fazendo conceptualizações sobre a maternidade o que a torna um campo muito contestado. A discussão dos padrões de exercício maternal tem sido evitada até no âmbito de estudos sobre mulheres, e se essa questão é colocada, tendem a centrar-se mais na maternidade recebida do que naquela que dão (Abbey *e al.*, 1998). A autora sublinha ainda que as vozes maternais, as vozes das mães, não estão no centro dos estudos académicos.

As feministas reparam que as mães são vistas apenas no seu papel subordinado, em conformidade com os modelos patriarcais. Acreditam que as mães internalizaram essas descrições de mãe limitadas e androcêntricas. Um número desproporcionado de mulheres, comparativamente aos homens são colocadas em posições de cuidadoras: de crianças, maridos e familiares idosos. Aprender a cuidar de outros, sacrificar-se e muitas vezes depreciar-se, como já se referiu, é equacionado com o facto de ser "boa mãe, tema a que voltaremos. O olhar pós-moderno sobre a maternidade desafia as representações essencialistas universalistas de família na sua forma e estrutura e lança o olhar para identidades alternativas para as mulheres.

A construção discursiva da maternidade a tempo inteiro

As sociedades cujas economias são de inspiração capitalista tendem a valorizar apenas o desempenho do trabalho. O "trabalho" de cuidar desempenhado pelas mães em períodos de licenças, e coberto pela segurança social é considerado, pela entidade pagadora, como um abuso e uma regalia sustentada com o dinheiro dos contribuintes. Neste tópico não se questiona a urgência e qualidade a que devem obedecer os cuidados maternos a nossa atenção dirige-se para as contradições presentes na sociedade com uma cultura do trabalho e sua relação algo perturbada com a maternidade. Debruçamo-nos sobre a análise sociológica empreendida por Hays (1996), junto de mulheres mães de filhos pequenos. Com base em entrevistas que conduziu junto de mulheres dos mais variados níveis sócio-económicos, algumas com trabalho a tempo inteiro, outras domésticas e todas elas a criar os filhos. Encontrou em todas uma concepção própria sobre os cuidados da infância e que a autora denomina de "ideologia da maternidade intensiva". O trabalho sociológico de Hays (1996) teve como objectivo estudar as problemáticas geradas na vida das mães que trabalham pelas circunstâncias socio-económicas desenhadas no contexto da sociedade americana e deparou, desde logo, com esta primeira contradição: numa sociedade centrada na ideologia do trabalho coexiste paradoxalmente um fenómeno da "maternidade intensiva", isto é, a crença que as mães, e não os pais, precisam de dispender enormes quantidades de energia física e emocional, tempo e muito dinheiro para criar os filhos num padrão considerado adequado. Paralelamente analisou as

prescrições veiculadas pelos manuais de aconselhamento às mães e verificou que todos eles veiculavam a mesma ideologia. Os *best-sellers* analisados por Hays foram Berry Brazelton (*Infants and Mothers e Toddlers and Parents*, ambos com aproximadamente 400 000 cópias), Benjamim Spock (*Baby and Child Care* com 40 milhões de cópias) e Penelope Leach (*Your Baby and Child*, com 1,5 milhões de cópias). A nossa leitura concentrar-se-á no estudo de Hays, na tentativa de clarificar a noção de "maternidade intensiva"[2].

Este ideal de "maternidade intensiva" vai além do que, em décadas anteriores, se considerava o desempenho da maternidade a tempo inteiro. Inclui a expectativa social que as mães devem fazer tudo pelos filhos e mais, pressupõe uma disponibilidade absoluta das mães para fazerem o acompanhamento e transporte dos filhos a actividades desportivas, festas de amigos, actividades extra-escolares, piano, dança, dentista, especialistas em défices, escuta atenta dos relatos das vivências da escola, das emoções. Precisam ainda conseguir tempo para ficar à mercê da tirania dos directores das escolas, dos directores de turma que defendem o envolvimento parental nas actividades escolares dos filhos. E se não respondem a essa exigência são apodadas de negligentes e irresponsáveis. É curioso notar que quando as mães estavam em casa a cuidar dos filhos raramente eram chamadas à escola, este é um fenómeno que acompanha a saída das mães de casa: outra das contradições culturais identificadas por Hays (1996).

A abundância de recomendações dirigidas às mães, sofreu um aumento exponencial ao ponto de transformar os cuidados maternos numa ideologia do

2 tradução livre da expressão "intensive mothering", para a qual não foi encontrado equivalente português.

cuidar. A análise sociológica conduzida por Hays (1996) sobre o cuidar maternal, começa por referir a forte influência exercida, a partir dos anos 40, pela circulação dos discursos prescritivos do pediatra Dr. Spock, que à semelhança de Rousseau, teve forte influências nas práticas e ditames sobre a forma de cuidar de uma criança. A autora destaca desde logo afirmação do pediatra que, como se verá mais tarde, entra em colisão com o modelo de crescimento económico do tempo, ao afirmar que:" *The important thing to a mother to realize is that the younger the child the more necessary it is for him to have a steady, loving person taking care of him... If a mother realizes clearly how vital this kind of care is to a small child, it may make it easiar for her to decide that the extra money she might earn, or the satisfaction she might receive from outside job, is not so important after all*" (1946, p. 460, in Hays, 1996, p. 207).

Neste discurso o trabalho das mães era considerado uma espécie de deserção do território da criança e preconizava-se para a mulher apenas um emprego a tempo inteiro: o de mãe; com base nas teorias do desenvolvimento físico e psicológico, tentava-se elaborar prescrições muito detalhadas sobre os cuidados físicos diários, para a criança. A sua obra "*Baby and Child Care*" (1946) que até aos anos 80 como se referiu atrás, tinha vendido 40 milhões de exemplares, tornando-se um clássico na solução de problemas, mas que remetia de forma incessante para outros recursos de apoio (médico de família), não promovendo a autonomia na mãe e, mais, minando a confiança nas suas próprias capacidades. O manual parte da premissa que uma mãe tem necessidade de ajudas e que essas ajudas são cruciais; daí que só o saber de peritos ajudará as mães a

correctamente identificar, para de forma adequada responder a cada um dos estádios e necessidades do desenvolvimento da criança. Ao analisar os manuais para futuras mães, o que mais impressiona Hays (1996) é a primeira afirmação, recorrente ao longo do livro: *"Trust yourself. You know more than you think you do"* (1946, p. 3, in Hays, 1996, p. 48), que sublinha um saber existente nas mulheres mas que é negado, logo de seguida, pela apresentação de parafernália de conselhos detalhados que sem tal ajuda as mães não passam de seres perfeitamente à deriva sem qualquer propósito no cuidado diário da criança.

É dada particular importância à forma como se desenvolve uma criança que criada no seio do afecto materno tem mais oportunidades de expressar as suas necessidades e desejos. Muito embora esteja subjacente a necessidade de um enorme conhecimento, tempo e paciência com que as mães se devem equipar para o cuidado da criança, Spock descreve o desempenho da tarefa como fonte de prazer e felicidade, porque as crianças, são naturalmente boas e amigas e as mães naturalmente amorosas e empáticas. Estas duas crenças constituem as bases da pretensa, auto-confiança, calma e serena das mães a desfrutar o processo de "criação" de uma criança. Aos rigores do comportamentalismo watsoniano, Spock contrapôs a tolerância maternal, por ser mais fácil assim, obter a conformidade da criança, às regras do que condicioná-las em comportamentos de adulto.

Hays (1996) acentua os sentimentos de frustração sentidos na sociedade mais conservadora americana dos anos 60 que responsabilizava o pediatra do fracasso moral da geração que tinha sido criada segundo os seus ditames;

argumentava-se então que esses jovens dos anos 60, que tanto escandalizaram a sociedade americana de então, tinham sido crianças educadas de acordo com práticas muito brandas, permissivas, e quem sabe uma excessiva indulgência materna, recuperando as ideias que Locke dois séculos antes tinha já enunciado. Afirmava-se mesmo que teria sido essa excessiva indulgência das mães a responsável por crianças estragadas de mimos, nada abnegadas, sem capacidade para suportar a frustração, primárias face à satisfação imediata dos seus desejos. Afinal os conselhos de Spock tinham alegadamente produzido uma geração de consumidores, e narcisistas perturbadores dos princípios que sustentavam a sociedade, de acordo com Umansky (1996).

Persiste ainda, nas práticas do cuidar da actualidade, apesar destes primeiros reparos à permissividade das mães, tudo o que fez a popularidade do manual: i) a acentuação da ligação materna; ii) a centração nas necessidades e desejos das crianças; iii) o sublinhar da importância das condições em que a criança é criada para o seu desenvolvimento cognitivo e psicológico; iv) a crença na importância de peritos. Os manuais de cuidados da infância constituem verdadeiros best-sellers entre as mães americanas pois que, segundo um estudo de Geboy (1981), 97% delas consulta pelo menos **um** e 75% consultam **dois ou mais** manuais.

Berry Brazelton, de acordo com Hays, organiza os seus conselhos, à volta de histórias de 5 hipotéticas famílias onde se desenham todas as situações possíveis, o que o faz parecer menos prescritivo. Se as mães não encontram a resposta pretendida podem procurá-la noutro dos livros, na coluna de jornal, ou vídeos de Brazelton.

Penélope Leach, uma psicóloga britânica, sobre cujo trabalho Hays (1996) se debruça, escreve os seus livros com vista a proporcionar informação detalhada sobre dados de desenvolvimento físico, hábitos comportamentais, estados psicológicos, competências cognitivas das crianças até aos 5 anos. A ênfase de Leach centra-se naquilo que ela considera as descobertas científicas sobre o desenvolvimento da criança, e acredita que se os pais estiverem capacitados com este conhecimento podem tomar decisões mais adequadas olhando a sua criança como única. Esta autora trata os pais como profissionais que simplesmente precisam de aprender sobre os factos, avaliá-los e tomar as decisões adequadas apenas baseados na observação das suas crianças. Não remete os pais para outros técnicos de aconselhamento sobre comportamento de crianças, excepto problemas médicos, ela assume que a leitura dos seus livros é suficiente, contêm toda a informação necessária. Embora variem no formato e conteúdos, todos estes manuais têm em comum os pressuposto da aprendizagem de competências para cuidar de forma adequada das crianças.

A história americana da maternidade intensiva que começou a emergir pouco antes da II Guerra intensificou-se por via da circulação de discursos veiculados por manuais deste tipo. No pós-guerra muitas mulheres que trabalhavam fora de casa foram forçadas a regressar ao lar. Outras permaneceram como força de trabalho, e outras ainda tentaram penetrar em empregos tradicionalmente masculinos. Até à década de 60, nos Estado Unidos, as mulheres ainda ocupavam empregos com poucas possibilidades de progressão na carreira no pressuposto que uma mulher não era mais que uma trabalhadora temporária,

uma vez que ao tornar-se mãe voltaria para casa. Apesar da entrada das mães no mercado de trabalho, a ideologia da maternidade intensiva persistiu e actualmente é mais extensiva e elaborada quando a tendência das mulheres para a participação no mercado de trabalho em tarefas cada vez mais especializadas é um facto incontornável, contudo a distinção entre público e privado mantém-se. Mesmo nos anos 80 o impacto do emprego das mães sobre o desenvolvimento dos filhos é acentuado por Brazelton, segundo Hays (1996), que, apesar de sublinhar a necessidade da partilha entre os pais, das tarefas do cuidar, continua a fazer referência ao "instinto" das mulheres para cuidar e ter a responsabilidade da felicidade das suas famílias. "Aconselha" as que têm um emprego a mostrarem comportamentos mais flexíveis, calorosos e a estarem sempre muito interessadas quando chegam a casa, após o trabalho, e adianta normativos para cuidados diários dirigidos exclusivamente às mães. As contradições de que fala Hays (1996) são tornadas mais visíveis.

Voltando ao ponto de partida, o da perplexidade face à contradição, Hays (1996) encontra duas justificações, junto das mães inquiridas, que explicam a continuidade de situações contraditórias: i) a recompensa do amor: a recompensa emocional que as mães recebem do exercício da maternidade intensiva, compensa-as largamente do seu investimento em energia, tempo e dinheiro; ii) a promoção da ideologia dominante e favorecimento do *status quo*. A autora pergunta quem ganha com a maternidade intensiva. Conclui que ganham várias instâncias excepto as mães. Ganha o estado pelo investimento das famílias na socialização dos filhos. Ganha o capitalismo porque este tipo de

socialização produz óptimos consumidores. Ganham os homens porque estão livres das tarefas domésticas e como as mulheres aspiram voltar a casa para tratar dos filhos, têm menos competidores no mercado de trabalho. A hierarquia de classes também é reforçada. As mães de baixo rendimento não podem observar todas as regras prescritas nos manuais, na criação dos filhos. Pareceria então que as mulheres fazem o jogo do patriarcado o que Hays contesta por considerar que, não obstante, os impedimentos que esta ideologia do cuidar apresenta também se pode constituir como um oásis de intensidade afectiva num mundo alienado. Hays também se pergunta porque não se empenham os homens a dispender cuidados paternos intensivos. Justifica isso pelo atraso da chegada das mulheres ao mundo do trabalho e por terem assumido há muito o cuidado dos filhos. Não nos parece muito convincente este argumento, sabendo-se da coacção que historicamente sofreram as mulheres e que as conformou às tarefas do cuidar.

As feministas não têm poupado as ortodoxias construídas sobre a maternidade que argumentam mais não ser que noções reproduzidas do contexto social, histórico e político. Questionam os pressupostos que indexavam a maternidade a um destino natural e biológico e consideram que ela se localiza em contextos de relações sociais organizadas (Riley, 1983; Weedon, 1987).

Urwin (1985) examinou como a produção das categorias "mãe" e "criança" nos discursos e práticas institucionalizadas são mostradas como conceptualizações construídos como "naturais". Kitzinger (1978) argumentou que os profissionais, médicos e psicólogos, contribuem para impor estilos de maternidade os quais

são limitados pela cultura e podem ser vistos como reflectindo preocupações ligadas a determinadas correntes, modas quase, no que diz respeito às concepções da infância. Processos tidos como parte essencial da maternidade, têm sido examinados designadamente, a importância atribuída à ligação da mãe com a sua criança. Embora a pesquisa sobre a ligação não mereça reparos do ponto de vista da sua metodologia, os seus resultados são usados para manter certas práticas hospitalares e ao mesmo tempo servem o propósito ideológico, de manter as mulheres como as primeiras prestadoras de cuidados no lar, justificando a existência da ordem patriarcal (Arney, 1980). Este exemplo da pesquisa coloca em evidência a necessidade de examinar noções de "maternidade" e "infância" em termos das suas funções ideológicas e em contextos históricos e sociais específicos. Quando as mulheres engravidam elas ficam expostas a ideias variadas acerca da gravidez e cuidados infantis. Os anos 60 e 70 evidenciam um aumento, nas sociedades ocidentais, de intervenções médicas na infância, dando os médicos e profissionais em áreas específicas, maior confiança com o saber de peritos em aspectos à volta de processos psicológicos do desenvolvimento e das relações mãe-filho. Em linha com esta medicalização da infância e dos cuidados infantis aumentam o número de manuais que são dirigidos às mulheres que são mães pela primeira vez. Isso sugere que a maioria das mães nos países ocidentais consultem pelo menos uma vez esses manuais de maternidade. Muitos dos manuais focam o período pré-natal e dão conselhos aos pais para o nascimento do bebé, e outros são mais

ambiciosos e fornecem informação e linhas de desenvolvimento para os pais desde a concepção até à adolescência.

Para este ponto tomamos em conta duas análises desenvolvidas sobre manuais de infância que discutem as prescrições para uma boa maternidade. É dada atenção à forma pela qual a maternidade é construída pelos profissionais médicos e psicólogos, olhando em particular as prescrições ligadas ao ser "mãe" quão "boa mãe" precisa de ser, as responsabilidades que precisa de preencher e os atributos que precisa de ter em mente para criar os seus filhos. Num primeiro tempo referimos a abordagem conduzida por Hays aos manuais americanos; agora dirigiremos a nossa atenção para um estudo, do contexto europeu, desenvolvido por Marshall (1991), sobre os manuais mais populares no Reino Unido, de aconselhamento às mães.

Os manuais seleccionados por Marshall (1991) foram *Pregnancy* (1979) de Gordon Bourne; *Book of Child Care* (1986) de Hugh Jolly; *Baby and Child* (1988) de Penelope Leach; *Pregnancy and Parenthood* (1987) do *National Chidbirth Trust* de (1987); *Baby and Child Care* (1988, 40ª edição) Benjamin Spock , *The Mothercare Guide to Child Health* (1988) de Penny Santway; e *Baby Care Book* (1983) de Miriam Stoppard, cujos autores são todos médicos com excepção para Leach que é psicóloga.

Marshall (1991) usou a abordagem de análise de discurso, preconizada por (Parker, 1989; Potter & Whetherell, 1987) para encontrar temas recorrentes e construções de maternidade nestes manuais. A autora procurou encontrar os padrões linguísticos usados por médicos e psicólogos na construção da

maternidade, e principalmente, contrastou o choque entre construções simplificadas e não ambíguas de mãe ideal com narrativas alternativas que acentuma a ambiguidade e os significados complexos de maternidade; procurou também as implicações, para a mãe, de terem um modelo prescritivo contra o julgamento e avaliação do seu próprio desempenho nos cuidados maternais (*mothering*). Identificou algumas narrativas principais nos discursos com que os manuais constroem a maternidade e os cuidados maternos: *Satisfação Máxima, Amor Materno Natural, Realização Plena, Partilhar e Cuidar, Flexibilidade e Felicidade Familiar.*

A narrativa *Satisfação Máxima* inclui discursos que descrevem sentimentos de verdadeira exaltação, que é suposto ocorram aquando do nascimento e da experiência de prestar cuidados ao recém-nascido, tudo relacionado com um estado de felicidade suprema. De acordo com os manuais consultados por Marshall, as mulheres sentem exaltação ao olhar avidamente para o seu novo bebé. Embora se sintam ansiosas e inseguras acerca de como vão desempenhar o seu novo papel, as sensações primárias são de plena alegria. A máxima satisfação, para as mulheres, não poderá ser atingida de outra forma. Os discursos recolhidos nos manuais, pela autora, sugerem que não só a infância é a melhor forma de se tornar humano mas que ter uma criança sua é profundamente satisfatório para a mulher:

> *"As mulheres estão dispostas a encarar os desafios da maternidade, porque esta lhes dá um sentimento de plenitude e é o lugar em que se podem completar como seres humanos."* (p.68)
> *"Quando a mãe carrega o seu bebé nos seus braços experiência uma sensação de realização física e emocional por ser o que esperava, a satisfação de ter gerado uma criança do homem que ama"*

> *"Mas a maioria das mulheres dirá que apesar das dificuldades, a grande qualidade de tempos agradáveis cria uma experiência positiva e tão compensadora que a maioria delas a quer repetir"* (p.69).

Estes discursos sugerem que a satisfação na realização se liga em última análise à satisfação de desejos de estabelecer laços de intimidade, em que a maternidade acaba por ser a recompensa final. A narrativa do *Amor Materno Natural* é descrita por discursos que referem o amor materno como um dado natural. Estabelecem que o ingrediente chave da maternidade é o amor entre mãe e criança. Aceita-se mesmo, sem evidência empírica, que as mães sentem amor pelas crianças, logo após o nascimento, alguns discursos ainda concedem que se isso não acontecer logo, inevitavelmente crescerá. Espera-se que a natureza transforme as mulheres que são mães em pessoas individuais ideais. Os discursos expressos nos manuais sugerem que a relação especial entre mãe e criança já vem das sensações experimentadas com os movimentos dos bebés, ou cresce logo a seguir à experiência do nascimento do bebé.

> *"Leva tempo a amar o bebé e muitas mães sentem culpa desnecessariamente se não amam os seus bebés logo à primeira. Mais tarde ao lembrar isso, não passam isto ás novas mães, provavelmente porque o seu amor presente é tão grande que suprime os antigos sentimentos. "* (p.69).

É claro que as mães devem amar os bebés. É claro que torna os cuidados maternos não só possíveis como agradáveis. O interesse pelo bebé e os cuidados maternais afectuosos vão a par. Estes discursos apresentam claramente a maternidade como plena e criativa e caracterizada pelo amor. A forma pela qual as narrativas de *Satisfação Máxima* e *Amor Materno Natural* vão a par pode ser encontrada, conforme o seguinte extracto:

> *"os pais amam as crianças porque se lembram quanto foram amados na sua infância. Cuidando dos seus filhos, vendo-os crescer e desenvolver-se como pessoas dá aos pais - apesar dos trabalhos - a maior satisfação da vida. Isto é criação. É a nossa imortalidade visível. O orgulho será fraca comparação* (p. 70)"

Se num primeiro tempo a relação entre progenitor e criança é assente no amor e, que os pais amam sempre os filhos, num segundo tempo, a satisfação e realização advêm da experiência em si mesma, enfatizada como maior que qualquer outra satisfação; contudo nega uma variedade de razões que podem levar as mulheres a quererem ser mães, não considerando circunstâncias económicas, envolvimento com o pai o que torna tais pressupostos totalmente românticos e difíceis de sustentar.

A narrativa da *Realização Plena* constrói uma experiência de mãe sem problemas, em termos positivos. Só admitem desvios menores da narrativa positiva, com possibilidades de ser incluídos na construção de maternidade. Oscilações temporárias de humor são compreendidas logo a seguir ao parto mas a depressão já torna as mulheres "mães pouco naturais", um desvio à norma e que não cabe no âmbito do modelo de mãe descrito nos manuais já referidos. Os discursos veiculados pelo *National Childbirth Trust* (p. 242, in Marshall, 1991, p. 71) sustentam que as melancolias experienciadas pela maioria das mulheres, são inexplicáveis, irracionais ou explicadas pelo vaivém hormonal. As mulheres precisam do apoio do seu companheiro, confiar-se a ele e acalmar. A possibilidade da mulher não ter um companheiro não é admitida. A narrativa coloca uma ênfase na depressão verdadeira e duradoura a qual é descrita como uma doença necessitando consulta médica. Isto mostra outra categoria de mãe, a

mãe anormal, a mulher como uma máquina com defeito (Dalton, 1980) que não se adapta ao seu bebé problemático:

> *"depois do parto o sistema hormonal procura o reequilíbrio. Muitas mulheres experienciam melancolias neste período, alternando medos com excitação. Estas rápidas mudanças de humor duram alguns dias, mas com o apoio do companheiro e familiares podem ser ultrapassadas naturalmente pela mulher"* (p. 71).
> *"Enquanto a maioria das mulheres se adapta muito bem à maternidade, um pequeno número sofre de depressão pós-parto com vários graus de severidade. A ajuda médica poderá ser sempre procurada para esta situação.* (p. 71)

Esta narrativa ignora efectivamente a qualidade do contexto social da prestação de cuidados maternais, a insatisfação com o tratamento recebido no hospital, dificuldades com o emprego, situação económica, falta de apoios podem cumulativamente levar a sentimentos de depressão (Oakley, 1981). O efeito da narrativa da *Realização Plena* é construir a maternidade natural, pela positiva, caracterizada pelo amor entre mãe e bebé e negar que as mães naturais possam ter sentimentos e reacções negativas. A experiência da maternidade é assim construída como uma experiência inquestionavelmente positiva, como fonte de satisfação que segue o seu curso sem qualquer esforço.

A atenção dos manuais centrou-se também na qualidade dos cuidados maternos. Neste tópico, Marshall (1991) encontra as narrativas *Felicidade Familiar, Partilhar e Cuidar, Flexibilidade*. Encontrou entre elas contradições evidentes. Se por um lado se afirma que a flexibilidade, nas regras e no modelo familiar, baseado no companheirismo e amor perfeitamente aceitável, por outro lado, elegem a família nuclear legal como o melhor contexto para a infância e dão sugestões como lidar com os seus companheiros face ao bebé dentro da família. A autora examinou as três narrativas atentando nas suas funções implícitas e explícitas e

nas contradições entre elas. A narrativa *Flexibilidade* começa por admitir que as mães, desde que amem os seus filhos levarão a cabo a sua maternidade de forma satisfatória:

> *"Sabemos que o amor que os pais dedicam aos filhos é mil vezes mais eficaz que saber mudar uma fralda ou as horas certas para a papa" "há coisas que podem ser feitas de forma certa ou errada, mas não há um padrão para ser filho, esposa, marido" "A mãe moderna acredita que se tiver o aconselhamento de peritos, não terá de seguir os conselhos da sua mãe. A geração anterior de mães pode não ser necessariamente melhor conselheira para a presente geração"* (p. 73)

Os discursos mais flexíveis contradizem-se pelos que paralelamente correm nos manuais que há certas regras que as boas mães deverão seguir cuidadosamente. A primeira regra explícita é que as mães deverão seguir as instruções dos peritos e que as experiências de outras mães não é suficiente. O conhecimento das avós ainda é mais desvalorizado, por se achar que o seu conhecimento sobre a gravidez está cheios de crendices e só o manual é uma forma segura de ajuda. Convém desde já sublinhar que o saber dos peritos sobre a gravidez e maternidade é baseado apenas em observações e a experiência subjectiva das mulheres é completamente posta à margem. A versão de maternidade construída pelos peritos é apresentada como mais válida que outras narrativas. A autora encontra frases tais como "os contos das mulheres antigas" que ilustram a total desvalorização dos conselhos dados por mulheres falando como mães. O que significa que as mulheres não podem dirigir-se a outras, mas aos peritos que lhes dirão tudo sobre a maternidade, porque a mãe moderna é aquela que ouve atentamente os conselhos avisados dos técnicos, que sabem mais que as "as velhas". Até porque se a mãe é eficiente e cumpre as suas prescrições, então o bem-estar da criança estará aparentemente assegurado. Os técnicos e

principalmente os médicos são investidos de poderes que as taxas de complicações perinatais e obstétricas desmentem.

A narrativa da *Felicidade Familiar* faz supor que o melhor contexto de desenvolvimento é o da família nuclear estável. A ênfase na desejabilidade de mães a operar dentro de uma família nuclear, é a única alternativa doméstica a outros arranjos não mencionados, que só podem ser fonte de problemas. Então as famílias singulares, com mães sozinhas, serão um obstáculo ao normal desenvolvimento das crianças por lhes faltar a figura paterna. Os manuais consultados por Marshall são unânimes em reafirmar a importância da família heterossexual como o meio ideal de desenvolvimento. Fica expresso o receio que a mãe sem companheiro possa:

> "ter *a tentação de fazer do seu filho um companheiro espiritual, partilhando com ele as suas preocupações, interesses e gostos (...) crescendo precocemente interessado pelo mundo dos adultos.*" (p. 77)

Os normativos para a construção da mãe moderna vão ainda mais longe; não basta ter uma família nuclear; as mulheres têm de agir como mães e como esposas e, por muito independente que seja a mulher, a sua primeira responsabilidade é para com os filhos. Pede-se às mulheres que coloquem em segundo plano os seus interesses intelectuais e até o sexual. Os manuais ainda acrescentam à responsabilidade da "boa mãe" o marido:

> *"as mulheres precisam de assegurar ao marido que o novo membro da família não lhe retira o tempo e o afecto que antes tinha por inteiro"* (p. 77).

Se bem que aparentemente a narrativa não tenha em consideração a autoridade patriarcal contudo ela ainda não está de todo extinta pois a mulher tem de fazer

esforços para desviar do marido qualquer comportamento que possa perturbar o casamento. O facto de a coabitação estar em franco crescimento não tem comparável acomodação nas ideologias dominantes de maternidade que ainda requer que quando dão à luz as mulheres estejam casadas (Busfield, 1987). Na narrativa *"Partilha e Cuidado"* os manuais dão cobertura ao modelo de família heterossexual e legalmente constituída. Enquanto os casamentos modernos são construídos como igualitários e as mães modernas empenhadas em partilhar um contrato com os maridos, o conceito de partilha é restrito. Ao apresentar-se a família nuclear, a divisão sexual do trabalho é construída como inevitável, uma vez mais a consequência é manter o *status quo*. Um modelo totalmente individualista do desenvolvimento é assumido nos manuais nas práticas de criar uma criança e as mães, individualmente, são apresentadas como a principal determinante dos valores e comportamentos das gerações futuras.

Em síntese e, de acordo com Marshall (1991), os manuais constroem a maternidade como crucial para as mulheres. A responsabilidade recai sobre as mães para o desenvolvimento e ajustamento normal das crianças. Uma mãe adequada precisa estar presente durante 24 horas por dia e de forma constante. Se o desenvolvimento não se adequa aos parâmetros normais as culpas recairão na mãe, sendo omitidas as influências estruturais. O efeito cumulativo destas narrativas é construir um discurso médico/psicológico, essencialista com uma versão universal de maternidade.

Maternidade e emprego: o impacto da organização social

A mudança do lugar social da mulher induziu a mudança da sua experiência do mundo e a Conferência Mundial sobre a Mulher[3] realizada em Pequim (1995) é expressão disso. A vitória das teses que o movimento feminista vinham reivindicando, no sentido de serem reconhecidas as vozes das mulheres, retirou-as definitivamente da invisibilidade. O paradigma que dividia o mundo dos homens do mundo das mulheres foi abatido e abalado o dispositivo sobre o qual repousava confortavelmente o pensamento ocidental que definia, as coisas do mundo, pelo seu contrário. Admitir a diferença sem hierarquia interpela o paradigma dominante que aprisionou a diversidade humana no molde masculino e condenou as mulheres à invisibilidade política e social. A apresentação das propostas das mulheres à agenda internacional, incorpora os seus olhares sobre temáticas de igualdade, desenvolvimento e paz; a agenda mundial passa agora a contar com esse olhar na identificação de problemas e propostas de soluções. A Conferência de Pequim constitui-se como um marco para as mulheres, porque para além de outras questões, permitiu anunciar o óbvio, que o mundo é feito por seres de dois sexos e não apenas por um, o masculino. Este facto tem repercussões importantes em termos da economia mundial, como por exemplo, trazer à discussão e exigir a avaliação da quantidade e do valor do trabalho gratuito, dispendido pelas mulheres, na

[3] www.onuportugal.pt/mulher/situação.html (consulta 06/2000)

organização da vida doméstica. Em documento emanado pela ONU em Portugal, que orienta a nossa reflexão no presente tópico, sobre a referida Conferência, reconhece-se que se o trabalho doméstico das mulheres fosse devidamente remunerado e incluído nos números relativos ao rendimento nacional dos países, o PIB aumentaria 20 a 30%. A título de exemplo elegemos dados do mesmo Relatório que ilustram o panorama do trabalho feminino na Índia onde a mulher constitui 75% da mão de obra utilizada para transplantar e mondar arroz, 60% para fazer as colheitas e 33% assegurar a debulha. Refere-se ainda, no Relatório, que as mulheres representam 41% do total dos trabalhadores dos países em desenvolvimento e 34% a nível mundial. Contudo os seus salários são 30 a 40% inferiores ao dos homens por trabalho semelhante. No levantamento das zonas deficitárias abertas à participação da mulher, o documento reconhece que as mulheres não têm participação plena em funções diplomáticas, nem em organizações internacionais sendo aí gritante a distância que as separa dos homens.

Dos 184 países membros da ONU só 6 dos seus países tinham uma mulher como Representante Permanente e que em mais de 100 países não há qualquer mulher no Parlamento. Devido a normas e práticas sociais existentes torna-se difícil às mulheres competir em condições de equidade, por posições de chefia; a existência de estereótipos negativos contribuem para essa discriminação. Em Portugal a participação das mulheres na administração pública representa 65,1% dos funcionários e apenas 11,1% estão a nível de Director-Geral e 25,5% ao nível de Vice-Director-Geral.

A participação das mulheres no mundo do trabalho tem vindo a ganhar importância cada vez maior prevendo-se seja reforçada a sua posição, em lugares de liderança, no futuro. Trata-se de fenómeno decorrente, por um lado, da consagração nas leis fundamentais dos países desenvolvidos e até em vias de desenvolvimento, dos direitos, deveres e garantias sem distinção de sexos e, por outro lado, da mudança de atitudes no interior da própria família, face aos papeis tradicionais. Este quadro faz pressupor que se caminhe no sentido da plena igualdade no que diz respeito a uma participação plena de ambos os sexos na participação política e actividade económica das nações. O trabalho das mulheres coloca às sociedades o desafio para encontrar uma resposta, em termos de cuidados não parentais às crianças das mães que trabalham (Paúl, 1995) e que os governos deveriam estabelecer como prioridades das políticas de apoio de forma a garantir a qualidade a preços suportáveis pelas famílias.

A conciliação da vida privada e profissional é uma questão inserida nos programas políticos dos governos que estão a isso obrigados pelas determinações de organismos internacionais. A este propósito refiram-se as Conferências de População e Desenvolvimento do Cairo (1993), ou Direitos Humanos de Viena (1993), do Desenvolvimento Social de Copenhaga (1994) e o Programa de Acção de Pequim (1995), cujas directivas os países se comprometem a implementar.

A Plataforma de Acção da Conferência de Pequim (1995), já referida, reconheceu a centralidade das mulheres nas mais diversas áreas de intervenção e elaborou recomendações que vão no sentido da partilha de responsabilidades no interior

da vida doméstica para que a maternidade não constitua impedimento às mulheres habitarem outros espaços sociais. Esta divisão de responsabilidades tem o significado de tematizar e trazer a debate o trabalho feito em casa pelas mulheres.

As feministas já tinham denunciado que a dicotomia entre público e privado, produtivo, reprodutivo era puramente artificial e se increvia na estratégia do patriarcado para tornar invisível o trabalho das mulheres e proporcionar infinitas oportunidades para a super-exploração das mulheres em nome da felicidade doméstica e instinto maternal (Murillo, 1996). Os trabalhos das mulheres em casa, incluindo criar os filhos, declaram as feministas socialistas é um trabalho real e com valor social embora não contado para o rendimento interno nacional. Estas feministas defendem que as sociedades não podem ser construídas à custa do trabalho invisível das mulheres e que o trabalho reprodutivo precisa ser reconhecido como parte integrante da economia. Ligar os cuidados maternos intrinsecamente às mães não faz qualquer sentido, porque eles não dependem de um qualquer destino biológico, porque eles são também uma construção social, por isso atravessados pelas ideologias que variam com a cultura e tempo histórico. Hays (1996) aponta um fenómeno recente, relativamente à prestação de cuidados adequados a crianças, que as mães americanas começam a associar a cuidados de bons profissionais especializados, não necessariamente a mãe a tempo inteiro. Contudo também se verifica que, algumas mulheres, apesar de persistirem em ter uma carreira não querem abdicar de desempenhar a sua maternidade num modelo que a autora classifica

de maternidade intensiva, tema já abordado. Acontece porém que as mulheres que tentaram compatibilizar emprego e cuidados dos filhos são duplamente estigmatizadas quer como mães quer como empregadas, porque, segundo a autora, ainda se acredita que as mães são menos capazes de compartimentar as suas vidas em áreas diferentes; elas carregam a sua maternidade com elas enquanto os homens se adaptam mais a papeis sequenciais.

A causa não é intrínseca das mulheres, ela radica na ideologia cultural do contexto que emprega as mães. O mercado de trabalho é dominado por homens e por valores patriarcais, segundo os quais o trabalhador ideal é construído como aquele que trabalha a tempo inteiro continuadamente desde o início da carreira à reforma sem a interferência da família. Segundo estes pressupostos então, a mãe empregada acaba por incluir perturbação no emprego com a criação dos filhos o que a exclui da categoria de trabalhador ideal, tornando-se até conflituante com a de mãe ideal. Esta construção de mãe ideal é concordante com uma construção social que toma a maternidade como um mandato biológico e cultural, para as mulheres. Noção, a que subjaz a regra que todas as mulheres deverão ter filhos, ser boas mães e fazer disso o principal papel das suas vidas, como temos vindo a observar. Actualmente este pressuposto não exclui o emprego mas a mãe ideal não trabalha fora de casa quando as crianças são pequenas, nem deixa que o trabalho pago tome precedência sobre o cuidado das crianças. Por definição então as mães empregadas, especialmente as que o fazem a tempo inteiro ou que estão altamente empenhadas nas suas carreiras, são desviantes relativamente ao ideal de mãe socialmente construído. Até o

termo "mãe trabalhadora" é muitas vezes usado em sentido pejorativo, comportando, em si, uma subtil atribuição de negligência aos deveres maternos. A ampla crença sobre a disponibilidade e importância da mãe, para cuidar das crianças a tempo inteiro, tem como resultante o acentuar da culpa nas mães trabalhadoras quando o desenvolvimento dos filhos apresenta problemas e se as separações acontecem sentem ter sido o trabalho a contribuir para a erosão da família nuclear. Tais ideias foram internalizadas pelas pessoas e tornaram-se parte do discurso familiar disponível no discurso social mais amplo com profundo impacto nas mães (Brannen & Moss, 1988; Lewis & Cooper, 1989).

As políticas contribuíram para reforçar a noção que maternidade e emprego eram pouco compatíveis. A falta de creches bem equipadas e a preços acessíveis ou gratuitas não permitem que muitas mais mulheres acedam ao mundo do trabalho, por exemplo, em Inglaterra onde as mães de crianças muito pequenas com empregos a tempo inteiro são uma minoria. Os relatório produzidos pelas conferências defendem se dê prioridade a actividades que correspondam à crescente procura social de serviços necessários à melhoria de qualidade de vida das famílias e das mulheres, designadamente, os que desenvolvem actividades ocupacionais extra-curriculares, que cuidem das crianças quando os pais o não podem fazer e se alarguem os apoios pré-escolares.

O grande afluxo das mulheres ao mercado de trabalho registado nos anos 60, suscitou alguma ansiedade acerca do seu efeito no desenvolvimento das crianças. A crença que o desenvolvimento da criança poderia ficar comprometido se as mães estivessem empregadas foi tema de pesquisa

psicológica. Dos estudos conduzidos por Hoffman (1979) não se pode concluir por uma correlação de efeitos nefastos entre trabalho da mãe e desenvolvimento dos filhos, *per se*. Mais recentemente as pesquisas incidem na avaliação da qualidade da experiência vivenciada no emprego das mulheres, pelas mulheres, a sua satisfação na compatibilização de maternidade e emprego e o conflito verificado entre os dois (Parry, 1987; Sharpe, 1984). A maioria das vezes, o pressuposto da pesquisa é investigar o impacto da experiência da maternidade nas crianças mais que nas mães. Apesar de tudo a ênfase na forma como a experiência das mães empregadas experienciam as suas vidas abre a questão do impacto da ideologia social na experiência subjectiva e também nos alerta para a heterogeneidade de situações entre as mães empregadas. Lewis e Cooper (1989) chamam a nossa atenção para um erro comum que é o de acreditar que há apenas dois tipos de mães; as que estão empregadas e as que são domésticas, pensamento bipolar que caracteriza os primeiros estudos os quais não têm em conta as diferentes posições das mães no trabalho e na sociedade, em geral, tomando essas situações como categorias universais. Ser operária fabril é uma realidade muito diferente de ser professora universitária, se os indivíduos são mulheres ou homens, pais ou sem filhos. Muitos outros factores afectam a experiência da mãe no trabalho e na família, incluindo o estatuto marital (Kamerman, 1981) e a ideologia (Gordon, 1990).

A retórica sobre o trabalho das mães vai mudando também consoante as influências decorrentes das necessidades de mão de obra do mercado de trabalho. O grande aumento do emprego a *full-time*, das mães, dos anos 90, que à

primeira vista parece consequência dos valores igualitários e emancipatórios, reclamados desde a década de 60, está muito relacionado com a queda demográfica, o aumento da escolaridade (maior tempo de permanência na escola), o aumento do abandono escolar, factores que induzem uma maior penúria em competências para empregos qualificados. Nesta ordem de circunstâncias quando os empregadores têm de recorrer à mão de obra feminina, são mais sensíveis às reivindicações da flexibilização das horas de trabalho, por exemplo. Lewis e Cooper (1989) têm uma perspectiva sombria sobre as mudanças verificadas no Reino Unido onde continua a acreditar-se que o lugar da mãe é em casa junto dos filhos. Aos apelos veiculados pelos media que visam atrair as mulheres para o trabalho, segue-se a defesa muito viva dos valores tradicionais da família e da importância das crianças na vida das mulheres. A ambivalência é notória neste ponto se, por um lado, há um encorajamento para introduzir facilidades no apoio à infância, por outro, os fundos do Estado não acompanham a implementação das políticas de apoio familiar.

A construção social das mães empregadas é produzida por factores políticos e sociais. Nas sociedades capitalistas o apoio à infância é praticamente remetido à iniciativa privada quando as mães são necessárias no mercado de trabalho.

Na antiga Europa de Leste esperava-se que as mulheres fossem trabalhadoras activas e o apoio à infância era assegurado pelo Estado. A Escandinávia é paradigmática pela sua ideologia cultural que constrói mães e pais como seres igualmente responsáveis nos cuidados das crianças e a legislação é consequente porque atribui regalias à mãe ou ao pai indiferentemente, de acordo com a

preferência destes. O emprego da mãe e as suas responsabilidades familiares são construídos de forma independente, variam no tempo e nas culturas. Contudo o facto das mulheres com filhos terem um trabalho não pode ser subestimado, porque por via das forças culturais as mães sentem alguma dificuldade na compatibilização das diferentes áreas da sua vida.

As contradições culturais entre as esferas pública e privada têm uma longa história, enquanto as contradições pessoais das mulheres que se confrontam com uma carreira e o seu papel de mãe é um fenómeno relativamente recente. Quando escolhem uma carreira poucas estarão conscientes da quantidade de tempo e dedicação necessários à esfera pública. As mulheres enquanto mães, ficam comprimidas entre a lógica dos cuidados maternos cometidos às mães e cujo *locus* será o da esfera privada e a ideologia dos cuidados apropriados que impele as mães a manter um modelo consistente de cuidadoras em exclusividade. As pressões contraditórias que as mulheres sofrem como resultado das mudanças, designadamente a gestão do emprego e da família, deram às feministas argumentos para analisarem de forma crítica essa instituição e a relação das mulheres com ela.

As feministas activistas radicais consideravam a maternidade uma das instituições que mais oprimia as mulheres e as impedia de controlar mais activamente as suas vidas. A posição mais anti-maternidade foi a de Shulamit Firestone que defendeu no seu livro *The Dialectic of Sex* (1971) a possibilidade de estratégias de gestação que libertassem as mulheres da tirania biológica. Outras fizeram a celebração visionária da maternidade liberta dos constrangimentos do

patriarcado. O patriarcado assevera Rich (1976), alienou as mulheres do potencial poder com o qual a sua capacidade procriadora as tinha dotado. Sob séculos de regras patriarcais, a maternidade tem sido distorcida e transformada numa instituição opressora. Recentemente uma nova directiva cultural está a emergir, de acordo com Hays (1996), as raparigas classe média, instruídas, já não são atraídas pela vida doméstica, mas por uma carreira sem qualquer concessão à maternidade. Esta imagem é tão opressora como a da ideologia da mãe doméstica, porque comporta consigo a expectativa social que implica que as mulheres podem desempenhar muito bem as prescrições culturais de boa mãe e de boa profissional sem modificar as exigências de cada dimensão.

Mas num mundo de nações de bem estar, de triunfos tecnológicos e de livre iniciativa, milhares de mulheres e crianças estão ainda destinadas à pobreza. Muitas mulheres trabalhadoras não têm uma maternidade segura, outras são deixadas em desvantagem pelo divórcio. Os cuidados diários prestados por terceiros às crianças continuma a ser de elevado custo, por exemplo, nos E.U. aproximadamente metade das crianças passam a sua infância em casa, por não possuírem políticas de apoio à infância semelhantes às dos países europeus.

O movimento das mulheres tem sido marcado pelo impacto da participação das mulheres na força do trabalho a qual acarreta alterações na configuração social das famílias. As mudanças registadas nos sistemas económicos são oportunidades utilizadas pelas feministas para introduzir iniciativas indutoras de mudança social e cultural, desconstruindo, por exemplo, os mitos da maternidade para induzir mudanças em termos de estrutura familiar e de

cuidados às crianças. Criar uma criança não pode ser encarado como um problema para a mãe resolver, mas um acontecimento que transcende o individual e faz parte das prioridades públicas. Se nos reportarmos ao século XIX as suas práticas sociais, sublinharam um antagonismo de base, inultrapassável, entre produtividade e feminilidade, maternidade e salário, lar e trabalho. Estes argumentos foram utilizados, designadamente, para legitimar e fundamentar a divisão "natural" do trabalho, segundo o sexo.

Às mulheres vistas sob os estereótipos de paciência, persistência e habilidade manual competiam as tarefas ditas "femininas" enquanto as que exigiam força muscular, velocidade e perícia se atribuíam aos homens. O salário foi em, alguns casos, e ainda em algumas circunstâncias continua a ser, dependente do sexo e não do desempenho da tarefa. O recurso a mão de obra mais barata das mulheres produziu uma concentração da mulher em certos sectores do mercado de trabalho, que não justifica uma divisão deste, assente em motivos de ordem sexual. Esta divisão foi criada por um conjunto de práticas, assentes num discurso economicista e discriminatório. A construção discursiva da história do trabalho das mulheres feita sempre pelo homem encontra-se presente nas práticas em que se inscreve o trabalho de populações menos qualificadas.

De acordo com Hays (1996) a mesma sociedade que dissemina uma ideologia que incita as mulheres à dedicação altruísta a uma infância sacralizada, valoriza, simultaneamente, um conjunto de valores completamente opostos, que enfatizam relações interpessoais frias e competitivas com vista ao lucro pessoal. Por outras palavras, o modelo cultural das sociedades de mercado coexiste, em

tensão com o modelo de cuidados maternais. Segundo a autora, essa tensão aumenta a sua influência na vida pessoal das mulheres enquanto mães quanto, mais e mais, entram no mercado de trabalho. A tradição nos cuidados da infância, e as prescrições dos peritos para a infância de hoje parecem demonstrar que quanto mais poderoso e racionalizado se torna o mercado mais poderosas são as suas ideologias de defesa à lógica da prestação de cuidados a tempo inteiro pelas mães às crianças.

Os contornos explícitos dos discursos de "boa mãe"

A responsabilidade pela criação dos filhos tem sido cometida às mulheres, porque designadas como mais capacitadas para cuidar e amar. *"Despite its complexity, "maternal love" was considered to be a hereditary trait in respect not only of its instincts, but also of the bond connecting its primary emotions, and of the end which the whole system porsues, namely the presrvation od the offspring"* (Shand, 1920, p. 42, in Shields, 1985, p. 35-36). Sempre se atribuiu à mãe a responsabilidade pelo cuidar da criança que necessita de um longo período de maturação psicossocial junto das figuras parentais. Sem esse período, sem a infância, o fenómeno da aprendizagem da vida social teria sido omitido da história do mundo, por conseguinte, a sociedade desenvolve esforços para assegurar que as suas crianças se desenvolvam adequadamente.

Agora, cabe à mulher a responsabilidade do controle da concepção humana. A maternidade, entendida como a forma como se prestam cuidados maternos, é um produto cultural, lugar de cruzamento de crenças, rituais, normas, símbolos e mitologias da sociedade em que se inscreve (Scavone, 1985). Nas sociedades ocidentais é subtilmente atravessada por mitos penetrantes que tentam uma determinada reconstrução. O regresso aos mitos, nas últimas décadas, nas Ciências Humanas, coincide com a instabilidade do ideal científico positivista e dos conceitos do Iluminismo, que foram substituídos pela análise da lógica irracional do poder, como temos vindo a observar. Ao estabelecer-se o poder simbólico no lugar em que a racionalidade programática já não se sustenta os

mitos surgem como auxiliares de interpretação da qual podem resultar deformações aparentemente correctas. Barthes (1972) entende o mito como um complexo sistema de imagens e crenças (sistemas de significado) que uma sociedade constrói em ordem a sustentar e autenticar o seu próprio sentido. Ou seja, pela utilização do mito, tenta-se tirar sentido do mundo pela interpretação de toda uma série de códigos e significados subjacentes. Contudo o mito implica distorções e falsificação e, neste sentido, as feministas argumentam que, os que tentam explicar a maternidade, são meras distorções da verdadeira experiência das mulheres (Comer, 1971).

Warner (1994) entende o mito como uma espécie de história que atravessa gerações, vestido de uma sedutora sabedoria, porque exprime valores e expectativas que estão sempre a evoluir, num contínuo processo de procura. O mito insinua-se dentro dos esquemas de referência onde trabalham as ideologias, tornando-se ele também ideologia. Esta autora refere alguns dos actuais mitos sobre a maternidade decalcados de temas místicos e presentes no discurso social, sendo os mais comuns o da "boa mãe" e "má mãe", onde se observam resquícios da longínqua dicotomia cartesiana, continuada pelo discurso religioso da nossa matriz judaico - cristã. Mas foi o discurso moralizante de Rousseau que recuperou para a Razão Iluminada uma ideologia de maternidade configurada nas características de "boa mãe" reforçada, depois, no século seguinte, pelo discurso médico. No nosso século essa mesma ideologia sofre a divulgação da psicanálise e a influência das teorias psicológicas. Estas responsabilizam a acção da mãe pelo desenvolvimento da criança e sua inserção

adequada no espaço social, com custos na vida das mulheres que não é tomada como objecto de estudo, por exemplo, nessas mesmas disciplinas, a não ser em dimensões de patologia. Como prémio de consolação, as sociedades patriarcais tornaram santificado o papel da mãe e a categoria esposa - mãe, delineada como a santificação do feminino através da maternidade, e reproduzida pelas mulheres.

Um mito corrente na cultura ocidental é que o parto desencadeia nas mulheres amor automático pelos filhos logo após o nascimento das crianças. A nossa cultura ou idealiza, mitificando-as, ou culpa as mães de todos os males que aconteçam à prole. O mito da mãe perfeita alimentou uma concepção de boa mãe desde o século XIX a princípios do século XX, em que a mãe era evocada em ligação a temas místicos, afirmando-se mesmo que o sacrifício maternal estava ligado à natureza feminina e que a "boa mãe" era uma "santa", pronta a satisfazer e prover a todas as necessidades da criança. A *boa mãe*, a sacrificada, paciente e perfeita é também consentânea com a representação cristã de uma mãe idealizada, veiculada pela matriz judaico-cristã da nossa civilização. Wetherell (1995) constata a existência de numerosos estereótipos com que a boa mãe é representada actualmente. Fundamentalmente espera-se que as mães sejam abnegadas e suportem todas as contrariedades de forma auto - controlada. Estes estereótipos são conceptualizados na figura da mãe vitoriana, um anjo do lar e esteio da famíla de acordo com Lewis e O'Brien (1987).

Woodward (1997) sublinha algumas contradições encontradas nestas noções sentimentalizadas; se por um lado, se faz a apologia do poder biológico das mulheres para gerar a vida, atribuindo-se-lhes a capacidade de saber cuidar instintivamente dos filhos, logo de seguida se saturam de conselhos sobre o cuidar das crianças, sobre a forma de como serem "boas mães". Se por um lado as mães são colocadas em pedestais por causa do seu papel logo de seguida poderão ocupar o lugar de culpadas se as coisas não correrem bem com os filhos. Também Phoenix *et al.* (1991) se referem a contradições que paradoxalmente, muitas vezes, colocam as mulheres que são mães em posições desvalorizadas, num conceito (maternidade) que é muito valorizado, como por exemplo as gravidezes precoces bem como as tardias. Porque o parto e a maternidade são práticas medicamente ritualizadas, logo a partir da gravidez, as mulheres ficam expostas às mais variadas ideias sobre esse estado e métodos de bem cuidar veiculados pelos mais variados meios como é assinalado por Rosiska Parker (1995). A prevalência de uma cultura sentimentalizada do cuidar materno é específica de determinadas classes sociais e é relativamente recente; a boa mãe difundida pelos media e presente no imaginário colectivo é branca, heterossexual, casada e dedica todo o seu tempo ao cuidado das crianças, o que constitui uma posição ficcional que não tem a ver com as mulheres reais; é uma perspectiva universalista sobre um conceito particular.

Kitzinger (1978) observou que, por exemplo, nas famílias negras o facto da mãe ser doméstica, não ter ajuda do marido nas tarefas do cuidar, não constitui qualquer problema.

As práticas do cuidado das crianças implicam o desempenho de papeis orientados por padrões idealizados e culturalmente prescritos, tendo presentes níveis de controle social: i) na forma de cuidar das crianças; ii) na definição dos níveis etários óptimos para a procriação; iii) no controle administrativo e assistencial das políticas da maternidade. A condição de mãe pode ser vivida pelas mulheres como uma experiência complexa mas não isenta de poder inspirar sentimentos contraditórios. A especialização dos cuidados infantis, a partir dos anos 70, tornaram-nos num saber manejado por peritos que fazem crescer de forma exponencial todo o tipo de informação, dirigida preferencialmente às primíparas. Todas as prescrições de mãe ideal são acompanhadas de forte controle social, pela voz dos peritos.

Clarke-Stewart (1978), levou a cabo uma uma análise aos manuais de puericultura mais comuns no Reino Unido e, segundo a autora, os temas recorrentes mais vezes assinalados centravam-se em prescrições de como ser "boa mãe". A quantidade de material informativo sobre formas de cuidar dos recém-nascidos e crianças sugere, cada vez mais, que a biologia não equipa as mulheres para o papel social de cuidar dos filhos e que esse é um papel para o qual se exige treino.

Na realidade fragmentada da pós-modernidade, em que a incerteza se insinua nos aspectos mais prosaicos da vida quotidiana, com imensas quantidades de informação de saturação visual, a fluir na vida diária, as mulheres sentem cada vez mais que dependem da opinião abalizada de especialistas. A fantasia contemporânea do ideal de maternidade perfeita, é interminavelmente oleada

pelas mais variadas fontes que vão desde a pintura, literatura, os media à própria legislação produzida pelos governos, em estratégias de regulação e controle (Dally, 1982). As dinâmicas de subordinação construídas pelas forças culturais, só podem ser desafiadas pela desconstrução das relações tradicionais e imagens idealizadas induzidas pelas tecnologias de representação, construindo discursos alternativos de resistência à culpa que tantas vezes ensombra a vida das mães.

Woodward (1997) analisou o importante papel regulador de algumas das revistas femininas do Reino Unido onde encontrou uma continuação subtil de dinâmicas de subordinação, pela apologia da supermãe, em que a noção de "boa mãe" ultrapassa o cuidar materno e inclui tarefas ciclópicas para as mulheres. As revistas femininas ganham espaço cada vez mais amplo nos meios de comunicação; oferecem ajuda e informação, quase se constituindo para as mulheres como lugares de identidade a quem proporcionam refúgio e lazer; fornecem-lhes os *skills* necessários para lidar com os problemas da feminilidade, esta definida pela linha editorial das revistas. Produzem um mundo de mulheres em que a maternidade é equacionada com a feminilidade.

Tais revistas não só têm uma história como fazem a história das mulheres. Winship (1987) argumenta que as revistas femininas são documentos sem paralelo para o conhecimento da mudança ocorrida nas experiências de vida das mulheres. As revistas e jornais, tradicionalmente, considerados fontes de qualidade duvidosa, do ponto de vista sociológico, ganham uma importância crucial, como materiais para pesquisa. Historicamente, estas revistas começaram

por acentuar as prendas desejadas para as mulheres no lar cujos títulos são disso exemplo, como refere Winship (1987) *"The Englishwoman's Domestic Magazine"* iniciada em 1852, *"Housekeeping"* e *"Woman and Home"*. Em Portugal na inventariação dos periódicos do século XIX, realizada por Leal (1992) pode depreender-se, consoante os títulos, uma tentativa de conciliação entre os princípios da burguesia oitocentista e os valores emergentes da afirmação dos direitos das mulheres, de que são exemplos "A Assemblea Litterária" (1849/51), "A voz feminina" (1868/69), "A mulher" (1883).

As novas revistas femininas apresentam-se como fornecedoras de produtos, sonhos e identidades através de um discurso da livre escolha. A revista recria a situação do mercado, na ideologia política que dá prioridade ao individualismo e onde o aumento de estatuto e sucesso podem ser medidos pelos critérios do mercado, manifestos nitidamente na capacidade para adquirir bens de consumo. Este fio do pensamento político desenhado pelo mercado livre liberal, vende bem no mundo das revistas das mulheres porque enfatiza noções de escolha e soluções pessoais, individualistas. Os anos 80 foram um tempo de mudança e novas saídas abriram novas possibilidades, na posição de sujeito, para as mulheres. Essa possibilidade foi emergindo, no contexto competitivo do Tachterismo e do contrato económico com o Mercado e menos com o Estado; a ênfase deslocava-se da economia mista do pós-guerra para a livre concorrência; do Estado Previdência para a participação individual e ligação ao mercado. Isto reflecte-se mais no lançamento da *"New Woman"* em 1988 no Reino Unido. A *New Woman*, segundo Woodward (1997) está orientada para o que se define

como a "nova mulher". Esta nova mulher pertence a um universo capaz de adquirir os artigos publicitados. A própria directora simboliza um estilo de vida, na moda. É mãe, mulher de sucesso, novo tópico nas revistas femininas: a maternidade associada à atracção sexual, ao erotismo. Já tinha sido associada ao trabalho e ao cuidar, mas a sexualidade ainda não tinha sido considerada como uma terceira componente da maternidade contemporânea. Esta nova forma de representar a maternidade, principalmente nos media, atravessa a cultura popular de forma avassaladora.

A maternidade torna-se uma componente da "nova mulher" bem sucedida, usada para significar tempos de mudança e uma nova articulação da feminilidade em reacção a formulações anteriores. Este tipo de revista esforça-se por fazer passar uma nova figura de mulher: *a mãe independente*. A ideia de mulher independente já é aceitável se ela é uma mulher sem crianças que está livre para alcançar os seus próprios interesses e sustentar-se a si própria, mas se a essa autonomia e independência se acrescentar a maternidade então é que a independência da mulher assume significado mais profundo, mais credível, quase as equipara aos homens.

De acordo com a mesma autora, o modelo veiculado pela *Cosmopolitan,* por exemplo, é o da super - mulher, bem sucedida em todas as áreas da sua vida, começa agora a ser objecto de crítica por pressionar as mulheres a acumular uma quantidade de papeis de desempenho incomportável. Na composição do quadro desta nova mulher bem sucedida, que acompanha a mudança dos tempos, a definição de feminilidade é substancialmente diferente de modelos passados.

Nela cabe a maternidade associada à carreira, beleza, sucesso, sexualidade. Folhear uma das revistas portuguesas femininas dos anos 90 dirigidas à classe média e média alta é deparar com mães bem sucedidas, empenhadas nas suas carreiras, belas, inteligentes e elegantes. Configuram um retrato de mulher realizada na maternidade sem deixar de se empenhar na carreira. É tendencial nestas revistas que as mães, que são quadros superiores, raramente sejam representadas no desempenho de tarefas de cuidados da casa e dos filhos. O que sublinha uma figura idealizada de mãe, que também as *soaps* difundem, nestas últimas décadas, a figura de uma mãe idealizada, serena, divertida, bem cuidada, sem sombra dos aborrecimentos com que a maioria das mulheres tropeçam no quotidiano, no desempenho das mais variadas tarefas.

A publicidade, televisão, literatura, em suma os media, contribuem para promover a sentimentalização cultural da maternidade. Nesses atributos, para além da realização profissional das mulheres sendo mães, associa-se o mito da eterna beleza. A publicidade sobre clínicas e tratamentos de beleza específicos para grávidas prolifera em revistas e nos balcões das lojas de artigos para bebés. Aos conselhos sobre os cuidados das crianças, actualmente, acrescentam-se as preocupações das gestantes com o seu próprio corpo que vai tomando outra forma no decurso da gravidez. O conceito de boa mãe, de mãe idealizada, de acordo com (Woodward, 1997), no final de século, inclui então tarefas ciclópicas para as mulheres: ser eternamente bela, bem sucedida na carreira e uma mãe presente e vigilante ao bom desenvolvimento dos filhos. Esta idealização, com novos contornos, pode concorrer para acentuar julgamentos negativos, das

mulheres comuns, das que têm baixos recursos, acerca de si próprias no seu desempenho como mães. As mães bem sucedidas, desempenhando lugares de topo de carreira, são os modelos "vendidos" pela força dos media, onde a pobreza é omitida pois o novo sujeito discursivo não é pobre, é bem sucedido e vencedor.

Woodward (1997) selecionou a revista *"SHE"* para análise aprofundada da dimensão ideológica presente nos discursos veiculados por uma revista feminina muito popular na Grã-Bretanha, relançada em pleno liberalismo Tachteriano. A nova figura de mãe é a de mulher independente, mãe por opção, financeiramente autónoma, e que não traz para o centro das suas vidas os companheiros, ocupando estes lugares perfeitamente secundários, de quase invisibilidade. O relançamento de *SHE* é marcado com um tema de capa (uma mãe com o seu filho), um pouco diverso das suas congéneres que apenas tinham como temas de capa, mulheres belas e famosas.

A análise de Woodward encontra tópicos de mudança, mas também os seguintes tópicos de continuidade nos papeis de género que a revista tenta configurar: i) embora os homens estejam mais interessados nos seus filhos do que há algumas décadas o seu envolvimento é limitado a algumas áreas, pois pode até nem viver com a mãe dos filhos, ou viver de forma perfeitamente esporádica. Assim o "novo homem" não se implica no trabalho directo do cuidado dos filhos, remetendo essa responsabilidade para as mães. A revista incorpora a ideia da mãe trabalhadora, solteira, divorciada coabitando ou sendo mãe solteira numa maternidade tardia e, neste sentido, veicula mudança. A noção de "homem

novo" começou a aparecer na literatura a partir dos anos 80 para uma nova representação masculina ou "pai emergente" o qual evidencia já uma maior participação no envolvimento com os filhos. Não obstante a sua participação ser limitada a determinadas tarefas a situação presente não tem paralelo com a história passada. Verifica-se um aumento de tempos gastos com os filhos em actividades lúdicas e também em cuidados directos. Essa mudança é ainda tímida tendo em conta o fosso que continua a existir entre homens e mulheres no empenhamento nos cuidados das crianças e nas tarefas domésticas (e.g. Henwood, Rimmer & Wicks, 1987). Além disso, os julgamentos sobre os contributos da natureza dos cuidados das mães e dos pais usam, muitas vezes, diferentes critérios que sugerem que as variações no envolvimento paternal parecem ser explicadas pela motivação do próprio pai que o pode impelir a derrubar barreiras sociais e envolver-se activamente no cuidado das crianças. (Lamb, 1978). A ideia que cuidar das crianças pode ser fonte de prazer para os pais é ainda muito recente. O programa Head Start já inclui programas de preparação para o novo papel de pai. Nas suas inúmeras publicações podem encontrar-se conselhos muito pormenorizados do tipo: 20 maneiras de melhorar a relação com os filhos, em casa, 40 maneiras para os pais que viajam se sentirem ligados aos filhos, etc.

Há uma mudança significativa na prática médica, face aos pais, ao incluir a sua presença na sala do parto (Lewis, 1986). Os estudos dos anos 80 indicam que os homens encontram hostilidade quando desempenham papeis não tradicionais e os empregadores desvalorizam os homens cujas prioridades sejam acompanhar

a família. A legislação que suporta legalmente o tempo de acompanhamento aos filhos, dado pelos pais é relativamente recente em todos os países da União Europeia (Moss, 1990).

Na Suécia, que é o país paradigmático nestas questões, segundo Sandqvist (1987), só uma minoria de pais usa o modelo de gozo de licença, igual ao das mães, para apoiar os filhos. Outras pesquisas mostram que a idade da criança e o trabalho a tempo inteiro da mulher estão mais consistentemente relacionados com a participação dos homens na vida doméstica. Os homens tendem a envolver-se em tarefas divertidas, tais como jogar com os filhos deixando as tarefas mais desagradáveis para as mulheres, tais como mudar fraldas (Hill, 1987). Thurer (1994) acredita que as mulheres ao identificarem de forma crítica os vieses inerentes à concepção tradicional de "boa mãe" podem começar a seleccionar regras e a criar sua própria forma de educar uma criança, de forma partilhada com o seu companheiro. Para isso é necessário também que a sociedade tolere e encoraje diversos estilos de cuidados maternos e de coabitação de grupos.

As sociedades industrializadas têm os mais diversos espaços de regulação, desde a produção de artefactos à produção de ideologias que atravessam as grandes famílias de enunciados e se expressam pela voz dos peritos. Nesta confluência, dos mais variados interesses, a maternidade pode ser apenas um lugar de regulação, com pouco espaço para a criatividade. As feministas constatam que a maternidade idealizada e romantizada como a realização física e emocional supremas, na vida das mulheres, se pode mostrar decepcionante quando as

mães se confrontam com tarefas fatigantes, se desempenhadas só por elas, e com tarefas desvalorizadas, relegadas que estão no interior da vida doméstica (Antonis, 1981). As tarefas do cuidar materno não são objecto de preocupação pública, isto é, não são uma prioridade no discurso político, não são tomadas como tarefa valorizada e como tal incluída no PIB, não fazem parte das preocupações dos média que não são atraídos pelos aspectos mais prosaicos deste desempenho.

A Psicologia, enquanto disciplina reguladora, pode também tornar-se um instrumento de construção de formas pelas quais a maternidade acaba por manter as mães em posição pouco favorável no discurso, contribuindo para a culpabilização das mães, e suscitando desejos de voltar a uma posição social tradicional. Os profissionais da psicologia na sua prática, muitas vezes, responsabilizam as mães por todas as dificuldades, grandes ou pequenas, que atingem os filhos, merecendo o pai apenas a designação de "pai ausente". Essas construções são consentâneas com os constructos psicológicos dos cuidados maternos e também com as ideologias políticas àcerca da família.

O corrente mito da "boa mãe" é tão redutor que, de acordo com a perspectiva polémica de Thurer, acaba por ir contra os direitos das mulheres relativamente ao controlo do seu corpo e da sua vida. As construções sociais e psicológicas de "mães normais", sinónimo de "boas mães" e "mãe ideal" não se adequam à realidade da maternidade de muitas mulheres, que acabam por ser tomadas como desviantes e patológicas.

Não podemos ignorar, contudo, que há mães que negligenciam os filhos, exercem violência sobre eles e que não lhes proporcionam apoio adequado. Nas sociedades cuja norma se orienta por estilos parentais desenhados num molde de minoria dominante, constituída por famílias legalmente constituídas e monogâmicas em que a figura paterna é o sustentáculo da família, com grande facilidade as mulheres que não satisfaçam estas condições podem ser incluídas na qualificação de "má mãe".

Defendemos com veemência que as crianças precisam de "boas mães", que as amem e acarinhem mas também que elas sejam respeitadas pela sociedade, pelos governos na definição de boas políticas, pelos peritos que as ajudem; pelos companheiros que não exerçam sobre elas violência

Os discursos implícitos de "má" mãe

A noção de "má mãe", antítese da Madonna, e recolhida da mitologia clássica descreve mulheres como monstros, Harpias e Sereias, imagens demoníacas, vingativas e arrebatadoras que conduzem os homens à morte com canções enganadoras. E a mais completa aberração da maternidade encontra-se simbolizada em Medeia, a "má mãe" que mata os filhos para reduzir Jasão à invisibilidade. Sem filhos deixaria de ter o previlégio social. O nosso tempo que reconstrói a noção de "má mãe" até nas políticas de protecção à maternidade sem

falar em outros canais também importantes, faz circular subtis discursos que imputam subtis culpas às mães desde o pouco tempo que dispendem com os filhos, aos insucessos académicos destes e até quando há notícias de crianças que são capazes de matar, se pensa que foram as mães que educaram monstros.

Umansky (1996) assinala o acentuar da responsabilização das mães e o exacerbar da sua culpabilização no século XX; explicam isso à luz de uma misoginia cultural que atravessa a sociedade americana, e que as autoras encontram na forma como são, individualmente denegridas as mães, no humor, filmes e literatura, não obstante a Maternidade seja exaltada.

As mães têm sido culpadas por todos os problemas evidenciados pelos filhos, desde o autismo, à psicopatia. O discurso social dos anos 20, relativamente à maternidade demonstra a forma como era posto em prática esse complexo responsabilizar das mães, em afirmações do tipo: i) qualquer problema que a criança evidencie tem como causa primeira a mãe ou ii) a mãe pode causar danos à criança ou porque é muito protectora, ou insuficientemente protectora. Uma excessiva ansiedade corrente, nos anos 20, acerca do amor materno provocou insegurança e dúvida entre as mães sobre as suas próprias competências induzindo em muitas mulheres a recusa da maternidade com receio de fracassar. As autoras Thurer (1994) e Umansky (1996), sublinham com alguma rudeza que o acentuar da culpabilização das mães levada a cabo pelo exercício de alguma psicologia, só serviu o grupo dos trabalhadores sociais que viram alargada a sua área de intervenção e poder. Nos anos mais recentes, anos 80 e 90, é dada visibilidade à "má mãe" quando o estado intervém na

maternidade e retira os filhos às mães. É nossa convicção que sempre que há uma excessiva normalização, os poderes que fixam os padrões tendem a invadir espaços que são do domínio relacional e do afecto e exorbitar do seu poder. Não se defende que as crianças sejam negligenciadas, pelo contrário, defende-se que seja dado um espaço de criatividade e liberdade às mães na criação dos filhos, para que a maternidade não se torne um lugar sitiado. A concepção de "má" mãe também pode ser encontrada nos discursos das políticas de protecção à maternidade e nos discursos sociais reguladores da responsabilidade maternal. As políticas de apoio social às mães têm subjacente a noção de mãe responsável, o que pode servir para mover o foco da responsabilização do mau desempenho do Estado e outras agências, em termos de carência de habitação, maus serviços de saúde e de educação, violência doméstica, deslocando-o, para as mães, culpando-as do exercício irresponsável da maternidade.

Na retórica da política social toma-se como ideal a protecção da maternidade das mães heterossexuais e casadas. Este modelo de maternidade implica o controle e definição da sexualidade das mulheres. Ao remeter a maternidade para o domínio exclusivo da heterossexualidade e do casamento esconde-se o discurso definidor de um modelo de maternidade considerado adequado, para que a maternidade tenha dignidade. As mensagens são extensivas também ao modo de concepção (heterossexual e usando o intercurso vaginal), e ao contexto em que deve ocorrer (uniões legalmente constituídas). O não preenchimento destes requisitos constituem obstáculos às mulheres quando confrontadas com i) a maternidade singular; ii) a maternidade assistida por tecnologias de reprodução

a que as lésbicas e mulheres sozinhas tentam aceder, o que não acontece se for um casal infértil a procurar essas tecnologias.

McIntyre (1976) observa que a gravidez e o parto para as mulheres heterossexuais com uniões estáveis são momentos de celebração, enquanto para as mulheres que não se centram nestes parâmetros são factos fora da norma e indesejáveis. As sociedades de cariz mais puritano que construíram o casamento (durante muito tempo) como o lugar de relações sexuais monogâmicas e lugar da procriação, debatem-se na era pós-moderna com problemas novos para os quais muitas vezes tarda em legislação disponível.

A mãe substituta (*de aluguer*) fragmenta a maternidade em dadoras de óvulos, mães portadoras, e criadoras sociais. O modelo de "criadoras sociais" para a maternidade recebe o apoio legal e aprovação social que é negado às dadoras de óvulos ou às portadoras, que são muitas vezes as mães genéticas.

Carabine, (1996) observou que se as mulheres forem lésbicas, e se a sua sexualidade é conhecida, então são tratadas como desviantes e perversas necessitando de controle. Mesmo que a lei não proíba a homossexualidade, a experiência das mulheres diz-lhes que quer a política social quer a judicial são anti-lésbicas. Traço esse que se inscreve nas práticas sociais. Por causa da sua sexualidade as lésbicas não são consideradas progenitoras adequadas. As recomendações do Departamento da Saúde e da Segurança Social britânico reconhece que embora alguns estilos de vida lésbicos não contribuem para o bem estar da criança há outros que são adequados e afectuosos. Isto sugere que o estilo de vida das lésbicas, *per se*, é usualmente visto como moralmente

ameaçador para as crianças a despeito de poder ser carinhoso e adequado. O que Carabine (1996) faz questão de sublinhar com estas referências é que na base das recomendações sobre maternidade adequada e não adequada, estas definições estão muito influenciadas por pressupostos moralizantes de sexualidade. A autora cita uma entrevista da Senhora Tachter (Guardian, 23/11/1988) onde considera reprovável o comportamento das adolescentes que engravidam deliberadamente apenas para auferirem os subsídios do estado.

O que a senhora Tachter queria dizer, na opinião da autora, é que os subsídios e as licenças só são bem empregues se as mães são respeitáveis mulheres casadas. Assim a sexualidade normal e apropriada é a que se expressa na maternidade legalmente constituída e as mães solteiras, porque expressam com a sua maternidade comportamentos de sexualidade considerada inaceitável são por isso socialmente punidas. Recorde-se que nos anos do Estado Novo, em Portugal, uma professora que fosse mãe solteira arriscava com isso a sua permanência nos quadros da função pública.

No discurso referido perpassa alguma ansiedade sobre a coesão social e a estabilidade face à fragmentação observável nas famílias e também alguma preocupação com as diferentes formas de vida doméstica, que estão a emergir, e a que se vai chamando família pós-moderna. Para este estado de coisas contribuíram: o aumento do emprego feminino (a mudança mais significativa ocorridas na vida das mulheres desde o pós-guerra), as mudanças demográficas, o aumento da esperança de vida, baixas taxas de natalidade que alteraram os papeis das mulheres, modificaram as práticas dos cuidados maternos e

produziram diferentes padrões de família e as novas tecnologias de reprodução. Com a legalização do divórcio, entre nós, a partir de meados dos anos 70, as famílias tendo como chefe apenas uma pessoa são um facto incontornável. Para além de cada vez mais famílias dependerem do salário da mulher, as mudanças nos padrões de formas de vida familiar são também muito diversas, incluindo pais singulares; crianças e pais de diferentes famílias a viver juntos em segundas famílias depois de novo casamento, e até lésbicas e gays desejando criar crianças, começam a ser realidade (Segal, 1994).

O aumento da maternidade singular é sublinhado com preocupação no Reino Unido, pois que se nos anos 70 a mãe sozinha era fruto de divórcio, agora as mães solteiras têm vindo a sofrer um aumento o que constitui uma fractura na instituição casamento que deixa de ser encarado como razão para a maternidade. Muito embora nos anos 90 seja mais fácil à mulher atingir a independência financeira o que lhe permite construir uma autonomia separada dos homens e por essa razão desvanecer o estigma associado à mulher solteira, divorciada e abandonada, continua mesmo assim o discurso da domesticidade, da família nuclear como ideal, em nome do bem estar da criança.

As perspectivas mais tradicionais vêem no crescente aumento dos divórcios, nos filhos ditos ilegítimos, na coabitação de facto, factores indicadores da tão falada erosão da instituição familiar e remetem para a mulher, figura tutelar, a responsabilidade da viabilização dos ideais tradicionais de família. Se nos reportarmos a algumas afirmações, à imprensa, de mulheres como Hillary Clinton, numa situação de poder e visibilidade, ela está muito próxima da figura

da mãe tutelar. Em entrevista à *Parade Magazine/L.A.Times* e publicada na revista "Máxima" (Junho, 1993) ela confessa ao jornalista Datson Roder quando é questionada sobre o seu sentido de protecção para com o Presidente: "*Acho que isso acontece com qualquer pessoa de que verdadeiramente gostamos. É difícil amar integralmente uma pessoa sem ter a sensação da sua vulnerabilidade*" (ibidem, p. 82). E, continua o jornalista, ao ser informada da chegada da filha despede-se dizendo: "*desculpe, agora tenho de o deixar. Tenho de ir ajudar Chelsea nos trabalhos de casa*" (ibidem, p. 85). Um discurso trivial, mas de particular importância, por ser emitido por uma mulher politicamente democrata, cujo discurso ilustra o modelo definido pela maioria branca, classe média e protestante da cultura americana, o qual tenta uma síntese entre a mulher que conquista o direito a viver pelo seu trabalho, pela sua inteligência com a mulher que não abdica da maternidade vivida na sua vertente do cuidado e educação dos filhos. Embora se intua o sofrimento das mães pertencentes às minorias quando julgadas por estes padrões nada se sabe acerca das suas atitudes face à maternidade. Isso deixa por explorar o alcance da culpabilização veiculado por este modelo, produto especificamente americano.

Parte III

Maternidade e suas linhas discursivas

Parte III

Maternidade e suas linhas discursivas

Introdução

Retomando o desenvolvimento teórico que nos ocupou na Parte I e que visa reequacionar os problemas numa perspectiva pós-moderna abordaremos, de seguida, as questões metodológicas da pesquisa concordantes com o nosso paradigma. O olhar pós-positivista sobre o mundo informa-nos que só podem ser produzidas descrições parcialmente objectivas e, porque admite todas como legítimas, a sensibilidade pós-moderna propõe, ao rígido determinismo da ciência positivista que *"atende somente ao funcionamento dos sistemas"* (Fernandes, 1998, p. 11), a alternativa da procura da significação. Alternativa proporcionada pela via discursiva a qual trata de entender o longo processo de construção das regras que através da linguagem estruturaram as relações de poder e as práticas quotidianas das pessoas. São as matrizes discursivas geradas nas práticas discursivas presentes, num dado contexto e tempo histórico, que suportam as formas como as pessoas expressam os seus pensamentos sobre a realidade social envolvente.

Como já amplamente acentuámos nos capítulos 3 e 4, a linguagem tomou um lugar de especial relevância na análise da realidade social e o Discurso,

enquanto teoria e método, ganha cada vez maior importância, na Psicologia Social, como caminho analítico que permite identificar as dimensões ideológicas presentes na definição e interpretação dos fenómenos em estudo que não são julgados como portadores de verdade ou falsidade, de certeza ou de erro.

Algumas das reflexões produzidas, neste domínio, informam-nos que há como que um novo olhar sobre o sentido da racionalidade, já não pensada como no paradigma moderno, em termos de consequência directa da realidade, numa colectivização matemático-estatísca das questões sociais, mas segundo o paradigma pós-moderno que recupera a fala do social e coloca o **discurso** no lugar que as distribuições de frequência ocupam, no paradigma positivista quando estuda os fenómenos sociais (Spink & Frezza, 1999). Analisar os discursos dos sujeitos informantes aproxima-nos do idioma ideológico por eles utilizado, disponível num dado momento, na sua cultura e na sua formação social.

A complexificação da vida das mulheres no mundo actual é matéria de especial relevância para que múltiplas abordagens a tomem como objecto de estudo; o nosso contributo, que parte da reflexão produzida pelo pensamento feminista pós-moderno e da ideia foucaultiana de sujeito, constitui uma tentativa de encontrar uma "superfície de emergência", os lugares que a cultura proporciona, às mulheres que são mães, as "ordens no discurso", que comentam o constructo da Maternidade.

O sujeito discursivo desenhado através dos conteúdos e processos discursivos utilizados é, ao mesmo tempo, produtor do discurso e efeito do sentido da sua interpretação. O sujeito torna-se a peça principal do discurso e o discurso o palco onde o sujeito se constitui. O sujeito discursivo presente na nossa pesquisa não é a mulher enquanto sujeito psicológico mas as posições socio-históricas das quais fala sobre um acontecimento da sua vida, recorrendo a um tecido de alternativas linguísticas disponíveis no momento em que o discurso é pronunciado.

Assinalamos, desde já, que o olhar feminista, na sua vertente crítica, em ruptura com o discurso da ciência predominante (Olesen, 1998) influenciou a nossa forma de olhar o constructo da Maternidade quer em termos da *metodologia escolhida* (entrevistas a mulheres) quer na *forma de o interpretar* (análise dos discursos das mulheres).

O que se pretende na análise dos discursos recolhidos nas entrevistas às informantes, desta pesquisa, é tornar manifestas as práticas discursivas quotidianas, a linguagem ideológica disponível neste momento na sua cultura e na sua formação social, as *Formações Discursivas*, nas quais se reconhecem e com as quais constróem significados sobre a Maternidade e que constituirão o núcleo da nossa análise. Os discursos quando enunciados em voz própria, pelos informantes permitem explorar não só as redes de poder opressoras mas também as estratégias de resistência encontradas pelos sujeitos. A Análise do Discurso, tomada como foco principal para o trabalho empírico (estudo 1),

permite compreender melhor os discursos, as teorizações produzidas sobre a Maternidade como categoria analítica.

Pensamos não nos ter afastado da lógica construcionista ao consideramos ainda o método de Análise de Conteúdo, aplicado ao estudo da representação, conceptualizada esta como um processo primário, de descrição de significados partilhados por um dado grupo social e concebida como fazendo parte constituinte da cultura, de acordo com Hall (1997). A pesquisa dos significados, presentes na cultura e partilhados por crianças e jovens adultos, que regulam as práticas sociais, desse contexto, podem ser interpretados utilizando o dispositivo interpretativo da Análise de Conteúdo. Esse foi o nosso propósito ao submeter a análise:

i) associações livres à palavra-estímulo "maternidade", produzidas por jovens universitários (estudo 2);

ii) composições elaboradas por crianças de 4º ano da escolaridade sobre tema dado "maternidade" (estudo 3).

O recurso a diferentes métodos de análise concorda com um dos critérios centrais à pesquisa qualitativa, identificados por Leininger (1994). Os principais pressupostos teóricos que sustentam a Análise do Discurso, bem como os que suportam a Análise de Conteúdo serão abordados, em cada um dos estudos, previamente, ao desenvolvimento prático.

Antes de passarmos à descrição dos estudos e das premissas de que partimos dedicaremos, um capítulo a abordar os principais pressupostos que sustentam o paradigma de investigação qualitativa, por se nos afigurar pertinente a

clarificação de alguns dos critérios orientadores dessa grande linha de fundo, onde se inscreve o nosso trabalho, fundamentado na perspectiva construcionista do conhecimento

Capítulo 8

Novos olhares sobre a pesquisa: o modo quantitativo *versus* qualitativo

Introdução

Este capítulo será dedicado a clarificar o paradigma em que inserimos a pesquisa. Toda a pesquisa é guiada por um conjunto de crenças e sentimentos acerca do mundo, com os quais se interpretam determinadas formas de entender e pesquisar, de acordo com Denzin e Lincoln (1998). Neste capítulo faremos alusão à estrutura qualitativa em que se enquadra o construcionismo social, nosso paradigma de referência, cuja ênfase se orienta para a profundidade do significado, em detrimento da medida. Concordante com o paradigma pós-moderno são valorizados os recursos linguísticos e convenções que constroem socialmente o mundo. Far-se-á referência ao confronto de paradigmas em Psicologia (Velho Paradigma versus Novo Paradigma) na sistematização de Harré e Gillett (1994).

Fundamentalmente o propósito deste capítulo é sublinhar os critérios orientadores da pesquisa conduzida no paradigma qualitativo enumerados por Leininger (1994), fazendo a sua distinção dos do paradigma quantitativo. A triangulação e a reflexividade do investigador, tópicos importantes da pesquisa construcionista são abordados para clarificar a noção de rigor que a acompanha. Em síntese, pensamos que fica claro neste capítulo a forma como devem ser percorridos os caminhos epistémicos, na pesquisa: diversificar os métodos dentro de cada paradigma sem que isso implique permutabilidade entre paradigmas.

Capítulo 8: Novos olhares sobre a pesquisa: o modo quantitativo versus qualitativo

Qualquer corpo de conhecimento ou disciplina desenvolve meios teóricos, conceptuais e técnicos para a aproximação ao seu objecto de estudo, com vista à recolha e análise de dados dos quais pretendem extrair um certo número de conclusões que apoiam a teoria, constituindo esse percurso a sua metodologia, termo que designa o modo como abordamos os problemas e procuramos as respostas e que, como temos vindo a sublinhar, no âmbito das ciências sociais significa também incluir os pressupostos, interesses e propósitos do investigador. Como Iñiguez (1995) acentua, os métodos são caminhos específicos, regidos por normas específicas, e que permitem aceder à análise dos distintos objectos em estudo; pressupõem procedimentos e técnicas próprias de recolha de informação. Teoria e método estabelecem entre si uma relação que, para além das suas implicações epistemológicas, é estruturada recursivamente, ou seja, se por um lado, o tipo de problemas a investigar determina os métodos a utilizar, também o uso de determinados métodos pode influenciar a solução dos problemas investigados.

Num quadro de carência teórica, a reflexão sobre a eficácia dos métodos eleitos para a pesquisa pode proporcionar uma oportunidade de elaboração de métodos alternativos, sobretudo em análise dos processos sociais, tal como

acontece nas orientações críticas da Psicologia que, segundo Ibáñez (1994), estão a recolher essa possibilidade de métodos qualitativos.

O recurso a metodologias de inspiração qualitativa tem sofrido um crescimento exponencial, nas duas últimas décadas, porque uma nova geração de investigadores, perfilhando as teorias interpretativas, nas disciplinas humanas, esboçam novas práticas que procuram interpretar a voz dos que não têm voz (Denzin & Lincoln, 1998). Os paradigmas interpretativos, referidos por estes autores, no momento actual, estão a evoluir da perspectiva crítica, do pensamento social e tentam analisar, em profundidade, significados, conhecimentos e atributos de qualidade, dos fenómenos estudados mais que obter resultados de medida.

Os mesmos autores dizem-nos que as posições construcionistas em que se situam alguns investigadores criam, na interacção, as realidades, onde os materiais empíricos são coligidos e analisados. Os dados são enquadrados e interpretados em contextos holísticos, de situações, acontecimentos de vida ou experiências vividas, particularmente significativas, para as pessoas implicadas.

Tendo em conta que o comportamento social é um fluxo este não pode ser segmentado nem dividido como assinala (Harré, 1979). Foi, pois, a análise crítica, das práticas científicas dominantes, que permitiu questionar a aplicação da quantificação às ciências sociais por estar implicada segmentação, nesta operação. A adopção da postura construcionista implica dar novo significado às relações entre sujeito e objecto, que pressupõe a

desconstrução da ideia cristalizada de dualidade, como se viu no segundo capítulo. Nesta perspectiva tanto o objecto como o sujeito do conhecimento são construções socio-históricas, produtos de épocas e contextos sociais diversos.

A opção pela vertente qualitativa na pesquisa tem, talvez, a vantagem de tornar mais clara a forma como o conhecimento é sustentado pelas pessoas e partilham com os outros actores os problemas da sua época e do seu contexto (Woolgar, 1988). A corrente pós-moderna impõe-se como um importante paradigma epistemológico pelo lugar que concede aos instrumentos analíticos que repousam na interpretação. Vale a pena ressaltar que, os autores, que advogam o uso de métodos qualitativos, não refutam a pertinência e utilidade dos métodos quantitativos, apenas entendem a pesquisa como uma prática social (Spink & Menegon, 1999). Embora continue a ser defendido que os métodos quantitativos, sobretudo os experimentais, são o padrão de uma ciência sistemática, posturas dissidentes começam a ser consideradas, no âmbito da ciência social, onde os métodos experimentais cedem terreno face a uma crescente influência dos métodos qualitativos. Podem enumerar-se os trabalhos de cariz interpretativo (e.g. Polkinghorne (1988) em narrativas e histórias de vida; em desconstrucionismo e pós-modernismo, desconstrucionismo feminista, e feminismo pós-moderno (Flax, 1987, 1990; Harding, 1987; Hare-Mustin & Marecek, 1990).

Ressalta da leitura de Gergen (1992, 1994) um certo desencanto pelo facto da Psicologia se ater demasiado tempo, amarrada ao paradigma dominante na pesquisa, a construir instrumentos de medida para avaliação e previsão de processos internos essencialistas e, por esse motivo, tenha estado marginalizada de outras abordagens, possíveis à compreensão do ser humano na fluidez das relações sociais. As abordagens preconizadas pelo paradigma pós-moderno não orientam as sua buscas para o interior dos sujeitos mas para os recursos linguísticos e convenções que constroem socialmente o mundo. À verdade universal, contrapõem só versões subjectivas.

Embora as pesquisas qualitativas tenham adquirido certa respeitabilidade o debate entre quantitativo e qualitativo continua, porque ambas as posições produzem versões distintas do mundo. O paradigma de avaliação qualitativa, em que enquadramos o presente trabalho, tenta interpretar significados conhecimentos e atributos; mais que quantificar resultados, previlegia a interpretação à manipulação de variáveis, porque as questões, as problemáticas estão mais ligadas às pessoas que às estatísticas e variáveis (Lincoln & Guba, 1985). Ao atomístico Velho Paradigma que baseia os seus pressupostos na medição, levanta hipóteses e tenta validá-las, em contextos artificias, que define leis objectivas e universais, se proclama objectivo e realista e livre de valores, Harré e Gillett (1994) contrapõem o Novo Paradigma, em que o discurso é central, e a sua análise orientada para o estudo dos significados, contextualmente produzidos.

Parece-nos oportuno ressaltar, desde já, as recomendações de Leininger (1994) que insistentemente sublinham se observe o princípio básico que permite percorrer os caminhos epistémicos, isto é, não é admissível utilizar métodos quantitativos no âmbito do paradigma qualitativo, mas é possível a diversificação de métodos dentro de cada paradigma. A autora refere, com algum desalento, que durante os seus 30 anos de trabalho encontrou com frequência confusão nos pressupostos de critérios qualitativos e quantitativos quando aplicados à pesquisa e defende, com veemência, que é tempo de impor a autonomia, mudar de práticas e usar critérios exclusivamente qualitativos para avaliar estudos no paradigma de investigação qualitativa. Sem esta posição clara continuarão estudos qualitativos confusos e questionáveis porque inconsistentes com os seus pressupostos filosóficos.

Uma das fragilidades que mais tem sido apontada ao paradigma de investigação qualitativa é a ausência de critérios específicos para determinar um padrão pelo qual se façam avaliações, ditas bem sucedidas, no âmbito da pesquisa qualitativa. Não surpreende pois, que os investigadores, no afã de validar as suas pesquisas, sucumbam à tentação de utilizar critérios quantitativos em estudos qualitativos. Constatada a radical diferença existente entre paradigmas, desde logo, ao nível dos procedimentos e conceitos, Leininger (1994) sublinha que na condução de uma pesquisa qualitativa, os investigadores não necessitam explicitar critérios tais como *validade* e *fidelidade*, (distintos dos do paradigma quantitativo), para explicar e justificar as suas pesquisas. O conceito de *fidelidade* na pesquisa qualitativa diz respeito

à descrição clara dos métodos usados para coligir e analisar os dados, sendo que a *validade* se deve reportar à verdade subjectiva dos informantes. O critério de *credibilidade* referido à interpretação da experiência dos informantes é, na opinião da autora, um dos mais importantes critérios dos estudos qualitativos. O investigador tem para si que os informantes são os guardiões principais do conhecimento do vivido, que pode ser muito diverso do do investigador, guardião secundário. Ao preocupar-se com a *confirmabilidade* que supõe a utilização de muitas fontes, entrevistas, narrativas, jornais, material de arquivo e, inclusivé, de registo audio e TV, comunicação não verbal, o investigador tenta obter muitas e repetidas afirmações do que viu, ouviu ou experienciou no que diz respeito ao fenómeno em estudo. Os dados recolhidos deverão ser *contextualizados* de forma holística nas experiências vividas, significantes para as pessoas no seu meio e a repetição da sequência de acontecimentos, experiências, ou actividades que reflectem *padrões* identificáveis de sequências de comportamentos ou acções são utilizadas para sublinhar este critério.

A *saturação* ou imersão completa no fenómeno em ordem a torná-lo compreensível, deve ser totalmente exaustiva mas não ir além da interpretação e descrição dos informantes. As semelhanças dos resultados das pesquisas, sob contextos e circunstâncias semelhantes, poderão ser *transferidos* para outros contextos similares, se preservados os significados particulares e as inferências. Encontrar similaridades entre situações, a chamada objectividade, é confirmar a experiência dos sujeitos, por outros meios ao

dispor do investigador, vivida num contexto holístico, com significado particular para o sujeito. Não há observações objectivas, só observações socialmente situadas nos mundos do observador e do observado, daí que na investigação qualitativa o investigador lance mão de um amplo recurso de métodos com vista a uma melhor compreensão das experiências estudadas, o que faz do investigador um *bricoleur*, segundo Denzin e Lincoln, (1998). *A solução (bricolage), que é o resultado do método do bricoleur, é uma "construção emergente" que toma novas formas consoante os diferentes instrumentos, métodos e técnicas que são aduzidos ao puzzle.* (Weinstein & Weinstein, 1991, p. 161, in Denzin & Lincoln, 1998, p. 3)

O rigor, que no paradigma quantitativo é assegurado *pela triangulação entre replicabilidade, generalização e fidelidade*, é revisto *no construcionismo social* e passa a ser concebido como a possibilidade de *"explicitar os passos de análise e da interpretação de forma a possibilitar o diálogo* (Spink & Lima, 1999, p. 102) e inclui a subjectividade e o viés do investigador, considerados estes como parte da pesquisa e não obstáculos, um recurso a mais um valor acrescentado. A explicitação da posição do investigador, em pesquisa qualitativa passa, pelo menos, por duas vertentes propostas por Tindall (1994): i) a reflexividade pessoal; ii) a reflexividade funcional. Uma implica a reflexão sobre os interesses e valores do investigador, que vão influenciar o desenho e interpretação da pesquisa; a outra volta-se para a comunidade e sua influência no processo e resultados da pesquisa. Usar técnicas diversas como forma de trazer à discussão resultados que tanto podem ser contrastantes como

complementares, reflecte a tentativa do investigador a favor do enriquecimento da interpretação do fenómeno em estudo, com vista a uma busca de credibilidade. A pesquisa, tem sempre o carácter de colaboração tanto em sentido amplo como em sentido restrito da pesquisa particular, em que investigador e informante são colaboradores na produção de conhecimento. A pesquisa qualitativa é, finalmente, criativa e interpretativa e o *investigador* com toda a parafernália de documentos constitui *um campo textual* recriado que contém as suas tentativas levadas a cabo para retirar sentido dos discursos que definiram as entidades reguladoras das práticas das pessoas e das instituições. Poderemos sintetisar este item de abordagem, citando Parker (1994) *"o objectivo da pesquisa qualitativa não é a replicabilidade, mas sim a especificidade"* (p. 71)

Análise do Discurso: a Maternidade no discurso das mulheres

Introdução

Antes de abordarmos, de forma detalhada, o percurso analítico realizado sobre o campo textual da Maternidade, recolhido nas Entrevistas, é imperativo que assinalemos que, quer o quadro teórico que informa o nosso trabalho, quer a metodologia e interpretação dos dados, são concordantes com o nosso posicionamento social face às problemáticas das mulheres, particularmente sobre a temática da maternidade. Pressupostos provenientes da epistemologia feminista pós - moderna que enfatizam a linguagem como instrumento mediador e regulador da subjectividade, a partir da perspectiva das relações de poder, são ponto de consideração importante na presente abordagem ao constructo da Maternidade. A maternidade, como vimos na abordagem teórica, foi transformada num lugar de poder e significado ideológico e a invisibilidade das mulheres, relatada pelas fontes históricas, desafiou-nos, por um lado, a explorar, por via da **sua** fala, sobre a Maternidade, os discursos com que reproduzem redes de práticas sociais entrelaçadas por complexos fios de poder androcêntrico, e, por outro lado, a identificar os fios alternativos com os quais se identificam, na teia de outros

discursos, os que configuram posições de resistência, numa exigência nova de afirmação da identidade de sujeito, definido na resistência ao poder vigente de papeis sociais instituídos. Embora, durante séculos a maternidade tenha sido o eixo central das vidas das mulheres, enquanto prática social, não foram elas que "falaram" sobre esse tópico importante das suas vidas. O nosso propósito foi o de acrescentar o olhar de mulheres mães e não mães aos significados da Maternidade veiculados pelas práticas discursivas das grandes famílias de enunciados (e.g. História, Psicologia) e pelos quadros de referência cultural das informantes para pensar, criticamente, sobre os poderes que moldam os Discursos com que as informantes explicaram, organizaram e deram sentido a esse acontecimento de vida[1]. Antes de encetarmos a leitura analítica das entrevistas procedemos à descrição dos pressupostos teóricos gerais sobre Análise do Discurso que suportam o dispositivo da interpretação.

[1] Parte deste trabalho integrou comunicação apresentada à "First International Conference on Critical and Qualitative Approaches to Health Psychology", subordinada ao tema "Motherhood: a discursive approach", realizada na Universidade de Newfoundland, Canadá em 30 de Julho de 1999.

A Análise do Discurso: tendências

O protagonismo crescente da análise do discurso no âmbito das metodologias qualitativas ultrapassa já os limites do que poderia ser chamado de simples moda académica. Desde o estudo dos actos de fala (Austin, 1962), a análise do discurso em suas distintas manifestações, desde o discurso especializado ao do senso comum e, depois, já tomado da inspiração foucaultiana, pela sua vinculação ao poder, torna-se cada vez mais visível na investigação social (Parker, 1992, 1999; Llombart, 1993, 1995; Nogueira, 1996; Willig, 1999).

Como já foi amplamente referido, a Análise do Discurso (AD), insere-se num movimento crítico com raízes e fundamentos teóricos muito diversos e a sua entrada na Psicologia Social deve-se ao contributo de Potter e Wetherell (1987). Apesar do impacto do trabalho destes autores, e contributos de outros, ainda não existe completo acordo entre i) as concepções do discurso; ii) as práticas analíticas nem quanto aos seus iii) fundamentos epistemológicos.

No que concerne às práticas analíticas, subjacentes às duas abordagens discursivas comuns na Psicologia e identificadas por Parker (1997) como vimos no capítulo 4, serão agora diferenciadas com mais pormenor. Em primeiro lugar abordaremos: i) a tendência mais ligada à Psicologia Discursiva centrada na análise da acção discursiva por via dos "reportórios interpretativos", para depois nos centrarmos na linha de análise preconizada por Parker (1997) e de inspiração foucaultiana e que este autor inclui no quadro da Psicologia Discursiva Crítica.

"Os reportórios Interpretativos"

Esta linha de análise baseada num "modelo de acção discursiva" para a disciplina psicológica (Edwards & Potter, 1992) foi apresentada como alternativa à tradicional atitude face à pesquisa (Potter & Wetherell, 1987) na Psicologia dominante. Alternativa porque i) remete as categorias da Psicologia tradicional para a análise do discurso; ii) funciona em categorias relativistas que a Psicologia gosta de ver como essenciais e estáticas, e iii) restringe a sua análise a um texto particular mais localizado em amplas práticas discursivas que regulam o entendimento das pessoas, das políticas e delas próprias.

Os trabalhos de Wetherell e Potter, (1992), sobre o racismo ou os de Potter e Reicher (1987) sobre os bairros periféricos de Londres ou os de Billig (1992), sobre a Família Real Inglesa, ilustram as potencialidades de aproximações discursivas a temáticas da realidade social.

A Psicologia Discursiva tenta responder à pergunta "o que é que os participantes fazem com a sua fala?". A resposta pode ser encontrada, segundo Azevedo (1998), nas referências fundamentais da teoria dos actos de fala (Austin, 1962) e da pragmática *"uma disciplina que analisa o uso dos enunciados, tendo em conta o contexto"* (p. 110). De acordo com estes pressupostos os reportórios interpretativos ligam-se às qualidades performativas do discurso e constituem uma ferramenta analítica que toma as

inconsistências e diferenças do discurso como diferenças entre unidades linguísticas, relativamente vinculadas e internamente consistentes (Potter & Reicher,1987; Potter & Wetherell, 1987). Estes autores sustentam que os reportórios interpretativos são elementos fundamentais que os falantes utilizam para construir versões das acções, eventos, processos cognitivos e outros fenómenos.

Qualquer reportório é constituído por uma intrincada trama de termos usados, de uma dada forma estilística e gramatical, e que o analista pode identificar como um padrão, recorrente, no conteúdo de certos materiais que actuam como um substracto para a argumentação. Potter e Wetherell (1987) são os autores que agrupam as componentes da AD nos tópicos: função, construção e variabilidade; enfatizam a variabilidade como um dos traços mais marcantes na AD pois não há forma de pesquisar quais as descrições que são exactas ou literais daquelas que são pura retórica ou mentira, já as formas, as subtilezas que o sujeito utiliza para se descrever a si e ao mundo dizem respeito à função do discurso, ou seja, aos efeitos de utilização da linguagem, e isto porquê? Porque as pessoas fazem coisas com o discurso, perguntam, acusam, justificam os seus actos. A construção diz respeito à forma pela qual *"cada actividade simbólica faz uso dos recursos culturais para se tornar compreensível aos outros"* (Azevedo, 1998, p. 109).

Em síntese, Potter e Wetherell (1987) tomam a linguagem de uso quotidiano como foco de estudo em documentos ou transcrições sem buscarem, como tópico primeiro, as formações ideológicas e políticas. A ênfase nos reportórios

interpretativos sugere que o discurso, em si mesmo, se converte no principal foco de investigação e depende do estudo da variabilidade no que concerne à sua construção e às funções que pode desempenhar. É distinta da abordagem de inspiração foucaultiana em que nos empenhamos neste trabalho e que abordaremos em seguida.

A tendência foucaultiana de aproximação analítica ao discurso

Este modelo de análise que suporta o nosso primeiro estudo empírico tem como pressupostos teóricos principais: i) analisar a relação entre práticas discursivas e a estrutura social (Fairclough, 1992; Parker, 1992); ii) ter em conta a dimensão ideológica que atravessa a investigação social, em geral, e a Psicologia Social, em particular e iii) distinguir os discursos com os quais os falantes sustentam e reproduzem posições onde podem ser identificadas as relações de poder. É neste último tópico que nos centraremos no desenvolvimento do trabalho analítico.

Como comentário aos pressupostos agora enumerados podemos sublinhar que a possibilidade de entroncar a actividade discursiva nas instituições sociais, permite uma busca mais profunda no contexto da interacção; vai até às condições que propiciam o aparecimento dos discursos. O traço que une o discurso e a realidade socio-cultural, não se localiza nem no sujeito que fala,

nem nos temas que o fascinam mas sim na sua ligação a ideologias de referência.

Pelo exame da literatura consultada concluímos que a aproximação discursiva das temáticas do quotidiano, encontrou, na Psicologia Social, oposição e resistência, por questionar o enfoque cientificista da realidade social com o qual se protege como se de ciência dura se tratasse. As perspectivas tradicionais ainda que cheguem a aceitar a influência política, no momento de escolher um problema a investigar, negam que ao modelo teórico, à metodologia utilizada e à leitura dos dados, subjazam um determinado modelo ontológico e político.

A análise do discurso, na tendência foucaultiana, pelo contrário, elege como dimensão de estudo as relações de poder que atravessam a linguagem e outros códigos, porque sendo o discurso um acto social nele se pode promover ou opor uma ideologia dominante e assim pode ser referido como uma prática discursiva. Esta perspectiva pressupõe que a construção social da realidade, como assinala Parker (1999) é um processo dinâmico em que os actores sociais realizam acções, produzem discursos e constróem sentidos. Todo este processo de construção social implica relações de poder assimétricas e cuja legitimidade se estriba na sua capacidade de impor ou propor uma única concepção do mundo como possível e plausível. A concepção de discurso que está subjacente neste modelo de análise é o da acção transformadora da linguagem, no sentido em que as palavras não são apenas nomes que se dissolvem; elas têm o corpo e o peso da história

(Orlandi, 1988). Este tipo de aproximação à Análise do Discurso, permite identificar os discursos que trabalham no texto, quais os que estão privilegiados e quais os que foram silenciados. A historicidade da sua construção permite distinguir as especificidades dos diferentes processos significantes na construção dos discursos.

A partir das contribuições práticas desenvolvidas por Llombart (1993, 1995) e também Nogueira (1996), na esteira dos adjuvantes interpretativos da abordagem de Parker (1992, 1999), foi possível construirmos uma espécie de *puzzle* que nos possibilitou conduzir a análise dos discursos expressos nas entrevistas com vista à constução do texto crítico final. De acordo com Willig (1999), a Análise do Discurso pode prosseguir segundo duas tendências interpretativas: i) uma via que enfatiza o posicionamento do sujeito na produção de um discurso próprio (posição de resistência) e que tem como método de análise a desconstrução dos discursos de poder de peritos, enquanto saberes dogmáticos e estruturantes, produzidos nos media, nos discursos especializados e nas práticas institucionais; e outra via ii) que enfatiza a procura das constantes e das mudanças e que se centra na análise dos discursos do senso comum, das vivências das pessoas, em que a recolha de dados é preferencialmente feita pela utilização da técnica de entrevista, diários e grupos de discussão. No nossso trabalho centramo-nos essencialmente na segunda via de interpretação.

Parker (1999) que na sua abordagem, analítica, ao discurso: i) explora a relação entre discursos e poder; ii) estabelece a ligação entre o discurso as instituições e práticas sociais, no sentido de identificar as que possa ser legitimadoras ou, pelo contrário, problematizadoras dessa mesma realidade. Sugere se que tomem como referência três conceitos-chave da linguagem para o desenvolvimento da Análise do Discurso, distintas, desde logo, da análise praticada com os "reportórios interpretativos". Assim, a forma como Parker interroga e lê os textos baseia-se na:

Contradição, passo pelo qual o analista deverá perguntar, perante um texto, que distintos significados trabalham, simultaneamente, no mesmo, procurando as *contradições* entre as diferentes significações e como se formam diferentes quadros de compreensão do mundo texto. Isto significa que é possível identificar os *significados dominantes,* aqueles que fazem parte do mito cultural ou ideologia (Barthes, 1972). Poder e ideologia, são aqui tomados como conceitos teóricos, que servem para descrever as condições que regem nossa existência como seres humanos e como sujeitos, distintos das perspectivas ideológicas no sentido das políticas específicas. Alguns estudos do discurso tentam recuperar significados secundários e trazer à luz processos de resistência (Burman, 1996; Willig, 1999). A noção de contradição liga-se, mais directamente, com contenda, problematização, resistência e poder do discurso, na prática.

Ao nível da *Construção,* o investigador ao perguntar *"como são construídos os significados?"* expressa a tentativa de clarificação da forma como trabalha o

texto na tentativa de traçar o percurso que levou à construção social dos textos até fazerem sentido para os leitores, ou seja, às condições reais que deram prioridade a uns discursos, preterindo outros (Parker, 1999).

Na *Prática,* podemos perguntar que *efeitos* produzem sistemas de significados contraditórios. Os significados contraditórios são entendidos como a possibilidade de interpretação das funções que atravessam os textos. A subjectividade do investigador e todas as suas reflexões cabem neste tópico. Parker (1999) sustenta que a concentração nestes conceitos agora referidos combinada com a consideração da posição do investigador produz aquilo que ele designa como *"texto crítico"* (p. 7).

Na análise conduzida por Nogueira (1996) são enfatizadas as acções discursivas e os efeitos discursivos dos enunciados das informantes e o termo Discurso abrange os pressupostos contidos na Formação Discursiva, conceito introduzido por Foucault ao qual nos referiremos mais adiante. Alinhámos, pelo seu estudo, a forma de utilizar os efeitos discursivos, expressos nos discursos das informantes, apenas nos comentários que realizámos às acções discursivas que compõem cada Formação Discursiva.

Llombart (1995) toma como auxiliares interpretativos os quatro tópicos do esquema heurístico discursivo da linha foucaultiana (práticas discursivas, formações discursivas, acções discursivas, posição de sujeito, condições de produção) que passaremos a descrever, tendo em conta não só as concepções da autora mas em complemento com outros autores.

As palavras e as frases têm significados organizados em sistemas e instituições, a que Foucault (1978) chamou *"práticas discursivas"* as quais consistem em acções sociais produzidas através de relações concretas de poder, numa dada época, não isenta de memória histórica que o texto estabelece, com possíveis interlocutores. Trata-se de uma actividade desenvolvida nas relações quotidianas sendo estas atravessadas por práticas discursivas construídas a partir de múltiplas vozes de domínios diversos tanto os que são transmitidos pela voz da ciência sistemática como a que vem dos saberes assistemáticos do senso comum. A componente básica à condição humana é a de dar sentido ao mundo, sendo que os processos de produção de sentido radicam em práticas discursivas com uma inerente acção transformadora, importante. Por conseguinte há como que uma identidade discursiva ou, diremos até, uma *prática discursiva* que se constrói através de relações particulares que o sujeito estabelece com as alternativas disponíveis vigentes numa determinada época.

Spink *et al.* (1999) precisam a definição da práticas discursivas introduzidas por Foucault, sublinhando que são regras anónimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, e que numa dada época e contexto social definiram as condições de exercício da função enunciativa. Palavras como nazis, pides, corrupção, desemprego constituem discursos que fazem referência a entidades construídas socialmente, a formas sociais de acção e não a representações cognitivas pré-formadas. A recente ansiedade sobre o "politicamente correcto" é, segundo Parker (1999), uma crescente tomada de

consciência, pelas pessoas, que as palavras fazem coisas. As relações de poder sugerem certo tipo de efeitos que regulam e vigiam a ordem social

A Análise do Discurso de inspiração foucaultiana tem como questão básica tentar responder à pergunta "como são construídos os sujeitos e os objectos pelos discursos". Segundo esta concepção, o lugar que as pessoas assumem no discurso, a sua *posição de sujeito* é definidora das *acções discursivas*, as acções que os actores sociais efectuam ao realizar uma interacção comunicativa sendo que as suas consequências concretas, na realidade social, configuram os efeitos discursivos dessas acções. As *acções discursivas* não se relacionam com determinadas formas linguísticas mas com acções, tais como, fazer pedidos, felicitar, negar, por exemplo. Os efeitos do discurso constituem os efeitos que as acções discursivas têm na realidade social que tanto pode ser de legitimação como de resistência.

O lugar que as pessoas assumem no discurso, a sua *posição de sujeito* é o ponto de partida que Parker (1996) toma para a compreensão da forma como o poder atravessa qualquer corpo de conhecimento. As *posições no discurso*, as formas do sujeito ocupar uma posição no discurso, correspondem a várias *acções discursivas* que o sujeito efectua ao realizar uma interacção. Uma vez tomada uma posição particular a pessoa tende a ver o mundo a partir desse ponto de vista em termos de imagens e metáforas utilizadas, histórias de vida ou conceitos que se desenham de acordo com as práticas discursivas nas quais se posicionam.

O traço de união entre o discurso e o seu contexto social, político ou de outra ordem, não é tanto o sujeito psicológico que fala mas as condições de produção do discurso que pronuncia. São as *condições de produção* que marcam o lugar do qual se fala, um lugar que condiciona tanto aquilo que se diz como a forma como diz e que permitem que um discurso, em determinados tempos, tenha prioridade sobre outros que passarão a ser minimizados e sobre as quais Foucault (1997) escreve: *"nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis, algumas são altamente proibidas, diferenciadas e diferenciantes, enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e colocadas sem restrição prévia à disposição de cada sujeito que fala"* (p. 29)

É do interesse de certos grupos que alguns discursos, e não outros, se constituam cânones de "verdade". Se aceitamos que os homens estão ainda numa posição vantajosa relativamente às mulheres, os discursos dominantes serão os da feminilidade para legitimar essa desigualdade de poder. Contudo o poder dos discursos dominantes não está assegurado para todo o sempre. Determinadas formas de resistir, pelo silêncio, podem ser tão eficazes como quando se emitem falas (Parker, 1997). Nesta perspectiva as possibilidades de aceder aos discursos da Maternidade, situam-se entre a mãe normal e a desviante, ou a boa mãe ou a má mãe, que constituem as posições de sujeito que estão disponíveis para serem ocupadas, nos discursos, na nossa cultura. Em cada discurso há lugares implícitos para o sujeito ocupar com as consequências óbvias para as pessoas com quem o partilham. A título de exemplo refira-se que o discurso da boa maternidade tem vindo a significar,

para a mulher, um lugar de trabalhos acrescidos, do esquecimento de si, do sacrifício como foi amplamente referido.

No discurso encontram-se várias acções discursivas que o sujeito efectua ao realizar uma interacção. As acções discursivas radicam nas *formações discursivas*, grupos de enunciados segundo os quais os discursos produzem e confrontam sentidos, e se constituem como lugares de significância responsáveis pela identidade discursiva. As *formações discursivas* estabelecem e determinam relações de sentidos, mesmo que momentaneamente, e são essas relações de sentidos que constituem pontos de ancoragem que não são apenas pontos mas *formações* pois têm a forma histórica dos mecanismos ideológicos impressos na relação do sujeito com o simbólico (Orlandi, 1988). São regras anónimas, historicamente determinadas, que se impõem ao falante e delimitam o enunciado e o enunciável no tempo e no espaço.

Relativamente à interpretação final do campo textual (texto crítico), onde Parker (1999) integra a contradição, construção e prática, em nossa opinião, estão configuradas as Formações Discursivas, que por sua vez revelam as formações ideológicas que lhes correspondem, e que constituem o eixo central sobre o qual desenvolvemos a nossa análise.

São as acções discursivas com que as mulheres narram a Maternidade que evidenciam a forma pela qual, a partir das posições sócio - discursivas, das informantes, se organizam discursos com os quais justificam as suas emoções, estabelecem conotações e reflectem sobre as obrigações sentidas ou impostas por prescrições externas. A Maternidade vem à fala social, nos discursos das

informantes na qual se incluem também os seus projectos e propósitos de resistência. As diferenças qualitativas encontradas entre as formas de falar (acções discursivas) sobre o objecto, neste caso a Maternidade, fazem-nos reflectir sobre a influência dos efeitos reguladores das relações sociais que se produzem a partir das práticas discursivas, tomadas agora no sentido mais amplo das grandes famílias de enunciados ou campos disciplinares.

É a partir deste quadro teórico que nos propomos, neste trabalho, identificar uma certa tipologia discursiva, sobre a Maternidade, com que as mulheres constróem diferentes configurações e, desta forma, poder identificar os constrangimentos que este acontecimento de vida coloca às mulheres informantes e, simultaneamente, poder desenhar margens de acção das mulheres na auto-constituição da Maternidade.

Llombart (1995) e, sobretudo, Nogueira (1996) fazem questão de salientar a necessidade de empenho comprometido, por parte do investigador, com a realidade concreta que aborda, com vista à realização de análises vivas e inovadoras. As problemáticas abordadas na Análise do Discurso contrastam com o carácter mais teorizante da Psicologia tradicional e indiciam o comprometimento político da pesquisa.

É imperativo ressaltar que em Análise do Discurso **não há receituário ou manual de interpretação,** uma vez que os discursos são lugares abertos nos quais os actores utilizam diferentes estratégias enquanto instâncias específicas de decisão, estratégias que permitem usar as regras da "formação discursiva" de maneiras diversas, mas nunca à margem do contexto discursivo. E nessas

maneiras diversas, o discurso emerge não como uma sucessão de códigos, mas como produção de sentido, a qual implica o recurso, pelas informantes, a determinadas acções discursivas.

As Formações Discursivas como dispositivo teórico-analítico da interpretação

A experiência dos actores sociais tem vindo a constituir um lugar privilegiado para análise e compreensão da vida social e a centralidade no sujeito como produtor e produto de discursos configura a importante corrente interpretativa da Análise do Discurso, como já se referiu. Continuamos a sublinhar que a partir da realização de acções, em busca da produção de sentido para a realidade, os actores sociais produzem discursos cujos processos complexos de negociação enraízam em terrenos histórico-culturais em que se inscreve o curso das suas biografias. Na negociação com realidades para a produção de sentido, os actores utilizam discursos que podem definir-se como aquilo que, numa dada formação ideológica, determina o que pode e o que deve ser dito, uma vez que as palavras mudam de sentido, segundo as posições do sujeito.

Por conseguinte quando uma mulher narra a sua experiência da Maternidade abre uma possibilidade de compreensão de todo um universo de sentido veiculada na formação discursiva a partir da qual se pronuncia. Ao trazer à

fala essa experiência qualquer mulher informante transporta para a sua acção discursiva as intituições sociais das quais fala e a as suas posições a partir das quais fala.

A título ilustrativo, podemos sugerir a referência de Reguillo (1998) que toma o exemplo dos *"taggers"* cuja prática de *"tags"* fala segundo os filtros do género, da idade e de outros elementos de mediação mais importantes que o seu dizer, a sua fala. Do ponto de vista dos transeuntes, o enunciado é suscpetível de leituras várias. Para uns passarão despercebidos, para outros serão inofensivos e os mais implicados sócio - politicamente poderão partilhar com o enunciador o jogo discursivo que mobiliza o *"tag"*. Este exemplo ilustra bem como um enunciado tão simples pode possibilitar, mediante um conjunto de operações metodológicas de análise, trabalhar a constituição dos sujeitos sócio - discursivos por via das suas posições no discurso, na enunciação.

A narrativa, o relato mediante o qual as mulheres informantes articularam os seus valores e crenças num tempo e num espaço determinados, através de códigos de suporte, para enunciar a construção da Maternidade tem a marca dessas posições. A utilização das formações discursivas como instrumento metodológico e discurso de interligação entre os enunciados que se apresentam ainda presos em discursos, aparentemente fechados, é uma possibilidade interpretativa suplementar no campo do discurso, campo que, convém acentuar, poderá dar sempre lugar a outras interpretações.

Os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (sujeitos dos seus discursos) pelas formações discursivas, que por sua vez representam as

formações ideológicas que lhes correpondem e, de acordo com Orlandi (1988), a formulação de Foucault é clarificadora: " (...) *no caso em que entre os objectos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, puder definir-se uma regularidade (uma ordem, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção que se trata de uma "formação discursiva", evitando desta forma palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás para designar semelhante dispersão tais como ciência, ideologia, teoria ou domínio de objectividade"* (p. 42-43).

As formações discursivas são o termo aduzido por Foucault ao conceito de επιστημη[1] (*episteme*). Isto significa que o *conhecimento* do século XVI, baseado na transparência da linguagem dá lugar a um outro conhecimento, o discurso, as formações discursivas que atravessam as práticas discursivas presentes na cultura. Orlandi (1988) designa-as como parte constituinte dos discursos e dos sujeitos, que permitem mostrar a génese dos discursos em formação e tornam-se um princípio de organização para a tarefa do analista. Não são definidas à *priori* como evidências ou lugares estabilizados, mas como regiões de confronto de sentidos. Ainda segundo aquele autor, o discurso, como prática social, faz com que as instâncias de produção e enunciação dos campos disciplinares sejam mais poderosas que as instâncias onde se localizam os textos e as falas, os sujeitos. Llombart (1995), mais comprometida, prefere enfatizar o espaço da resistência, que concede capacidade de intervenção ao sujeito. No seu trabalho, sobre o estudo do género, chega à formulação de

[1] Arte, habilidade, conhecimento, ciência, saber, estudo (Dicionário de Grego-Português, Isidro Pereira)

duas grandes *formações discursivas,* as quais inspiraram a análise que praticámos neste trabalho. As nossas reflexões sobre os trabalhos conduzidos por (Llombart, 1995; Nogueira, 1996) e que orientam a nossa análise, permitem que consideremos, que tópicos como: práticas discursivas, acções discursivas, posição de sujeito, condições de produção sejam tomados de forma abrangente nas *formações discursivas.*

A tarefa do analista

Ao analista está cometida a complexa tarefa de trabalhar com objectos de estudo que, não estando situados em parte alguma da realidade, são, contudo, resultado das sucessivas operações de construção realizadas sobre os materiais fornecidos pelos informantes. As suas tarefas são variadas e para além de percorrer os textos procurando identificar as dimensões que melhor pareçam traduzir a relação social, em consideração, o analista, como recomendam Parker (1992) e também Iñiguez e Antaki (1994), tem ainda as tarefas de i) tomar os textos, selecioná-los e mostrar como operam; ii) trazer à luz o *poder regulador da linguagem* como uma prática social constituinte, iii) identificar, na ambiguidade do texto, as leituras mais importantes, para a interpretação das dimensões ideológicas escondidas nos discursos; iv) centrar-se na busca da *contradição* dos significados dominantes na cultura; v) identificar *as condições de produção,* as condições sócio-históricas que

possibilitaram a *construção* dos discursos e ainda os *efeitos* que foram produzidos nos sistemas de significados. Os processos subjectivos, que o analista se propõe interpretar, não representam um tema mas constituem um lugar metodológico a partir do qual interrogam o social. Por conseguinte, só a implicação do analista do discurso com a realidade social, lhe outorga a possibilidade de construir uma perspectiva que permita decifrar e simultaneamente construir uma certa perspectiva do fenómeno estudado. Não se verificando esta condição, a AD não passará de um exercício inócuo; despolitizada a prática analítica, a AD ficará esvaziada do seu potencial transformador. Talvez por isso a tarefa primordial do analista seja a de tornar clara a ambiguidade na materialidade do discurso, porque se a ideologia não ocultar a formação de sentido pode fazer o apagamento do processo da sua constituição. Este argumento chama a nossa atenção para poderes hegemónicos com capacidade para decidir onde e quando se deu o sentido.

ESTUDOS EMPÍRICOS

ANÁLISE DO DISCURSO

Estudo 1: A voz e o silêncio das mulheres: a reprodução e a resistência nos discursos da Maternidade.

Recolha de material de análise

O *corpus* constituído pelos discursos registados em Entrevistas, procedimento que nos permitiu obter o conhecimento fidedigno das informantes, e depois por nós transcritos, constitui o *campo discursivo,* sobre o qual desenvolvemos a nossa análise. As entrevistas são consideradas material relevante, porque ilustram o que estamos a analisar, são material adequado por ter efeitos discursivos e finalmente são material representativo, porque as falantes actuam na realidade da qual falam (Iñiguez, 1995). Neste sentido a representatividade da amostra, em sentido clássico, não é uma das preocupações da pesquisa discursiva. No intuito de analisar, em sentido amplo, a construção social da maternidade enunciada por mulheres mães e não mães, foram entrevistadas doze participantes. A identidade das entrevistadas esconde-se em nomes fictícios cuja letra inicial, acompanhada de um número, remete para a sequência das suas falas, ao longo das Entrevistas. Estas, individuais e não-directivas, foram previamente acordadas com as informantes quanto ao espaço e hora de realização. Decorreram em tom informal em ambiente familiar às entrevistadas. As idades das informantes variam dos 23 e os 47 anos e as idades dos seus filhos situam-se entre os 9

meses e os 23 anos. As suas habilitações académicas são, para 5 delas, as da escolaridade obrigatória e sem carreira. As restantes 7 tem como habilitação formação superior e estão inseridas na carreira docente. As entrevistas desenrolaram-se de forma o menos controlada possível e, talvez por isso, muitas vezes o fio condutor da conversa se tenha perdido e enveredado por tópicos de cariz mais íntimo, sem interesse para a abordagem que nos propomos. O produto de horas de gravação produziu volume excessivo de informação transcrita que decidimos não incluir em anexo.

Do *corpus* discursivo das Entrevistas apenas transcrevemos os discursos centrados no tópico da nossa pesquisa e excluímos os que se relacionavam com outras considerações, designadamente as de ordem económica e emprego. A heterogeneidade do estatuto sócio-cultural das informantes foi tentada como critério de variabilidade discursiva. As entrevistadas da faixa etária dos 40 anos vivenciaram as maiores mudanças políticas e económicas do seu país que viabilizaram as conquistas para o seu novo papel social. As mais jovens iniciaram a vivência desse papel social em plena democracia e num contexto de integração num espaço europeu centrado no consumo e tendencialmente hegemónico.

Leitura analítica

Conforme tem vindo a ser discutido estamos a partir do pressuposto que fazer ciência é uma prática social e, como em qualquer forma de sociabilidade o seu sucesso, em termos de legitimação, reside na exequibilidade da comunicação dos seus resultados. Isto implica, como observaram Spink e Menegon (1999), colocar à disposição da comunidade científica ou outra, os dados brutos da pesquisa, bem como os dados provenientes da postura reflexiva do analista. Por outras palavras, a pesquisa em AD implica entender, de igual modo, como determinados discursos foram socialmente construídos, bem como os usos a que se prestam nos processos dialógicos de comunicação (ibidem, 1999).

O nosso objectivo foi o de analisar em que posição se colocavam as informantes no discurso da maternidade, com que acções discursivas a descrevem e que efeitos discursivos produzem nas suas vidas as acções com que a descrevem. Tomando o campo discursivo da Maternidade constituído pelo *corpus* das Entrevistas, procedeu-se a sucessivas leituras tendo como objectivo i) explorar as conotações, em que se escondem os mitos culturais, os significados dominantes expressos nas acções discursivas das informantes; ii) identificar os efeitos das acções discursivas em termos da constituição dos discursos.

Para a identificação das acções discursivas procedemos ao questionamento insistente, segundo as principais dimensões, abaixo enumeradas e cujo

propósito primeiro foi tentar arrancar do texto as acções com que as mulheres informantes: *experienciam, avaliam e problematizam* a Maternidade.

No passo seguinte empreendeu-se a tentativa de tematizar algumas acções discursivas, utilizadas pelas informantes nas suas observações ao longo das Entrevistas. Nestas, como já se referiu, conduzidas de forma aberta, foi possível agrupar alguns dos temas mais comuns abordados pelas informantes e que são genericamente: *significados da maternidade; sentimentos experienciados aquando do nascimento dos filhos; mudanças introduzidas pela maternidade na vida das informantes; fontes de informação consultadas obervadas para o cuidado dos filhos; sacrifícios envolvidos na maternidade; trabalho e maternidade; papel do pai,* entre outros.

As Entrevistas foram segmentadas como recomenda Parker (1999) em diferentes discursos tematizados pelas acções discursivas das informantes. Ao tematizarmos as acções discursivas das informantes foi sendo claro que *formações discursivas* estavam em concorrência nos discursos enunciados, e qual o caminho a seguir para o seu agrupamento.

O desenho e emergência dos discursos concorda, fundamentalmente, como foi averiguado por Llombart (1993, 1995), com a distância tomada pelo sujeito em relação à sua própria enunciação. Refira-se a título de exemplo que uma enunciação de Maternidade pode ser feita com maior ou menor distanciamento, se implicar o recurso a discursos mais ou menos normativos, como se verá nos passos seguintes. É a extensão dessas distâncias entre

enunciador e enunciado que tem o efeito de marcar o grau de implicação do sujeito com aquilo que enuncia. Quanto mais o sujeito justifica as suas posições, no discurso, utilizando acções discursivas constituídas por conotações com discursos previamente definidos, no discurso social, mais se acentua a distância entre a pessoa que fala e o seu enunciado, porque o sujeito se reporta a uma voz universal, historicamente normativa e normalizadora.

Depois de segmentados os discursos, consoante a dimensão ideológica procedeu-se ao reagrupamento dos mesmos à volta de duas grandes *formações discursivas*. Ao dar visibilidade às *formações discursivas*, tornam-se manifestas as representações ideológicas, ocultas, internalizadas pelo sujeito que orientaram a produção dos discursos das mulheres informantes.

A posição foucaultiana de Parker (1999) admite e acentua a influência dos sujeitos nas relações e a sua capacidade quer para exercer resistência, quer para contribuir para a perpetuação de discursos de opressão. Uma vez que os protagonistas do discurso ocupam determinadas posições na estrutura social, as relações que aí se estabelecem é que são objectivamente definidas nas formações discursivas, no sentido em que essas posições configuram diferentes formações com diferentes raízes sócio - históricas. No caso concreto do tópico em estudo, a Maternidade, essas posições, parte integrante da subjectividade das mulheres, não são quadros homogéneos e lineares mas nelas intervêm elementos de ordem vária que lhes conferem um carácter heterogéneo. Tendo presente a informação do nosso quadro teórico de acordo com o qual distintas formas de maternidade são delineadas conforme

distintas conjunturas sociais e exigências culturais, cujos constrangimentos socio-políticos priveligiam uns discursos e desvalorizam outros, a nossa atenção centrou-se nas posições a partir das quais as mulheres informantes enunciam discursos que narram a Maternidade, construída através do discurso e a que só pelo discurso se pode aceder.

As diferenças qualitativas entre as formas de falar sobre este tópico referem-se basicamente aos efeitos reguladores que se reproduzem ou transformam a partir das práticas discursivas. Partindo da importância do papel do sujeito na construção social, é legítimo que os mais cépticos se interroguem quanto à forma, à maneira de aceder à subjectividade sem a confundir com o individual nem a reduzir a um conjunto de opiniões pessoais que os actores emitem em relação à realidade.

Os sujeitos empíricos são elementos importantes na actualização de matrizes culturais, construídas socialmente. Interessa saber como fala o sujeito, como interpreta o que lhe acontece. O modo de produzir sentido, para si próprio e para os outros, reflecte-se no discurso que emite, no discurso que se emite a si mesmo, dada a sua configuração performativa. Neste pressuposto as narrativas das mulheres informantes passam a ser material idóneo porque permitem uma aproximação às crenças, opiniões atitudes e valores dos sujeitos. Só assim a subjectividade ganha pertinência e adquire consistência analítica, porquanto levanta um dos maiores problemas teórico-metodológico

que enfrenta a corrente construcionista, a validade do discurso como mediação analítica para a compreensão da vida social

Os discursos identificados permitiram-nos agrupá-los em dois conjuntos de posições dessas falas, desses enunciados e que organizámos à volta de duas grandes formações discursivas: *Formação Discursiva Normalizadora* e *Formação Discursiva de Resistência.*

Convém ressaltar que uma distinção linear entre as duas Formações envolve alguma dificuldade, porque os diversos processos discursivos trabalham entre ambas de forma intrincada. No discurso das informantes trabalham, simultaneamente, discursos normativos e problematizadores, consoante o lugar que as mulheres reclamam para si relativamente a um dado tópico. No entanto, num esforço ilustrativo apresentaremos, para cada uma das Formações Discursivas, as acções discursivas mais identificadoras que, por essa razão, permitem melhor análise crítica.

Formação Normalizadora – acções discursivas

O nosso trabalho analítico identificou discursos que configuram uma *formação discursiva normalizadora* com a qual as mulheres informantes constróem a Maternidade com sentido, para si próprias e para os outros, e que passaremos a explicitar.

Sempre que as mulheres informantes enunciaram a Maternidade utilizando *acções discursivas* que a configuram, quer em termos descritivos da factualidade da sua vivência, quer em termos de enumeração das responsabilidades sentidas ou das justificações encontradas para a sua realização pessoal, consideramos que estão a reportar-se a um discurso de raiz normalizada historicamente[2]. Neste pressuposto, o sujeito, toma uma posição de desvantagem, em termos de expressão da sua própria voz, visto que não exerce qualquer tipo de interpelação ideológica que o poderia colocar em posição de poder desconstruir esses discursos e construir discursos alternativos. Reporta-se apenas aos já socialmente legitimados que foram internalizados e incorporados à sua subjectividade. Poderemos inferir que os quadros de compreensão do mundo em que o sujeito se move poderão pautar-se pela tendência à reprodução da norma socialmente legitimada o que só contribui para a perpetuação de discursos que poderão tornar-se opressores.

[2] Apesar da dificuldade de **designação** e **distinção** destas acções discursivas, nos quadros que apresentamos, de seguida, os segmentos do discurso, cujo conteúdo mais se aproximam da sua elucidação estarão devidamente assinalados.

O texto crítico, que reorganizámos, das leituras sucessivas ao campo textual, apresenta, separadamente, as formações discursivas encontradas, sendo estas o resultado da segmentação do campo discursivo inicial. A sua apresentação em quadros que dão visibilidade às sequências das acções discursivas das informantes têm como suporte os efeitos discursivos como comentários interpretativos críticos que irão sendo intercalados aos segmentos dos discursos.

As formas como o acontecimento Maternidade é descrito, serão designadas como "descrição"; a "responsabilidade" sentida expressão de uma obrigação; as formas encontradas na Maternidade como justificação de realização pessoal, serão designadas como "realização". Assim, um quadro em que se inserem acções discursivas de *descrição, responsabilização* e *realização* com que as informantes constróem este acontecimento de vida fazem-nos pensar na existência de uma "Formação Discursiva Normalizadora" onde se insere o poder que legitima, o que está socialmente instituído e o sujeito que persevera nestes discursos mantém e promove esta formação discursiva. Passaremos a enunciar as acções discursivas que consideramos na nossa análise como os enunciados constitutivos da Formação em apreço.

Formação Discursiva Normalizadora

Acções discursivas:

descrição, realização, responsabilização

Formação Discursiva Normalizadora

As informantes iniciaram a sua narrativa pela enunciação *"descritiva"* dos "significados da Maternidade", complementada com as acções discursivas que indiciam *"realização"* e *"responsabilização."*

(descrição)

Catarina (44) - ***a árvore que deu fruto. A pequena eternidade. A plenitude em tudo o que se vai fazendo e um sentido muito grande para o futuro. Eu faço isto para ele...isto é uma atitude radical, mas ele há-de orgulhar-se um dia que saiba que a mãe tomou esta atitude, ele há-de orgulhar-se que a mãe sofreu por esta causa.***

Felicidade (4) - *comecei a pensar que eu não me realizaria, assim como continuo a pensar agora, que* ***a maternidade é fonte onde posso ir buscar mais sentido para a minha vida.***

(12) - ***maternidade é a materialização daquele lema que eu acho muito importante: a família é uma forma de eternidade*** *e como não acredito na eternidade noutros sentidos, acho que a*

*família, neste caso, **ter filhos dá uma continuidade quase divina ao humano.***

Ana (4) - *acho que é uma **coisa absolutamente natural. Tem a ver com a nossa parte instintiva.***

Carlinda (2) - ***é uma questão relacional entre a mãe e o filho.** (...) É evidente que o facto da mulher ter o filho, de ser a que amamenta, acaba logo, mesmo que já estejamos numa concepção de trabalhos partilhados, por acarretar para a mãe uma permanência mais longa e mais permanente e constante com os filhos.*

Sandra (2) - ***é uma coisa muito bonita.**(...) **vou ter sempre saudades de a sentir junto dentro de mim, de a ter junto a mim.***

Felicidade (2) - (...) ***até aos meus 20 anos** o que eu **associava à maternidade** era essencialmente um sentimento **de protecção, de protecção do outro para mim, porque tinha alguém que tomasse conta de mim (...) portanto eu associava a maternidade a esse laço.** A partir dos 20 anos passei a reconfigurar o sentido da maternidade dentro de mim mesma e (...) **a maternidade aparece como um elemento muito importante.***

Sandra (6) - ***Ser mãe é muito melhor porque nos dá a possibilidade de ter o prazer de carregar uma criança dentro de nós (...) é muito bom para as mulheres** porque os filhos estão mais em contacto com elas. Durante muito tempo ficam ligados á mãe. **Somos nós que os trazemos 9 meses. Há o peito...estão sempre ligados a nós. Chama-se mais pela mãe que pelo pai.***

Teresa (2) - *Acho que **para se ser mãe deve ser de parto normal, porque sai da nossa "boca do corpo"e cesariana não se sente.** Acho que é muito bom o parto. Ser mãe é bom mas também é difícil. **Sei lá ser mãe é a melhor coisa que há à face da terra mas explicar é difícil.***

Lúcia (6) - *Gostaria de ter **um filho biológico** porque **éramos nós** que estávamos ali.*

Ana (48) - *sem querer ser retrógada acho **que outros modelos de maternidade não seriam os mais adequados para as crianças**, homossexuais não devem ter crianças.*
(50) - ***as crianças não devem servir para essas minorias se afirmarem.***

Dora (2) - ***aos 26 anos achamos que não estávamos preparados para ter filhos. Éramos muito egoístas talvez para aceitar determinado tipo de dádiva. Penso que foi um bocado isso.***

Rosa (13) - ***a nossa vida são os nossos filhos.*** *Para que é que vamos dedicar o nosso amor só aos nossos homens, durante uma vida inteira? Não acha? Assim temos os nossos filhos. (...) **um casal sem filhos não é nada.** Tenho uns vizinhos que não têm filhos e é **uma tristeza. Dão-se mal.** Se tivessem filhos talvez...**Os nossos filhos são a nossa vida.***

"Mudanças ligadas à Maternidade"

(realização)

Catarina (4) - *é **realmente ter passado a ter duas vidas e todo o sentido convergir na felicidade daquela vida.***
(8) - *realmente foi **descobrir o que é essencial.** Para mim foi **um passo de realização muito muito especial.***
(6) - *tudo aquilo que era importantíssimo antes de o ter **passou a ser extremamente supérfluo.** (...) **Agora tem mais importância ir dar de comer aos patos** (...) O estudo da Literatura e a Tese*

passou a ter mais sentido porque ela é vivida. Essa Literatura passou a ser vivida graças a ter passado a ter dois corações. (...) a ***literatura passou a ser menos lida e mais vivida, não é?***

(42) - *acho* ***que precisava de ser mãe para ter tido alguma felicidade na vida, no meu caso. Dou graças a Deus por ter tido um filho.***

Dora (38) - ***acho que me realizou em muitas coisas.***

(56) - *a* ***maternidade enriqueceu-me muito no aspecto da própria moral. Fiquei mais enriquecida. Enriqueceu-me como mulher.***

(36) - *acho que* ***complementou.***

Felicidade(6) - *não é nada exagerado se eu disser* ***que fico incompleta sim, fico incompleta.***

(8) - *não me vejo a realizar-me unicamente pela profissão,* ***vejo a não realizar-me claramente se não for mãe.***

(responsabilização)

Ana (10) – ***é outro o sentido da responsabilidade*** *perante um ser que eu vejo que sou eu, não separo a minha filha de mim.*

(40 -) *em termos* ***de carreira acho que impede que eu faça outras coisas.***

(54) - *Aquelas coisas que fazíamos, fins de semana...nunca mais senti necessidade. Antes vinhamos 3 vezes por semana ao Porto ao cinema. E nada nunca mais. Não dei conta!* ***Estive anos sem ir ao cinema e não me apercebi.*** *Retomamos há dois anos. Procuramos filmes adequados.* ***Ela não podia ir não sentíamos necessidade.***

(70) - ***De há 10 anos para cá não fiz mais nada. Fui mãe a tempo inteiro. Deixei de ler aquilo que lia, investir naquilo que investia...*** *até nem perdia muito tempo com ela...estou agora a reparar nisso.* ***Estagnei um bocado tanto que senti agora a necessidade de vir para o curso.*** *Foi*

por isso. Engraçado ter descoberto. Sinto isso agora...

Sandra (4) - ***a nossa vida tomou um rumo diferente. Neste momento não vou prosseguir os meus estudos. O pai também já não está a seguir o que tinha pensado.*** *Neste momento já não dá.*

Sandra (4) - *mudámos um pouco o rumo da nossa vida, mas mesmo assim gostamos. Não estamos infelizes.* ***Ela veio alterar a nossa vida mas para melhor, não para pior. É óptimo ser mãe. É muito trabalhoso, mas é bom, muito cansativo. É difícil.***

Rosa (5) - ***a nossa vida com os nossos homens modifica-se muito com os filhos.*** *O meu homem sempre fez muita guerra por causa dos filhos.* ***Não quer ser incomodado com nada. O que ele queria era uma vida de solteiro. Sempre fez muita guerra.***

Teresa (4) - *não tem complicação nenhuma desde que se dê uma boa educação, desde o início, andar em cima deles e levar tudo pelas boas maneiras.*

Maria (6) - ***mudou muito a minha vida. Agora é preciso mudar a maneira de pensar mas não foi nada grave. Foi óptimo*** *o nascimento do meu filho.*

Catarina (36) - *De toda a* ***forma há aquelas grandes conversas*** *que eu tinha com o meu marido à beira- mar, sobre política* ***que de repente são interrompidas*** *porque* ***ele quer*** *ver se há peixinhos no mar, andar no paredão.*

Sentimentos experienciados no nascimento dos filhos.

Realização (com forte componente justificativa)

Carlinda (20) - *Olha foi uma coisa espantosa! O nascimento da minha primeira filha foi uma coisa impensável, **nunca imaginei que pudesse ser assim.***

(22) - ***é difícil descrever(...) era alguém que não existia e passava a existir, que passava a ser, era o encanto de ver.** Acho que esta passagem pela maternidade me marcou muito.*

Dora (6) - ***a realização total.***

(8) - ***Como ser humano. Acho que atingi o auge, a felicidade suprema foi quando abri os olhos e vi uma coisa tão pequenina que até me disseram que não era nada bonita. Eu dizia como é possível, eu não posso ter feito uma coisa destas, um ser tão perfeito***

*(60) - Quando vi a minha filha, **quando abri os olhos e a vi, foi a sensação mais sublime que tive e não percebo como isso é possível(...)Tão linda, tão minha naquela altura!***

(62) - ***então dar de mamar é uma sensação excepcional. É fantástico. Eu ficava horas a olhar para ela. Eu sei lá passava horas a olhar. Eu não pensava. Não me lembro o que é que pensava. Só olhava...***

Carlota (8) - ***Foi agradável.** Acho que foi uma sensação muito bonita. **Era um ser exterior a mim. E era engraçado enquanto as crianças estão para nascer uma pessoa carrega-as, forma uma unidade, mas a seguir sabe que está ali outro ser(...) acho que psicologicamente é um factor ao qual temos de nos adaptar.***

Céu (18) - *enquanto não estiver realizada, ter a minha casa, a minha privacidade eu acho que não sei o que é ser mãe. Visto-a, levo-a ao infantário...Tenho alguns prazeres com a minha filha. Mas por exemplo, quero dar-lhe de comer e não posso, dar-lhe banho e não posso. **Era o meu maior gosto era***

dar banho à minha filha e não posso!! Dizem os primos "olha hoje a B. não queria sair da água". E eu queria ver essas coisas; as coisas que me contam eu gostava de as ver e apreciar e não tenho esse prazer...

(20) - *é a tia Rosa que lhe dá banho e eu nunca e* ***eu nunca estou presente****, porque não nos falamos, eu não lhe dou muitas abébias...(...) ela dá-me piadas e eu engulo porque tenho de lhe ter um bocado de respeito, porque ela é a mãe do meu marido e eu tenho-lhe respeito por isso. De resto é assim...*

A componente do "sacrifício" na Maternidade.

Responsabilização (componente de obrigatoriedade)

Catarina (20) – *é* ***abdicar de ir ao teatro, porque ele gosta de adormecer na minha mama e eu acho que ele é muito pequeno para ficar com a avó ou a baby sitter, sem a mãe.***

(16) - *Não se deve viver para os filhos mas com os filhos, disse-me um psicólogo recentemente... Mas eu acho que tretas à* ***parte se se quer fazer uma carreira, não abandonar radicalmente outros interesses e ao mesmo tempo acompanhar muito bem os filhos o sacrifício impõe-se...(...)***

(18) - *acho que* ***é muito difícil não passar pelo sacrifício****, porque é mais agradável ir jogar ténis à hora de almoço...****Só que eu optei por ser eu a dar-lhe o almoço...***

Felicidade (22) - ***acho, acho****. Depende do que se entende por sacrifício. Não acho que deva ser sacrificada.* ***Abandonar algumas coisas da carreira...Se uma mãe não é feliz ao ceder estas pequenas coisas então é melhor pensar antes de ser mãe.***

Rosa (33) – ***Há sacrifício sim.*** *Mas não me arrependo. Daquilo que faço não peço nada em troca. Mas a qualquer pessoa.*

"fontes de informação para o cuidado dos filhos"

(responsabilização)

Carlota (22) - ***eu segui um bocadinho as indicações do médico.*** *Naquela altura seguiam-se muito essas indicações. Fui um bocado pelas prescrições do médico.* ***O médico é que sabia e eu queria o melhor possível. Por exemplo mandáva-me dar sopa com carne de vaca e a A. fazia alergias e eu acho que era excesso de proteínas. Mas o médico é que sabia.*** *Acho que se fosse agora tinha doseado melhor.*

Carlinda (8) - ***recolhi-a em livros.*** *Tive um pediatra que respondia sempre às questões que eu colocava (...) procurei livros, ainda hoje faço isso.*

Ana (38) - *tinha alguns comportamentos excessivos.* ***Por exemplo o médico aconselhou-me a sopa dos 7 legumes e eu obsessivamente fazia essa sopa (...) essa indicação segui-a cuidadosamente.***

Sandra (8) - *os livros ficaram de parte. Não havia tempo.* ***Recorri a minha mãe e minha sogra. Só recorri a mulheres, os homens não sabem nada (...) a primeira reacção é confiar na mãe.***

Maria (8) - *ajuda médica (...) também procurei* ***ler enciclopédias médicas, conselhos das amigas e de minha mãe. tentei fontes fidedignas. Mas a minha mãe é a grande ajuda. É ela que fica com ele.***

Catarina (34) - ***uma grande amiga*** *que me ensinou muito e o que ela me disse era completamente diferente daquilo que as outras pessoas me diziam*

Comentários:

As acções discursivas que envolvem as descrições emitidas têm o efeito discursivo de estar conotadas com estados e atribuições fixas de qualidades as quais configuram discursos que remetem para um sujeito passivo e apenas suporte de atributos. Nos discursos agora transcritos, as acções discursivas com que as informantes descrevem a Maternidade fazem referência a acções que se inserem num quadro que envolve conotações a experiências vivenciais que lhes estão associadas por comparação aos discursos de maternidade validados socialmente, no contexto cultural de pertença das informantes. Ressaltamos a exemplo, estes discursos expressivos: ***"a árvore que deu fruto. A pequena eternidade."*** . ***"é uma coisa bonita".*** A posição enunciativa destes discursos tem como suporte também uma conotação com um certo absolutismo biológico no qual as mulheres informantes inscrevem a Maternidade, *"Gostaria de ter* ***um filho biológico*** *porque* ***éramos nós*** *que estávamos aí".* ***"os nossos filhos são a nossa vida"*** Posições enunciativas que tendem a enfatizar a biologia, podem promover os modelos tidos como mais adequados para a expressão de maternidade. Uma conotação essencialista da maternidade, constitui-se, como se viu na literatura, como um lugar crucial para a construção da identidade adulta das mulheres. Além disso, as acções discursivas suportadas em

descrições dão ao sujeito a possibilidade de se pensar como enunciador fiel da realidade, o que o faz perseverar no esquecimento que são as condições sócio ideológicas que constróem os discursos. Uma posição enunciativa com estas características indicia que a voz universal prossegue ininterruptamente o seu discurso, amarrando o sujeito à força normativa a qual tem como efeitos discursivos o constrangimento de discursos alternativos, posto que o sujeito se limita a copiar o que está estabelecido, o que nos faz também pensar na precaridade das alegadas conquistas das mulheres e a sua internalização nos discursos. Mais ainda, uma concentração em acções discursivas descritivas desenha um sujeito discursivo inscrito numa formação discursiva que reproduz a categoria Maternidade construída pelo poder patriarcal, legitimada pelo saber androcêntrico veiculado pelas grandes famílias de enunciados. Como já referimos, as expectativas sociais expressas nas acções discursivas reproduzidas de modelos normativos são reincidentes num sujeito pouco interveniente na reconfiguração do mundo. O sujeito que ao descrever a Maternidade estabelece comparações com os discursos que circulam na cultura retoma as justificações biológicas que são sempre o último reduto da legitimação: *"Chama-se mais pela mãe que pelo pai"*, faz pensar numa concepção de maternidade carregada de traços rousseaunianos presentes no ideal de mãe que previa para a mulher um espaço de poder doméstico e sem sombra de intervenção pública, que vigorou nos últimos duzentos anos.

Como foi referido, aquando da abordagem à leitura analítica, ponto deste capítulo, os temas "Mudanças induzidas pela Maternidade" e "Sentimentos

experienciados no nascimento dos filhos" são configurados por acções discursivas, que a seguir se transcrevem, de carácter justificativo para a *realização pessoal* e de carácter obrigatório para a *responsabilização* experienciada.

Realização e *responsabilização* envolvem acções discursivas que têm o efeito de reforçar os seus enunciados, em virtude da voz consensual subjacente ao discurso social. As acções discursivas que sublinham a *realização*, constituem o *modus operandi* da manutenção da maternidade num modelo tradicional, de acordo com os padrões vigentes na sociedade que globalmente liga as mulheres à expressão da maternidade:"***a maternidade é fonte onde posso ir buscar mais sentido para a minha vida*** ".

Concorrem nesta formação, discursos que podem abrir a possibilidade à estigmatização e desconsideração social das mulheres que por qualquer motivo, opção ou por incapacidade, não sejam mães, ficando assim impossibilitadas de aceder à "normalidade" para se ser mulher, poderão em todo o tempo, ser catalogadas como pessoas incompletas e de identidades ambíguas.

Esta posição continua a noção socialmente aceite e amplamente difundida que a mulher, pela sua natureza, se destina à maternidade, que esta é lugar de construção de identidade e lugar de realização pessoal: ***"acho que me realizou em muitas coisas"*** (...) ***"vejo a não realizar-me claramente se não for mãe.". "fico incompleta sim, fico incompleta."*** . Um discurso onde se manifesta uma relação de carência pessoal face ao acontecimento Maternidade, continua a ideologia social que

faz a apologia da maternidade como uma componente central, definidora da identidade das mulheres. Nestes discursos a maternidade é definida como a via para a realização física e emocional e é tematizada como um mandato de acordo com as ideologias correntes. Os discursos transcritos estão saturados de descrições e atribuições de qualidade que apenas reiteram sujeitos como suportes de atributos.

As acções discursivas relativas às emoções sentidas quando tiveram os filhos, configuram efeitos discursivos que tendem a sublinhar um sujeito que se posiciona em acordo com as valorizações sociais que envolvem o projecto de maternidade. O que mais se acentua nos discursos da *realização* é que ao prosseguir o discurso da felicidade, experienciada no nascimento dos filhos, sem referência ao companheiro, a ideologia que tende a conformar as mulheres à responsabilidade acrescida pela criação dos filhos, é reforçada.

A *"responsabilização"* desenha um sujeito que age impelido por forças internas, que o obrigam, o que impossibilita acções de ruptura. Assumindo a *responsabilidade* do acontecimento, o sujeito reporta-se à voz universal que não pode sofrer contestação pois a sua força reside na prática quotidiana. As acções justificativas da *responsabilização*, marcadas na contradição, evidenciada nos discursos: ***"mudámos o rumo da nossa vida, mas mesmo assim gostamos" ..."é muito trabalhoso, mas é bom"***, vão no sentido de reproduzir a voz socialmente aceite. Os efeitos discursivos destas posições indiciam estar o sujeito num lugar do discurso no qual não investe força suficiente para configurar o mundo e estabelecer rupturas.

Os enunciados, que envolvem obrigação da *responsabilidade* denotam o fraco investimento na acção, porque a distância entre o sujeito e o seu enunciado é acentuada pela voz interna que configura um sujeito privado de vontade para produzir alternativas. Relativamente aos cuidados maternos a posição enunciativa sugere que são desempenhadas num quadro prescritivo da chamada "maternidade científica". As emoções negativas face aos aspectos rotineiros e fatigantes dos cuidados com as crianças pequenas são silenciadas no discurso. As mães identificam-se muito, de acordo com Ruddick (1989), não com o que sentem mas com o que tentam sentir. O sujeito discursivo toma como verdades universais os enunciados que acentuam a *centralidade na criança* em relação directa com o apagamento da mãe e assunção da sua responsabilidade na educação dos filhos.

As acções discursivas utilizadas pelas mulheres informantes, relativamente ao questionamento sobre a componente do sacrifício, que o discurso popular associa à Maternidade, tornam o sujeito discursivo no porta-voz da norma culturalmente aceite que envolve o estereótipo da maternidade idealizada, segundo o qual se espera que as mães sejam abnegadas e suportem todas as contrariedades de forma auto - controlada.

A Formação Normalizadora sugere-nos a longínqua e, sempre presente, voz universal que atravessa o pensamento cultural e se expressa nas acções discursivas das informantes, cujos efeitos discursivos se repercutem no seu

quotidiano. As linhas discursivas com que se tece a Formação Discursiva Normalizadora tendem a conformar a Maternidade como lugar de realização exclusiva da mulher, da mãe que nutre, guia e cuida; pode contribuir e, certamente contribui, para fazer prosseguir o discurso social mais profundo da manutenção do *status quo* com implicações mais amplas, em termos da vida das mulheres, uma vez que os discursos produzem práticas institucionais de controlo sobre os sujeitos sociais.

Formação de Resistência: acções discursivas

O conceito foucaultiano de resistência subjacente a esta formação, envolve a componente sócio-política e não é tomado do domínio psicológico que geralmente lhe atribui uma conotação negativa. Como ficou patente nos capítulos precedentes o percurso das mulheres, em geral, e como mães, em particular, foi marcado, de muitas formas pela exclusão. Muitas delas encontraram modos activos de resistência a essa marginalização e formas de dar personalidade discursiva aos seus enunciados. A marginalização é um fenómeno social de ser diminuído e desvalorizado comparativamente a outros grupos, ou de ter sentimentos, práticas ou acções, desvalorizadas em relação ao ideal dominante. Quando a marginalização ocorre a experiência, de alguns, é subjugada à experiência de outros e tornada menos visível, menos ouvida, desprovida de voz. Muitas vezes, os que são colocados à margem tendem a

assumir os valores dos que estão no centro, os discursos da norma, outras vezes resistem. O conceito de *resistência* é desenvolvido por Foucault como via para a emancipação e construção de subjectividades em discursos alternativos ao poder das ideologias dominantes, como já se referiu.

É a forma como os seres humanos se tornam sujeitos e formas de resistência que podem adoptar como vias para a emancipação e individuação. Essas linhas de resistência desafiam a dominação, a exploração e as prescrições de individuação e identidade.

Nesta formação discursiva, sempre que as informantes enunciaram a Maternidade utilizando acções discursivas que configuram a polémica do *confronto*, a auto - crítica da *experiência pessoal* e a enunciação dos seus próprios *propósitos*, consideramos que estão a reportar-se a um discurso de resistência com vista ao fortalecimento da sua posição como sujeitos.

A produção discursiva que constitui esta formação é polémica pelo confronto com o discurso normativo, confronto que é feito, por exemplo, na disputa de campos dominados pelas prescrições de peritos: ***"nunca consultei nenhum livro de cuidados maternos"***. A capacidade de acção do sujeito que o impele a aderir a projectos de mudança define os contornos de uma identidade diferenciada da voz universal, normalizada. A *experiência pessoal* constitui-se como lugar de resistência, onde as mulheres informantes mostram os seus propósitos em construir discursos alternativos, negando a normalização e elegendo formas autónomas de funcionamento. Nesta formação discursiva encontram-se

enunciados que se sustentam da capacidade de acção dos sujeitos face a mecanismos ideológicos que têm impressa a forma histórica na relação do sujeito com o simbólico.

As acções discursivas que envolvem *propósitos* e *experiência pessoal* são dificilmente destrinçáveis, na sequência das falas, uma vez que, por um lado, foi a partir das experiências que algumas informantes sustentaram a enunciação de propósitos (ex: *eu sentia - me de tal forma presa àquele novo ser que estava comigo (...) que experimentei sair num fim de semana a ver se era capaz de deixar a M. com o pai*) ou o contrário (ex: *fiz uma coisa que foi considerada ousada e quase agressiva (...) que foi ir procurar o decreto do direito à amamentação e fiz um requerimento (...) o que foi considerado ofensivo*). As acções discursivas que envolvem **confronto** com os discursos da norma, mais facilmente destrinçáveis, foram agrupadas e sinalizadas.

Formação Discursiva de Resistência

Acções discursivas: *confronto,*

propósito e experiência pessoal

Formação Discursiva de Resistência

Nesta formação as informantes enunciam os tópicos: *significados, sentimentos experienciados e mudanças trazidas pela* maternidade (tal como na formação nomalizadora), em acções discursivas que têm subjacentes o: **confronto** e **propósito e experiência pessoal** das informantes:

(propósito e experiência pessoal)

Carlinda (24) - *(...) **fiz uma coisa interessante e até com algum medo; sentia-me de tal forma presa àquele novo ser que estava comigo e que me dizia tanto que experimentei sair num fim de semana a ver se era capaz de deixar a M. com o pai.** Depois as minhas amigas diziam "olha que mãe " ! **Mas acho que foi importante. Consegui. Fui a Lisboa. Lidei bem com a ansiedade. Não me senti culpabilizada.** Se calhar até me sinto agora mais culpabilizada, em termos de acompanhamento.*

Catarina (10) - *eu **tive uma reacção que intrigou toda a gente que foi um grande choro.***

Longe de ser de felicidade foi o de sentir uma responsabilidade imensa por uma coisa que eu tinha sonhado muito, muito; imaginado como era e que de repente se impunha ali a chorar, todo sujo a cortarem o cordão umbilical (...) ele estava ali e precisava de mim e assumir essa responsabilidade.

(34) - (...) *Uma coisa muito incorrecta que há é quando uma jovem mulher tem um bebé toda a gente a ensinar coisas (...) as pessoas não paravam de fazer aquele discurso da "grande alegria", "que felicidade" mais um bebé na família, "agora é que o casamento faz sentido".*

(36) - *Ela falou-me das grandes dificuldades, o controlar a vontade de ler, para manter um certo equilíbrio, porque o ler em pessoas como nós é quase uma necessidade fisiológica ...como controlar noites mal dormidas, uma intimidade mais ameaçada com o marido.*

Carlinda (54) - *fiz uma coisa que foi considerada ousada e quase agressiva pelas pessoas do Conselho Directivo que foi eu ir procurar o decreto do direito à amamentação e acompanhamento dos filhos e fiz um requerimento. Nessa altura ainda havia papel azul, o que era considerado muito ofensivo. Depois toda a gente passou a ter esse direito na escola mas foi muito mal entendido, na altura. Não estou nada arrependida por tê-lo feito.*

Lúcia (10) - *não quero educá-lo como fui educada. A relação com os meus pais era muito distante. A minha mãe sempre preferiu o meu irmão. Acho que os meus pais não tinham uma boa ligação comigo.*

(confronto)

Catarina (10) - (...) *eu fiz parto sem dor que aconselho vivamente* **(...)**

(14) - *(...) O G. foi integrado na escola livre de amamentação, mama quando quer, à hora que quer, o que escraviza perfeitamente as mães. O G. era daqueles que de hora em hora queria mamar*

e eu tinha muito leite. O médico dizia que ele estava a dialogar com a mãe; mas quando se diz isto é preciso ver em que estado está a mãe. Portanto não achei que o pediatra não cuidasse muito da mãe, cuidava mais do bebé e ressenti-me muito disso, dessa mudança de vida.

(12)- (...) *acho que o parto não é uma ocasião social. Eu queria conhecer o bebé estar com ele, falar-lhe sem espectáculo.*

Teresa (6) - *assim nunca fazia nada do que a médica me dizia. Ia à minha mãe. Só agora que a D. tem 7 anos é que faço o que a médica manda.*

Carlota (26) - *(...) Ela outro dia disse-me que se lembrava de não ter tido aqueles brinquedos que não teve por dificuldade, mas sobretudo por opção nossa. Por exemplo, perguntei-lhe se se sentia infeliz por não ter tido a Barbie, os Piny Ponies etc. ela disse-me que não. Teve aquelas coisas básicas: a bicicleta, os legos; sempre teve aquilo que era fundamental e não os brinquedos estereotipados.*

Ana (14) - *nunca consultei nenhum livro de cuidados maternos. Acho que foi uma opção pessoal. Achei que a parte instintiva iria conduzir.me no bom caminho.*

Interferência do trabalho no desempenho da Maternidade

(propósito e experiência pessoal)

Carlinda (10) - *Não acho. Penso até em alguns artigos que surgiram nos jornais sobre filhos abandonados etc. imediatamente as sociedades têm tendência a culpabilizar as mães. Eu, e isto nem é nenhuma posição feminista, é uma posição de mãe...Então podíamos*

colocar essa questão em relação aos pais.(...) se coordenarmos bem as ***tarefas penso que poderemos não afectar o nosso trabalho profissional, embora nem sempre seja fácil.***

(14) - ***Como pessoa penso que tenho de trabalhar.*** *Até porque cuidar dos filhos seria sempre uma tarefa temporária, porque eles precisam de ser autónomos. Nunca me vi sem ter um trabalho, uma profissão, sem ter um investimento em termos sociais, isto não significa que eu naõ tenha as minhas obrigações com os meus filhos.*

Carlota (35) - ***Acho que apesar do emprego aumentar os trabalhos das mulheres, acho que é preferível ter o direito à sua independência, ao seu trabalho, à sua carreira, à sua vida.*** *Não acho que haja uma carreira doméstica, porque é circunscrevê-la à invisibilidade. É fazer muito trabalho invisível sem visibilidade nenhuma. O trabalho doméstico nem sequer entra nas contas do PIB, que é uma coisa gravíssima e injusta. Se as mulheres deste país deixassem de fazer essas tarefas, o país era um caos. No entanto elas fazem-no e ele não é contabilizado, o que é uma injustiça, porque é uma forma de produzir riqueza que não é encarada..*

(37) - ***Acho que se a pessoa se sente mais realizada trabalhando também como mãe vai estar mais reconciliada com ela própria,*** *não é tão amarga. Se me realizo profissionalmente eu serei uma mãe mais calma, apesar do frenesim do dia a dia. Se estivesse em casa entre quatro paredes, acho que seria uma mãe menos boa.*

(39) - *É ter* ***uma independência económica, uma vida própria intelectual.*** *É não se circunscrever a um espaço restrito que é o da casa e é ter a sua própria vida. Eu acho que as mulheres precisam. Têm dado mostras que do ponto de vista social conseguem grandes proezas.* ***A questão por resolver é sempre a das tarefas.***

(41) - *Acho que a casa é uma espécie de ninho, mas não é... eu se estiver uns dias em casa sinto-me inútil. É o trabalho de fazer e desfazer. A Penélope...é um trabalho pouco gratificante, porque é repetitivo, não tem estatuto, mas tem de ser feito.*

Sandra (6) - ***acho que uma mulher realizada é a que tem uma profissão de que gosta e sem***

crises económicas.

(confronto)

Ana (24) - *acho que a mulher se pode realizar sem filhos.*

A componente do "sacrifício" na Maternidade

(projecto e experiência pessoal)

Carlota (45) - *acho* ***que devemos esforçarmo-nos mas não sacrificarmo-nos*** *até porque mais tarde ou mais cedo essa factura será cobrada. Quem abdica de tudo por causa dos filhos tem tendência a dizer mais tarde "fiz isto por tua causa". Acho que isto é mau.*

Carlinda (32) - *Acho que não.* ***Acho que deve fazer o que entende como razoável e possível.*** *Se nós nos esquecemos de nós próprias como é que devemos estar com os outros? Se nós nos anularmos também não somos nem referência nem modelos identificatórios para os filhos e, para além disso acho que devemos ser pais e eu tenho que ser mãe.* ***Nem sequer vou naquela ideia que a mãe se pode transformar numa amiga. A mãe tem de ser mãe.***

(34) - ***Acho que é mal, esquecer os papeis.*** *Traz confusões à cabeça das crianças. Acho que não lhes permite identificações. Não é saudável nem promove a autonomia. Acho que tenho de dar algumas respostas como mãe.* ***O que os filhos esperam de nós é se calhar alguma segurança, algum apoio, algum acompanhamento mas como mães. Depois os amigos também são as conquistas deles. E é assim e as mães têm-nas antes de ter os amigos***

Papel do Pai

(projecto e experiência pessoal)

Dora (18) - *E ele não dava conta porque é que* ***ele também só vivia para a bebé.*** *Ele é muito ligado à nossa filha de forma fantástica.*
(20) - *para determinadas situações,* ***para as meiguices vai ao pai, mas quando quer alguma coisa, quando se zanga com uma amiga é com a mãe.***

Ana (30) - ***a filha não é elemento a mais, é um elemento que faz parte do núcleo. Funciona normalmente na família. Não é utilizada nunca...***

Felicidade (18) - *acho que há um maior equilíbrio na relação e acho que a criança tem mais* ***probabilidades de um crescimento equilibrado(...) se os dois pais estiverem presentes. Acho que é mais complicado para a mãe viver essa carga sozinha.***

Catarina (22) - ***sem a juda do meu marido eu era uma mulher falhada. Ou tinha abdicado da minha carreira ou tinha decidido educá-lo de outra forma.***
(24) - *sob pena de pôr o casamento gravemente em causa ou de deixar uma cicatriz tão intensa que provavelmente acabava com qualquer tipo de amor, no meu caso.*

Carlota (43) - *Acho que a maior parte é para as mães.* ***Mas já há muitos pais a acompanhar os filhos, a estar com os filhos...Já há homens que querem assumir esse papel...*** *Li um artigo em que um pai fez uma experiência interessante com o filho. A criança tinha cólicas e sempre que o aconchegava ao peito ele acalmava. Ele aprendeu com o filho o tacto, o contacto, os*

afectos. Aquele contacto físico para ele foi um deslumbramento. É fabuloso. ***Aqui há uns tempos pensava-se que isto era exclusivo das mães. Cada vez mais caminhamos para isso.***

Comentários:

As estratégias discursivas de *confronto* permitem ao sujeito construir uma identidade discursiva como fruto da diferenciação face às vozes normativas. Embora as acções discursivas sejam num primeiro momento, as da norma social, negam-se de seguida introduzindo a polémica, pelo confronto: (*"**acho que a maior parte do trabalho é para as mães. Mas já há muitos pais a acompanhar os filhos**"*). Os papéis tradicionais são problematizados, encaram-se rupturas no estabelecido. Este sujeito começa o discurso da possibilidade.

A posição enunciativa que envolve *propósito* do sujeito tem como motivação fundamental projectos de auto-afirmação de uma nova subjectividade cuja produção se orienta pela via da significação social, historicamente contingente. Tem como fundamento as mudanças observadas em novas formas de interacção social. O sujeito discursivo é capaz de propôr soluções em virtude dos seus objectivos: (*"**Nem sequer vou naquela ideia que a mãe se pode transformar numa amiga. A mãe tem de ser mãe**"*)

A posição enunciativa a partir da *experiência pessoal* abre portas à reflexividade e enuncia a possibilidade de acção e intencionalidade dos sujeitos. Compreender estes discursos pode ajudar a desenhar estratégias de mudança,

construir discursos alternativos, desafiar a ideologia da maternidade construída sobre dinâmicas de subordinação continuamente reforçadas nas tecnologias de representação, conforme a literatura que nos serviu de base de consulta.

Um sujeito discursivo que toma a *experiência pessoal,* como base para a resistência não recorre à voz normativa, fá-lo a partir da sua própria voz, da sua própria experiência: (***"sem a ajuda do meu marido, ou tinha abdicado da minha carreira ou tinha decidido educá-lo de outra forma"***). A experiência reflectida permite a intervenção no mundo e por isso este tipo de acções discursivas rejeita afirmações globais ou gerais em virtude da delimitação pessoal, situacional ou condicional, daquilo que se diz.

Uma posição enunciativa que não se adequa ao socialmente vigente no seu contexto mais restrito (***"acho que o parto não é uma ocasião social. Eu queria conhecer o bebé estar com ele, falar-lhe sem espectáculo"***) e que rompe com as normas sociais que, nesse contexto, usualmente regulam o nascimento, configuram uma posição de confronto cujos efeitos podem ser polémicos para o sujeito que o emite. A motivação fundamental presente nos enunciados desta *formação discursiva* é tentar resistir, problematizando e fazendo a auto-crítica constante que se manifesta na rejeição de obrigações de responsabilidade e de prescrições, se expressa, também, na *experiência* reflexiva, na enunciação de *propósitos* pessoais. Esta diversidade discursiva emerge da auto-afirmação das mulheres, em novas subjectividades, cuja produção se expressa nos propósitos que enunciam.

Na Formação de Resistência poderemos identificar alguns fios discursivos que começam a problematizar os discursos que fazem da mãe a única prestadora de cuidados às crianças e a sugerir discursos alternativos, discursos que tentam "abater os muros" do género. O caminho para a construção de modelos partilhados de cuidados dos filhos é ainda muito longo para as mulheres de baixo estatuto sócio-cultural. Essas continuam a tarefa esgotante do trabalho em empregos de tarefas repetitivas, a perder tempo nos transportes públicos e a chegar a casa para continuar um sem número de tarefas, tantas vezes sem ajudas. Um discurso de resistência aos poderes induz caminhos alternativos.

A Análise do Discurso permite tornar manifestos discursos que estavam ocultos, torna-se instrumento de interpretação para a realidade envolvente e permite que os sujeitos organizem estratégias de mudança. Pensamos que a capacidade para a acção do sujeito resulta da interpelação ideológica que o pode transformar em agente do seu discurso, pois tem em conta as forças presentes nas condições de produção do mesmo. Para explicar a capacidade de resistir a discursos de poder, Parker (1999) estriba-se na noção de contradição ligada à contenda e problematização dos discursos que se expressa na recusa pelo sujeito daquilo que é dado como adquirido e na tentativa de traçar discursos alternativos para a produção de sentido.

Conclusão e comentários ao estudo

As acções discursivas com que as mulheres informantes descrevem, organizam e dão sentido ao constructo Maternidade são as mais variadas. Foi possível, utilizando critérios mínimos de segmentação do texto e agrupamento das acções discursivas, delinear duas posições qualitativamente distintas no que diz respeito aos efeitos discursivos e às relações produzidas pelas práticas sociais, as quais tanto podem ser reprodutoras de discursos sócio-culturalmente sedimentados como desafiantes e indutores de discursos de mudança.

Dos modelos que circulam e povoam o universo das mulheres da cultura ocidental, foi possível traçar dois posicionamentos discursivos, cujas linhas funcionam como guias de acção e consistem em fragmentos formadores de subjectividades.

Partir de uma posição de sujeito que se define por *descrições* e justificação da *realização*, se move por forças internas para a *responsabilização*, configura, desde logo, um sujeito discursivo a reproduzir a voz universal da norma legitimada socio - discursivamente. Mesmo os modelos de maternidade mais em voga, redefinidos sobre os antigos, mantêm muitas vezes fios discursivos residuais que remetem os cuidados da infância para a "natureza feminina".

Na Formação Normalizadora inscrevem-se os fios discursivos que fazem prosseguir os discursos da maternidade como realização suprema, que podem reforçar representações em que a maternidade se constitui como lugar de

identidade para a mulher adulta e se constitui também como uma função idealizada. A persistente expressão de emoções, configurando a maternidade, apenas numa tonalidade afectiva positiva, pode fazer prosseguir o discurso que as mesmas são apenas naturais e não aprendidas socialmente.

A voz do sujeito discursivo que emerge de posicionamentos que o capacitam para intervir, preenche a Formação de Resistência. Os principais processos discursivos subjacentes a esta Formação decorrem de acções discursivas que têm o efeito de questionar as definições reproduzidas dos quadros normativos. Esse questionamento decorre de um movimento reflexivo das informantes sobre a sua própria experiência com vista à enunciação da formulação de tomadas de posição novas.

A experiência própria é tomada como lugar de polémica e problematização da subjectividade, produzida pelas grandes famílias de enunciados, procurando, nesse movimento, configurar uma nova subjectividade na qual o protagonismo do *confronto* e rejeição da norma é assumido pelo sujeito, na sua capacidade de agir, capaz de gerar novos campos de emergência, na arena social.

A heterogeneidade discursiva desta formação acentua o questionamento subjacente à emergência de novas subjectividades. A afirmação de novas subjectividades não é apenas resultado de acção individual dos sujeitos mas resultado de complexas interacções onde se cruzam a crítica cultural, a acção do sujeito e as contingências da mudança social. A afirmação de nova subjectividade não pode confundir-se, como assinala Llombart (1993), com o sujeito individualista do conhecimento da psicologia positivista, desconstruído

por Gergen (1994) nem com o arrebatar dos poderes do patriarcado numa linha do pensamento feminista radical.

Os novos discursos da maternidade só podem ser configurados na incorporação de valores que ligam as práticas às pessoas como assinala Hollway (1989), e, por isso, podem proporcionar poderes, que distribuem os sujeitos por posições mais favoráveis nas suas relações com os outros.

As mulheres que têm carreiras não querem prescindir nem das carreiras nem da maternidade como factor de realização pessoal. É preciso inventar novas formas de convivência. Nesta Formação de resistência, os discursos acentuam as contradições entre o universo de amor votado aos filhos e um fardo, silenciado, da não partilha das tarefas domésticas *"Se as mulheres deste país deixassem de fazer essas tarefas, o país era um caos. No entanto elas fazem-no e ele não é contabilizado, o que é uma injustiça,"(...).* Neste ponto a maternidade interpela, enquanto sujeito discursivo, as dimensões ideológicas da *formação discursiva normalizadora* na qual se tece a norma, que, tradicionalmente, remeteu, por séculos, a mulher para a invisibilidade doméstica.

Os discursos das informantes estão ainda marcados pela ausência da figura paterna na criação dos filhos, mesmo que afirmem não aceitar passivamente essa circunstância. Embora o discurso ideal do vínculo materno se conserve, podemos sublinhar que alguns enunciados começam a desenhar uma mãe relativamente autónoma de discursos que a remetem ao sacrifício dos seus projectos em nome de um alegado desenvolvimento harmónico da criança. Embora a imensa visibilidade discursiva do pai, na sociedade, seja marcada pela

"ausência", no discurso de felicidade das mães, as mulheres informantes, embora com traços muito tímidos, começam a delinear a sua presença nos discursos da partilha dos cuidados maternos. Esses traços vão no sentido de incluir a figura do pai na partilha daquilo que Rich (1976) na sua concepção visionária de maternidade defendia que nutrir, cuidar e esquecer-se de si deverão ser as coordenadas de sustentação dos direitos da mãe e do pai e nunca as obrigações. As obrigações actuam como apego à natureza ou aos peritos num *déficit* claro de autonomia. As formações identificadas mostram - nos que mulheres diferentes têm necessidades diferentes e objectivos diferentes, umas orientam-se pela norma outras tentam rupturas abrindo vias a novos discursos, que se internalizados são condição para a abertura de brechas num modelo de maternidade desenvolvida sob o peso do patriarcado ou sob o poder dos discursos de prescritivos.

Este estudo suscita-nos algumas reflexões. A primeira diz respeito ao universo empírico em que nos movemos e cujo sentido das enunciações do particular e do diferente nos permitiu mergulhar num mundo de especificidades. Este pressuposto desde logo nos torna cautelosas face a uma procura da verdade e face à tentação da procura de leis gerais, no que diz respeito à maternidade. Esta precaução é corroborada com o ponto de vista de Nogueira (1996) quando afirma no seu trabalho que *"não se assume qualquer "descoberta", apenas a apresentação de uma interpretação comprometida ideologicamente* (...)"(p. 391).

Cabe aqui a nossa segunda reflexão, esta sobre o papel do analista, a importância dos aspectos formais e a relevância da sua subjectividade para a

construção do texto crítico. Tal como esta autora, que nos precedeu neste tipo de análise, consideramos ser tarefa difícil ao analista a opção dos discursos a analisar. Se, por um lado, o arranjo dos aspectos formais dos discursos suscitaram momentos incerteza, dada a carência de modelos com os quais pudessemos estabelecer algum tipo de comparação, por outro lado, essa tarefa constitui-se como espaço propício ao exercício da criatividade.

Ao analista resta procurar e, de acordo com a sua subjectividade, os que melhor ilustrem o fenómeno em estudo. Em outro ponto deste trabalho fizemos referência à subjectividade do analista. Voltamos a sublinhar ser ela de máxima valia na análise do discurso pela multiplicidade de leituras que é possível produzir ; ela é um recurso da pesquisa nunca um obstáculo. É por via dela que esta leitura é possível. Um texto novo aberto a novas e diferentes interpretações, por via das quais pensamos ser possível aduzir entendimentos novos, produzir novos questionamentos numa perspectiva divergente.

ANÁLISE DE CONTEÚDO

Análise de Conteúdo: a representação da Maternidade

1 - Introdução

"A Análise de Conteúdo é hoje uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais" (Vala, 1986, p. 101). Também a psicologia tem uma larga tradição no *"recurso a materiais biográficos como fonte de informação sobre a personalidade, motivação e atitudes dos indivíduos"* (ibidem, p. 101). As fontes documentais, de cariz biográfico, que utilizamos nestes estudos, mostram-se fontes de informação útil quando analisadas sob a técnica de Análise de Conteúdo. Embora, como já se referiu, o trabalho empírico se concentre na Análise do Discurso, como nova via de estudo, coincidente com o emergente paradigma pós-moderno e que, como já foi sendo sublinhado, sugere novos termos das condições de objectividade da pesquisa, ensaiamos também a técnica de Análise de Conteúdo. Pareceu-nos pertinente esta abordagem porque permite, salvaguardando a fidelidade ao critério da metodologia qualitativa, recolher significados, conhecimentos e atributos de qualidade utilizados pelos informantes e que ajudam a uma outra explicação do fenómeno em estudo. A utilização desta técnica permitiu recolher múltiplos significados e realidades partilhadas, pelos sujeitos, sobre o tema Maternidade. Significados que na perspectiva construcionista, são aprendidos ou socialmente construídos (Berger e Luckman, 1973) e cuja busca, por via da Análise de Conteúdo, permite assinalar determinadas zonas de importância atribuídas pelos sujeitos (crianças e jovens adultos) ao tema Maternidade tendo, o investigador, para si, como quadro de

leitura inferencial as referências teóricas existentes relativas à Maternidade. Portanto o aspecto mais relevante a ser enfatizado são essas zonas de importância, veiculadas pela cultura e partilhadas pelos sujeitos. O interesse deste trabalho é colocar em confronto, dentro do paradigma de avaliação qualitativa, e recorrendo a diferentes técnicas de análise, as mensagens em circulação nos contextos em que se movem os sujeitos para identificar os diversos esquemas conceptuais, os quais constituem como que "bancos de conceitos" utilizados por cada sujeito. Aplicou-se a Análise de Conteúdo às produções escritas de grupo de crianças do 4º ano da escolaridade, e às associações livres de palavras realizadas por jovens adultos, procurando detalhar as suas representações sobre a figura da Mãe. Esta análise permitiu o registo sistemático dos elementos mais importantes envolvidos na representação da figura da Mãe, por parte das crianças e da maternidade por parte dos adultos. Como se explicita, nestes estudos, porque não perfilhamos a crença na transparência do pensamento dos actores sociais, nem nas pretensas virtualidades da intuição, a Análise de Conteúdo permitiu sistematizar inferências, atribuir significado às descrições que as crianças fizeram das mães, ao pensamento associativo dos jovens adultos face à mesma temática. Pela identificação sistemática das características das mensagens foi possível acautelar algumas *"inferências ingénuas ou selvagens"* a que Vala (1986, p. 103) faz referência. Na literatura que nos serviu de base de consulta, sobre a temática da Análise de Conteúdo, não encontramos uma definição que a caracterize como um todo uniforme e unívoco. Embora Bardin (1977) tente uma definição de Análise de Conteúdo como *"uma técnica de ruptura"*que permite dizer não *"ao forjar de conceitos operatórios"* e à aceitação do *"carácter provisório das hipóteses"* (p. 28), o seu

cerne, de acordo com este autor e Vala (1986), reside na diversidade de técnicas de análise que é possível aplicar às comunicações, com vista à obtenção da descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que vão permitir a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens. Esta técnica permite se façam inferências sobre a fonte, a situação em que esta produziu o material que constitui objecto de análise ou até sobre o receptor ou destinatário da mensagem (ibidem, 1986). Não se trata de um instrumento mas de um conjunto de apetrechos que transformam a Análise de Conteúdo, digamos, com mais rigor, num instrumento marcado por uma grande disparidade de formas que é possível adaptar a um vasto campo de aplicações. De acordo com a sua definição, Bardin (1977) identifica dois procedimentos que podem ser generalizados a todas as técnicas de Análise de Conteúdo e que são: i) a descrição analítica cuja função heurística tem como tarefa principal a exploração do próprio texto com vista à sua codificação em grandes categorias, sendo cada uma das categorias composta por vários indicadores, os quais representam determinadas unidades de registo que são procuradas no texto. Este procedimento permite enumerar as características fundamentais e mais pertinentes encontradas no texto; ii) a inferência, operação pela qual se pode dar significação fundamentada às características que foram encontradas no texto. A inferência permite interpretar os resultados da descrição. A partir das estruturas semânticas ou linguísticas é possível, nesta concepção da pesquisa, encontrar as estruturas psicológicas ou sociológicas que permitem objectivar as condições que estiveram na base de um determinado texto.

A Análise de Conteúdo pode ser utilizada na vertente mais qualitativa, para enfatizar temas e subtemas em que um texto se subdivide; ou na vertente mais quantitativa para enquadrar as várias unidades de um texto numa série de relações estatísticas (análise factorial), de acordo com os objectivos e o objecto de análise de cada investigador. Convém assinalar, desde já, que Análise de Conteúdo difere da Análise do Discurso, distinguindo-se desta, principalmente pelo quadro conceptual de referência subjacente à concepção da linguagem. Em Análise do Discurso a linguagem é entendida na sua dimensão performativa, como uma prática social, enquanto a Análise de Conteúdo encara a linguagem na dimensão representacionista.

No âmbito da Análise de Conteúdo os estudos que realizamos foram não experimentais e de índole descritiva. Todos os dados recolhidos, pelas técnicas indicadas (composições sobre um tema, associações livres a palavras) são colocados num novo contexto para se elaborar uma nova leitura das causas e consequências dos enunciados, pelos procedimentos analíticos que a seguir se descrevem. Os dados obtidos, foram depois tratados utilizando estatística descritiva. Utilizámos o teste de Qui-Quadrado para avaliar globalmente se as referências dos grupos nas duas escolas eram significativamente diferentes e o teste Mann-Whitney para análise particular das diferenças nas subcategorias entre os grupos.

A definição de *corpus* que nos serviu de referência concorda com a que Ghiglione e Matalon (1993) sugerem segundo a qual um corpus é constituído por *"um discurso de um certo número de pessoas, todas interrogadas segundo a mesma técnica"* (p. 161). Da

informação recolhida (composições temáticas e associações livres a palavras) foram constituídas duas ordens de *corpus*:

i) um formado pela produção de associações livres a palavras registadas por 100 jovens universitários da Faculdade de Letras do Porto;

ii) um outro constituído composições, sobre um tema dado "A mãe", desenvolvidas por 67 crianças do 4º ano da escolaridade, de escolas básicas de cidade do interior do Nordeste (Mirandela) e de zona Metropolitana do Porto (Vila Nova de Gaia).

Estudo 2: A representação da maternidade em jovens adultos, universitários de área humanística.

Enquadramento do estudo

A Amostra foi constituída por 100 sujeitos, dos quais 85 são mulheres e apenas 15 homens com idades compreendidas entre os 21 e 32 anos, alunos da Faculdade de Letras da UP. A homogeneidade da amostra em termos de nível académico prende-se com a questão de tentar saber se um número razoável de pessoas, da mesma comunidade linguística e cultural usando o processo de associação de palavras a uma dada palavra-estímulo, neste caso particular a palavra Maternidade, produzem um rol temático concordante com o discurso cultural dominante ou, se pelo contrário, os temas encontrados vão no sentido de rupturas com as representações culturais mais tradicionais.

Análise de Conteúdo da associação livre de palavras à palavra-estímulo Maternidade

Dado não ter sido imposto limite à produção de palavras-resposta, nem ao tempo, foi evocado um vasto leque de palavras-resposta à palavra-estímulo proposta "Maternidade".

Obtivemos um *corpus* de 689 referências o que perfaz 6,89 referências como produção média, por pessoa. Não foi encontrada, pelos diferentes intérpretes da análise de conteúdo, informação não enquadrável, e por isso toda a informação deste *corpus* foi incluída no seio das categorias definidas.

A análise de conteúdo tomou em consideração as palavras-resposta, *unidades de registo* que Bardin (1977) denomina como *"a unidade de significação a codificar que corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial "*(p. 104)

A análise das unidades de registo permitiu a construção de uma grelha de 3 categorias semânticas (Quadro 1) que correspondem às grandes áreas de abordagem do comportamento humano (fisiológica, social e psicológica).

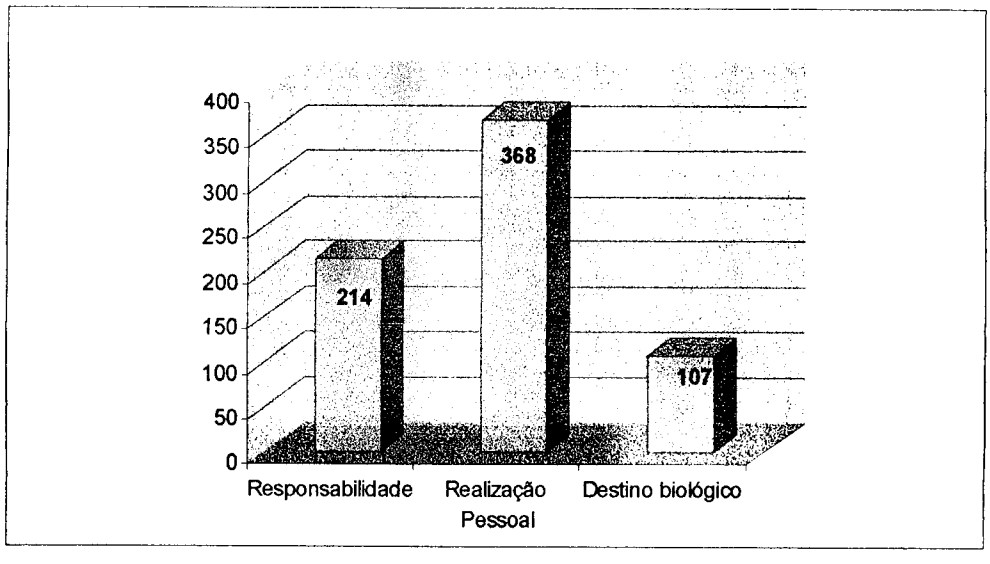
Quadro 1: Grelha de categorias semânticas das palavras-resposta: Maternidade

PALAVRA	CATEGORIAS
MATERNIDADE	DESTINO BIOLÓGICO RESPONSABILIDADE REALIZAÇÃO PESSOAL

Associações livres à palavra Maternidade:

- Maternidade como *destino biológico:* esta categoria englobou associações que relacionam a maternidade com o sofrimento físico, o dar à luz (gritos, sangue, bolsa de água, hospital).
- Maternidade como lugar social de *responsabilidade:* por referência a associações que definem a maternidade como uma responsabilidade, tradicionalmente, inerente à mãe e definida pelas sub-categorias que abrangem o acto de *alimentar, cuidar e proteger e apoiar.*
- Maternidade como lugar de *realização pessoal,* na sua dimensão psicológica: esta categoria englobou as sub-categorias *felicidade, amor, e casamento,* associações que definem a maternidade como lugar onde as mulheres se realizam em termos emocionais, com referências ao contexto de expressão, tradicionalmente aceite, o casamento.

Gráfico 1: Distribuição das palavras-resposta pelas diferentes categorias semânticas à palavra-estímulo: Maternidade



O Gráfico 1 permite-nos visualizar a distribuição das ocorrência das palavras-respostas e sua organização em categorias semânticas. A sua configuração chama desde logo a nossa atenção para as associações mais frequentes à representação da Maternidade. Este Gráfico complementado pela Tabela 1, permite explicitar melhor a distribuição verificada. A palavra-estímulo Maternidade foi desencadeadora, nos informantes, de sentimentos que tendem a representar a Maternidade, inserida na trajectória de vida das mulheres como uma componente importante de realização pessoal. A categoria semântica "realização pessoal" cifra-se em 53,41% de ocorrências face à inclusão da maternidade numa dimensão apenas reduzida à dimensão de destino biológico 15,52% e face a 31,05% para associações a "responsabilidade", sendo significativas as suas diferenças $\chi 2$ (2) = 149,91, p = .000.

Estes resultados sugerem que a Maternidade é um lugar que vincula a mulher de forma inevitável à função de mãe constituindo esta circunstância a sua própria

realização pessoal. Há uma expectativa social que se concretiza em modelos normativos e orienta a experiência das mulheres, pelo que não será despiciendo referir ser esse o motivo porque aparecem 11,95% de associações relativas à expressão da maternidade num quadro de legalidade jurídica (casamento). O facto de à categoria Semântica Responsabilidade se associarem 31,05% das referências faz-nos pensar que o peso da responsabilidade, faz com que os informantes encarem este tópico com alguma prudência $\chi 2$ (3) = 201.51, p = .000. A esta circunstância não serão alheias as transformações que nas últimas décadas sofreram as vidas das mulheres que passaram a incluir o desempenho dos mais variados papeis e de forma muito predominante o desenvolvimento das suas carreiras.

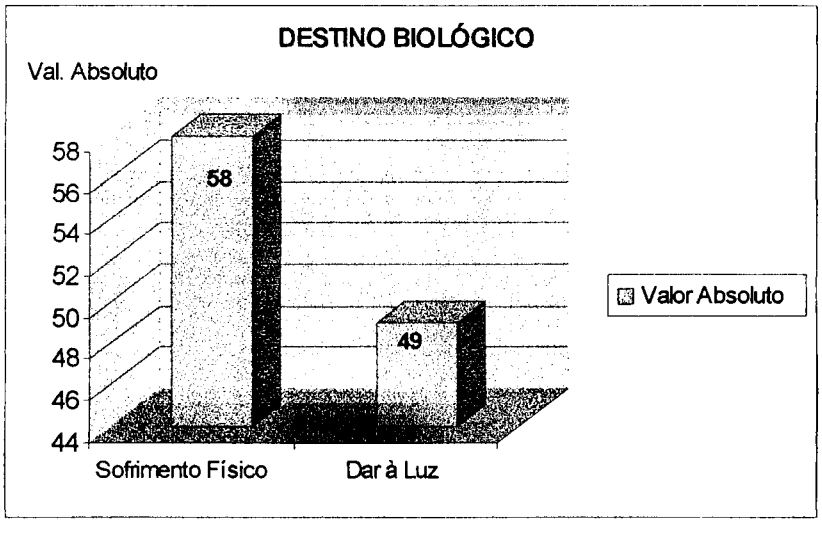
Tabela 1

CATEGORIAS		
DESTINO BIOLÓGICO	107	15,52%
RESPONSABILIDADE	214	31,05%
REALIZAÇÃO PESSOAL	368	53,41%
TOTAIS	689	100,00%

O discurso social que veicula as prescrições do cuidar materno e que torna a maternidade uma tarefa altamente especializada faz com que as mulheres, provavelmente, sintam algum receio que a maternidade venha a tornar-se um

lugar de quase auto-anulação da mãe na sua relação com a criança o que pode contribuir para que os informantes dediquem um número não tão elevado de associações a esta categoria semântica, quanto dedicam à categoria *realização pessoal*. Tal exigência de atenção pedida às mães, para a criança, apresenta-se, de acordo com Urwin (1985), como modelo irrealista e inadequado. Na base desta suposta precaução, por parte dos sujeitos, poderá estar o receio que a responsabilidade pelo cuidar coloque em questão o envolvimento profissional.

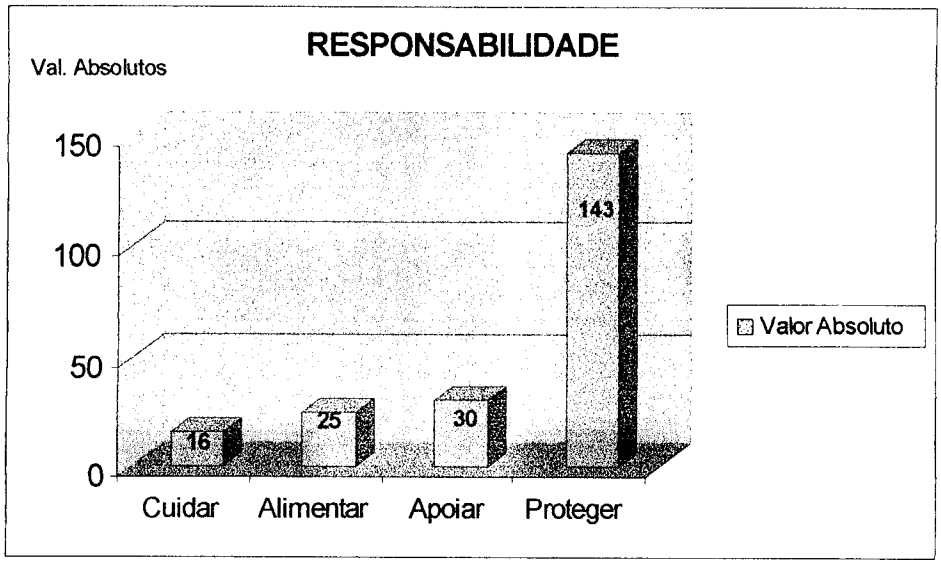
Gráfico 2 : Distribuição das sub-categorias pela Categoria Semântica: Destino Biológico



No Gráfico 2 é possível observar que a população informante faz uma associação intensa do sofrimento físico (54,20%) e parto (45,79%) a um destino biológico, em que inserem a Maternidade, mas sem diferenças significativas $\chi 2\ (1) = 0.76$, $p < .30$. Esta categoria semântica poderá traduzir um universo onde susbsistem representações em que a maternidade, na sua dimensão biológica, anda associada à dor do parto. A nossa cultura destaca como momentos privilegiados da

trajectória feminina a gravidez e parto, situações que apesar dos avanços da farmacopeia, da diminuição da morte por parto, são ainda conotadas com sofrimento.

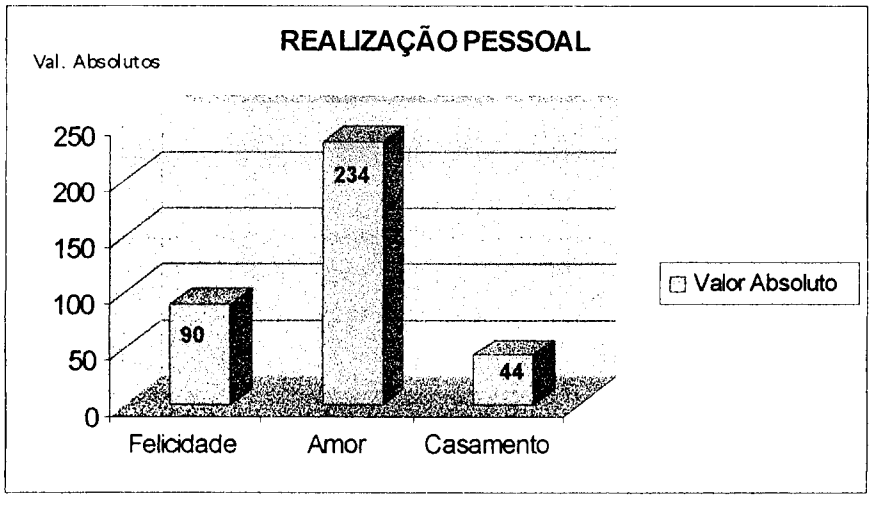
Gráfico 3: Distribuição das sub-categorias de associações pela Categoria Semântica: Responsabilidade



Desde sempre a maternidade foi conotada com protecção. A partir dos anos 70 os cuidados infantis especializaram-se e tornaram-se saberes manejados por peritos (Parker, 1995). Os especialistas das diversas ciências têm um papel preponderante na produção de modelos de maternidade. Como afirmam algumas feministas (Badinter, 1980; Ehrenreich & English, 1978; Kitzinger, 1978) foram os médicos e psicólogos os principais arquitectos desses modelos. Estas deambulações talvez nos permitem sustentar os resultados obtidos nas associações da subcategoria proteger 66,82% em contraste com 11,68% para o alimentar e 7,47% para o cuidar. A sub-categoria da protecção é das subcategorias, a mais cotada, seguida da sub-categoria do apoio. Uma vez que os cuidados e a alimentação podem ser confiados

a uma terceira pessoa, à mãe sempre se reserva a competência da protecção e apoio porque e conforme o que as ideologias da infância têm veiculado, a criança só está bem protegida junto da mãe e esta terá condições de se realizar em plenitude. Esta ideologia é sobejamente reforçada pela pesquisa psicológica que tem colocado a ênfase da importância da figura materna no desenvolvimento psicológico da criança. White e Woollett (1992) destacam que a importância os cuidados da mãe é avaliada de forma diferenciada dos que presta o pai, o que desde logo legitima a sua menor participação nas tarefas.

Gráfico 4 - Distribuição das sub-categorias das associações da Categoria Semântica: Realização Pessoal



De acordo com Badinter (1980) as sociedades valorizam ou abatem determinados sentimentos consoante os momentos históricos. O amor foi manifestamente a associação que obteve mais palavras-respostas 63,58% contra os 24,45% obtidos para a dimensão felicidade e apenas 11,95% para o casamento que serve para justificar a maternidade como projecto afectivo e factor determinante na realização pessoal dos informantes.

Conclusão do estudo

A análise detalhada das Categorias Semânticas permite observar que a componente afectiva da "Realização Pessoal" monopoliza os conceitos associados à palavra-estímulo maternidade. As associações à palavra-estímulo possibilitaram a construção de sub-categorias que traduziram uma configuração afectiva onde se reforçam alguns dos estereótipos existentes sobre esse acontecimento. As sub-categorias "felicidade," "amor" e "casamento" sublinham as concepções de alguns mitos que envolvem a maternidade. Relativamente à ideologia do amor materno os resultados obtidos fazem-nos supor: i) que na representação da maternidade, os jovens universitários incluem a do amor automático, sentido pela mulher, pelo facto de dar à luz, contrariamente à tese de Badinter (1980) que sustenta ser um sentimento que se adquire ao longo dos dias que a mãe passa com a criança; ii) que a socialização recebida pelas raparigas faz prosseguir a ideologia que todas as mulheres, mal dêem à luz querem aos seus filhos de forma *natural*. Os resultados obtidos na Categoria Semântica "Realização Pessoal" vão no sentido das dimensões que Friday (1977) identificou na socialização das raparigas que as preparou, durante séculos para serem apoio, suporte e amparo afectivo dos outros e se sintam incompletas for a desse quadro.

As associações à categoria semântica "Responsabilidade" obtêm cifras elevadas de ocorrências face à categoria "Destino Biológico," mas situam-se abaixo dos obtidos para a "Realização Pessoal". Tais resultados ajudam-nos a inferir que a maternidade como um mandato biológico para as mulheres se desvanece nas representações dos jovens. Na categoria semântica "Responsabilidade" a sub-

categoria "proteger" cifra-se com 66,82% das ocorrências em detrimento das sub-categorias "cuidar" "alimentar". Este facto faz-nos pensar que uma concepção de maternidade, a tempo inteiro, não faz parte do quadro em que inserem o desempenho da Maternidade, contrariamente à sub-categoria "proteger" cujo peso se concentra na responsabilidade percepcionada. Pensamos que a ideologia da especialização do cuidar materno, complementada pelas teorias psicológicas, concentram na vinculação afectiva configurada na protecção, a dimensão mais determinante nesta Categoria. Embora se observe que o maior peso de ocorrências se cifrem em categorias semânticas que reforçam os estereótipos vigentes, parece-nos que talvez, de forma optimista, possamos vislumbrar novas direcções. O casamento tomado como quadro de expressão da maternidade obteve a mais baixa cifra de ocorrências o que provavelmente corresponde a uma concepção de maternidade tomada como um projecto afectivo, de realização pessoal que pode ter a sua expressão não necessariamente no formato convencional de casamento mas obedecendo à livre escolha.

Estudo 3 - A representação da mãe no discurso de crianças do 4°ano da escola básica

Enquadramento do estudo

O estudo desenvolveu-se em duas escolas diferenciadas em termos de contextos territoriais e culturais e teve como hipótese de trabalho a procura de possível implicação da diferenciação sócio-cultural, porventura observada, nos temas específicos utilizados na representação da mãe, pelas crianças informantes. A diferenciação na representação da mãe, poderia ser procurada na variabilidade e frequência de ocorrências utilizadas na categorização semântica. Os grupos são homogéneos, em termos de idades e ano de escolaridade. A opção pelo 4° ano orientou-se por critérios óbvios ligados aos níveis de literacia, entendida esta enquanto a competência não só para ler e escrever mas também compreender, interpretar, analisar responder e interagir com variadas fontes de informação que induzem uma produção escrita mais fluente, tema que desenvolvemos em anterior trabalho (Fidalgo, 1991).

Características de contexto

ESCOLA A – (Mirandela)

A escola A pertence à cidade do Nordeste do País, Mirandela, que se caracteriza por uma certa ruralidade expressa na tranquilidade das ruas, onde as distâncias, dentro da cidade, podem ser vencidas a pé e onde as recentes alterações urbanísticas, com a construção de zonas de lazer junto ao rio Tua, introduziram uma certa frescura aos seus tórridos verões. A pequena indústria familiar, agricultura, os serviços e construção civil cobrem o espectro da vida económica da cidade, onde se inserem as profissões dos pais das crianças consultadas. As crianças, segundo informações das professoras, pertencem a famílias que vivem com um certo desafogo económico, expresso nos comportamentos de recusa ao suplemento alimentar (pacote de leite) que é distribuído na escola; levam de casa bons lanches e sumos de fruta. Os pais manifestam preocupções com os filhos, acompanhando-os à escola e inquirindo, com frequência, do seu aproveitamento junto dos professores. As crianças são descritas como tranquilas e o insucesso escolar dos alunos não é significativo, segundo informações da mesma escola; apenas 3 retenções no 4º ano.

ESCOLA B – (Vila Nova de Gaia)

Esta escola de construção recente e que veio substituir uma outra existente no Largo Soares dos Reis situa-se em área envolvente residencial. Está dotada de infra-estruturas relevantes (polivalente, cantina). As crianças podem fazer os seus almoços e lanches na escola o que constitui apoio importante, aos pais que trabalham, tornando-se a escola um espaço de segurança, para a permanência dos alunos, durante esses tempos. As informações recolhidas junto das docentes referem uma população escolar muito heterógenea em termos de estatuto sócio-económico, e tendencialmente carenciada. O insucesso não é preocupante, segundo as docentes, se bem que alguns casos de conflitualidade com algumas famílias tenha vindo a introduzir alguma perturbação à vivência escolar.

Instrumentos /Procedimentos de Análise

Os dados foram obtidos através da produção escrita de dois grupos de crianças sobre tema dado "A mãe", do mesmo ano da escolaridade e com inserções territoriais diferentes. A metodologia utilizada segue a linha de Bardin (1977), voltada para uma abordagem eminentemente qualitativa, que nos forneceu subsídios para salientar o sentido subjectivo do tema: a Mãe.

Para o tratamento da informação foi aplicada a técnica de análise de conteúdo categorial, na forma temática, articulada à contabilização e à exploração de palavras que foram agrupadas em sub-categorias de recurso à formação das grandes categorias, adiante referidas. Importa destacar que a escolha desta técnica preenche o critério que se prende com a qualidade e riqueza de informação que só desta forma pode ser obtida. O *corpus* das 67 composições subordinadas ao tema "A Mãe", elaboradas por crianças do 4º ano da escolaridade das escolas básicas A e B respectivamente (Mirandela e Vila Nova de Gaia), produziu 826 referências, cuja média de produção por criança, se situou em 12,32. A produção de referências obtidas, em valores absolutos, nos dois grupos, evidencia uma diferença assinalável de 264 referências, entre os dois grupos. Sendo que o grupo da Escola A apresenta uma produção de 545 referências face às 281 da Escola B, esta diferença poderá estar relacionada com a suposta diferença de níveis de literacia entre os dois grupos.

Pré-análise

De forma aleatória retiraram-se 5 composições do corpus inicial de 67 e procedeu-se à sua leitura flutuante para: seleccionar indicadores com vista ao estabelecimento de regras para a codificação.

As unidades de registo de recurso foram:

i) a palavra;

ii) o tema (núcleos de sentido, metáforas utilizadas pelas crianças ex: *" a mãe é como uma rosa vermelhinha", " um sol que me protege", "é um tesouro"*

A Análise de Conteúdo levada a cabo implicou a utilização de um procedimento exploratório ou aberto, trabalhando-se apenas as propriedades dos textos, para lhes retirar a categorização dos conceitos expressos, uma vez que o quadro de análise não estava previamente definido. Desta feita, a linguagem é pensada como uma forma de etiquetar, de designar e descrever os pensamentos e sentimentos. A natureza da pessoa afigura-se como prévia e o papel da linguagem será o de encontrar a forma de expressar essas coisas às outras pessoas, concepção distinta da que abordamos em Análise do Discurso.

A descrição da mãe é feita de acordo com padrões de significado, conhecimentos e atributos, porventura vigentes no espaço cultural mais restrito da criança e engloba atributos e competências inerentes à mãe mas dos quais não separam os seus próprios sentimentos e avaliações. Digamos que a mãe é representada num movimento de centração/descentração, isto é, as crianças incluem os seus próprios sentimentos e avaliações nas tonalidades do quadro em que inserem a representação da mãe.

As unidades de registo, que constituem as subcategorias, foram agrupadas em grandes categorias semânticas utilizadas pelas crianças para delinear a figura da mãe e que designamos como *"Competências da Mãe", "Atributos pessoais da Mãe"* e *"Sentimentos e Avaliações"* (dos filhos) que passaremos a explicitar:

1 - A Categoria *Atributos Pessoais* diz respeito à descrição de qualidades e atributos de qualidade no que concerne à construção simbólica de uma figura da mãe.

Dessas descrições emergem os traços, *características físicas,* que vão delineando o seu perfil, por referência ao que é observável e visível na mãe como sejam a altura: ***"a minha mãe é alta"*** ou peso ***" a minha mãe não é gorda"***; a cor do cabelo: ***"o seu cabelo é preto"*** e beleza: ***"a minha mãe é bonita", a sua pele é branca e suave", a minha mãe veste-se bem"***. Um outro traço constitutivo do perfil diz respeito a características não observáveis directamente, mas por via dos seus produtos e que são *as características intelectuais,* por referência directa à inteligência: ***"a minha mãe é muito inteligente"*** ao seu percurso escolar: ***" a minha mãe andou no liceu e depois foi para a faculdade"*** , aos cursos que fez: ***"fez biologia e sabe as coisas da Natureza"*** , à sua implicação no trabalho:***" a história é a sua paixão."***. O "retrato" inclui referências às *características de personalidade* sempre que assinalam a simpatia, afabilidade e sociabilidade. ***"é simpática, é calma, dá-se bem com toda a gente, é meiga, gentil, divertida"***. A subcategoria *gostos pessoais* diz respeito a preferências da mãe que vão dos *hobbies* ***"a minha mãe faz arraiolos, gosta de bordar"*** a preferências alimentares: ***"a minha mãe gosta de rosbife" a minha mãe só come legumesrogosta muito de doces"***. Com estas referências as crianças completam o quadro de atributos com que caracterizam a figura da mãe.

2 - As crianças identificam, reconhecem na Mãe um conjunto de *Competências* que se expressam em comportamentos orientados para os filhos e cujo conteúdo varia entre *competências afectivas,* por referência aos comportamentos que envolvem contacto físico com a mãe, e às expressões de carinho demonstradas pela mãe: ***"gosta de mim, adora-me, dá festinhas, brinca comigo, é carinhosa, acaricia"*** e *competências para dar apoio* diferenciadas ainda nas subcategorias de: i) *apoio psicológico,* disponibilidade para ouvir e entender as dificuldades: ***"é a melhor amiga, melhor***

pessoa para desabafar, ouve segredos, ajuda quando batem na escola, ajuda na tristeza" e ii) *ajuda instrumental,* que se expressa no apoio dado à execução das tarefas escolares: *"ensina-me os deveres, ensina tudo, ajuda a fazer tudo".* As *competências para os cuidados,* por referência aos cuidados que a mãe tem com os filhos relativamente à sua vida diária:*" lava-me o cabelo, trata de mim, leva-me ao hospital, dá-me o pequeno-almoço"* integram um quadro de referência baseado na centração nos cuidados e apoio. As referências a actividades ligadas ao arranjo e limpeza da casa e preparação de refeições: *"está sempre a limpar a casa, a minha mãe é asseada, faz a comida",* são as *competências domésticas* da mãe que contribuem para completar, apenas num dos grupos (escola A), o quadro em que se inscreve a Categoria das *Competências* para a descrição da figura da Mãe.

3 – A Categoria *Sentimentos e Avaliações* (dos filhos), diz respeito i) à dimensão e significado do amor dos filhos sentido em relação à mãe e a ii) um conjunto de avaliações que estes fazem sobre os significados das práticas educativas das suas mães. Das avaliações emerge alguma ambivalência entre os sentimentos produzidos por avaliações feitas aos comportamentos da mãe de forma negativa (*ralha, quando nos portamos mal, bate-nos, manda-me ao supermercado quando estou a ver desenhos animados*) de imediato justificados: *"mas as mães quando ralham é porque nos portamos mal, elas afastam-nos do mal.".* A mãe recebe avaliações de tonalidade positiva *"é boa para mim, faz-me rir, leva-me a passear".*

A expressão dos próprios sentimentos das crianças face à figura de vinculação é feita num marcado registo afectivo em que se incluem *sentimentos de amor,* por referência ao amor, carinho, ternura e amor dos filhos em relação à mãe: *"dou-lhe*

beijinhos, vou estar sempre do seu lado, dou-lhe carinho"; *sentimentos de ligação,* que se expressam em referências feitas à tomada de consciência da dependência da mãe, da impossibilidade de poder viver sem ela: ***"faz falta em casa, sem ela não podia viver, é muito importante para mim, faz muito"***; e também *sentimentos de gratidão,* expressos em referências feitas à dádiva da vida pela mãe, aos trabalhos e preocupações que causaram à mãe: ***"devemos-lhe todo o respeito, temos de a tratar bem, preocupa-se connosco", "deu-me a vida, trouxe-me ao mundo."***

A subcategoria *sentimentos de ajuda* diz respeito à enumeração das pequenas tarefas domésticas nas quais as crianças querem participar no sentido de dar alguma ajuda: ***"ajudo-a a aspirar, vou ao supermercado, lavo a loiça".*** Num grupo (escola B), encontram-se *sentimentos de preocupação* em que as crianças expressam as suas preocupaçãoes relativamente à saúde da mãe: ***"quando está triste também fico, quando chega do trabalho dói-lhe sempre a cabeça, doí-lhe a perna e deita-se no sofá"***

Tratamento e interpretação dos resultados

A apresentação dos resultados está organizada do seguinte modo: primeiro apresentar-se-ão as categorias emergentes nos dois grupos, num quadro-síntese de caracterização da figura da Mãe; em segundo lugar, serão estabelecidas as relações entre os grupos sugeridas pelos temas de cada Categoria, finalmente serão analisadas as subcategorias de cada grande categoria, por grupos.

Quadro-síntese: distribuição das subcategorias, por grupos, utilizadas na representação da Mãe

Categorias	Sub-categorias	Escola A	Percentagem	Escola B	Percentagem	Totais
Atributos pessoais da Mãe	Caract. Físicas	105	40,36%	7	13,87%	112
	Caract. Intelectuais	22		0		22
	Caract. Personalidade	49		29		78
	Gostos pessoais	44		3		47
Competências da Mãe	Afectivos	68	35,59%	69	39,50%	137
	Domésticos	18		0		18
	Cuidados	49		14		63
	Apoio Psicológico	30		21		51
	Apoio material	29		7		36
Sentimentos e avaliações (dos filhos)	Amor	53	24,03%	38	46,61%	91
	Ligação	12		24		36
	Gratidão	21		22		43
	Preocupação	0		9		9
	Ajuda	2		9		11
	Avaliação positiva	15		12		27
	Avaliação negativa	28		17		45
Totais		545		281		826

A organização das distribuições das frequências observadas no quadro-síntese permite-nos fazer a sua arrumação em quadros explicativos com vista à comparação das categorias utilizadas pelos grupos na representação da mãe.

Quadro 1: Distribuição das categorias, por grupos, utilizadas na representação da Mãe

Grupos	Atributos da Mãe	Competências da Mãe	Sentimentos e avaliações dos filhos	Totais
Escola A	220 40,36%	194 35,59%	131 24,03%	545 100,00%
Escola B	39 13,87%	111 39,50%	131 46,61%	281 100,00%
Total				**826**

A leitura do Quadro 1 reflecte uma diferenciação, entre os grupos, no que diz respeito às três grandes categorias ($\chi 2$ (2, N = 826) = 79,2 , p = .000. Globalmente, as categorias *Atributos Pessoais e Competências da Mãe* registam diferenças significativas entre os grupos das duas escolas ($\chi 2$ (1) = 24,0 , p = .000) e ($\chi 2$ (1) =

21,30, p < .003). A categoria *Sentimentos e Avaliações* dos filhos não regista diferenças significativas ($\chi 2$ (1) = 13,6, p < .602).

No tocante à categoria *Atributos Pessoais* com que as crianças caracterizam globalmente a mãe, verificou-se uma forte presença de referências (40,36%), nessa categoria no grupo da Escola A (Mirandela), contrariamente ao que se constata no grupo da Escola B (Vila Nova de Gaia) em que as crianças dedicam apenas 13,87% das suas referências a essa dimensão, sendo essa diferença significativa U = 226,0, p = .000.

A maior concentração de referências do grupo da Escola B (46,61%) situa-se na Categoria *Sentimentos e Avaliações* das mesmas crianças face à mãe, o que contrasta com a atribuição de 24,03% do grupo da Escola A, não se verificando, contudo diferenças significativas: U = 471,0 , p = .260.

As diferenças encontradas, relativamente à categoria das *Competências da Mãe,* entre os dois grupos (35,59%) e (39,50%) das escolas A e B respectivamente correspondem a uma diferença significativa: U = 432,0 , p = .004

Quadro 2: Distribuições das sub-categorias na categoria "Atributos Pessoais"(da Mãe)

Grupos	Características intelectuais	Características personalidade	Caract. físicas	Gostos da mãe	Totais
Escola A	22 10,00%	49 22,27%	105 47,72%	44 20,00%	220 100,00%
Escola B	0 0,0	29 74,35%	7 17,94%	3 7,69%	39 100,00%

A leitura do Quadro 2 reflecte a acentuação das *características físicas* da mãe pelas crianças do grupo da Escola A, com 47,72% das referências, em contraste com o grupo da Escola B que apenas contempla esse tema com 17,94% das suas

referências, verificando-se uma diferença significativa entre os grupos para U = 260,5 , p = .000

As *características de personalidade,* embora acentuadas com 74,35% das referências na Escola B, contra 22,27% na Escola A não regista diferenças significativas U= 494,0, p = .373

As *características intelectuais* recebem 10,00% das referências no grupo da Escola A, enquanto o grupo da Escola B não lhes dedica qualquer referência, registando uma diferença significativa para U = 432,0 , p = .004.

A subcategoria *"gostos da mãe"* apresenta (20,00%) e (7,69%) das referências em ambos os grupos respectivamente (escola A e B) e a sua diferença é significativa U = 426,5 , p = 0.012.

Quadro 3: Distribuição das subcategorias na categoria "Competências da mãe"

Grupos	Afectivas	Domésticas	Cuidados	Apoio psic.	Apoio instrumental	Totais
Escola A	68 35,05%	18 9,27%	49 25,25%	30 15,46%	29 14,94%	194 100,00%
Escola B	69 62,16%	0 0,0	14 12,61%	21 18,91%	7 6,30%	111 100,00 %

A leitura do Quadro 3 revela que os resultados encontrados para as referências às competências afectivas da mãe 35,05% e 62,16% nos grupos das escolas A e B não são significativas U = 506,0 , p =.488. O grupo da Escola A assinala com ligeira diferença no peso de referências para a competência para dar apoio instrumental 14,94% e apoio psicológico 15,46% enquanto o grupo da Escola B regista um maior peso em ocorrências que sublinham o apoio psicológico 18,91% em detrimento do

instrumental 6,30%. As competências domésticas que o grupo da Escola A refere com (9,27%) de referências, não são valorizadas pelo grupo da escola B (Vila Nova de Gaia) que não lhes dedicam qualquer referência

Da consideração da grande categoria *"Sentimentos e avaliações "* que expressa o que as crianças sentem em relação à mãe e as avaliações que fazem às suas práticas educativas, o visionamento do Quadro 4 permite registar que na escola A se opera uma concentração na sub-categoria do amor cerca de 40,45% enquanto que na escola B as referências se encontram equitativamente distribuídas. Não foram encontradas diferenças significativas entre as sub-categorias relativas à categoria *Sentimentos e avaliações* dos filhos, excepto para as subcategorias *Ligação* que regista uma diferença significativa para U = 380,0 , = < .006 mas não para *Preocupação* para U = 507,5 , p = .066

Quadro 4: Distribuições das frequências das sub-categorias, na Categoria Sentimentos e Avaliações (dos filhos)

Grupos	Amor	Ligação	Gratidão	Preocup.	Ajuda	Aval. positiva	Aval. negativa	Totais
Escola A	53 40,45%	12 9,16%	21 16,03%	0 0,0	2 1,52 %	15 11,45%	28 21,37%	131 100,00 %
Escola B	38 29,00%	24 18,32%	22 16,79%	9 6,87%	9 6,87 %	12 9,16%	17 12,97%	131 100,00 %

Pode também observar-se que paradoxalmente esta concentração nos sentimentos de amor referidos pelo grupo da Escola A, corresponde um maior peso nas avaliações de cariz negativo 21,37% em contraste com 12,97% atribuídos pelo grupo da escola B. Saliente-se que a sub-categoria *"preocupação"* dos filhos para com a mãe

que concentra (6,87%) das referências no grupo B, não obtem qualquer referência no grupo da Escola A, e a que não serão alheias as condições de vida e de trabalho que caracterizam a vivência das grandes cidades, como é caso de Vila Nova de Gaia, uma das maiores em termos de densidade populacional no interior da área metropolitana do Porto.

Quadro 5: Distribuição da subcategoria avaliação negativa e positiva, por grupos

Avaliação	Escola A	Escola B
Positiva	15 11,45%	12 9,16%
Negativa	28 21,37%	17 12,97%

A leitura do Quadro 5 informa-nos, no que concerne à sub-categoria "avaliação positiva e negativa" que não há diferenças significativas (U = 547,5 , p = .843 e U = 485,5 , p = .295, respectivamente).

Relativamente à subcategoria *avaliação* não foram encontradas diferenças significativas para avaliação positiva U = 414,00, p = .069 nem para avaliação negativa U = 413,50, p = .108 entre os grupos. Encontrámos diferenças significativas que nos permitam fazer uma diferenciação entre os dois sexos para (U = 97,00, p = .034 e U= 138,00, p = .742) respectivamente escola A e Escola B. Poder-ser-á aludir aqui, na linha de Schmidt (1993) a uma preponderância, ao nível do sexo feminino, do domínio da esfera do privado, associada ao ambiente doméstico, com reflexos na divisão sexual das tarefas, mais vincado neste contexto marcado por uma maior ruralidade, tais como testumunham as próprias crianças

"a mãe manda-me ao supermercado quando estou a ver desenhos animados".

De salientar que as considerações negativas pressupõem o recurso a castigos *"a mãe bate, ralha, quando nos portamos mal"* em detrimento do recurso ao diálogo. No cômputo geral e mediante a leitura do quadro-síntese confirma-se a tendência da valorização das características físicas e de personalidade maternas, bem como as competências no domínio do afecto.

Conclusões do estudo

A nossa procura do sentido subjectivo das crianças, acerca dos significados da figura da Mãe, foi tentada na selecção de amostra estratégica de grupos de crianças inseridas em contextos territoriais diferenciados. Muito embora a propagação de um efeito urbano generalizado, de que fala Santos (1990), tenha vindo a esbater a delimitação entre urbano e rural, em termos territoriais, não parece exagerado salientar o facto de cada realidade radicar em idiossincrasias específicas. Tais considerações talvez nos permitam enquadrar a diferença registada entre os grupos das escolas A e B, em que as representações da mãe acentuam, respectivamente, um perfil delineado nos *Atributos Pessoais* e *Competências da Mãe* e outro em que a mãe é representada na expressão dos *Sentimentos e Avaliações* dos filhos. Entre os *Atributos pessoais* os que maior peso de referências obtêm são os de ordem física. Compreender-se-á que um maior número de ocorrências sobre as caraterísticas físicas da mãe, como se verificou na escola A (Mirandela), poderão ser mais valorizadas em contextos com redes mais alargadas de contactos de sociabilidade comparativamente ao anonimato em que as pessoas mergulham nas grandes cidades e que Soczka (1984) refere como contextos de risco de abandono e solidão. Assim, num contexto de sociabilidade mais concentrada e remetida a grupos e redes restritas, quando as há, pode suscitar nas crianças uma centração nas dimensões psicológicas que definem a personalidade da mãe, como se observa no grupo da Escola B (Vila Nova de Gaia).

Ao nível das competências identificadas na figura da mãe, a concentração nas dimensões dos cuidados e do afecto, de mais de metade das referências ilustra a dimensão afectiva subjacente ao projecto da maternidade. Da consideração da categoria *"sentimentos e avaliações"*, dos filhos, equitativamente distribuída, salienta-se, no entanto, a subcategoria *"preocupção"*, observada no grupo da Escola B e a que não serão alheias as condições de vida e de trabalho que caracterizam os centros urbanos de grande densidade populacional. É uma das condições que acabam por interferir no tempo de interacções de que pais e filhos dispõem. Tal não significa que no interior mais ruralizado tais situações não sucedam, contudo, a probabilidade é menor, pois que nesses meios as famílias podem contar com um modelo mais alargado de apoios familiares. A acentuação, pelo grupo da Escola B da subcategoria apoio psicológico face ao *apoio instrumental* tende a corroborar este raciocínio. No que concerne a *"avaliação"*, urge salientar as considerações negativas relativas ao uso de castigos ***"a mãe bate, ralha"*** e embora não se disponha de dados concretos sugerimos que tais situações possam contemplar dimensões em que estão implicadas diferentes trajectórias pessoais dos progenitores.

No cômputo geral e como se pode visualizar no Quadro 1 a dimensão das Competências com que a mãe é descrita, é ligeiramente valorizada, dentre as outras categorias, o que concorda com um modelo de mãe como figura de apoio. De realçar que a sub-categoria *gostos pessoais* (quadro 2) é contemplada de forma quase equitativa nos dois grupos, o que não deixa de ser interessante verificar que as crianças inscrevem a figura da mãe, embora de forma ténue, em quadros de referência em que se desenham algumas linhas de autonomia. A figura da mãe tradicional que Leal (1979) encontrou, nos manuais escolares delineada com traços

de criadora-educadora dos filhos, esquecida de si, em exclusividade de funções, vai-se esbatendo. Nas representações agora estudadas podemos intuir alguma mudança na qualidade/quantidade das referências produzidas pelas crianças. As referências à figura do pai foram praticamente inexistentes, e o emprego da mãe, acentuado. Talvez não seja abusivo concluir que poderemos estar a caminho de um futuro interessante em que a figura da mãe seja internalizada como figura já não centrada exclusivamente no espaço doméstico mas integrada no espaço social, individualmente autónoma.

CONCLUSÃO GERAL

Conclusão Geral

Poderemos caracterizar o nosso trabalho tomando as metáforas do "mineiro" e do "viajante" com que Kvale (1996) define os modelos de pesquisa em ciências sociais. O mineiro escava procurando pepitas, tão escondidas quanto as "essências" das coisas; pelo contrário, o viajante, sai de casa buscando lugares remotos, junta-se aos habitantes desses lugares e com eles vagueia, com eles conversa, ouve as suas histórias, os relatos do seu vivido. O que o viajante ouviu é reescrito e reconstruído nas suas interpretações, cuja validade reside no impacto obtido sobre os ouvintes. A partir da construção verbalizada das experiências, o viajante pode construir outro entendimento e discernimento sobre os relatos. A jornada pode não só levar a outro conhecimento mas também à indução de mudança no próprio viajante. Trabalho distinto daquele que executa o mineiro.

Para a prossecução deste trabalho, como referimos na Introdução, situámo-nos no construcionismo social tendo como quadro de referência teórica abrangente, a perspectiva pós-moderna que encara: i) a ciência como um processo socialmente construído e partilhado; ii) a pesquisa como um esforço transformador e não um acumular de conhecimentos; iii) o investigador como um trabalhador implicado com os problemas encontrados no terreno, um agente interpretativo e não um "polidor de lentes". Entrar nesta perspectiva implica privilegiar práticas de pesquisa que se inscrevem num amplo espectro de pontos de vista epistemológicos que percorrem a crítica feminista, construcionista e discursiva. Estas áreas temáticas privilegiam a subjectividade e o contexto social e político em

que a pesquisa decorre. São valorizadas as influências de factores sócio-históricos que moldam as experiências dos actores e do investigador. Pode afirmar-se que a pesquisa informada pelos pressupostos construcionistas opõe ao silêncio do laboratório, o ruído dos contextos. Esta concepção teórico-metodológica permitiu-nos explorar outros lugares, os da subjectividade contingente. Pareceu-nos ser este o quadro mais plausível para equacionar o dispositivo ideológico que atravessa a construção da Maternidade.

De toda a literatura consultada uma ideia permanece: as mulheres foram objecto de opressão e discriminação em discursos implícitos nas ideologias dominantes e nas práticas sociais que partindo da diferenciação biológica entre mulheres e homens legitimaram uma discriminação que se mantém imutável, a que é fundada no género. É na Maternidade que essa diferença "fundamental" se torna mais eloquente, porque aí se expressa a fortíssima assimetria do poder, cujas raízes remontam ao Contrato Social. Este encerrou a transição da sociedade cuja vida social era regulada pelo poder divino, e iniciou uma outra a do autogoverno e propriedade, a do sujeito de si. Transição que não abrangeu a mulher porque: i) não possuía propriedade e ii) a natureza era o seu único atributo. A ligação à natureza fez dela um ser sem valor para a participação social e só a Maternidade lhe atribui um papel com reconhecimento social, o de mãe. O pensamento filosófico foi desenhando um modelo de mulher ideal que apenas cabia nos parâmetros do cuidado dos filhos e dos assuntos domésticos, parâmetros definidores da "boa mãe".

Deve-se ao pensamento feminista, na sua dimensão crítica, a desconstrução da dimensão patriarcal, enquanto sistema de opressão que atravessa a ciência e o discurso social. O feminismo constituiu a voz crítica que se levantou contra as prescrições androcêntricas de boa maternidade, esclarecendo que tais noções não passam de reproduções do contexto social, histórico e político como forma de controlo social sobre as mulheres. As feministas radicais, da Segunda Vaga trouxeram à discussão uma vertente importantíssima da maternidade: os cuidados maternos. Para estas feministas é nos cuidados maternos que o poder androcêntrico mais expressa o seu poder transformando-os numa ideologia do cuidar o que pode tornar-se uma ditadura para as mulheres.

Pela voz feminista foi ainda possível denunciar a exploração das mulheres no trabalho doméstico apontado como lugar de severas privações sociais e culturais. As representações arquétipas da mãe puderam ser desafiadas e foi possível redefinir a Maternidade como um constructo social e histórico, o que foi um feito notável em termos de afirmação de uma posição mais vantajosa no discurso, para as mulheres. Fundamentalmente em todas as correntes do pensamento feminista se procurou desmitificar a maternidade ideal imposta às mulheres como um modelo, particularidade salientada como indutora de culpa que faz com que cada mulher sinta que não é tão boa mãe quanto outras e, porque a Maternidade não pode ser encarada como uma categoria universal, a corrente feminista pós-moderna representa uma poderosa alternativa de análise para a problemática que a envolve.

A Psicologia Feminista, cujo núcleo duro é a luta pelo fim da subordinação das mulheres, inspirada no posicionamento pós-moderno de resistência, muito contribui para que as temáticas com elas relacionadas, relatadas na sua própria voz sejam tomadas como tópico autónomo de estudo, um valor em si mesmo. No que concerne à Maternidade, as mulheres, enquanto mães, começam a ser encaradas na sua condição de sujeitos políticos cuja voz é capaz de interpretar as práticas sociais orientadoras do seu vivido. Trazer a maternidade a discussão permitiu, ao pensamento feminista, colocar em evidência os aspectos desvalorizados e silenciados da experiência das mulheres, silenciadas estas durante séculos pelas mitologia civis e religiosas.

Só a partir do século XX as mulheres ficaram em condições de poder inflectir essa tendência, pelo que para muitas se tornou um prazer falar do silenciado, trazendo a mãe para o terreno feminista. Falar do silenciado foi também o nosso propósito ao trazer os discursos das mulheres para o campo da Análise do Discurso, método que nos permitiu distinguir as acções discursivas com as quais foi possível identificar os efeitos das posições que tomaram e identificar, nas mesmas, as relações de poder que as informam.

Como se debateu na conclusão do estudo 1, as duas Formações Discursivas identificadas, qualitativamente distintas, funcionam como guias da acção construtoras de subjectividades, para as mulheres informantes. As duas formações (Formação Normalizadora e Formação de Resistência) ilustram os discursos distintos e até antagónicos que trabalham no discurso global com o qual as mulheres dão significado à Maternidade, para si próprias. O discurso

internalizado da norma é mais perceptível na Formação Normalizadora onde a ideologia que lhe corresponde continua a voz universal aquela que contribui para a manutenção do *status quo*. Os discursos reproduzidos são os que investem na figura materna a missão e responsabilidade primordial dos cuidados e educação dos filhos, da gestão do lar e estabilidade da família, sendo a Maternidade transformada no lugar de eleição para a realização pessoal das mulheres. Esta dimensão continua a ser sublinhada nos estudos conduzidos segundo a técnica de Análise de Conteúdo. O segundo estudo, conduzido junto de população universitária acentua a componente da "realização pessoal" ao monopolizar os conceitos associados à palavra Maternidade, o que faz supor que as expectativas sociais acerca deste acontecimento o remetem para um lugar que vincula a mulher de forma inevitável à função de mãe cuidadora e responsável pela prole. Foram estes também os traços com que as crianças do estudo 3 delinearam a representação da Mãe, configurada num quadro marcadamente ligado às competências do afecto e do cuidar. Os resultados de maior significância estatística obtidos nos estudos de Análise de Conteúdo vão no sentido das dimensões normativas que a Formação Discursiva Normalizadora representa.

Uma outra formação identificada foi a Formação de Resistência cujas linhas discursivas desafiam a dominação, a exploração e as prescrições de individuação e identidade. Nesta formação discursiva, as informantes enunciaram a Maternidade utilizando acções discursivas em confronto com o discurso universal normativo do *status quo*. A força da sua experiência impele-as a delinear projectos próprios para o reforço das suas posições. É na sua capacidade de intervenção do

sujeito, referida por Parker (1999) que sustentam a sua resistência face aos poderosos mecanismos ideológicos sedimentados pela história e que conformam uma identidade diferenciada da veiculada pela norma. As duas formações servem dimensões ideológicas diferentes e cujos efeitos são também distintos; para umas informantes o caminho de orientação é o da norma, outras ensaiam novos discursos como vias para rupturas, tentam abrir vias a novos discursos, que se internalizados são condição para a abertura de brechas num modelo de maternidade que só pode ser configurada na incorporação de valores que ligam as práticas às pessoas os quais podem proporcionar poderes; estes distribuem as mães por posições mais favoráveis nas suas relações com os outros.

A afirmação de novas subjectividades não é apenas resultado de acção individual dos sujeitos mas resultado de complexas interacções onde se cruzam a acção do sujeito e as contingências sociais. Aqui ressaltamos o potencial proporcionado pela Psicologia Discursiva pela possibilidades que abre à desconstrução dos discursos, ao fortalecimento de posições face às prescrições de peritos e do senso comum veiculadas pelas tecnologias de representação. Resistindo às mitologias que atravessam as concepções de maternidade as mães podem deixar de se sentir pessoalmente culpadas, mas apontar essa falência à forma como se estrutura a sociedade. Quando se desconstroem os viés inerentes à nossa comum concepção de "boa mãe" podem desenvolver os seus propósitos de criar a sua própria filosofia de cuidar de uma criança. Ao nível social criar uma criança não pode ser um problema que apenas à mãe diz respeito, mas deve fazer parte das prioridades públicas nas políticas locais de apoio à maternidade.

As sociedades que aceitam as mudanças estruturais na família precisam desenvolver novas formas de apoios, novas formas de diversidade de estilos maternais e coabitação de grupos. Aqui reside a força e o poder da Análise do Discurso. Ela permite trazer à cena o que pode estar oculto ou ser de difícil acesso à pesquisa positivista, porque trabalha com a linguagem que na linha foucaultiana que seguimos não é só um instrumento para investigar a sociedade mas o próprio objecto de estudo. Além disso os discursos poderão operar de formas diferentes em diferentes contextos, e com diversos fins.

O problema mais combatido pela crítica feminista é a construção da maternidade e infância como categorias universais e por isso muitas estratégias e análise políticas fracassam nos seus objectivos porque generalizam de forma abusiva. O imperativo da abordagem discursiva com a ênfase muito de micro-sistema contribui para evitar este tipo de abstracção normativa. Uma teorização de discursos partilhados assim como uma subjectividade de novo tipo poderá permitir reconhecer o imenso poder dos significados normativos e da possibilidade da sua contestação. Os discursos funcionam em contextos precisos. E por isso não defendemos uma resistência à maternidade *per se* mas aos significados que tomou na cultura ocidental.

Começámos com Rich (1976) e terminaremos com o seu posicionamento visionário que faz supor que só pelo desenvolvimento de condições favoráveis às mulheres no seu conjunto, no discurso social, se criarão condições para que cuidar de uma criança seja uma opção, um risco, uma experiência de amor, partilhado, que as mulheres desejem correr livremente: *"The mother's battle for her child-with*

sickness, with poverty, with war, with all the forces of exploitation and callounesss that cheapen human life - needs to become a common human battle, waged in love and in the passion for survival. But for this to happen, the instituiton of motherhood must be destroyed. The canges required to make this possible reverberate into every part of the patriarchal system. To destroy the instituiton is not to abolish motherhood. It is to release the creation and sutenance of life into the same realm of decision, struggle, surprise, imagination, and conscious intelligence, as any other difficult, but freely chosen work" (p. 280).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências

Abbey, S. & Castle, J. & Reynolds, C. (1998). Comparing how mothers influence the education of daughters and sons. In S. Abbey, J. Castle & C. Reynolds (eds.). *Redefining Motherhood- Changing Identies and Patterns*. Toronto: Second Story.

Adler, T. (1979). On the psychological organization of social behavior: sex and agression. In P. Marler & J. Vandenburgh (eds). *Handbook of behavioral Neurobiology*, (vol. 3). New York: Plenum Press.

Ainsworth, M. (1964). Patterns of Attachment Behavior Shown by the Infant in Interaction with his Mother. *Merril Palmer Quartely* , 10: 51-8.

Ainsworth, M. (1969). Object Relations, Dependency, and Attachments: A Theoretical Overview of Mother - Infant Relationship. *Child Development*, 40: 969-1025.

Ainsworth, M., Blehar, M. & Waters, E. (1978). *Patterns of Attachment*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Ainsworth, M. , Bowlby, J. (1991) An ethological approach to Personality Development. *American Psychologist*, 46: 333 - 41.

Alldred, P. (1996). Whose Expertise? Conceptualizing resistance to advice about childrearing. In E. Burman, G. Aitken, P. Alldred, R. Allwood, T. Billigton, B. Goldberg, A. López, C. Heenan, D. Marks & S. Warner (eds.). *Psychology Discourse Practice: from Regulation to Resistance*. London: Taylor & Francis.

André, J. (1987). *Renascimento e Modernidade - do poder da magia à magia do poder*. Coimbra: Livraria Minerva.

Antonis, B. (1981). Motherhood and mothering. In Cambridge University Women's Studies Group (eds.). *Women in Society: Interdisciplinary Essays*. London: Virago.

Antonucci, T. & Mikus, K. (1988). The power of parenthood: personality and attitudinal changes during the transition to parenthood. In G. Michaels & A. Golberg (eds.). *Transition to Parenthood: Current Theory and Research*. London: Cambridge University Press.

Apple, R. (1987). *Mothers and medicine: a social History of Infant Feeding*, 1890-1950. Madison: University of Wisconsin Press.

Apter, T. (1990). *Altered Loves: Mothers and Daughters during Adolescence*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.

Ariès, P. (1962). *Centuries of Childhood: A Social History of Family Life*. New York: Random House.

Arney, W. (1980). Maternal-infant bonding: the politicas of falling in love with your child. *Feminist Studies*, 6 (3): 547 – 71.

Augoustinos, M. & Walker, I. (1995). *Social cognition. An Integrated Introduction.* London: Sage.

Austin, J. L. (1962). *Cómo hacer cosas con palabras.* Barcelona: Paidós, 1982..

Azevedo, J. (1995). *Systemic-constructivist theory and the couple: theoretical and methodological study.* Dissertação de Doutoramento. Cardiff: University of Wales.

Azevedo, J. (1998). Metodologias qualitativas. Análise do Discurso. In A. Esteves & J.Azevedo. *Metodologias qualitativas para as Ciências Sociais.* Instituto de Sociologia: Faculdade de Letras do Porto.

Badinter, E. (1980). *O amor incerto. História do amor maternal do séc. XVII ao séc.XX.* Lisboa: Relógio D'Água.

Bakhtin, M. (1994). Towards a methodology for the Human Sciences. In C. Emerson & M. Holquist. *Speech genres and the others late essays* (pp. 159-173). Austin, Texas: University of Texas Press.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo.* Lisboa: Edições 70.

Barreno, I. , Costa, M. , Horta T. (1974). *Novas Cartas Portuguesas.* Lisboa: Editorial Futura.

Barrett, M. & McIntosh, M. (1982). *The Anti-social Family.* London: Verso.

Barthes, R. (1972). *Mythologies.* London: Cape.

Bassin, D. , Honey, M. & Kaplan, M., (eds.) (1994). *Representations of Motherhood.* New Haven: Routledge.

Baudrillard, J. (1987). *Cultura y Simulacro.* Barcelona: Kairós.

Baumrind, D. (1973). The development of instrumental competence through patterns of preschool behavior. *Genetic Psychology Monographs,* 75: 43 – 88.

Beauvoir, S. (1949). Le deuxième Sexe. Paris: P.U.F.

Belsky, J. (1988). Infant daycare and socioemotional developments. *Journal of Child Psychology and Psychiatry,* 29: 397-406 .

Belsky, J. , Robins, E. & Gamble, W. (1984). The determinants of parental competence: towards a contextual theory. In M. Lewis (ed.). *Beyond the Dyad.* New York: Plenum.

Bem, S. & Jong, H. (1997). *Theoretical Issues in Psychology - an introduction.* London: Sage Publications.

Benbow, P. & Stanley, C. (1980). Sex, differences in Mathematical Ability: Fact or Artifact? *Science.* 210, 1262 -1264.

Benhabib, S. (1990). Epistemologies of Posmodernism: A rejoinder to Jean-François Lyotard. In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge.

Benjamin, J. (1988). *The Bonds of Love: psychoanalysis, feminism and the problemas of domination*. New York: Pantheon.

Berger, P. & Luckmann, T. (1973). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Editora Vozes.

Best, S. & Kellner, D. (1991). *Postmodern theory-critical interrogations*. London: MacMillan Press.

Billig, M. (1987). *Arguing and Thinking. A Rhetorical Approach to Social Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Billig, M. (1991). *Ideology and Opinions*. London: Sage.

Billig, M. (1992). *Talking of the Royal Family*. London: Routledge.

Birksted-Breen, D. (1986). The experience of having a baby: a development view. *Free Association*, 4, 22 – 35.

Boswell, J. (1988). *The Kindness of Strangers*. New York: Phantheon.

Boulton, M. (1983). *On being a Mother: A Study of women with preschool Children*. London: Tavistock.

Bowlby, J. (1951). "Maternal Care and mental Health", *World Health Organization Monograph* (Serial N° 2).

Bowlby, J. (1969). Attachment and Loss. vol. 1: *Attachment*. Harmondsworth: Penguin.

Bradley, B. (1989). *Visions of infancy: A critical introduction to child psychology*. Cambridge: Polity Press.

Brandão, E. (1979). *Estereótipos em Manuais Escolares*. Lisboa: Edições Condição Feminina.

Brannen, J. & Moss, P. (1988). *New Mothers at Work*. London: Unwin Hyman.

Braudel, F. (1989). *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

Brazelton, B. (1987). *What Every Baby Knows*. New York: Ballantine

Broughton, J. (1980). Psychology and the History of Self: From substance to function. In R. Rieber, K. Salzinger: *Psychology, theoretical-historical perspectives*. New York: Academic Press.

Broughton, J. (1987). *Critical Theories of Psychological Development*. New York: Plenum Press.

Bruner, J. (1990). *Acts of meaning.* Cambridge: Harvard University Press.

Buhler, K. (1979). *Teoria del lenguage.* Madrid: Alianza.

Burman, E. (1994). *Deconstructing developmental psychology.* London: Routledge.

Burman, E. (1991). Developmental Psychology and the Postmodern Child. In D. Graham e Malek (eds.). *Postmodernism and the Social Sciences.* London: MacMillan.

Burman, E. & Parker, I. (1993). *Discourse Analytic Research.* New York: Routledge.

Burman, E. (1996). Introduction: contexts, contests and Interventions. In E. Burman, P. Alldred, C. Bewlwy, B. Goldberg, C. Heenan, D. Marks, J. Marshall, K. Taylor, R. Ullah & S. Warner (Eds.), *Challenging Women: Psychology's Exclusions, Feminist Possbilities* Buckingham and Bristol, PA: Open University.

Burr, V. (1995). *An introduction to Social Constructionism.* London: Routledge.

Busfield, J. (1974). Ideologies and Reproduction. In M. Rchards (ed.), *Integration of child into a Social World.* Cambridge: Cambridge University Press.

Busfield, J. (1987). Parenting and parenthood. In G. Cohen (ed.), *Social Change and the life Course.* London: Tavistock.

Capra, F. (1990). *Le temps du changement, science-société-nouvelle culture.* Monaco: Le Rocher.

Carabine, J. (1996). Constructing Women's sexuality and Social Policy. In Taylor, D. (ed.). *Critical Social Policy- a reader.* London: Sage.

Caraça, J. (1997). *Ciência.* Lisboa: Difusão Cultural.

Chandler, M. (1998). Emancipated Subjectivities and The Subjugation of Mothering Practices. In S. Abbey & A. O'Reilly (eds.). *Redefining Motherhood – changing identities and patterns.* Toronto: Second Story Press.

Chodorow, N. (1978). *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and Sociology of Gender.* Berkley, CA: University of California Press.

Chomsky, N. (1975). *Reflexões sobre a linguagem..* Lisboa: Edições 70.

Cisoux, H. (1975). The Laugh of the Medusa. In E. Marks & I. Courtivron (eds.). *New French Feminism.* Brighton: Harvester.

Clarke-Stwart, K. A. (1978). Popular Primers for Parents. *American Psychologist,* Vol. April, 359-69.

Colaizzi, G. (1990). Feminismo Y teoria del Discurso. Razones para un debate. In G. Colaizzi (ed.). *Feminismo Y Teoria del Discurso.* Madrid: Catedra.

Collin, F. (1991). Diferença e diferendo. A questão das mulheres na filosofia. In G. Duby & M. Perrot (eds.), *História das Mulheres. O século XX.* Porto: Edições Afrontamento.

Comer, L. (1971). *The Myth of Motherhood.* Nottingham: Bertrand Russell Peace Foundation, Spokesman Pamphlet.

Condor, S. (1986). Sex roles beliefs and "traditional"women: feminist and intergroup perspectives. In S. Wilkinson (ed.) *Feminist Social Psychology.* Milton Keynes: Open University.

Cott, N. (1977). *The bonds of Womanhood: women's Sphere in New England, 1780-1835.* New Haven: Yale University Press.

Crawford, M. & Marecek, J. (1989) Psychology reconstructs the female. *Psychology of Women Quarterly,* 13, 147-166.

Dally, A. (1982). *Inventing Motherhood: the Consequences of an Ideal.* London: Burnett Books.

Dalton, K. (1980). *Depression After Childbirth.* Oxford: Oxford University Press.

Denzin, N. & Lincoln, Y. (1998). Introduction: entering the Field of Qualitative Research. In N. Denzin & Y. Lincoln (eds). *The Landscape of Qualitative Research-Theories and Issues.* London: Sage Publications.

Derrida, J. (1978). *Writing and Difference.* Chicago: University of Chicago Press.

Dinnerstein, D. (1976). *The mermaid and the minotaur: Sexual arrangements and human malaise.* New York: Harper and Row.

Downing, C. (1989). *The Goddess: Mythological Images of the Feminine.* New York: Crossroads Publishing.

Duby, G. e Perrott, M. (1992). *Imagem da Mulher.* Porto: Edições Afrontamento.

Eco, U. (1986). *Viagem na Irrealidade da Vida Quotidiana.* Lisboa: Difel.

Edwards, D. (1991). Categories are for talking: on the cognitive and discursive bases of categorization. *Theory and Psychology,* 1(4): 515-42..

Edwards, D. & Potter, J. (1992). *Discursive Psychology,* London: Sage.

Ehrenreich, B. & English, D. (1978). *For Her Own good: fifty Years of Expert's Advice to Women.* New York: Doubleday.

Eisentein, Z. (1981). *Patriarcado capitalista y feminismo socialista.* México: Siglo XXI.

Eurípedes (480-404 A : C). *Medeia.* Cássicos Inquérito (sem data).

Eyer, D. (1992). *Mother-Infant Bonding: a Scientific Fiction.* New Haven, CT: Yale University Press.

Fairclough, N. (1992). *Discourse and Social Change.* London: Polity Press.

Fawcett, T. (1988). The value of children and the transition to parenthood. *Marriage and Family Review,* 12, 12-34.

Featherstone, M. (1988). In porsuit of the postmodern: an introduction. *Theory, Culture and Society,* 5 (2-3).

Fernandes, A. (1998). Alguns desafios teórico-metodológicos. In A. Esteves & J. Azevedo. *Metodologias qualitativas para as Ciências Sociais.* Instituto de Sociologia: Faculdade de Letras do Porto.

Feyerbend, P. (1975). *Against Method.* London: Verso.

Fidalgo, L. (1991). *Subsídios para o estudo da Literacia - contributos para o estudo de Prova Piloto de Literacia passada à população portuguesa do 4º ano da escolaridade.* Tese de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.

Firestone, S. (1971). *The Dialetic of Sex.* London: Paladin.

Flax, J. (1987). Postmodernism and gender relations in feminist theory. *Signs,* 12:621-43.

Flax, J. (1990). *Thinking fragments: psychoanalysis, feminism and Postmodernism in the Contemporary West.* Berkeley: University of California Press.

Fontaine, A - M. (1977). A discriminação sexual dos papeis sociais nos manuais portugueses de aprendizagem de leitura. In *Revista Portuguesa de Pedagogia,* Coimbra, pp. 149-183.

Foucault, M (1973). *Madness and Civilization.* New York: Random House.

Foucault, M. (1978). *A arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Foucault, M. (1979). *Discipline and punish: the birth of the prision.* New York Random House.

Foucault, M. (1982). The subject and power. *Critical Inquiry,* 8 : 777-95.

Foucault, M. (1997). *A ordem do Discurso.*Lisboa: Relógio D'Água.

Fox, D. (1997). Psychology and Law: Justice diverted. In: D. Fox & Prilleltensky (eds.). *Critical Psychology: An introduction.* London: Sage.

Franzblau, S. (1996). Social darwinian Influences on Conceptions of marriage, sex, and Motherhood. *The Journal of Primary Prevention,* 17 (1): 47-73.

Friday, N. (1977). *My Mother My Self. The daughter's search for identity.* New York: Delta Book.

Friedan, B. (1963). *The Feminine Mystique.* New York: Dell.

Fromm, E. (1900 - 1980). *Feminism, and the Frankfurt School* By *Douglas Kellner* In: www. uta.edu/engish/dab/illuminations/kell8.html.

Gallant, C. (1984). *La Philosophie...au féminin.* Canada: Éditions D'Acadie.

Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology.* Cambridge: Polity Press.

Geboy, M. (1981). Who is listening to the "Experts"? The use of Child Care Materials By Parents. *Family Relations,* 30: 205 –10.

Gélis, J. (1990). A individualização da criança. In Duby, G. e Ariès P. *História da vida Privada - do renascimento ao século das Luzes* (vol. 3). Porto: Edições Afrontamento.

Gergen, K. (1973). Social Psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology,* 26, 309-330.

Gergen, K. (1985). The social construcionist movement in modern psychology. *American Psychologist,* 40: 266-275.

Gergen, K. (1991). *The Satured Self.* New York: Basic Books.

Gergen, K. (1992). Toward a postmodern psychology. In S. Kvale (ed.). *Psychology and Postmodernism* . London: Sage.

Gergen, K. (1994). *Reality and relationships, soundings in social construction.* Cambridge: Harvard University Press.

Ghiglione, R. & Matalon, B. (1993). *O inquérito - teoria e prática.* Oeiras: Editora Celta.

Goffman, E. (1959). *The presentation of the self in everyday life.* New York: Doubleday.

Goldstein, P. & Krasner, L. (1987). *Modern Applied Psychology.* Oxford: Pergamon.

Gordon, T. (1990). *Feminist Mothers.* London: Macmillan.

Grant, J. (1998). *Raising Baby by the Book: The Education of American Mothers.* New Haven: Yale University Press.

Greer, G. (1970). *The Female Eunuch.* London: McGibbon and Kee.

Grimshaw, J. (1986). *Feminist Philosophers: Women's Perspectives on Philosophical Traditions.* Brighton: Wheatsheaf.

Hall, S. (1997). The work of Representation. In S. Hall (ed.). *Representation - Cultural Representations and Signifying Practices.* London: Sage.

Hallberstam, J. (1991). Automic gender: postmodern feminism in the age of the intelligent machine. *Feminist Studies,* 17,3, 439-460.

Hampson, E. (1990). Variations in Sex-Related Cognitive Abilities across the Menstrual Cycle. *Brain and Cognition*, 14, 26-43.

Haraway, D. (1986). "Primatology is Politics by Other Means. In R. Bleier, (ed.). *Feminists Approaches to Science.* New York: Pergamon Press.

Haraway, D. (1989). Metaphors into Hardware: Harry Harlow and the Technology of Love. In D. Haraway (Ed.). *Primate Visions: Gender, Race and Nature in the world of Modern Science.* London: Verso.

Harding, S. (1986). *The science question in feminism.* Ithaca: Cornell University Press.

Harding, S. (1990). Feminism, Science and the anti - enlighteenment critiques. In L. Nicholson (ed.). *Feminism/Postmodernism.* New York: Routledge.

Hardyment, C. (1983). *Dream Babies: Three centuries of Good Advice on Child Care.* New York: Harper and Row.

Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990). *Making Difference. Psychology and the construction of gender.* New Hawen, CT: Yale University Press.

Hargreaves, A. (1998). *Os professores em tempos de mudança - o trabalho e a cultura dos professores na Idade Pós-Moderna.* Portugal: McGraw-Hill.

Harlow, F. (1958). The nature of love. In L. Soczka (ed.). *As ligações infantis.* Lisboa: Bertrand, 1976.

Harré, R. (1979). *Social Being.* Oxford: Blackwell.

Harré, R. & Secord, P. (1972). *The explanation of behaviour.* Oxford: Blackwell.

Harré, R. & Gillett, G. (1994). *The Discursive Mind.* London: Sage.

Hays, S. (1994). Structure and Agency and the Sticky Problem of Culture. *Sociological Theory* 12 (I): 57-72.

Hays S. (1996). *The cultural Contraditions of Motherhood.* New Haven: Yale University Press.

Hekman, S. (1994). The Feminist Critique of Rationality. In *The polity reader in Gender Studies*, p. 51- 61. Cambridge: Polity Press (sem autor).

Henriques, J., Hollway, W., Urwin, C., Venn, C. & Walkerdine,V. (eds). (1984). *Changing the Subject- Psychology, social regulation and subjectivity.* London: Methuen.

Henwood, M. , Rimmer, L. & Wicks, M. (1987). *Inside the family: Changing Roles of Men and Women.* London: Family Policy Studies Centre, Occasional Paper nº 6 .

Hetherington, M. & Parke, R. (1986). *Child Psychology: a Contemporary Viewpoint.* New

York: MacGraw Hill.

Hill, M. (1987). *Sharing Child Care in Early Parenthood.* London: RPK.

Hillman, J. (1975). *Re - visioning Psychology.* New York: Harper Colophon Books.

Hoffman, L. (1979). Maternal Employment. *American Psychologist,* 34 (10): 859-65.

Hollway, W. (1989). *Subjectivity and Method in Psychology: gender, meaning and science.* London: Sage.

Horney, K. (1967). *Feminine Psychology.* New York: W.W.Norton.

Huyssen A. (1990). Mapping the Postmodern in L. Nicholson (ed.). *Feminism/Postmodernism.* London: Routledge.

Ibáñez, T. (1994). La construcción del conocimiento desde una perspectiva socio-construcionista. In M. Montero (org.). *Conocimiento, realidad e ideología.* (pp. 39-48). Caracas: Associación Venezoelana de Psicología Social / AVEPSO.

Iñiguez, L & Antaki, C. (1994). El analisis del discurso en psicologia social. *Boletin de psicologia,* 44, 57-75.

Iñiguez, L. (1995). Métodos qualitativos en Psicologia Social: *Revista de Psicologia Social Aplicada.* Vol. 5, nº 1/2, 1995.

Iñiguez, L. (1996). Introducción. In A. López & L. Linaza. *Psicologías, discursos y poder.* Madrid: Aprendizage Visor.

Irigaray, L. (1985). *Speculum of the Other Woman.* Ithaca: Cornell University Press.

Izquierdo, M. (1991). Un marco teórico para las relaciones de sexo y de género. In L. Luna (comp.). *Mujeres Sociedad - nuevos enfoques teóricos y metodológicos.* Barcelona: Promociones Y Publicaciones Universitárias, S.A.

Jesuíno, J. C. (1993). A psicologia social europeia. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *A Psicologia Social.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Joaquim, T. (1983). *Dar à Luz - ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal.* Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Joaquim, T. (1997). *Menina e Moça a construção social da feminilidade.* Lisboa: Fim de Século Edições.

Kamerman, S. (1981). *Parenting in an Unresponsive Society.* New York: Free Press.

Kaplan, E. A. (1992). *Motherhood and Representation: the mother in popular culture and melodrama.* London: Routledge.

Kaplan, M. (1992). *Mother's Images of Motherhood.* London: Routledge.

Keller, E. (1985). *Reflections on gender and science.* New Haven: Yale University Press.

Keller, E. (1991). Feminism and science. In R. Boyd, P.Gasper & J. D. Trout (Eds.), *The Philosophy of science.* Massachussetts: The MIT Press.

Kellner, D. (1989). *Critical Theory, Marxism and Modernity.* Cambridge: Polity and John's Hopkins University.

Kincheloe, J. & McLaren, P. (1998). Rethinking Critical Theory and Qualitative Research. In N. Denzin & Y. Lincoln (eds) *The landscape of Qualitative Research.* London: Sage.

Kitzinger, S. (1978). *Mães: um estudo antropológico da maternidade.* Portugal: Editorial Presença.

Kitzinger, S. (1997). Feminist Psichology. In D. Fox & I. Prilleltensky. *Critical Psychology - an Introduction.* London: Sage.

Kristeva, J. (1985). Stabat Mater. In T. Moi (ed.). *The Kristeva Reader.* Oxford: Basil Blackwell.

Kvale S. (1992). *Psychology and Postmodernism.* London: Sage.

Kvale, S. (1996). *InterView.* London: Sage.

Lamb, M. (1978). *The role of the Father in Child Development.* New York: Wiley.

Lamoureux, E. (1991). Conversation analysis for interpersonal comunication courses. *Journal of Illinois Speech,* XLII.

Lasch, C. (1984). *The Minimal Self Psychic Survival in Troubled Times.* New York: W.W.Norton & Company.

Leal, I. (1979). *A Imagem Feminina nos Manuais Escolares.* Lisboa: Cadernos Condição Feminina.

Leal, I. (1992). *Um século de Periódicos Femininos.* Cadernos Condição Feminina, 35

Leininger, M. (1994). Evaluation Criteria and Critique of Qualitative Research Studies. In J. M. Morse (ed.). *Critical Issues in Qualitative Research Methods.* London: Sage Publications.

Lewis, C. & O'Brien, M. (eds.) (1987). *Reassessing fatherhood: New Observations on Fathers and the modern Family.* London: Sage.

Lewis, C. (1986). *Becoming a Father.* Milton Keynes: Open University Press.

Lewis, M. & Freedle, R. (1977). Mother - infant dyad: The cradle of meaning. In P. Pliner, L. Krames, & T. Alloway (eds.) *Communication and affect: Language and thought.* New York: Academic Press.

Lewis, M. & Rosenblum, L. (1974). *The effects of the infant on its caregiver.* New York: Wiley.

Lewis, S. & Cooper, L. (1989). *Career Couples.* London: Unwin Hyman.

Lincoln, Y. & Guba, E. (1985). *Naturalistic Inquiry.* Beverly Hills: Sage.

Llombart, M. (1993). Mujer, relaciones de género y discurso - *Revista de Psicologia Social,* 8 (2): 201-215.

Llombart, M. (1995). Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación en el discurso sobre la maternidade. *Revista de Psicologia Social Aplicada,* 5, (1/2), 165-184.

Lozano, J., Peña-Marin, C. & Abril, G. (1989). *Análisis del Discurso - hacia una semiótica de la interacción textual.* Madrid: Cátedra.

Lyotard, J-F. (1989). *A condição pós-moderna.* Lisboa: Gradiva.

Mama, A. (1995). *Beyond the Masks: Race, Gender and the Subject.* London: Routlege.

Marshall, H. (1991). The Social Construction of Motherhood: an Analisys of Childcare and Parenting Manuals. In A. Phoenix, A.Woollett & E.Loyd. *Motherhood Meanings, Practices and Ideologies.* London: Sage.

Masters, S. & Sanders, B. (1993). Is the Gender Difference in Mental Rotation Disappearing? *Behavior Genetics,* 23, 337-341.

McIntyre, S. (1976) "Who wants babies? The social construction of instincts". In D. Barker and S. Allen (eds.). *Sexual Divisions and Society: Process and change.* London: Tavistock.

Mead, G.H. (1934). Mind, self and society. Chcago: University Press.

Mead, M. (1949). *Male and Female.* New York: Morrow.

Mey, J. (1993) *Pragmatics an Introduction.* Oxford: Blackwell.

Michael, M. (1996). *Constructing Identities* London: Sage.

Millett, K. (1971). *Sexual Politics.* London: Rupert Hart-Davis.

Mitchell, P. (1992). *The Psychology of the Child.* London: Falmer.

Morawski, J. (1994). *Practicing Feminisms. Reconstructing Psychology: notes on a Liminal Science.* Ann Arbor: The University of Michigan Press.

Morrow, R. & Brown, D. (1994). *Critical Theory and Methodology.* (vol. 3). London: Sage.

Moss, P. (1990). *Childcare in the European Communities 1985-90.* Commision of the Eurpean Communities, Brussels.

Murillo, S. (1996). *El mito de la vida privada - de la entrega al tiempo proprio.* Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, S.A.

Newson, J. & Newson, E. (1976). *Seven Years Old in the Home Environment.* Harmondsworth:Penguin.

Nogueira, C. (1996). *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva feminista crítica na Psicologia Social..* Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho

Nogueira , C. & Fidalgo, L. (1994). *As filhas de Pandora: do mito à ilusão do poder duradouro.* Portalegre: APPORT.

Notícias Magazine do Jornal de Notícias 21/02/99.

Oakley, A. (1981). *From here to Maternity: Becoming a Mother.* Harmondsworth: Penguin.

Olesen, V. (1998). Feminism and Models of Qualitative Research. *In The Landscape of Qualitative Research - theories and issues.* Denzin & Lincoln (eds.). London: Sage Publications.

Orlandi, E. (1988). *Discurso e Leitura.* São Paulo: Cortez.

Padovani, U. & Castagnola, L. (1995). *História da Filosofia.* Brasil: Melhoramentos 17ª edição.

Parker, I. (1989). Discourse and power. In J. Shotter & K. J. Gergen (eds.). *Texts of Identity.* London: Sage.

Parker, I. (1992). *Discourse Dynamics: critical Analysis for Social and Individual Psychology.* London: Routledge.

Parker, I. (1994). Reflexive research and the grounding of analysis: Social psychology and psy-complex. *Journal of Community and Applied Social Psychology.*

Parker, R. (1995) *Torn in Two: The Experience of Maternal Ambivalence.* London: Virago.

Parker, I. (1996). Discurso, cultura y poder en la vida cotidiana. In A. López *et al Psicologías, discursos y poder* Madrid: Visor.

Parker, I. (1997). Discursive Psychology. In D. Fox & I. Prilleltensky. *Critical Psychology - an Introduction.* London: Sage.

Parker, I. (1999). *Critical textwork - an introduction to varieties of discourse and analysis.* London: Routledge.

Parker, I. & Shotter, J. (1990). *Deconstructing Social Psychology*. London: Routledge.

Parry, G. (1987). Sex role beliefs. Work and attitudes and mental health in employed and non-employed mothers. *British Journal of Social Psychology*, 26: 47 – 58.

Pateman, C. (1988). *The Sexual Contract*. Stanford, CA: Stanford University

Paúl, C. (1995). Ecologia do desenvolvimento e educação infantil. *Revista Psicologia Argumento*, (pp. 47-65) XII, nº XVI, Abril.

Petit, C. (1994).*Dialéctica feminina de la Ilustración*. Madrid: Anthropos.

Phoenix, A. (1991). Mothers Under Twenty: Outsider and Insider Views. In A. Phoenix, A. Woollett & E. Loyd (eds.). *Motherhood. Meanings, Practices and Ideologies:* London: Sage.

Phoenix, A. , Woollett, A. & Lloyd, E. (eds.) (1991). *Motherhood. Meanings, Practices and Ideologies:* London: Sage.

Pilgrim, D. (1992). Psychotherapy and political evasions. In W. Dryden (ed.). *Psychotherapy and its discontents*. Bristol: Open.

Polkinghorne, D. (1988). *Narrative knowing and the human sciences*. Albany: State University of New York Press.

Potter, J. & Reicher, S. (1987). Discourses of community and conflict: the organization of social categories in accounts of a riot. *British Juornal of social Psychology*, 26: 25-40.

Potter, J. & Wetherell, M. (1987). *Discourse and Social Psychology*. London: Sage Publications.

Prilleltensky, I. & Fox, D. (1997). Introducing Critical Psychology: Values, Assumptions, and the Status Quo. In D. Fox & I. Prilleltensky. *Critical Psychology: An Introduction*. London: Sage.

Prilleltensky, I. & Nelson, G. (1997). Community Psychology: Reclaming Social Justice. In D. Fox & I. Prilleltensky (eds.). *Critical Psychology, An Introduction*. London: Sage.

Queiroz, J. & Ziolkovski, M. (1994). *L'interaccionism symbolique*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

Rago, L. (1997). Movimentos sociais e relações de género. *Cadernos de Arca - Estudos do Género*. Universidade Católica de Goiás, nº 4.

Ramazanoglu, C. (1993). *Up Against Foucault - explorations of some tensions between Foucault and feminism*. London: Routledge.

Reguillo, R. (1998). Culturas juveniles. Producir la identidad: un mapa de interacciones, *Jóvenes*, nº 5, Causa Joven. México.

Ribeiro, M. (1990). *Temas de etnologia- Maternidade.* Lisboa: Livros Horizonte.

Rich, A. (1976). *Of Woman Born - motherhood as experience and instituition.* New York: W. W. Norton & Company.

Riley, D. (1983). *War in the nursery: theories of the Child and Mother.* London: Virago.

Rivera, M. (1991). La historia de las mujeres y la conciencia feminista en Europa. In L.Luna (ed.). *Mujeres y Sociedad - nuevos enfoques teóricos y metodológicos.* Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitárias, S.A

Robertson, J. (1958). *Young Children in Hospital.* London: Tavistock, Second Edition, 1970.

Rose, H. (1986). Beyond Masculinist Realities: A Feminist Epistemology. In R. Bleier, R. (ed) *Feminist Approaches to Science.* New York: Pergamon Press.

Rosenau, P. M. (1992). *Post-modernism and the social sciences. Insights, Inroads and Intrusions.* New Jersey: Princeton University Press.

Rothman, B. (1984) The meanings of choice in reprodutive technology. In Anditti, Duelli-Klein & Minden. *The Tentative pregnany. Prenatal diagnosis and the future of motherhood.* New York: Penguin Books.

Rousseau, J-J. "Emile ou de l'Education". Paris: Garnier Frères. Nouvelle Edition, 1907. In C. Gallant (1984). *La Philosophie ...au féminin.* Moncton: Éditions D' Acadie.

Rousseau, J-J. "Sophie ou La Femme". In C. Gallant. *La Philosophie...au féminin* (430-440). Moncton: Editions D'Acadie.

Ruddick, S. (1989). *Maternal thinking. Toward a Politics of Peace.* Boston: Beacon Press.

Sacks, K. (1984). Generations Working Class Families. In K.Sacks & D.Remy. *My Troubles Are Going to Have Trouble with Me: Everyday Trials and Triumphs of Women Workers.* New Brunswick: Rutgers University Press.

Sánchez, A. (1991). La masculinidad en el Discurso Científico: aspectos epistémico-ideológicos. In L. Benería et al. *Mujeres y Sociedad - Nuevos enfoques teóricos y metodológicos,* (167-175). Barcelona: PPU (Promociones y Publicaciones Universitárias).

Sandqvist, K. (1987). Swedish family policy and attempt to change paternal role's. In C. Lewis & M. O'Brien (eds.). *Reassessing Fatherhood.* London: Sage.

Santos, B. (1990). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974 -1998).* Porto. Edições Afrontamento

Santos, B. (1995) *Introdução a uma ciência pós-moderna* (4ª edição) Porto: Edições Afrontamento.

Santos, B. (1997). *Um discurso sobre as Ciências* (9ª edição) .Porto: Edições Afrontamento.

Santos, M. (1988). Até que ponto uma ciência poética. In M. Santos, M. Esquível, F. Mouro, L. Archer, J. Oliveira, J. Peres, L. Pereira (eds.). *Pensar a Ciência*. Lisboa: Gradiva

Saraceno, C. (1988). *A Sociologia da Família*. Lisboa. Editorial Estampa.

Sarbin, T. & Kitsuse, J. (1994). *Constructing the Social* (ed.). London: Sage.

Sardà, A. (1988). *La otra "Política" de Aristóteles*. Barcelona: Icaria.

Sau, V. (1991). La ética da maternidade in L. Luna et al. *Mujeres y Sociedad - nuevos enfoques teoóricos e metodológicos*. Universitat de Barcelona: Edición del Seminario Interdisciplinar Mujeres Y Sociedad.

Sau, V. (1995). *El vacío de la Maternidad*. Barcelona: Icaria.

Sau, V. (2000). *Diccionario ideológico feminista*. Vol I. Barcelona: Icaria.

Scavone, L. (1985). As múltiplas faces da maternidade. *Cadernos de Pesquisa*, 854: 37-49.

Schaffer, H. (1977) *Mothering*. London: Fontana.

Schwartz, A. (1994) Taking the Nature Out of Mother. In D. Bassin; M. Honey; M Kaplan (eds.) *Representations of Motherhood*. New Haven and London: Yale University Press.

Segal, L. (1994). Making families from whatever comes to hand. In G. McNeill (ed.). *Soul Providers*. London: Virago.

Sharpe, S. (1984). *Double Identity: the Lives of Working Mothers*. Harmondsworth: Penguin.

Shields, S. (1985). Fuctionalism, Darwinism, and the Psychology of Women: A study in Social Myth. In J. Williams (ed.). *Psychology of Women* - selected readings. New York: W.W.Norton & Company.

Shorter, E. (1975). *A Formação da família Moderna*. Lisboa: Terramar.

Shotter, J. (1975). *Images of Man in Psychologycal Research*. London: Methuen.

Shotter, J. (1984). *Accountability and selfhood*. Oxford: Basil Blackwell.

Shotter, J. (1991). Rhetoric and social construction of cognitivism. *Theory and Psychology*, 1: 495-515.

Shotter, J. (1993). *Conversational realities*. London: Sage.

Sloan, T. (1997). Theories of Personality: Ideology and beyond. In D. Fox & I. Prilleltensky (eds.), *Critical Psychology, An Introduction*. London: Sage.

IC

Smart, B. (1993). *A pós- modernidade.* Lisboa: Publicações Europa - América.

Smith, D. (1974). Theorizing as ideology. In R. Turner (ed.). *Ethnomethodology* (pp 41-44) Harmmondsworth: Penguin.

Smith, L. (1993). A procura, a oferta cultural e os jovens. *Cadernos do ICS,* 6, Lisboa

Soczka, L. (1984). *Espaço Urbano e Comportamentos agressivos; da Etologia à Psicologia Ambiental,* Lisboa, LNEC..

Soczka, L. (1994). Ensaios de Etologia Social. Lisboa: Fim de Século Edições.

Soczka, L. & Bastos, J. (1976). (eds.). Prefácio. In *As ligações Infantis.* Lisboa: Livraria Bertrand.

Spink, J. & Frezza, R. (1999). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In J. Spink, B. Medrado, C. Passarelli, H. Lima, L. Mirim, O. Pinheiro, P. Spink, Frezza & R. Menegon (eds.). *Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano - aproximações teóricas e metodológicas.* São Paulo: Cortez Editora.

Spink, J. & Lima, H. (1999). Rigor e visibilidade: A explicitação dos passos da interpretação. In J. Spink (eds.). *Práticas discursivas e produçaõ de sentidos no cotidiano- aproximações teóricas e metodológicas.* São Paulo Cortez Editorial.

Spink, J. & Medrado, B. (1999). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para a análise das práticas discursivas. In J. Spink (eds.). *Práticas discursivas e produçaõ de sentidos no cotidiano- aproximações teóricas e metodológicas.* São Paulo Cortez Editorial.

Spink. J. & Menegon, V. (1999). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In J. Spink, B. Medrado, C. Passarelli, H. Lima, L. Mirim, O. Pinheiro, P. Spink, R. Frezza & R. Menegon (eds.). *Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano- aproximações teóricas e metodológicas.* São Paulo: Cortez Editora.

Spink, J., Medrado, B. , Passarelli, C. , Lima, H. , Mirim, L. , Pinheiro, O. , Spink, P. , Frezza, R. & Menegon, R. (eds.). (1999). *Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano- aproximações teóricas e metodológicas.* São Paulo: Cortez Editora.

Spitz, R. (1958). *El primero año de Vida del Niño.* Buenos Aires: Aguilar.

Stern, D. (1977). *The first relationship.* Cambridge, MA: Harvard University Press.

Sternglanz, S. & Nash, A. (1988). Ethnological Contribuitions to the Study of Human Motherhood. In B. Birns & D. Hay (eds.). *The Different Faces of Motherhood.* New York: Plenum Press.

Stone, L. (1977). *The Family, Sex and marriage in England, 1500-1800.* New York: Harper and Row.

Thompson, C. (1950). *Psychoanalysis: Evolution and Development.* New York: Hermitage House.

Thurer, S. (1994). *The myths of Motherhood-how culture reinvents the good mother.* New York: Penguin Books.

Tindall, C. (1994). Issues of evaluation. In P. Banister, E.Burman, I. Parker, C.Tindall (eds.). *Qualitative Methods in Psichology: a research Guide.* Buckingham UK/Philadelphi, USA: Open University.

Tizard, B. (1979). Early Experience and Later Social Behavior. In D. Shaffer & J. Dunn (eds.). *The first year of Life: psychological and Medical Implications of early Experience.* New York. Wiley.

Ubach, T. (1996) Posmodernidade y subjectividad: construcciones discursivas y relaciones de poder. In A. , López e J. Linaza (eds.). *Psicologías, discursos y poder.* Madrid: Visor.

Umansky, L. (1996). *Motherhood Reconceveid. Feminism and the legacies of the sixties.* New York: University Press.

Urwin, C. (1985). Constructing motherhood: the persuasion of normal development. In C. Stedman, C. Urwin & Walkerdine (eds.). *Language, Gender and Chidhood.* London: Routledge.

Ussher, J. (1991). *Women's Madness: Misogyny or mental illness.* London: Harvester Wheatsheaf.

Vala, J. (1986). A Análise de Conteúdo. In A. Silva & J. Pinto (orgs) Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Edições Afrontamento.

Varizo, A. (1991). Última Lição. *Brigantia - Revista de Cultura,* XI, 3-4, Julho/Dezembro.

Venn, C. (1984) The Subject of psychology in J. , Henriques, W. Hollway, C. Urwin, C. Venn, & V. Walkerdine (eds.). *Changing the Subject- Psychology, social regulation and subjectivity.* London: Methuen.

Voland, E. (1993). *Elementos de Sociobiologia.* Lisboa: Instituto Piaget.

Vygotsky, L. (1962). *Thought and Language.* Cambridge, MA: MIT Press.

Walkerdine, V. (1984). Development psychology and the child - centred pedagogy: the insertion of Piaget into early education. In J. Henriques, W.Hollway, C. Venn, C. Urwin & V. Walkerdine (eds.). *Changing the subject: Psychology, Social Regulation and Subjectivity.* London: Methuen.

Walkerdine, V. & Lucey, H. (1989). *Democracy in the kitchen - regulating mothers and socialising daughters.* London: Virago Press.

Walter, N. (1998). *The New Feminism.* London: Little Brown.

Warner, M. (1994). *Managing monsters: six mythsof our time.* The Reith Lectures, London: Vintage.

Watson, J. (1926). Studies on the growth of the emotions. In *Pyichologies.* Worcester, Mass.: Clark University Press.

Weedon, C. (1987). *Feminist Practice and Poststructuralist Theory.* Oxford: Basil Blackwell.

Welter, B. (1966). The cult of true womanhood: 1820-1860. *American Quarterly* 18: 151-174.

Wetherell, M. & Potter, J. (1992). *Mapping the Language of Racism.* London: Harvester.

Wetherell, M. (1995). Social structure, ideology and family dynamics: The case of Parenting. In J. Muncie (ed.). *Understanding the Family.* London: Sage.

White, D. & Woollett, A. (1992). *Families: a context for development,* Basingstoke, Hants: Falmer

Wilkinson S. & Kitzinger, C. (1995). *Feminism and discourse: psychological perspectives.* London: Sage.

Wilkinson S. (1997). Feminist Psychology. In. D. Fox & I. Prilleltensky (Eds). *Critical Psychology. An Introduction.* London: Sage.

Willig, C. (eds.). (1999). *Applied Discourse analysis: Social and psychological Interventions.*Buckingham: Open University Press.

Winnicott, D. (1964). *The Child, the Familiy and the Outside World.* Harmondsworth: Penguin.

Winship, J. (1987). *Inside Women's Magazines.* London: Pandora.

Woodward, K. (1997). Motherhood: Identities, Meanings and Myths. In K. Woodward (ed.). *Identity and Difference.* London: Sage.

Woolgar, S. (1988). *Science. The Very Idea.* Chischester: Ellis Horwood.

Woollett, A. (1985). Chidlessness: strategies for coping with infertility. *International Journal of Behavioural Development,* 8, 473-82..

Woollett, A. (1991). Having Children: Accounts of Childless Women and Women with Reproductive Problems. In A. Phoenix, A. Woollett & E. Loyd (eds.). *Motherhood Meanings, Practices and Ideologies.* London: Sage.

Yalom, M. (1997). *A História do Seio.*Lisboa: Teorema.

Young, N. (1992). Postmodern Self-Psychology Mirrored. In Science and the Arts in *Psychology and Postmodernism.* S. Kvale (ed.). London: Sage Publications

Zazzo, R. (1974). A vinculação – uma nova teoria sobre a origem da afectividade. In D. Anzieu, J. Bowlby, H. Harlow, S.Lebovici, K. Lorenz, R. Spitz, R. Zazzo, C. Koupernick, R. Chauvin, F. Duykaerts, P. Malrieu (eds.). *A vinculação.* Lisboa: Socicultur.

Zimmerman, J.L. (1971). The territory and its sesity-dependent effect in Spiza americana, *Auk.* 88: 591-612.

ANEXOS

Este inquérito destina - se a um estudo que recorre às associações verbais a partir de uma palavra - estímulo. Interessa-nos a sua associação livre e espontânea. Não há, obviamente, palavras certas ou erradas. Escreva sem hesitar as palavras que lhe forem surgindo, sem número limite. Volte apenas a página quando lhe for pedido.

Leia com atenção o que se segue

Exemplo:

Suponhamos que lhe era pedido que escrevesse as palavras que lhe ocorrem quando diz se diz

Comboio

Uma pessoa podia escrever. Viagem, transporte, avião, etc.; outra podia escrever: passagem de nível, rapidez, viagem, etc. Vai-lhe ser pedido que faça o mesmo em relação a uma palavra-estímulo. Escreva **todas** as palavras que associa espontaneamente a essas palavras-estímulo, sem se deter a pensar se essas seriam melhores que quaisquer outras. Não se trata de um teste, não se preocupe com o que escreva, seja o mais espontâneo que puder.

Não vire a folha

A QUE ASSOCIA A PALAVRA

Maternidade ?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Não vire a folha antes de terminar

IDENTIFICAÇÃO

IDADE.....

SEXO.....

PROFISSÃO.....

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS: .....

Obrigada, terminou

Errata

página	linha	onde se lê	deve ler-se
41	11	Foucault	Foucault (1978)
326	5	"É a forma como os seres humanos se tornam sujeitos e"	"É a forma como os seres humanos se tornam sujeitos **e onde sublinham as formas de resistência que podem adoptar como vias para a emancipação e individuação"**

ofeita
8000300

10/06/07

BIBLIOTECA
DO
INSTITUTO DE [illegible]